

Edilene Gasparini Fernandes

Aspectos Retóricos e Literários dos
Discursos Presidenciais de Posse (1964 - 1990)



1910001056



Edilene Gasparini Fernandes

Aspectos Retóricos e Literários dos Discursos Presidenciais de Posse (1964 – 1990)

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências
Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho" – Câmpus de São José do Rio Preto para obtenção de título
de Doutor em Letras (área de concentração: Teoria da Literatura).

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Daghlían



T 1.056/02

São José do Rio Preto
2001



AGRADECIMENTOS

A Deus,

AO PAPEL DO CASTOR (PALMIANA) EM NOSTRA,

AO PROF. DR. RUIBOM H. GONÇALVES E AO PROF. OLIVIERO AQUINO,
ESTABELECIDORES DA BUNDA EM QUADRILHÃO E PARTE IMPORTANTE NO
DESENVOLVIMENTO DESTA OBRA,

A MINHA MÃE E AO PAI, A BEM-AMADA FAMÍLIA E AMIGOS,

AOS PAIS
A NAVEGANTES DO MUNDO, ESPECIALMENTE AOS QUE
SEMPRE ESTÃO PRESENTES EM

AOS PROFESSORES COM QUEM FUI O ALUNO NOS DESENVOLVIMENTOS
DESTA INSTITUIÇÃO,

AOS AMIGOS DO MUNDO ACADÊMICO.

A MARCO, ANA LÍVIA E LUCCA, TRÊS BENÇÃOS PARA MINHA VIDA.

AGRADECIMENTOS

À CAPES,

AO PROF. DR. CARLOS DAGHLIAN, MEU MESTRE,

AO PROF. DR. ROGÉRIO E. CHOCIAY E AO PROF. CLÁUDIO AQUATI,
INTEGRANTES DA BANCA DE QUALIFICAÇÃO E PARTE IMPORTANTE NO
APRIMORAMENTO DE MINHA TESE,

À MINHA MÃE E MEUS IRMÃOS PELO INCENTIVO E ESTÍMULO,

AOS FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA PELO ATENDIMENTO SEMPRE EFICIENTE,
A Nanci, Rosemar, Oscar, Genoeva e Rosana, POR ME ATENDEREM
SEMPRE TÃO PRONTAMENTE,

AOS PROFESSORES COM QUEM TIVE O PRIVILÉGIO DE APRENDER DENTRO
DESTE INSTITUTO,

AOS AMIGOS DO PERCURSO ACADÊMICO.



Edilene Gasparini Fernandes. ASPECTOS RETÓRICOS E LITERÁRIOS DOS DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES BRASILEIROS (1964-1990). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Teoria da Literatura) da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto, 2002.

RESUMO

A Introdução esboça o caminho percorrido pela Retórica desde a antiguidade até o presente. A herança que nos legou a Retórica Clássica está na abordagem das figuras de retórica como figuras de discurso e no reconhecimento do valor da dialética, juntamente com o processo analítico de pensar. Por esse prisma, os discursos de posse objetos desta tese apresentam-se como peças literárias. Ao reelaborar a realidade pelas vias da persuasão, o orador estabelece, com o real, relações de verossimilhança, como na literatura, ainda que seus objetivos não sejam os mesmos. O primeiro capítulo trata de algumas características sócio-históricas dos momentos em que os discursos foram pronunciados, discutindo aspectos como o uso do *paternalismo* e o fenômeno da *abertura*. O segundo capítulo inicia a análise das partes de um discurso, a saber: *inventio*, *dispositio* e *elocutio*, segundo Aristóteles. Pela análise da *inventio* podemos encontrar os pensamentos que, por meio dos *loci*, resumem o que o orador irá dizer como ponto de partida para sua argumentação. O terceiro capítulo examina a estrutura e a organização dos discursos: *exordium*, *propositio*, *partitio* e *narratio*, *refutatio* e *conclusio*. A maior ou menor ênfase em uma ou outra parte do discurso leva o público a perceber as relações entre eles em termos de argumentação. O quarto capítulo discute o modo como o orador explora, através de variados recursos, as figuras e os tropos, a matéria apresentada na *inventio*. A ocasião determina a escolha do melhor tipo de *elocutio* a ser usado: um discurso mais racional ou mais sentimental, dependendo do grau de aceitação do público e da imagem que o orador deseja projetar. A conclusão traça um paralelo entre os discursos, enfatizando a intertextualidade que suas características polifônicas já denunciavam.

UNITERMOS: Retórica; Discurso político; Literariedade; Persuasão; Polifonia; Intertextualidade.

Edilene Gasparini Fernandes. RHETORICAL AND LITERARY ASPECTS OF BRAZILIAN PRESIDENTIAL INAUGURAL ADDRESSES (1964-1990). Doctor's dissertation (Theory of Literature) presented to São Paulo Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus of São José do Rio Preto, State of São Paulo, Brazil, 2002.

ABSTRACT

The introduction outlines the course of Rhetoric from ancient times to the present. The legacy of Classical Rhetoric lies in the approach to rhetorical figures as figures of speech and in the recognition of the value of dialectics, along with the analytical thinking process. From this perspective, the speeches here discussed can be considered as literary pieces. When he reelaborates reality by means of persuasion, the speaker establishes, with reality, relations of verisimilitude, as in literature, even though their aims are not the same. The first chapter deals with some social and historical characteristics of the occasions on which the speeches were delivered, while discussing aspects such as the use of *paternalism* and the phenomenon of political *opening*. The second chapter begins the analysis of the parts of a speech, namely, *inventio*, *dispositio*, and *elocutio*, according to Aristotle. Through the analysis of *inventio* we can identify the thoughts which, by means of *loci*, summarize what the speaker is going to say as a starting point for his argumentation. The third chapter examines the structure and organization of the speeches: *exordium*, *propositio*, *partitio* and *narratio*, *refutatio* and *conclusio*. The greater or smaller emphasis on one or another part of the speech leads the audience to notice the relations between them in terms of argumentation. The fourth chapter discusses how the speaker explores, by means of several devices, the figures and tropes, the matter presented in *inventio*. The occasion determines the best kind of *elocutio* to be used: a more rational or sentimental speech, depending on the audience's degree of acceptance and on the image the speaker intends to project. The conclusion draws parallels between the speeches, emphasizing the intertextuality which their polyphonic characteristics had already denounced.

KEYWORDS: Rhetoric; Political speech; Literariness; Persuasion; Polyphony; Intertextuality.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO

2 - SOBRE OS DISCURSOS

2.1	Fábulas Políticas	26
2.2	Discurso Racional	32

3 - *INVENTIO*

3.1	A <i>Inventio</i> em Castello Branco	44
3.2	A <i>Inventio</i> em Costa e Silva	47
3.3	A <i>Inventio</i> em Médici	50
3.4	A <i>Inventio</i> em Geisel	53
3.5	A <i>Inventio</i> em Figueiredo	59
3.6	A <i>Inventio</i> em Sarney	63
3.7	A <i>Inventio</i> em Collor	67

4 - *DISPOSITIO*

4.1	<i>Exórdio</i>	78
4.2	<i>Propositio e Rationes</i>	79
4.3	<i>Argumentatio</i>	79
4.4	A <i>Dispositio</i> em Castello Branco	80
4.5	A <i>Dispositio</i> em Costa e Silva	87
4.6	A <i>Dispositio</i> em Médici	91
4.7	A <i>Dispositio</i> em Geisel	95
4.8	A <i>Dispositio</i> em Figueiredo	101
4.9	A <i>Dispositio</i> em Sarney	105
4.10	A <i>Dispositio</i> em Collor	106

5 - *ELOCUTIO*

5.1	Figuras e Tropos	122
5.2	A <i>Elocutio</i> em Castello Branco	136
5.3	A <i>Elocutio</i> em Costa e Silva	142
5.4	A <i>Elocutio</i> em Médici	145
5.5	A <i>Elocutio</i> em Geisel	150
5.6	A <i>Elocutio</i> em Figueiredo	157
5.7	A <i>Elocutio</i> em Sarney	161
5.8	A <i>Elocutio</i> em Collor	165

6 - CONCLUSÃO 176

DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES BRASILEIROS 194

BIBLIOGRAFIA 218



NOTA EXPLICATIVA

O princípio adotado para as notas de indicação de fonte, bem como o das explicativas, foi o da coerência. As notas explicativas foram colocadas em rodapé. As indicações de fonte foram feitas entre parênteses, após as citações e alusões. Quando o nome do autor foi mencionado no texto, a nota contém apenas o número da página da respectiva obra. Quando o autor tem mais de uma obra na bibliografia, o número de página vem precedido pelo ano de publicação.

INTRODUÇÃO

O mundo não é o que é, mas o
que nós dele percebemos e pensamos

Maurice-Jean Lefebvre

Por discurso entendemos *um certo modo de apreensão da linguagem*, cuja estrutura jamais é arbitrária, e sim reveladora das atividades de *sujeitos inscritos em contextos determinados* (Maingueneau, 1998, p.43).

Isso equivale a dizer que, concomitantemente à língua, existe, dentro de um discurso, alguns indicadores como os de *pessoa, tempo, lugar e objeto mostrado* que ganham um sentido preciso e precisável o qual não possuem no interior da língua.

O discurso seria uma espécie de *espaço prático* em que os sujeitos ou as pessoas ganham sua razão de ser. Entre muitas relações possíveis dentro da abordagem dessa instância de sujeito ou pessoa, poderíamos equacionar a oposição do *eu em relação ao tu*, do *isso em relação ao aquilo* no interior do espaço discursivo onde essas entidades ganham estatuto de *significado mais real que virtual* (Benveniste apud Osakabe, 1979, p.17).

A caracterização do discurso transita, necessariamente, por esse processo de relacionamento entre situação e indicadores e a instância contemporânea de discurso. Por sua vez, essa instância contemporânea de discurso implica a existência de um locutor e de um ouvinte que, dentro do contexto discursivo estão em relação direta com seus indicadores.

O conceito de discurso supera, então, a noção de *enunciado resultante da noção pragmática de expressão de um sujeito falante*, ou ainda, de *manifestação verbal provida de um significado ao nível da fala*. O discurso começa a delinear-se como manifestação verbal que, oposta à impessoalidade da narrativa histórica, resulta de um processo de *auto-expressão do sujeito* (Osakabe, p.19).

É necessário lembrar que todo enunciado revela esse tipo de relação em maior ou menor grau, mas que podem, no entanto, estar ocultas caso haja interesse dos sujeitos em alienarem-se de suas identidades reais.

Essa teoria é concordante com a questão abordada por Pêcheux sobre o discurso na formação do sujeito: *Toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-*



sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas são vistas como um lugar de *trabalho de reconfiguração* que constitui um *trabalho politicamente ou cientificamente produtivo* (Pêcheux, 1995, p.213).

Pêcheux fala, então, de uma responsabilidade do sujeito que se inscreve dentro de práticas variadas mediante o complexo de formações ideológicas no qual ele é identificado como *sujeito-responsável*.

Pedimos, até agora, a ajuda de parte da Lingüística para situar a noção de discurso e traduzir a importância, ainda que muito superficialmente, daquele que fala ou se comunica e daquele a quem se fala. Contudo, por razão da extensão de seu objeto de estudo, o discurso deve ser visto com uma abrangência maior pela Retórica, uma vez que essa disciplina tem dele uma idéia não-atomizada. A Retórica trabalha com um macrocosmos discursivo que não abrange somente os gêneros específicos, mas sim todo o domínio discursivo que tenha como finalidade a adesão (Osakabe, p. 165).

Além disso, a Retórica não chega ao limite da teoria do conhecimento, como a Lingüística normalmente chega. Ela não se empenha em buscar as bases de uma *semântica formalmente definida*, mas uma semântica mais ligada a uma *sociologia do conhecimento*, que se funda sobre um conjunto de noções definido temporalmente. Dentro desse conjunto é que se forja o *jogo da linguagem*, onde a *ambigüidade não é defeito, mas a condição necessária para a produção do discurso e da discussão* (Osakabe, p. 166).

A Retórica interroga, dentro desse jogo, as entidades mais amplas da frase, as entidades discursivas, cujas informações podem ser fundamentais para se entender tal jogo da linguagem.

SOBRE A RETÓRICA

Muitas foram as formas de classificar e definir a arte da persuasão ao falar, desde a *Rethorica ad Herenium*, de Cornifício (sec. I a.C.), até o *Tratado de Retórica*, ainda baseado nas noções elementares de Aristóteles.

Com o tempo mudaram-se as definições, as classificações e a própria organização discursiva. O primeiro teorizador da Retórica como disciplina independente foi Górgias, cuja idéia central de Retórica era o conceito de persuasão. Dizia que o encantamento poético



provoca um engano, uma ilusão que proporciona uma doce doença, preferível à monotonia, apesar de doença. Esse engano faz crer que as coisas são diferentes conforme as intenções do orador. A poética tem o objetivo de tornar partícipe das paixões e a retórica, de subjugar os outros por meio da apresentação alterada da realidade (Plebe, 1978, p.15).

Para Górgias as figuras são formas fundamentais pelas quais o estilo deve realizar o objetivo da retórica, independentemente do conteúdo. Dentre elas a mais importante era a antítese, responsável por reconduzir a expressão retórica a uma forma lógica. A antítese transforma a retórica em dialética, dizia.

Para Platão, a Retórica é uma arte puramente formal de persuadir sobre qualquer coisa, sem preocupação com o conteúdo; ela requer *um espírito imaginativo e ousado e, por natureza, extraordinariamente hábil no trato com os homens*. A verdadeira Retórica para Platão chama-se Dialética. Somente ela indica o duplo método necessário ao discurso: antítese e síntese, ou indução e divisão.

Isócrates era o grande adversário de Platão sobre a questão retórica. A palavra para ele é um dom divino, não um exercício formal. É uma técnica de educação e desenvolvimento da humanidade (Plebe, p.35).

Aristóteles propõe-se fundar uma autêntica *techné* da Retórica. Retórica e Dialética têm algo em comum: o assunto de ambas não é preciso e delimitado, pode ser de qualquer gênero. O livro segundo da *Retórica* de Aristóteles assinala a passagem da Retórica antiga para a então recente. Ele sustenta não ser suficiente uma Retórica demonstrativa, na busca da credibilidade do orador. Faz-se necessária a busca de uma Retórica emocional que torne o orador digno de fé por sua atitude e argumentos (Plebe, p. 42).

A Retórica recente de Aristóteles centraliza-se no *ethos* e no *pathos*. Segundo ele, a Retórica se avizinha mais à filosofia, por isso está mais próxima das ciências morais e políticas do que a poesia.

A doutrina de Hermágoras de Temno (segunda metade do século II A.C.) centralizava-se na apresentação da causa, na determinação de qual é a questão principal. Com Hermágoras a Retórica é elevada à dignidade dos valores filosóficos quando a teoriza tanto como Retórica racionalista e filosófica, quanto acentuadamente jurídica.

A *Retórica ad Herenium* retoma a classificação aristotélica e hermagoniana (Plebe, p.70). O tratado *Do Sublime*, de autor desconhecido, julga que somente a paixão é remédio contra a desconfiança do ouvinte diante dos artifícios usados pelo retor. Na Idade Média, a Retórica



ocupa lugar de significância entre as disciplinas do trivium, mas jamais voltará ao elevado pensamento ciceroniano que a colocava ao lado da filosofia como representações extremas da educação e do saber humano (Plebe, p. 81).

Durante períodos de democracia a retórica foi usada como arte de argumentar. Nas fases de menor democracia, como é o caso do regime militar brasileiro pós-64, reduziu-se à mera prática de ornamentos formais, partindo do princípio que argumentar é considerar o outro como capaz de reagir diante das propostas a ele feitas.

Quando se aborda o termo Retórica, faz-se necessário distinguir se se cogita de um discurso enquadrado na concepção da Retórica Antiga, segundo a qual um discurso é sempre persuasivo e tem como abordagem uma questão provável ou dialética, ou da Retórica Clássica, pela qual se considera um discurso simplesmente um texto retórico ou não, clássico ou não (Tringali, p. 110).

A tendência da Retórica Clássica se encaminha no sentido de se considerar como literatura todo texto bem escrito do ponto de vista da expressão, da linguagem, da elocução (Tringali, 1988, p.110).

A atualidade da contribuição da Retórica está na atualidade da abordagem das figuras de retórica como figuras de discurso, e não como figuras de palavras ou de construção. Isso nos prova que a retórica continua viva e atual (Mosca, 1997, p.38).

Dessa forma acreditamos que hoje estejamos mais abertos para entender que um pronunciamento discursivo faz sentido a partir do significado que essas figuras tomam no texto, o que engloba também uma análise do público¹ a quem se dirige, do momento econômico-social que essa sociedade atravessa e, principalmente, do grau de democracia ao qual essa sociedade estava exposta.

Aristóteles propôs dois modos básicos de raciocinar: por demonstração analítica e por argumentação dialética. Nenhum dos dois raciocínios, é preciso lembrar, exclui o outro. Na verdade, eles se equiparam em sua importância, mas foi exatamente essa equiparação que se perdeu através da evolução do pensamento filosófico pelas mãos do cristianismo e do racionalismo, o qual supervalorizou o modo analítico de raciocinar e relegou a dialética ao esquecimento.

O próprio termo dialética sofreu mudanças com o passar dos tempos. Em Hegel a palavra se refere a *contradições inerentes ao movimento de negação interna* do espírito (Perelman, 1996, p.12). Mais à frente, dentro do marxismo, o termo liga-se aos movimentos da realidade

¹ Usaremos aqui a palavra público englobando a recepção por ouvintes e leitores dos discursos.



histórica, externa ao pensamento humano. Condenada ao desuso, a dialética teve seu verdadeiro significado esquecido e o termo passou a ser utilizado com diferentes objetivos de expressão.

Em seu *Discurso do método*, Descartes rejeita como *absolutamente falso tudo aquilo* em que pudesse *imaginar a menor dúvida* (Descartes, 1960, p.88). Havia entre os filósofos contemporâneos de Descartes um desejo de pensar geometricamente, um anseio por criar um sistema de pensamento que pudesse ser chamado de ciência. Quer fossem os filósofos racionalistas ou anti-racionalistas, todos, sem exceção, continuaram a tradição cartesiana limitadora da razão.

O campo da argumentação dialética, esquecido pelo mundo dos últimos vinte e três séculos, é o do *verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo* (Perelman, 1996, p.1).

A lenta abertura que o mundo parece começar a conceder à dialética, analogamente à analítica, parece-nos o desenvolvimento natural de uma racionalidade que já não pode evitar o diálogo, os debates, amparada por um pluralismo de valores e opiniões próprios a uma época pluralizada como essa.

Aspecto interessante desse tipo de estudo é a ligação entre a retórica e a argumentação. Desde Aristóteles, a retórica era considerada uma ciência com todo o rigor, mas sua preocupação se atinha ao discurso persuasivo. Ainda hoje podemos dizer que a retórica pertence ao domínio do fazer crer, e não da verdade.

A argumentação retórica é o veículo usado pelo orador para atingir seu público. Do feirante ao político, todos se utilizam dela, na maioria das vezes, sem percebê-lo. Escolhemos abordar a análise do discurso político, por julgar este tipo de solo mais fecundo na luta pela doutrinação. Os discursos políticos se mostram como um entroncamento de idéias que, juntas, compõem uma visão da realidade muito diferente do real imediato aos nossos olhos.

Seria possível definirmos o discurso retórico como um gênero literário especial, o gênero oratório? Um sermão de Vieira, por exemplo, onde verificamos uma mistura de engajamento e descompromisso com a realidade que cercava suas produções, pertence ou não à literatura?

Segundo A. Candido, podemos distinguir três faces da natureza da literatura. A primeira determina que a literatura é uma construção de objetos autônomos com a sua estrutura e seu significado. A segunda, como forma de expressão, defende que a literatura



manifesta emoções e visões de mundo. Por meio da terceira entende que a literatura é uma *forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente* (Lausberg, 1995, p. 244).

O efeito das produções literárias se dá pela conjunção desses três fatores. Ao discorrer sobre o primeiro deles, A. Candido defende que a obra literária é um objeto construído cuja força reside na organização mental. *A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado*. A palavra assim organizada comunica-se melhor com o nosso espírito e o contagia com essa necessidade de organização. Organizamo-nos por efeito desse contágio, e organizamos o mundo. Isso acontece com as formas mais simples de literatura.

No entanto, a organização das palavras não é, por si só, responsável pelo impacto que as produções literárias nos causam. Quando isso acontece, há uma conjunção da organização e da mensagem: *o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere* (Candido, 1995, p. 245).

As produções literárias de todos os tipos e níveis satisfazem necessidades processadas no subconsciente e no inconsciente dos seres humanos através de incorporações que enriquecem a percepção e a visão de mundo das pessoas.

Além desse conhecimento que advém *da organização das emoções e da visão do mundo* existem, na literatura, outros níveis de *conhecimento intencional*, os quais são planejados pelo autor e assimilados conscientemente pelo receptor. São instâncias do discurso literário que chamam a atenção do público em primeiro lugar e é por meio delas que o autor define suas *intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão, etc* (Candido, 1995, p.249). Como exemplo de intenção política e humanitária A. Candido nos lembra os poemas abolicionistas de Castro Alves, que juntamente com a eficiência da organização formal e uma grandeza do sentimento expresso, parte de uma análise do *universo social* procurando *retificar as suas iniquidades*. O sucesso da mensagem literária em ser aceita está em ser reduzida a uma forma ordenadora como é a estrutura literária. Assim, mensagem e organização seriam as bases formais do texto literário.

Os discursos presidenciais de posse buscam o convencimento da sociedade, escondem uma intenção positiva, conduzem o leitor a vislumbrar uma realidade construída à maneira do orador. Eles encerram mensagens, portanto, e estas se aproximam da propaganda, da ideologia, da crença, da adesão, etc.

Os discursos têm, ainda, uma organização formal. O corpo da análise aqui desenvolvida ilustra como ela se dá e mostra até sua regularidade dentro do período de tempo analisado.



Aproximando a linguagem literária à linguagem dos discursos políticos, podemos perceber que as duas categorias se identificam sob a égide da Retórica. Vejamos como.

A linguagem literária resulta de uma criação feita de palavras. *É do arranjo especial de palavras nessa modalidade de discurso, que emerge o sentido múltiplo que o caracteriza* (Proença F^o., 1986, p.). Nela, os signos verbais são utilizados com o objetivo de criar verossimilhança através de recursos como as figuras de linguagem, por exemplo.

Eis o ponto central deste trabalho. A literatura não se confunde com uma obra de lógica, de psicologia ou de química, porque a literatura é ficção. Mas que podemos dizer de uma obra oratória, de uma crônica jornalística ou de um ensaio ? O que faz o orador, o jornalista, o ensaísta, diante da realidade, senão recriá-la, interpretá-la a seu modo (Amora, 1964, p.33) ?

Quando o orador toma o público pelas mãos, ele o conduz por vias semelhantes àquelas dos textos de literatura livresca, pois recria para ele a realidade, reelaborando-a à sua maneira.

Seu objetivo é diferente do objetivo da literatura, pois sua visão não é primordialmente estética, mas persuasiva. Enquanto o texto literário se encontra a serviço da criação artística, o texto político tem como objetivo a persuasão. Contudo, ambas podem caminhar juntas, e isso freqüentemente acontece, uma vez que a visão não necessita deixar de ser estética para ser persuasiva.

Arte e Retórica lidam, ambas, com o verossímil. Há textos artísticos que se aproximam da Retórica e textos retóricos que beiram o artístico, como acontece com os discursos de Rui Barbosa, por exemplo. As duas não se confundem porque não tratam do verossímil de igual forma. Enquanto a Retórica é pragmática, utilitária, a arte é liberta das amarras do mundo da História e da Ciência . Ainda quando engajada a arte alça vôos sobre o mundo dos homens (Tringali, 1988, p. 213).

O texto literário é um *objeto de linguagem ao qual se associa uma representação de realidades físicas, sociais e emocionais mediatizadas pelas palavras da língua na configuração de um objeto estético*. Ele repercute em nós na medida em que revela emoções coincidentes com as que abrigamos como seres sociais.

O componente cultural da relação entre artista e público é muito importante, no sentido de que o artista incorpora elementos da dimensão humana culturalmente comuns aos



dois. Entendemos o que o artista comunica quando essa experiência é proporcional ao nosso repertório cultural, *enquanto receptores e usuários de um saber comum* (Proença Fº, p.7).

Nesse sentido, *o texto literário é, ao mesmo tempo, um objeto lingüístico e um objeto estético*, à medida que, como arte, também é instrumento de busca de um saber de si, além de um meio de que se vale o homem para conhecer a realidade, a relação entre sujeito e objeto (Proença Fº, p.37).

O texto literário serve-se de formas que tendem a imitar o significante por meio do significado. Usa de uma linguagem que se dobra sobre si mesma como *puro objeto de linguagem*, mas que se abre para o mundo, interrogando-o. Pólos ao mesmo tempo complementares e antagônicos cuja conjunção é responsável por criar um campo dinâmico que permite compreender os *diversos aspectos do fenômeno literário* (Lefebvre, 1975, p.38ss.).

Todorov estabelece alguns aspectos da relação entre a linguagem figurada e a linguagem cotidiana. Nessa análise ele engloba, de um lado, a literatura e qualquer outro discurso que utilize a arte de persuadir, seja ele filosófico, judiciário, publicitário, político, etc., em cujas figuras exista uma intenção, um peso literário, e, de outro lado, a linguagem cotidiana.

Sabemos ser comum o intercâmbio de termos entre a linguagem considerada literária e as outras linguagens, presentes nos diversos tipos de discurso. Como exemplo de uso de literariedade no discurso político, Roman Jakobson cita o *slogan* eleitoral *I like Ike* (Lefebvre, 1975, p.43), carregado de uma dimensão incontestavelmente poética, através da inclusão do nome do candidato (*Ike*) no próprio ato do desejo (*like*).

Também o contrário se dá com muita freqüência. A literatura brasileira escrita entre 1830 e o começo do século XX, em muitos casos, reveste-se de intenção política e filosófica: *Entre o queijo e o café, demonstrou-me Quincas Borba que o seu sistema era a destruição da dor. A dor, segundo o Humanitismo, é uma pura ilusão. Quando a criança é ameaçada por um pau, antes mesmo de ter sido espancada, fecha os olhos e treme; essa predisposição, é que constitui a base da ilusão humana, herdada e transmitida* (Moisés, 1975, p.262).

Kafka, dentro da modernidade, é um exemplo de intenção política através do fantástico. Nele observamos que a tentativa de neutralidade já delineia uma atitude política. Na atualidade somam-se, então, às possibilidades míticas e religiosas, com as quais a literatura já convivia, os aspectos políticos. O que prevalece na literatura de hoje é o princípio da persuasão, pois as produções literárias atuais, em geral, espelham mergulhos individualistas cuja



principal característica parece ser o convencimento do leitor, muitas vezes, da maneira mais camuflada ou desviada possível.

Todorov estabelece a *proscrição do conceito* como um ponto comum entre as linguagens literária e figurada, diferente da linguagem cotidiana. Enquanto a linguagem cotidiana trabalha o conceito como o fim de seu discurso, na linguagem literária e na linguagem figurada, em cada uma segundo suas particularidades, extingue-se a importância do conceito em favor de uma certa presença. A imagem evocada toma o lugar do referente e dele adquire, de alguma maneira, a presença (Lefebvre, 1975, p.45).

É bem verdade que há discursos literários totalmente análogos aos mais banais dos discursos cotidianos. Lefebvre propõe-nos, então, observar que a literariedade é, em primeiro lugar, uma questão de intenção (1975, p.48).

TEORIA DO DISCURSO

Retórica é, para os antigos e a maioria dos modernos, a arte da verdadeira comunicação através da fala e da escrita. A teoria retórica ocupa mais as pessoas do que qualquer outra teoria da arte, uma vez que a retórica deve ser compreendida não somente por suas funções imediatas, mas também nas suas relações com outros campos de estudo.

A retórica de Aristóteles pode ser considerada muito mais uma pesquisa filosófica do que um manual. O objetivo da retórica não se mede por qualquer projeto ou plano de educação, mas pelas relações de conhecimento a serem conduzidas, e pelos relacionamentos, de maneira progressiva.

Em primeiro lugar cumpre-nos distinguir a retórica da lógica. Enquanto a segunda pode ser vista como um método de estudo, a primeira é um método de comunicação. A lógica é abstrata enquanto a retórica é concreta. A primeira é analítica. A segunda, sintética.

A retórica, tanto quanto a lógica, constitui um meio de revelar a verdade, de fazer com que as pessoas enxerguem a verdade, com a diferença de que a retórica tenciona abranger a verdade. Ela é a aplicação da prova às pessoas. A sua distinção da lógica está exatamente no modelo típico de prova que em lógica é o silogismo, e em retórica, o entimema. O entimema,



uma prova concreta, aplica-se aos casos humanos. Suas premissas são os argumentos disponíveis em discussões do dia-a-dia (comuns). O entimema não é inferior ao silogismo, mas apenas diferente dele. Não há como nos referir a questões públicas ou correntes através do silogismo, por exemplo.

Eis as quatro funções do entimema: a primeira, e a mais importante, é fazer prevalecer a verdade, apresentando-a nas condições de uma verdadeira comunicação. A verdade não pode ser apreendida pela massa de homens através da investigação científica, pois isso exigiria um treino especial. A verdade deve tocar pelos sentimentos. A segunda função é abrir a verdade a um futuro questionamento. A verdade deve ensinar em termos gerais. A terceira é a de despertar o hábito de ver ambos os lados e analisar sofismas e falácias. A verdade deve promover o debate. A habilidade real do debate, ou seja, o hábito de enxergar ambos os lados, bem como analisar os sofismas e as falácias, geralmente faz emergir a verdade em discussões comuns. Finalmente, a de defender-se da causa do outro.

Todas essas funções podem ser definidas pela palavra persuasão, considerando-se que seu significado não se atém à aquisição, mas ao método. Assim, o objetivo final da retórica é induzir tais habilidades para discernir, dentro de um caso, os meios disponíveis de persuasão.

Para isso a retórica utiliza-se de meios extrínsecos e intrínsecos, ou seja, aqueles que estão fora dos domínios do tema (assunto) e aqueles que se incluem nele, os fatos relativos ao caso e a técnica para fazê-los “falar”.

A retórica, como arte, difere das outras pelo seu grau de importância, uma vez que deve sempre estar ligada ao tema, ao assunto, sempre relacionando a apresentação à investigação.

É igualmente filosófica a seguinte divisão dos meios intrínsecos de persuasão: em primeiro lugar estão aqueles inerentes ao caráter ou à potencialidade moral do orador; em segundo, estão os meios inerentes à sua estratégia para com o público; em terceiro, aqueles inerentes à forma e à frase da própria fala. Esses meios não são, evidentemente, exclusivos. A retórica é uma arte a ser alcançada a partir dessas três direções e nessa ordem. Elas formam o cabeçalho de desenvolvimento dos três livros. Primeiro, o orador. Tendo-o como ponto de partida, Aristóteles admite o ramo da pedagogia clássica que torna a retórica culto da personalidade. Em segundo está o público. Esse livro traduz o conhecimento da natureza humana, especialmente os hábitos típicos do pensamento, o que revela o aspecto ético da retórica. Ela lida com a interação das forças morais entre o orador e o público, e também com



o despertar das emoções desse público. E, finalmente, sob a luz dos dois, orador e público, o discurso. O livro terceiro examina a arte de se ajustar determinado assunto através da inteligência e emoção do orador à inteligência e emoção do público.

Um assunto deve, portanto, por propósitos de endereçamento, incluir o orador. Considera-se, então, o público, não por razões de concessão ou compromisso, mas por razão de adaptação. O esforço do orador concretiza-se pelo seu empenho em tornar o assunto seu. A verdade deve prevalecer não somente contra ou através da razão, mas contra ou através dos complexos dos hábitos morais e das emoções da ocasião.

Somente a partir disso o orador deve preocupar-se com o texto em si, sobre quais argumentos estão disponíveis ou qual ordem ou estilo serão mais eficientes para aquela determinada ocasião. Esta é a filosofia da apresentação. E o que dizer sobre a prática?

A retórica toma partido dos assuntos dentro dos campos da ética social e da política, desafiando seus mestres a assumirem a máscara da política. A retórica lida com aqueles problemas ainda em estado de dúvida, por isso não pode chegar a demonstrações lógicas. Suas premissas não são universais, e sim probabilidades geralmente aceitas, por isso o modelo da retórica é o entimema e não o silogismo. O silogismo retórico ou entimema é uma dedução disponível concretamente para apresentação, distinto de uma dedução formulada abstratamente para análise, como é o silogismo filosófico.

O entimema não é, por outro lado, uma lógica modificada para o consumo popular, mas um raciocínio que objetiva construir a opinião pública e a política.

No capítulo III do livro I Aristóteles divide a retórica, cientificamente, segundo seus três campos: o deliberativo, o forense e o epidítico. Na oratória deliberativa o orador lida com o bem e o mal em assuntos concretos de dúvida e disputa, visando o futuro e clamando pelo oportunismo da situação. Por isso esse tópico não é abstrato, mas concreto com relação à vontade humana. Para a oratória forense, Aristóteles fornece um tipo de compêndio de filosofia para o orador, uma pesquisa dos objetos e condições do crime. A acusação e a defesa forenses, nas cortes, voltam-se ao passado e clamam por justiça. Para o gênero epidítico, *o essencial é o presente porque para louvar ou censurar apoiamo-nos sempre no estado presente das coisas; contudo sucede que, freqüentemente, utilizamos a lembrança do passado ou presumimos o futuro.*

Enquanto o livro I considera as necessidades e oportunidades do orador, o livro II, dedicado ao público, discute assuntos e fornece pontos de vistas. O livro I representa a retórica como é concebida, o livro II apresenta a retórica como é recebida pelo público.



O livro III, por sua vez, estuda propriamente o discurso. A retórica clássica apresenta cinco divisões: a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio*, a *pronuntiatio* e a memória.

A subdivisão proposta por Aristóteles não corresponde à divisão clássica. A divisão de abertura do livro III torna-se desconcertante, pois revela um determinado desencontro de informações quanto à retórica clássica. Por exemplo, o terceiro item da subdivisão parece equivalente ao que, tradicionalmente, tem-se como o segundo (*elocutio*). Em seguida, contudo, determina que o terceiro item esteja no lugar do quarto item da divisão tradicional (*pronuntiatio*). No desenvolvimento do livro, no entanto, o assunto fica mais claro. Os capítulos I ao XII exploram a *elocutio*, e os capítulos XIII ao XIX referem-se à *dispositio*.

O apelo à *elocutio* foi primeiramente utilizado pelos poetas. O ensino da *elocutio*, sempre delicado e difícil, começa muito bem através da poesia, que exhibe a *elocutio* como adaptação. Dentro de uma visão mais moderna, a *elocutio* pode ser vista como uma das portas para a apreciação da prosa ou da oratória. Aristóteles acrescenta que a *elocutio* de uma peça oratória de natureza epidítica casa-se melhor com a escrita, pois sua função é a de ser lida (Baldwin, 1959, p.33).

A última parte do livro III lida com as partes mais extensas de um discurso: *exórdio*, *narratio*, *confirmatio* e *peroratio*. Essa discussão é vista por Baldwin (1959, p. 33) como escassa e superficial, como um ensaio sobre definições que já faziam parte dos manuais de retórica àquela época.

Aristóteles começa por afirmar que as únicas partes ou os componentes essenciais de um discurso são proposição e prova. Até mesmo a *refutatio* não é considerada por ele como uma parte distinta, quer quanto ao método, como à colocação. Admite, assim, *exórdio* e *peroratio* como comuns (Baldwin, 1959, p.34).

Com o mesmo espírito Aristóteles mostra que a primeira função do *exórdio* é colocar os ouvintes na posição de entenderem a mensagem; em segundo lugar, de ganhar a simpatia deles. O capítulo XVI passa a discorrer sobre a *narratio*, onde se atribui um sentido cronológico ao termo, ou seja, um sentido próximo ao da narrativa, ainda que infrequente. Essa subdivisão pertence ao discurso forense, mas pode ser usada no discurso epidítico de maneira quebrada e não contínua, como acontece no discurso forense.

A persuasão por argumento vem apresentada como mera pista sobre o desenvolvimento que mais tarde receberá a classificação de *stasis* (Baldwin, 1959, p.36).



A peroração é composta por quatro partes: a primeira consiste em dispor bem o ouvinte em nosso favor, e em dispô-lo mal para com o adversário; a segunda tem por fim amplificar ou atenuar o que se disse ; a terceira, excitar as paixões no ouvinte; a quarta, proceder a uma recapitulação (Aristóteles, 1964, p.249).

Depois da *inventio*, da *dispositio* e da *elocutio*, a quarta fase da elaboração de um discurso é a *memória* (memorização de um discurso). O autor de *Ad Herennium* denomina a *memória* o tesouro das coisas inventadas, ou seja, liga a *memória* com a *inventio*. Faz alusão à prática de se armazenar os lugares comuns, ou outras categorias apresentadas pelos tópicos da invenção, para serem usados quando necessário. Assim, a *memória* está mais ligada às necessidades de improvisação do orador, do que à necessidade de memorização completa de um discurso. A *memória* não se relaciona somente com o orador, mas diz respeito também à maneira como o público irá reter as informações. Neste ponto as figuras de linguagem ajudam a memorização por parte do público.

Juntamente com a *praesentatio*, a *memória* foi excluída da retórica, apesar de ter sido um componente vital no treinamento do orador durante a antiguidade.

A retórica de Aristóteles termina abruptamente. Dela não se pode dizer que conclui algo, uma vez que não encontramos no texto nenhuma *peroratio*.

Dizer que a literatura está vitalmente ligada às *situações existenciais do homem*, que ela é um retrato de sua rica pluralidade, é mais que lugar comum. A trajetória percorrida pela moderna teoria literária, no entanto, narra o *afastamento dessas realidades*, a fuga à história real, às realidades sociais e históricas (Eagleton, 1983, p.211).

De maneira pictórica, o que a teoria da literatura propõe é que existe no centro do mundo um eu contemplativo, *curvado sobre o seu livro, procurando entrar em contato com a experiência, a verdade, a realidade, a história ou a tradição*. A teoria da literatura reflete hoje os valores de um sistema político que subordina a socialidade da vida humana à solitária empresa individual (p. 212).

Talvez a crítica e a teoria literárias signifiquem apenas *qualquer manifestação sobre um objeto chamado literatura* que distingue e delimita o discurso, e não o método. Mas tanto o método quanto o objeto da literatura não são entidades estáveis. De qualquer modo, o papel da crítica hoje é o de selecionar, processar, corrigir e reescrever os textos segundo *certas formas institucionalizadas do literário*, o que implica em dizer que o discurso crítico exclui muitas *maneiras de se falar sobre a literatura e muitas atitudes e estratégias discursivas* (p. 218).



O poder do discurso crítico traduz-se no poder de polícia sobre o que possa ser considerado literário ou não, sobre quem pode ser considerado bom ou mau usuário do discurso. Trata-se, portanto, de relações de poder entre *a instituição acadêmico-literária* onde os julgamentos ocorrem e *os interesses da sociedade em geral*, cujas *necessidades ideológicas serão servidas* através da *preservação e ampliação controlada do discurso em questão*.

O cerne da questão exposta em Eagleton envolve a dúvida sobre a literatura como objeto específico do conhecimento. Ele questiona a possibilidade da teoria em se ocupar de Bob Dylan tanto quanto de John Milton, aumentando, assim, o campo daquilo que Foucault denominou práticas discursivas, para além da obscura rotulação de literatura (p.220).

Tal *teoria do discurso*, por assim dizer, teria uma preocupação específica com os *tipos de efeitos produzidos pelos discursos* e da maneira como são produzidos.

A idéia do autor é resgatar a crítica literária de certos modos de pensar atuais, a exemplo da visão da literatura como *objeto particularmente privilegiado* ou como *elemento estético separável dos determinantes sociais*.

A retórica é a forma mais antiga de crítica literária. Ao propor sua reabilitação, Eagleton não defende que ela tome o lugar da linguagem crítica moderna, mas que elas se dêem as mãos. E como poderia essa *teoria do discurso* contribuir para aprimorar os estudos dessa área ?

Discursos, sistemas de signos e práticas significativas de todos os tipos, do cinema e televisão à ficção e às linguagens das ciências naturais, produzem efeitos, condicionam formas de consciência e inconsciência, que estão estreitamente relacionadas com manutenção ou transformação de nossos sistemas de poder existentes (p. 226).

O nexos dessa *teoria do discurso* está no elo entre discurso e poder, onde a relação com a ideologia é apenas uma indicação dessa conexão. A ideologia é uma maneira de descrever os interesses dos outros. Os críticos utilizam-na para descrever os seus próprios. Isso determina a diferença entre o ideólogo e o crítico.

O caminho traçado por Eagleton para propor a sua teoria do discurso se avizinha das propostas até agora apresentadas por Perelman e Mosca, neste trabalho. Eagleton traz para a literatura a idéia da reabilitação da retórica como junção da analítica à dialética, traçando um caminho possível entre a literatura e a retórica e devolvendo aos estudos literários a capacidade de indagar sem medo por que determinado estudo literário se mostra compensador, o que se tornou terreno proibido entre formalistas e estruturalistas, por exemplo.



As primeiras teorias literárias foram formuladas pelos sofistas, na antiguidade grega, no século V a.C. Desde a antiguidade até hoje nós podemos dividir o desenvolvimento da Teoria e da Crítica Literária em duas grandes eras: a era clássica e a era moderna. A primeira compreende desde os sofistas até o século XVIII, a segunda, do Romantismo até os dias de hoje. As principais características da era clássica são: a inexistência de um termo específico para designar literatura, uma vez que os clássicos referiam-se ao fato literário como arte literária, a abrangência dos domínios de discussão da arte literária (Poética, Retórica, Gramática, Dialética e Filosofia), e a classificação dos conceitos de arte literária em torno de dois conceitos específicos: um amplo e outro restrito.

Houve muita discordância entre os clássicos quanto à definição e justificação dos preceitos da arte literária. A mais freqüente delas relacionava-se ao conceito de verdade; que verdade a arte literária deve expressar: a verdade das coisas sensíveis e da experiência psicológica do artista? A verdade das idéias abstratas? A verdade da fantasia (Amora, 1964, p. 16)?

O conceito amplo de arte literária surgiu com os sofistas, que também foram os iniciadores dos estudos gramaticais, retóricos e poéticos. Meditando sobre o processo de criação da obra literária, os sofistas definiram três faces distintas a partir dele: a invenção, a disposição e a elocução, com o objetivo de atingir o belo literário: *a invenção devia conter verdade e originalidade, a disposição devia respeitar o princípio da variedade dentro da perfeita verdade da composição; a elocução devia subordinar-se aos princípios da pureza da língua, aos princípios da correção gramatical, da clareza e da harmonia* (p. 17).

Esse processo foi largamente desenvolvido e discutido durante os séculos clássicos, como prova o conceito de arte literária de então: *A arte literária consiste na realização dos preceitos artísticos da invenção, da disposição e da elocução*. Este conceito englobava qualquer obra, de qualquer natureza. Ele vigorou durante toda a antiguidade até o fim do século XVIII e início do século XIX.

Este trabalho aproxima a análise do discurso político da análise do discurso literário através da retomada da análise clássica da arte literária. Propõe, também, amparado principalmente pelo *Tratado de Retórica* de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, uma volta à análise aristotélica, aliada à prática retórica após o aparecimento do cristianismo e do



racionalismo. Acreditamos que a reabilitação da retórica, usada em conjunto com nosso habitual processo analítico de pensar, pode nos ajudar a resgatar o sentido primeiro da elaboração literária de um discurso político.

Sem nos esquecer das contribuições que a lingüística vem proporcionando às análises discursivas, como as que serão objeto de nosso estudo, lançaremos mão também de parte dela, a fim de clarear nosso exercício de análise.

Com o objetivo de transparecer a distinção que faremos aqui entre mecanismos de tipos diferentes, vemos a necessidade de abordar o que, para nós, significam as fronteiras entre os adjetivos lingüístico e retórico.

Dentro de uma concepção enunciativa é preciso distinguir aqueles argumentos que nos são revelados abertamente e que são constitutivos de sentido para nós, ouvintes ou leitores, dos que, ao contrário, originam-se de certas manobras discursivas possíveis de serem tecidas através de um discurso.

Enquanto os primeiros argumentos nos apresentam um encadeamento de mecanismos semânticos, nos segundos são usados mecanismos de interpretação particulares a cada situação e que trabalham com recursos como a reação dos interlocutores, a interação ato-pessoa do orador, o raciocínio de ambas as partes, etc.

Gostaríamos de evitar a antiga distinção sobre o que seja lingüístico ou não, dentro dos discursos a serem analisados, por acreditarmos que esta distinção se superou para dar lugar a uma diferenciação de mecanismos retóricos ou lingüísticos jamais excludentes entre si.

Acreditamos que existem níveis de significação, ou seja, que há mecanismos retóricos presentes no nível mais claramente perceptível da Lingüística fundamental, e também naqueles níveis que constituem as manobras discursivas.

Temos como objetivo buscar, dentro dos textos analisados, a presença de literariedade, ou seja, a influência da estética na expressão do pensamento político delineado pelo discurso de cada presidente.

Qual caminho buscaram os oradores a fim de se fazerem ouvidos, entendidos ? Era este o objetivo primeiro de todos eles ? Qual a expectativa de seu público ouvinte ? Qual a importância atribuída a esse público ? Qual a valoração retórica de cada discurso?

Para Aristóteles, existe uma distinção entre as duas regiões que compreendem o mundo: a terra, chamada de sublunar, e o céu, região do determinismo da lei, onde tudo funciona como um perfeito maquinário.



O céu é, então, a região do domínio da ciência. O sublunar, onde habitamos, é o reino do devir e onde não pode haver ciência segura, uma vez que aqui só se pode contar com as particularidades que a matéria introduz nos raciocínios que os homens fazem sobre a forma e os conceitos puros (Veyne, 1987, p.40).

Aristóteles falava, então, da individualidade do homem, a qual jamais, em sua visão, poderia ser objeto da ciência, porque cada homem vê o mundo segundo a sua ótica, no que diz respeito às ciências humanas. Inversamente, as ciências físicas, para ele, pertencem ao reino celeste. Somente o céu é objetivo.

O discurso político não é uma visão da realidade nas suas particularidades. É um ato de persuasão. Pertence à esfera do fazer-crer através de suas interpretações, que nada mais são além de narrativas destinadas a dar um sentido à história (Fiorin, 1991, p.1). Frequentemente a literatura oferece um testemunho elaborado e complexo, muito mais significativo do que a noção direta da prática social vivida. O discurso político, certamente, não tem o objetivo de clarear idéias, expressar a realidade puramente, mas sem querer, deixa escapar essa realidade pelas entrelinhas. Sua verdadeira leitura deve se dar no viés, nas lacunas.

E o discurso ideológico é aquele em que jamais se diz tudo até o fim, no qual os termos ausentes garantem a veracidade do que se explicita. É o chamado discurso competente ou discurso institucionalizado que, quando proferido, já perdeu os laços com o seu lugar e tempo de origem. É apenas retórico (Chauí, 1980, p.3).

A noção de competência do discurso se dá pela aparência de que o orador sobre o pódio não exerce nenhum poder próprio, individual, mas que este poder *emana da racionalidade imanente do mundo organizado* em cargos e funções ocupados por homens competentes, como o orador que fala (Chauí, 1980, p.9,10).

Relacionamos aqui o discurso ideológico com o discurso científico, mas tanto quanto neste, o discurso político se preocupa em transmitir uma racionalidade de exclusão. Ou seja, o sujeito que fala tenta se subtrair de sua imagem de indivíduo e aconchegar-se na de objeto social que restituirá ao público as qualidades sócio-econômicas e sócio-políticas deles roubadas. Nesse sentido, o discurso político se avizinha da ficção.

Embora o objetivo deste trabalho seja a análise retórica dos discursos presidenciais mencionados nos termos da Retórica Clássica, isto é, dos preceitos aristotélicos e alguns dos seus desdobramentos, em vários momentos lançamos mão dos recursos da análise do discurso. Isto se justifica, em parte, porque a persuasão, o principal objetivo da retórica, é



também um aspecto que preocupa os analistas de discurso que, com suas observações, podem muito contribuir para o estudo de aspectos importantes da persuasão.

À luz dos conceitos aqui discutidos, passaremos a fazer uma análise retórica dos discursos de posse dos presidentes brasileiros desde o primeiro presidente militar até o primeiro presidente eleito pelo voto direto.

Optamos pela análise dos sete discursos pronunciados durante um período equivalente a 27 anos, a partir da tomada de poder pelas Forças Militares no ano de 1964. Trata-se de um período de grandes transformações sociais pelas quais passaram o Brasil e o mundo. Houvemos por bem, então, considerar os cinco discursos do período militar, o discurso do período de transição e o primeiro discurso do novo período de abertura, para, valendo-nos da experiência comparativa, observarmos o fenômeno retórico.



SOBRE OS DISCURSOS

“Nem índios, nem europeus, somos produzidos por uma fala que não tem um lugar, mas muitos. E *muitos* aqui é igual a *nenhum*. Desse lugar vazio faremos falar as outras vozes que nos dão uma identidade”.

Eni P.Orlandi (1990,19)

Wittgenstein (apud Orlandi, 1993, p.78) defende que o silêncio é parte essencial da constituição da linguagem. Sem silêncio não existe sentido. Dizer e silenciar estão juntos na medida em que, ao dizer algo, um sujeito sempre silencia sobre outras significações.

Será possível dizer que existe uma dimensão política do silêncio dentro da formulação dos sentidos? Isso nos remete ao papel da censura que impede que o sujeito ocupe diferentes posições discursivas. Ele só pode produzir *os sentidos que não lhe são proibidos*, o que afeta imediatamente sua identidade (Orlandi, 1993, p.82).

A censura é um lugar de negação, ao mesmo tempo que um lugar da força do movimento. Por isso é um lugar privilegiado para se observar a relação do sujeito com as formações discursivas que o cercam. Com que ideologias ele se identifica? Em que região do dizível ele se insere?

Podemos dizer, assim, que uma formação discursiva obedece a alguns fatores ao ser formulada. Ela depende da formação ideológica do momento e do lugar em que acontece, da conjuntura político-social de seu pronunciamento e do estado das lutas de classes em que se insere. Em resumo, a formulação do discurso de um orador depende do que pode e deve ser dito. Isso equivale a dizer que os indivíduos são interpelados *pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes* (Pêcheux, 1995, p 161).

Seguindo esse mesmo fio de pensamento, se o sujeito se constitui pelas formações político-social-ideológicas que determinam o que deve dizer e até ser, então todo sujeito se *reconhece* a si mesmo em si e nos outros. Descobre-se, assim, que a formação discursiva é,



portanto, o lugar, a matriz onde se forja o sentido dominante, imbricada no complexo das formações ideológicas.

Quando um orador toma certas posições discursivas, ele não o faz originalmente, mas está repetindo, reproduzindo o discurso do outro, o discurso primeiro, intrincado de formações ideológicas no qual se insere, e que é anterior a ele.

Essa relação entre orador e a repetição dos discursos que o cercam é palco de apresentação da chamada “língua-de-espuma” (Orlandi, 1993, p.102), vazia de sentido e essencial na prática do silenciamento. Talvez este seja um ponto de partida para se entender o grande desinteresse da população brasileira pelos pronunciamentos presidenciais.

2.1 FÁBULAS POLÍTICAS

A exemplo da fábula criada em torno da Nova República, pós- Tancredo Neves, podemos afirmar que *é possível criar uma realidade lingüística em que as pessoas se movam como na realidade real, uma vez que a palavra detém o poder; cada tipo de discurso, individual ou coletivo refaz, em certa medida, a cosmogonia, criando um espaço onde os “iniciados” dão como verdadeira uma realidade meramente lingüística, com todas as ilações persuasórias que esta operação mental acarreta* (Paula, out. 1987, p.3).

Nesse sentido, os discursos políticos podem apresentar uma malha discursiva que promove ou enfatiza uma ótica da *boa escolha*, reconduzindo o público por meio de uma pedagogia suficientemente persuasiva (Landowski, 1992, p.37). Tanto quanto as fábulas infantis, os discursos políticos podem ser vistos como pedagógicos, habilitados a conduzir seu público a aderir a determinadas idéias por meio de uma estrutura dramatúrgica ou imaginária, no interior da qual diferentes noções de *boa escolha* podem se tornar instrumentos operatórios.

O período dos governos militares no Brasil (1964-1985) apresenta uma trajetória interessante. Ora revela toda a dureza de seu lado ditatorial, ora deixa entrever suas grandes contradições.

Castello Branco, primeiro Presidente a tomar posse durante o período militar brasileiro, reduziu os níveis inflacionários e soube renegociar a dívida externa. Buscou com muito afincio escrever uma nova constituição e, através disso, permitir que o próximo governo fosse eleito diretamente. Isso, no entanto, não foi possível.



O general Castello Branco proferiu dois discursos diferentes, datados de 11 e 15 de abril de 1964. O primeiro dirige-se ao povo e foi pronunciado através do rádio e da televisão. O segundo foi proferido aos membros do Congresso Nacional. Os dois são textos embebidos de uma proposta de brasilidade, de patriotismo, mas esta característica é mais marcante no discurso dirigido ao Congresso.

Ao povo brasileiro, o Presidente profere um discurso de tipo epidítico, uma vez que seu objetivo maior diz respeito ao despertar de emoções em seu público de forma a conseguir deles a adesão ao que já lhes foi imposto (Hughes & Duhamel, 1962, p.219)¹.

Com este fim, o Presidente recorre a valores que estimulam o ouvinte a fazer algumas escolhas, em lugar de outras. No caso do primeiro discurso, os valores aos quais o orador recorre são valores concretos, uma vez que o Presidente se dirige a grupos determinados, à unicidade de elementos de várias classes, a fim de expressar a idéia de que todos, *Congresso, governadores de Estado, opinião pública, povo e entidades de classe*, concordam com o governo e suas posições.

O discurso dirigido aos membros do Congresso Nacional difere, em muitos aspectos, daquele proferido em cadeia nacional de rádio e televisão, ao povo brasileiro. Primeiramente pela atitude do orador, que se mostra menos formal, mais à vontade perante o segundo público.

Pela extensão dos dois discursos, fica claro que o segundo público, de alguma forma, era, para o orador, mais significativo em termos de expectativas, do que o primeiro. Aquele discurso, mais formal e lacunar. Este, mais detalhado e, apesar de mais rico em figuras de linguagem e de estilo, mais esclarecedor.

Lembremos que, entre os dois auditórios, foi o segundo que o elegeu, o que explica o tom de proximidade com os ouvintes.

Uma das diferenças entre os dois discursos está em que o discurso ao povo brasileiro é composto em ordem decrescente de força nos seus argumentos, e o segundo, em ordem crescente.

Suas premissas são os fatos, ou seja, o orador trabalha com o fato de haver sido escolhido para iniciar um governo militar, após a tomada do poder das mãos de civis. A maestria do texto está em conduzir este fato, e os que são subseqüentes, de forma a fazer crer

¹ As citações em português de obras publicadas em inglês foram traduzidas pela autora desta tese, quando não houver indicação de outro tradutor.



que há democracia na ditadura. Ou, ao menos, que um governo militar é o meio mais viável para se conseguir o progresso rápido do país.

O orador explora, neste discurso, o uso de noções de fidelidade, de lealdade e de trabalho, vinculadas a valores concretos como a Nação brasileira ou o seu cargo de Presidente da República. Ex: *Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação brasileira ...*

Lembramos que a conjunção de valores abstratos com valores concretos é um indício que caracteriza argumentações conservadoras. O texto reitera essa idéia durante seu desenvolvimento, como vemos exemplificado no segundo parágrafo: *Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira.*

Quanto à classificação do auditório, segundo Perelman (1996, pgs. 33,34) existem três tipos de auditório: o primeiro é o universal, formado por homens adultos e normais, o segundo pelo interlocutor de um diálogo e, o terceiro, pelo sujeito que delibera os seus atos. Verificamos, neste caso, que se trata de um auditório universal, uma vez que o discurso foi pronunciado em rede de televisão e publicado nos jornais, o que torna o pronunciamento comum a todo público.

É preciso lembrar, no entanto, que o acordo de um auditório universal é uma questão de direito, e não de fato, uma vez que o orador consegue adeptos quando estes, ao compreenderem suas razões, têm de se curvar às suas conclusões. Ou seja, a argumentação universal deve convencer o auditório pela intensidade das razões que fornece, e também pela validade e evidência delas.

Toda mudança política, afirma Forget (1994, p.29) passa pela mudança discursiva, *sem que necessariamente coincida no tempo e se modele mutuamente.*

Os pronunciamentos políticos funcionam, segundo essa idéia, como um termômetro que mede as relações entre governante e civis, pois é através do discurso que se medem as estratégias políticas, as alianças, oposições e contradições.

Uma característica que nos chama a atenção dentro do discurso de Castello Branco é a falta de contextualização histórica. Em nenhum momento do texto o orador faz alusão a seu passado político, ou aos outros governos anteriores a esse. A única referência histórica ao passado político brasileiro acontece quando o orador repete uma citação de Rui Barbosa, mas o faz somente como ilustração do que defende. Temos nisso uma estratégia retórica, através da



qual a menção do novo período de governo acoberta os anteriores, produzindo assim o próprio *ethos* discursivo desse governo.

Se interpretarmos essa característica como uma estratégia retórica, podemos entender que o seu objetivo pudesse ser o de provocar um apagamento, um esquecimento forçado sobre a população, desviando qualquer lembrança positiva sobre o regime anterior.

O Presidente que o sucedeu, Costa e Silva (1967-1969), ainda que governante militar, tinha por objetivo humanizar a revolução militar de 64, e por isso teve boa aceitação perante a população. Mas suas posições políticas radicais provocaram grande pressão de estudantes e sindicatos.

Os valores aos quais recorre Costa e Silva denotam que, na ocasião de seu discurso, o orador já poderia mencionar um passado, referir-se a um governo anterior, ainda que recente. Assim, o orador se apóia no exemplo do governo que deu início à “revolução”, o de Castello Branco.

Com características de grandiloquência, Costa e Silva reconta o passado através de uma narrativa que tem muito de ficção, principalmente porque evita a confrontação com o público, excluindo-o de sua enunciação, e atendo-se apenas aos pontos que lhe são mais convenientes citar: o governo anterior e sua experiência ao lado dele.

Médici (1970-1974) apresenta um discurso mais enriquecido de detalhes. Pela primeira vez entre os discursos militaristas o pronunciamento inclui o povo através de construções objetivas e carregadas de uma dose de consciência sobre os problemas brasileiros, jamais expressa pelos outros dois presidentes anteriores.

Os discursos de posse dos presidentes militares brasileiros têm como característica primeira serem epidícticos. Eles incitam ao aumento de adesão pelo público sobre o que dizem, mas não concentram forças sobre mudanças de crenças a respeito dos conceitos que o público tem. Sua idéia de nação mostra-se aliada à idéia de vontade política do povo.

Em Geisel (1974-1979), a aproximação que o discurso realiza entre as palavras *povo* e *nação*, associa, também, os anseios de ambos os grupos: povo e poder militar; assim, a vontade das forças armadas passa a equivaler à vontade da nação, do povo.

Estabelecemos aqui, então, que a propriedade do discurso autoritário, militarista, é o paternalismo. O discurso paternalista com uma base autoritária é algo que encontramos no Brasil desde os primórdios da República. E quanto mais despreparada culturalmente for uma pessoa, mais será suscetível de aceitar esse tipo de discurso. Na verdade, existe uma vontade de



tutela, todos queremos alguém que cuide de nós (Polli, 1992, nr.15). As propriedades presentes num discurso têm a ver com a totalidade desse discurso e sua relação com a exterioridade.

A partir dessa noção de paternalismo, que permeia as entrelinhas do discurso militarista e que acaba por dizer mais do que é, na verdade, mencionado, podemos estabelecer as ligações de estruturação, nisto englobando todos os recursos retóricos e gramáticos do texto.

Em meio ao discurso de Geisel, “distensão” representa a metonímia daquela facção governamental que entendia que era chegada a hora de alargar os laços. Percebe-se, no entanto, através desses discursos, que há dificuldade em *aceitar a legitimidade do discurso da oposição* (Forget, 1994, p.25). Liberar ou não, essa parecia ser a discussão interna que caracterizava a disputa de forças dentro do governo Geisel.

Como aborda Chauí (1980, p.3 ss.), para ser *competente*, um discurso é, antes disso, ideológico. E o que opera a ideologia é fazer com que as idéias sobre homem, nação, poder, igualdade, progresso, adquiram um sentido que as transformem de simples idéias em realidade, fato social. Assim, o discurso político firmado sobre noções ideológicas transforma o aparecer em ser.

O discurso político, primeiramente ideológico, realiza a unidade, a identidade que falta à sociedade, através de um mascaramento das divisões e das diferenças que lhes são marcantes. Constrói uma pára-realidade que, por sua organização e lógica, convencem o ouvinte que, então, passa a acreditar nesse parecer da sociedade, onde ele está incluso, identificando-se socialmente.

A construção dessa lógica tem por primeiro objetivo esconder os conflitos sociais, disfarçar a dominação e transformar em universal o que é particular em sua origem (Chauí, 1980, p.21).

A apatia dos ouvintes também já é uma proposição importante dentro do conjunto de acordos próprios de cada discussão. Ou seja, quando o orador só pode contar com a *inércia psíquica e social* de seu público, presumimos que as atitudes e as crenças deste público não serão, agora, diferentes de suas atitudes e crenças anteriores por coerência, ou mesmo por força do hábito.

Ademais, as classes se caracterizam não só pelas qualidades que são comuns a seus membros, mas também pela maneira de julgá-las e tratá-las.



E o discurso político é sempre constituído pela elaboração dos termos de forma a construir, ao contrário da linguagem natural, armadilhas que, por sua vez, prendam a atenção do leitor ou telespectador e, durante esse *processo discursivo* consigam convencê-lo a aderir (Pêcheux, 1990,p.147).

Um primeiro passo para desvelar os meandros de um discurso bem arquitetado talvez seja perceber que o discurso do orador é a repetição de outros discursos, de outras pessoas que, como ele, identificam-se com determinada formação discursiva na qual se estruturam como sujeitos (Pêcheux, 1990, p.174).

O discurso do presidente Geisel é um exemplo clarificador da escolha minuciosa dos termos a serem usados em determinado momento. Infelizmente, perde-se, no nosso trabalho, o privilégio da análise de entonação, já que trataremos apenas do texto escrito.

Ainda que neutra, sabemos que uma expressão sempre denuncia uma escolha prévia do orador. E, quando usamos a palavra orador para aludir à pessoa do Presidente Geisel, desejamos que se compreenda não apenas a pessoa que fala, mas o grupo de assessores que o cercam e a ideologia que é comum a esses membros que, juntos, produzem o discurso político.

Na presidência de João B. Figueiredo (1979-1984), a abertura começou, efetivamente, a acontecer. Seu discurso de posse nos mostra que este era um dos objetivos de seu governo. Por outro lado, como um processo que teve seu embrião no governo Geisel, a abertura não poderia mais ser contida.

Essa mudança gradual em relação à lenta aceitação das esquerdas por parte do governo, o que, certamente, foi uma mudança política significativa, não deixou de ser acompanhada por uma alteração concomitante a ela: a mudança discursiva. Termos como “distensão” e “abertura”, surgidos durante o governo Geisel, já serviam de termômetro discursivo a fim de medir as possíveis mudanças no campo político.

Em seu discurso de posse, o Presidente Figueiredo estabelece claramente quais serão as bases de seu governo. Mais que um simples protocolo, o seu discurso expressa, semanticamente, o respeito aos governos anteriores, acolhe relações amigáveis com países capitalistas e reafirma a continuidade das reformas democráticas pacíficas. A prova de sua aceitação está na quantidade de representantes de governos estrangeiros presentes na cerimônia de sua posse.



2.2 DISCURSO RACIONAL

O período em que o Brasil foi governado por militares caracterizou-se pelo discurso tecnocrático, um discurso baseado na reverência à racionalidade como solução de todos os problemas brasileiros. *A solução do idealismo racionalista consiste em subordinar idealmente o contingente ao necessário* (Pêcheux, 1995, p. 66).

A imposição desse discurso tecnocrático parece ter conseguido mais do que almejava. Caracterizado pelo uso de afirmativas através de discurso direto tornou-se, sem ser percebido, uma forma de imposição de doutrina, de busca de autolegitimação. Um discurso de repressão pela palavra.

O discurso militar, verdadeiramente, não permite trocas. É um discurso exclusivo, que bane todo e qualquer outro que o conteste. E como o Estado consegue isso? O primeiro dos caminhos talvez seja a fusão das fronteiras entre o querer do Estado e o querer do País. O Estado é colocado, pelos militares, como modalidade acima e fora das classes, um corpo intacto e perfeito. Se o Estado é quem opera, o discurso da Nação deve ser o discurso do Estado, por isso é autoritário. Esse é o chamado mecanismo de *universalização abstrata* que nega diferenças, para afirmar uma *unidade superior, que engloba contrários e contraditórios* (Landowski apud Fiorin, 1990, p. 467).

No entanto, mesmo durante os períodos mais repressivos, a referência a ideais democráticos sempre esteve presente. A lenta aproximação entre as facções, a frequência do emprego do pronome possessivo nosso(a): *Reafirmo o meu gesto: a mão estendida...tão da índole de nossa gente*, além do uso de outros recursos lingüísticos, nos mostram os primeiros sinais de cansaço do autoritarismo.

O discurso político comporta dois itens básicos, segundo Fiorin (1990, p. 460): um *fazer interpretativo* que fala da realidade, da política do discurso, e um *fazer persuasivo*, que trata da maneira de convencer o público e conseguir dele o que almeja.

Landowski interpreta esse *fazer-fazer*, ou seja, essa busca de poder, como finalidade do discurso político. Cria-se, então, um artifício a fim de consegui-lo: o fazer-crer por meio de



narrativas que buscam dar um sentido à história. Aqui se insere a noção sobre o discurso tecnocrático. Ou seja, o discurso que privilegia a importância do desenvolvimento tecnológico do país ao mesmo tempo que substitui, através de seu uso, a importância do discurso democrático. A noção de que o país necessitava atualizar-se em termos de desenvolvimento, teve como bandeira, durante o período militar uma apologia da racionalidade como solução de todos os problemas (Forget, 1994, p.82). Parece-nos que esse é um dos mecanismos do fazer-crer.

Ao contrário de Tancredo, que contava com 51% de aceitação à época da eleição, Sarney, ao assumir a Presidência, tinha, à sua frente, todo um país a conquistar. Sarney era, em primeiro lugar, ainda uma lembrança viva do autoritarismo, uma vez que foi presidente da ARENA e do PDS, partidos representativos da extrema direita durante o período militar.

No seu discurso, o Vice-Presidente explora o sentimentalismo que envolve a situação da grave doença de Tancredo Neves. É objetivo, mas seu discurso lembra o do poeta José Sarney, e brinda as pessoas com o que necessitavam após tantos discursos áridos produzidos durante o regime militar: sentimentalismo.

São sete os parágrafos que compõem esse breve discurso do Vice-Presidente. Os três primeiros dedicam-se à exploração do *pathos*, do clima de tristeza em torno da grave doença do presidente eleito, impossibilitado de tomar posse naquele momento.

Em comparação com os outros discursos, que são objeto de nossa análise dentro desse trabalho, o discurso do Vice-Presidente José Sarney apresenta uma série de diferenças em relação aos discursos anteriormente analisados aqui.

A primeira distinção é de tratar-se de um discurso de um governo civil, o que valida a postura de maior proximidade entre o orador e o seu público interlocutor.

A brevidade do discurso também o diferencia da maioria dos outros discursos políticos. A procura, por parte do orador, pela adesão do público, existe em menor escala neste discurso de Sarney, mas não é totalmente inexistente. É trabalhada através do recurso do *pathos*, uma vez que a situação favorecia isso.

No terceiro parágrafo Sarney fala de suas virtudes pessoais. Neste parágrafo existe, primeiramente, a menção de um fato incontestável para qualquer ouvinte: *O Deus de minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade.*

Deus ou o destino permitiram a Sarney estar no lugar de Tancredo, uma vez que não se poderia prever a doença deste. Mas, a junção desse primeiro axioma com a segunda idéia: *Ele*



não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua história, promove um auto-elogio que se ata ao desejo divino.

O discurso de posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello (1990-1993) apresenta-se como o mais longo discurso dentre todos os pronunciamentos de posse pós 64 até os dias de hoje. Historicamente, Collor vive um momento privilegiado, uma vez que a sua é a primeira eleição direta realizada após os 21 anos de regime militar.

Hoje entendemos certas medidas de *marketing* e certas estratégias discursivas através de várias pesquisas realizadas sobre o assunto, das quais se destaca o trabalho de Nilo (1984, p. 143 e 150) sobre as diferenças entre as estratégias discursivas de Collor e de Lula, o candidato que com ele concorreu para o segundo turno das eleições presidenciais¹.

Quanto às diferenças entre os discursos dos dois candidatos, o trabalho de Nilo destaca, basicamente, que o discurso de Lula é um discurso de denúncia, que se utiliza de informações precisas, passíveis de comprovação e veiculadas, principalmente, através do texto. O discurso de Collor, por outro lado, afirma-se pelo genérico, pela imprecisão da linguagem, com ênfase sobre a mensagem visual.

Quando o Presidente eleito, Fernando Collor, inicia o seu discurso de posse, já o faz apoiando-se em valores e atribuições passadas, lembrando ao público que já pertenceu à Câmara dos Deputados: *Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político*. No parágrafo seguinte, o orador retoma novamente o passado, apoiando-se nas figuras do avô e do pai, ambos homens políticos: *...onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal*.

A valorização do passado familiar do presidente Fernando Collor proporciona-lhe uma imagem de político de tradição, de experiência, o que pode ter sido usado para contrapor a imagem, veiculada pela mídia e, em grande parte, responsável pela sua expressiva votação, de político novo, jovem.

A utilização de valores concretos vincula-se *a entes vivos, a grupos determinados, objetos particulares*, em sua unicidade. No entanto, os valores concretos são utilizados, em sua maioria,

¹ Nesse trabalho, Nilo demonstra que a imprensa televisiva teve papel primordial na apresentação do candidato Collor e na construção do mito de “caçador de marajás” durante as transmissões dos debates promovidos pela Rede Globo de Televisão entre os candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello.



para fundar valores abstratos, bem como estes podem ser empregados para criar a soberania de certos valores concretos.

No pronunciamento de Collor, a honrosa menção que faz ao Congresso e ao Senado, apresenta-se como a valorização do concreto com respeito à unicidade dos grupos que procura elogiar. Trata-se de uma adulação necessária a ele mesmo como governante.

Enquanto o estilo rápido de apresentação favorece o raciocínio, como faz o Presidente Fernando Henrique Cardoso em seus pronunciamentos, por exemplo, o estilo lento é responsável por criar uma presença emotiva, cujos principais veículos de apresentação são a *repetição* e a *acentuação* de algumas passagens (Perelman, 1996, p.164).

A especificação de termos e o destaque que se dá a certas palavras têm o poder de suscitar a motivação do ouvinte ou do leitor. As noções gerais e os esquemas abstratos, por outro lado, não atuam muito sobre a imaginação.

Collor tira vantagem do uso de certos termos que, àquela data, suscitavam na população certo frenesi de novidade. A palavra *democracia*, apoiada na expressão *transição de regimes*, prometia ser um processo que, verdadeiramente, começava a se enraizar. A palavra *modernização* acompanha os discursos políticos desde o primeiro pronunciamento de Castello Branco. Carro chefe da campanha presidencial de Fernando Collor, esse termo adquiria, então, outro significado, uma vez que Collor era a fotografia do novo, do jovem atuante, segundo fiel apoio da mídia.

A preocupação com a ecologia passava a ser uma cobrança mundial em relação ao Brasil, em virtude da imensa reserva de mata natural aqui presente; por isso esse novo termo também chamava a atenção do público.

Num sentido mais amplo, no entanto, o discurso de Collor utiliza-se, em geral, de esquemas abstratos, generalizações. Afora alguns termos revitalizados pelo momento político-social, o todo de seu discurso não fala às pessoas, fala ao Congresso e ao Senado, e dirige-se à comunidade de maneira generalizada, sem levar em conta as suas subdivisões em grupos.

O discurso político é construído arbitrariamente. Nele, estrutura e significado nem sempre se tangenciam. Na verdade, buscam se apartar. Sugere sempre uma pequena desconfiança, pois seu encadeamento é, por vezes, demasiadamente cadenciado.

Estudos atuais tendem a concordar quase unanimemente com a tese de que as diferentes modalidades de significação, dentro de um discurso, são expressas por determinadas



formas e que essas formas, no entanto, também podem ser usadas para expressar outras modalidades. Ou seja, uma mesma idéia pode ser formulada de maneira afirmativa ou negativa.

Tal flexibilidade, no discurso, permite que busquemos um significado que supera os limites gramaticais e se avizinha mais a um rol de *categorias de sentidos* ou *categorias afetivas* (Perelman, 1996, p.174). Elas seriam, então, modalidades de pensamento expressas sob diferentes formas e meios gramaticais, muitas vezes somente detectável pelo vínculo entre pensamento e ação.

Um discurso argumentativo brigador pode revelar uma ordem de preocupações com as pessoas, com um grupo, com um indivíduo. O discurso da oposição, da esquerda, geralmente tem essas características porque é argumentador por excelência e, desde sua origem, é um discurso que demanda um espaço próprio, mas este é apenas um aspecto que pode estar presente em qualquer discurso.

É importante conhecer os dados que envolvem a situação de discurso. Ao citar este termo queremos abordar as expectativas dos ouvintes, o contexto sócio-econômico do momento no país e dados afins. Tais informações facilitam o nosso entendimento com relação aos vínculos que se estabelecem entre categorias gramaticais e afetivas.

Coordenação ou subordinação de elementos é, portanto, um problema que ultrapassa as aparências modais e necessita ser analisado também sob a luz da hierarquia de valores aceitos pelo auditório.

Dentro do discurso de Collor, por exemplo, são mais freqüentes as construções coordenativas do que as subordinativas. Conjunções coordenativas como e, ou, nem, mas, etc., determinam, na teoria, as relações lógicas presentes num texto. O que ocorre, na verdade, é que, raramente, essas relações lógicas deixam *as orações assim ligadas em pé de igualdade* (Perelman, 1996, 177). Vejamos um exemplo desse tipo de construção no discurso do Presidente Collor: *A própria idéia de legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um país melhor, mais justo e mais feliz.*

Segundo essa análise feita à luz da hierarquia de valores, é possível entender que a oração de mais peso e que subordina a si todas as outras é aquela que possui o argumento mais forte: *A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas*



também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

No âmbito dessas hierarquias de valores podemos formular ligações entre os elementos de discurso que modificarão consideravelmente as premissas: operamos entre os vínculos possíveis uma escolha tão importante como a que operamos pela classificação ou pela qualificação (Perelman, 1996, p.176). Esta é uma tarefa que exige certo exercício retórico e mental do público. Uma certa malícia ao tomar contato com textos retóricos como este, facilita o desmembramento das frases, até entendê-las de forma automática.

Estudos atuais mostram que a linguagem de uma sociedade igualitária diferencia-se daquela de uma sociedade hierárquica. Enquanto a primeira enfatiza os predicados, a segunda seria evocatória. Nela, os símbolos verbais não representam coisas, mas tornam-se elas próprias. Expressões e fórmulas, numa sociedade hierárquica, são utilizadas dentro de um espírito de submissão total, como se fossem partes de um ritual, automaticamente cumprido pelo público (Perelman, 1996, p.186).

Vejamos um exemplo do uso de tais expressões e fórmulas dentro do discurso de Collor. Cabe lembrar, primeiramente, que tais expressões e fórmulas não são clichês, máximas, provérbios ou slogans, mas linguagem que se constrói a partir dos símbolos hierarquizados pelo orador e, surpreendentemente, imperceptíveis para a maioria do público.

É sabido, no entanto, que um discurso como o que estamos analisando é manipulado por diversos assessores antes de chegar ao orador. Esse processo é responsável por diluir características, como a que estamos agora enfatizando.

Tentaremos expor algumas expressões e fórmulas que consideramos, ainda que muito mescladas ao texto do discurso, exemplificadoras de tais hierarquias: *Um a um vão ruindo os autoritarismos, em toda parte, vão assomando as liberdades.*

A conjunção dessas duas expressões, autoritarismo e liberdade, do modo como foram utilizadas parece tentar estabelecer a sua desconexão dentro do regime atual. Evoca uma nova etapa política, delimitando, com ela, o sepultamento do autoritarismo.

Vejamos outro exemplo: *A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos.*

O governo Collor trouxe à tona expressões até então dormentes, mas que foram responsáveis por dar uma roupagem inusitada ao seu discurso. Cidadania é uma delas, ao lado



de ciranda inflacionária, imaginação fisiológica, drama ecológico e neoliberalismo, entre tantas outras.

Mais que criar um estilo próprio, essas expressões, juntamente com outras, foram responsáveis por inaugurar o novo. Em conjunto com a imagem do jovem atraente, atuante e modernizador que sua figura e seu “marketing” mostravam, tais expressões tornaram-se também bem-vindas ou aceitas.

De modo geral, o discurso de posse de Collor distancia-se dos clichês, das máximas, dos provérbios e dos “slogans”, o que pode ser considerado um índice de qualidade, já que o discurso busca um estilo próprio, sem se apoiar em formas previamente conhecidas de seu público.

Os valores intervêm em todas as argumentações. Nos raciocínios de ordem científica, geralmente se ligam à *origem da formação dos conceitos e das regras* em questão, visando atingir, através dele, o *valor de verdade* (Perelman, 1996, p.84). No campo político, no entanto, os valores são usados como base de argumentação. A recorrência a eles tem como objetivo motivar o público a realizar determinadas escolhas em lugar de outras e, principalmente, justificá-las.



INVENTIO

“Se a moça te agrada”, diz o velho Cármenes, numa comédia de Plauto, “o dote que ela traz deve agradar-te também. De resto, não terás o que queres, se não pegares o que não queres” (Perelman, 1996, p.298).

O discurso em geral é uma articulação de instrumentos lingüísticos que decorre no tempo, ou substituição equivalente desses mesmos instrumentos. Essa articulação é considerada pelo sujeito falante como formando um todo em relação a uma situação, e é empregada por ele, com a intenção de alterar essa situação (Lausberg, 1970 p.79).

Sob esse aspecto, a teoria de Perelman é concordante quando diz que a argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistente (1996, p.61).

Guiado por um objetivo, o orador se põe a imaginar como construir o seu discurso. Quais os passos a dar para a sua elaboração?

A base de todo discurso persuasivo abriga dois itens essenciais: a proposição e a prova. A proposição pode ser defendida como a expressão da crença do autor, a crença intelectual à qual ele chegou após considerar o objeto de seu discurso. A prova pode ser analisada como qualquer evidência que conduza o público a admitir a posição do autor como válida. A persuasão duradoura e confiável necessita do apoio que somente a proposição e a prova podem fornecer. Consideradas conjuntamente, proposição e prova formam um argumento (Hughes & Duhamel, 1962, p.95).

Qualquer seja a forma que o argumento toma – asserção, opinião ou julgamento – o orador dirige seu apelo, por meio dela, ao intelecto e à imaginação do público. Por isso, Lausberg defende que a *inventio* não pode separar-se da *dispositio*, pois as diferentes partes do discurso exigem pensamentos também diferentes. Em outras palavras, a parte inicial do



discurso, por exemplo, apresenta-se como um exercício de obtenção da boa aceitação do público para a causa partidária defendida pelo orador. A parte central do discurso abriga a junção de proposições e de premissas ou provas. As provas alegadas na argumentação podem ser preponderantemente objetivas, ou preponderantemente afetivas, caso seu objetivo seja, respectivamente, o de convencer o juiz intelectualmente ou persuadi-lo emocionalmente (Lausberg, 1967, p. 92). Na parte final do discurso o orador convida o público a pronunciar-se favoravelmente sobre sua defesa; para isso, apresenta como certo o que foi provado durante o discurso.

A caracterização específica de cada gênero em Aristóteles está ligada a certo tipo de prova. Para compreender o papel das provas em Aristóteles é necessário recordar que *todo discurso comporta algo de persuasivo*. Assim, os três gêneros, deliberativo, epidítico e judiciário, caracterizam-se pela persuasão devido exatamente à sua estruturação argumentativa (Osakabe, 1979, p.147).

O gênero deliberativo, quer trate de questões particulares, quer se refira a questões públicas, compreende o conselho, a orientação, e refere-se ao tempo futuro. O gênero judiciário da oratória comporta a acusação e a defesa, e refere-se a fatos passados. O gênero demonstrativo ou epidítico envolve o elogio e a censura e diz respeito, essencialmente, ao tempo presente. No entanto, pode lançar mão de lembranças do passado ou presumir fatos futuros (Aristóteles, 1964, p.30).

A demonstração está, assim, na base dos três gêneros, uma vez que persuadir o público significa ter êxito no ato discursivo.

Aristóteles afirma que é preciso servir-se das provas para a demonstração. E demonstrar é ter provas que possam conduzir o público a concordar com a verdade defendida pelo orador: o discurso é persuasivo ao ser demonstrado por razões persuasivas e dignas de crença (Osakabe, 1979, p.148).

As provas podem ser classificadas entre técnicas e extratécnicas. A invenção refere-se às provas técnicas: o caráter do orador, que não pode ser desligado do discurso; as paixões do público, que não devem ser despertadas senão pelo discurso; e, finalmente, o valor demonstrativo do discurso. Cabe ao orador saber dominar o raciocínio silogístico, pois seu instrumental é a sua própria matéria de criação.

A proposição que, em conjunto com as provas, forma o argumento, como vimos anteriormente, refere-se, em retórica, à probabilidade. É um julgamento resultante da



consideração de várias probabilidades e da decisão de sustentação pela probabilidade mais convincente e de mais crédito.

Os lógicos classificam a proposição em dois tipos: a analítica e a sintética. Em uma proposição analítica, o termo predicado é inerente ao termo sujeito. A proposição sintética denota uma convenção, mas não uma identidade total entre o sujeito e o predicado (Hughes & Duhamel, 1962, p.95). Por isso, quando nos referimos a proposições, fazemo-lo em relação à proposição sintética, uma vez que a analítica está fora do domínio da Retórica. A proposição sintética tem uma validade *a posteriori*, pois chegamos a determinado julgamento através da experiência, e somente através da experiência.

Retomando a teoria de Lausberg, portanto, a elaboração da matéria discursiva apresenta cinco fases, as quais foram primeiramente idealizadas por Aristóteles: a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio*, a *memória* e a *pronunciatio*, estando *inventio*, *dispositio* e *elocutio* intimamente ligadas (Lausberg, 1967, p.91).

A *inventio*, ou invenção, refere-se ao que o orador irá dizer. A palavra vem do latim *invenire* e significa encontrar. Diz respeito ao ato de encontrar *pensamentos adequados, pensamentos que servem como instrumentos intelectuais e afetivos para obter, pela persuasão do juiz, a vitória do partido representado* (1967, p.91). A *inventio*, segundo Lausberg, *não é compreendida como um processo de criação, mas como um encontrar por meio da recordação*, que é análoga à concepção platônica do saber: os pensamentos, aptos para o discurso, já existem, no subconsciente ou na semi consciência do orador, como *copiae rerum*, e só precisam ser despertados por uma hábil técnica mnemônica e mantidos, o mais possível, conscientes por meio de uma exercitação permanente. Lausberg compreende a memória como uma *totalidade espacial*, por cujas divisões ou *topoi (loci)* os pensamentos se distribuem (1970, p.71).

Esse tópico está ligado ao apelo retórico do *logos*, e a sua matéria essencial são os lugares comuns, os *topoi* ou, ainda, os *tópicos da invenção*, quais sejam, por exemplo, a causa e o efeito, a comparação, e várias outras relações. Os *loci* funcionam como ponto de partida das argumentações.

A invenção refere-se ao coro argumentativo, persuasivo da retórica. Ela se efetiva através das provas que, em essência, reduzem-se a raciocínios. Através de raciocínios nós provamos e conhecemos. O raciocínio exteriorizado chama-se argumento (Tringali, 1988, p.62).



Aristóteles analisa toda espécie de lugares, os quais podem servir de matéria para se criar silogismos dialéticos ou retóricos, que são a forma dos raciocínios, e os classifica em lugares do “acidente”, do “gênero”, do “próprio”, da “definição” e da “identidade”.

Perelman, a partir de Aristóteles, analisa apenas os lugares do “acidente”, premissas de ordem geral que permitem fundar valores e hierarquias. Ele acredita serem esses lugares as premissas que *intervêm para justificar a maior parte de nossas escolhas* (1996, p.95). Classifica-os como lugares da “quantidade”, lugares da “ordem”, do “existente”, da “essência” e da “pessoa”. A escolha entre diferentes lugares pode resultar de um ou de outro componente da situação argumentativa. Lugares de “qualidade” podem ser vistos, freqüentemente, como característicos de argumentações revolucionárias, argumentações que visam mudar a ordem estabelecida: *...a sistematização dos lugares, sua concepção em função dos lugares considerados fundamentais, confere-lhes aspectos variáveis e que o mesmo lugar, a mesma hierarquia, podem, em virtude de outra justificação, redundar numa visão diferente do real* (Perelman, 1996, p.111).

É necessário estarmos especialmente atentos à correlação entre os lugares, para os quais nos conduz Perelman: *Quando os lugares da ordem são correlacionados com os da quantidade, o anterior é considerado mais duradouro, mais estável, mais geral; se forem correlacionados com os lugares da qualidade, o princípio será considerado original, com uma realidade superior, modelo, determinante das possibilidades extremas de um desenvolvimento. Se o antigo for valorizado por ter subsistido durante muito tempo e por encarnar uma tradição, o novo será valorizado por ser original e raro.*

Os lugares do existente podem ser relacionados com os lugares da quantidade, vinculados ao duradouro, ao estável, ao habitual, ao normal. Mas também podem ser relacionados com os lugares da qualidade, vinculados ao único e ao precário: o existente tira seu valor do fato de impor-se enquanto vivência, enquanto irredutível a qualquer outro objeto, enquanto atual. Poder-se-ia, aliás, sustentar que o existente, como concreto, fundamenta os lugares da qualidade, dá valor ao único, e que o existente, como real, fundamenta os lugares da quantidade e dá sentido ao duradouro e ao que se impõe universalmente.

O lugar da essência pode ser relacionado com o normal, que é o único que permite, aos pensadores empiristas, a constituição de padrões, de estruturas, cuja realização perfeita foi apreciada em alguns de seus representantes.

Os lugares da pessoa podem ser fundamentados nos da essência, da autonomia, da estabilidade, mas também na unicidade e na originalidade do que se relaciona com a personalidade humana (Perelman, 1996, p.110).



Para Hughes e Duhamel os tópicos compreendem um sistema que facilita o ato da comunicação dos julgamentos sobre todos os temas comuns aos homens inteligentes. Os autores atribuem aos tópicos uma facilidade na elaboração da comunicação clara e planejada sobre quaisquer julgamentos, porque proporcionam uma linha, uma ordenação de pensamentos que permite seguir em direção ao julgamento. Os tópicos são um seguro contra o silêncio que acompanha a sociedade exclusivamente especializada, além de alertarem para a perigosa armadilha de se confundir opinião e julgamento (1962, p.129).

Hughes e Duhamel classificam os tópicos segundo a subdivisão por argumentos de “natureza”, “causa e efeito”, “analogia” e “testemunho”. Argumento, nessa acepção, significa a expressão de um julgamento que tem suporte de proposição e prova, e pode ser ativo ou cognitivo, positivo ou negativo, e variar em tipo e relação.

O argumento de natureza deve ser construído em torno de uma definição tão precisa e inteligível quanto possível sobre a natureza de um assunto. A busca da natureza de determinado assunto deve concentrar-se sobre a descoberta de certas expressões reais e culminará, certamente, na formulação de um julgamento útil no processo de busca das provas do julgamento.

Para defender nossa idéia, nosso julgamento, é preciso documentar, atestar o processo de investigação. Se adequado for, este processo, combinado ao nosso julgamento anterior, produzirá o argumento (1962, p. 133).

O argumento de “causa e efeito”, segundo argumento classificado por Hughes e Duhamel, traz uma dificuldade que lhe é inerente. Decidir entre qual é a causa e qual o efeito é especialmente difícil para o retórico, cuja tarefa é trabalhar com julgamentos e probabilidades, com interpretações, com alternativas e proposições as quais têm o seu lado pró e o seu lado contra. Na verdade, a procura pela causa e pelo efeito está na base de todos os tópicos, uma vez que “causa e efeito” nos servem de guia para atingir os julgamentos. Os dois autores apresentam uma subdivisão desse argumento que está intimamente ligado à “causa e ao efeito”: é o argumento do “precedente, antecedente e conseqüente”.

Quando um julgamento resulta de nossa descoberta das semelhanças entre duas ou mais coisas, temos um exemplo de um argumento de analogia (Hughes & Duhamel, 1962, p.147). Todo o tecido da linguagem está baseado no argumento de analogia e, se não formos capazes de distinguir as propriedades mais comuns dos padrões lógicos presentes nas experiências mais simples, nunca poderíamos desenvolver uma indução. Para completar um



argumento dedutivo é necessário reconhecer os termos que, em meio ao pensamento, demonstram um ponto de similaridade com ambas as premissas, no caso de um silogismo completo. A analogia é um meio de se atingir um julgamento, mas é, também, um caminho para se demonstrar ou provar um julgamento. O argumento dos “contrários” está proporcionalmente ligado ao argumento de analogia, porque, apesar de seu título, também trabalha com similaridades.

O argumento do “testemunho” substitui, freqüentemente, o julgamento. Citar o que determinado indivíduo, com certa autoridade sobre o assunto, disse sobre qualquer julgamento, já pode ter peso de prova. O argumento de “testemunho” ou de “autoridade” hoje já não carrega o vigor de tempos atrás, pois o crescimento do individualismo, o avanço das humanidades e a democratização de nações inteiras reforçaram o valor e a preferência pela definição, a causa e a similitude como formas idôneas de apresentação de provas. O argumento de testemunho deve ser um acompanhamento, não uma alternativa, para os outros argumentos tópicos (Hughes & Duhamel, 1962, p. 155).

3.1 A *INVENTIO* EM CASTELLO BRANCO

Os dois discursos de Castello Branco assinalam um momento ímpar da história brasileira. Marcam o primeiro pronunciamento de uma nova fase da vida do país. Falar da forma como se elabora a *inventio* nessa hora, é falar de como se elaborará o primeiro de uma série de pronunciamentos com uma característica própria aos governos militares.

O primeiro discurso se inicia com o argumento mais eficaz naquele dado momento, a fim de conseguir firmar suas palavras, dada a expectativa da situação. O fato de ter sido escolhido pelo Congresso resume a essência da argumentação que se inicia. A prova mais contundente sobre a valorização desse argumento está na primeira frase: *Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores do Estado.*



A grande força argumentativa reside aqui no lugar da “ordem”, pela classificação de Perelman. O que vem depois, segundo ela, *é superior ao que o antecede*. A superioridade da *lei sobre os fatos*, ou seja, do regime militar sobre o governo anterior, funda a noção do novo regime ser capaz de fazer melhor que o anterior. Essa correlação dos lugares da “ordem” com os lugares da “qualidade” permite ao público entender o princípio como original, com uma realidade superior, modelo, determinante das possibilidades extremas de um desenvolvimento (1996, p.110).

Tal correlação firma-se através de uma nova ordenação, diferente daquela do anterior ser considerado mais duradouro, estável. Inaugura a idéia do primeiro ser o original porque é o primeiro governo de uma nova fase política do país.

Existe a possibilidade de considerarmos esse breve discurso de Castello Branco ao povo como utilitário dos valores relativos aos lugares da “pessoa”, pois o discurso também se fundamenta sobre o mérito do orador em ter sido escolhido pelo Congresso Nacional. Em suas entrelinhas, podemos ler as atribuições quanto à dignidade e a probidade do orador: *O calor da opinião pública, através de autênticas manifestações populares e de numerosas entidades de classe, estimulou-me a essa atitude*.

A *inventio*, no segundo discurso de Castello Branco, parece se basear nos mesmos lugares comuns do primeiro discurso: lugares da “ordem” e da “pessoa”.

O que o orador tem a dizer aos congressistas, e é o material da *inventio*, tem, basicamente, a mesma abordagem do primeiro discurso. A diferença entre eles está na elaboração, na maneira de redigi-lo e no seu espírito inversamente proporcional.

Podemos perceber que nesse discurso não existe o tom de justificativa presente no primeiro. O tom, agora, é de retomada, de recomeço, por isso demonstra disposição, contentamento. A hierarquia do novo sobre o velho está contida nos lugares da “ordem”, que podem se relacionar com os lugares da “pessoa”, os quais neste texto, fundamentam-se sobre a “originalidade”. O novo é, agora, o melhor. Basicamente, o discurso fundamenta-se sobre essa hierarquia de valores (Perelman, 1996, p.110).

Castello Branco, o governante a inaugurar o período do militarismo, baseando-se sobre a noção de “originalidade”, detém para si os méritos do reinício: *Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico na Nação brasileira nestes dias memoráveis de*



abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível.

A idéia marcante aqui é a do orador ser o representante dessa suposta melhor fase que se inicia. A Retórica, como sabemos, não trabalha com valores como a verdade ou o engodo, mas com a capacidade do orador e de sua equipe de apoio em provar ser verdadeiro o que defendem, por meio de suas construções. *Assim é que a sistematização dos lugares, sua concepção em função dos lugares considerados fundamentais, confere-lhes aspectos variáveis e que o mesmo lugar, a mesma hierarquia, podem, em virtude de outra justificação, redundar numa visão diferente do real* (Perelman, 1996, p.111).

A apresentação dos lugares da “ordem”, ou seja, da valorização do “novo sobre o velho” governo, ganha forças quando estabelece que esse novo governo é um ideal juvenil daqueles que buscaram a mudança: *Na singular significação desta solenidade cívica e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas esperanças, desejo assegurar que o juramento agora proferido perante os augustos representantes da Nação encerra muito mais do que a fórmula ritual: contém a reiteração de sentimentos e ideais que nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude.* Essa ponte com o passado, de certa forma, torna o movimento um ato com bases sólidas. Não se trata de uma *revolução* sem motivos, sem ideais ou fundamentos, segundo a verdade construída pelo discurso.

Perelman estabelece uma distinção entre os argumentos quase-lógicos, ou seja, entre aqueles que carregam uma pretensão de validade por causa de seu aspecto racional, e os argumentos fundamentados na estrutura do real (1996, p.297).

Quando usamos a expressão “estrutura do real”, queremos significar um encadeamento de idéias baseado em algum ponto de verdade para, a ela acoplar a sua versão de fatos. Parece ser este o mecanismo de argumentação preponderante no discurso que estamos analisando.

Neste tipo de argumentação, o público deve estar especialmente atento ao significado atribuído à *ligação argumentativa*, ao *portanto*, que é a conclusão do orador, a qual variará conforme ele desejar.

Quando o Presidente Castello Branco estabelece este tipo de ligação argumentativa, ele o faz de maneira pragmática, como, por exemplo, quando apresenta o *Movimento* de 64 como um ato carregado de conseqüências favoráveis, positivas, omitindo ao público a desordem dos quartéis e o policiamento opressivo nas ruas. O orador utiliza, então, uma ligação com a



realidade (a “revolução”) para, a partir desse ancoradouro, tecer uma versão diferente dos fatos apresentados na realidade das ruas.

O *Movimento vitorioso* é apresentado como o meio necessário para se conseguir restabelecer a paz, a democracia, o progresso, a justiça. Trata-se de uma relação meio-fim. Segundo essa versão do orador, o povo, juntamente com as Forças Armadas, aspirou pelo *Movimento*, e por isso ele aconteceu. Minimiza-se o efeito da Revolução, apresentando-a como consequência da aspiração popular.

3.2 A *INVENTIO* EM COSTA E SILVA

O discurso de posse de Costa e Silva fundamenta-se sobre os lugares da “pessoa” quando explora positivamente a imagem do ex-Presidente Castello Branco. O uso desse lugar baseia-se, aqui, sobre a noção de “estabilidade” e correlaciona-se com os lugares da “pessoa”: *Em verdade, o Governo de Vossa Excelência constitui-se em diretriz de decisão, de firmeza e constância numa hora espessa, de inquietudes, incertezas e vacilações...A Presidência da República não é apenas uma forma de exercício administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de tudo, um posto de comando moral. Assim a compreendo e assim quero exercer-la, com a suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou.*

Por meio dessa ligação, o orador estabelece algumas qualidades do ex-Presidente como homem de poder, e relaciona esses valores com a estabilidade que almeja para si. A utilização desse recurso se dá por todo o texto do discurso de posse. O último parágrafo atesta essa constatação: *Trago, pois, para o exercício da Presidência, uma larga lição de experiência – propiciada pela ação direta, pela observação e pela reflexão – do trato da coisa política, que requer paciência e tolerância contínuas, e do trato da coisa pública, que impõe esforço constante de inteligência, coragem e tenacidade.*

Outro valor sobre o qual se firma a elaboração dos pensamentos do orador é o valor da “essência”. Desprezamos aqui a aplicação que o termo tem em filosofia e atemo-nos à “essência” como lugar que permite conceder a determinado indivíduo um valor superior enquanto representante bem caracterizado dessa essência (Perelman, p. 106). Dessa mesma forma, um indivíduo pode ser apresentado como um modelo para a sua categoria, profissão,



caráter, etc. A noção perpassada ao público com relação ao ex-Presidente Castello Branco é exatamente essa, a de modelo de governante militar que apresenta todas as características desejáveis para seu cargo.

A superioridade do que encarna melhor a essência poderia, aliás, ser fundamentada, ora no aspecto clássico e universalmente válido, ora no aspecto excepcional desse êxito considerado raro e difícil (Perelman, 1996, p.110).

O discurso de Costa e Silva demonstra apoiar-se sobre esses dois pilares: Castello Branco é apresentado com uma superioridade ligada aos clássicos, aos valores aceitos universalmente, com a intenção de torná-lo a pedra angular daquela forma de governo.

Como representante desse governo que ora concorre para ser considerado estável, Castello Branco também pode ser visto como inovador, porque é também precursor de um movimento cujo êxito é apresentado como prêmio de um caminho de sacrifícios.

Essas atribuições, em meio ao uso dos lugares ou *loci*, têm, na verdade, um único e significativo objetivo: transferir a noção de estabilidade, que supostamente pertence ao governante anterior, à pessoa do próprio orador.

Em Costa e Silva, os argumentos são tecidos na forma de entimemas, e não de silogismos, pois sua elaboração não segue o esquema estritamente lógico formado pela premissa maior, premissa menor e conclusão.

É com grave emoção que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República. Tenho consciência nítida e profunda da significação deste ato e deste momento. Para eles vêm confluir as esperanças e as incertezas, as aspirações e as realidades de um povo simples e bom, sofredor e paciente, tocado do sentimento caloroso da terra em que nasceu e da sua vocação para a grandeza. Nesse primeiro parágrafo, podemos observar a apresentação de três premissas, mas nenhuma conclusão: 1ª premissa) recebo a magistratura com emoção; 2ª premissa) tenho consciência do seu significado e do momento; 3ª premissa) neles (significado e momento) o povo coloca sua esperança e aspirações.

No parágrafo citado, os pensamentos são bem encadeados, mas apresentam-se numa sequência previsível de idéias. O argumento utilizado, aqui, identifica-se mais a uma analogia quando aproxima a *grandeza* do ato de receber as insígnias, com a *grandeza* à qual o povo estaria destinado.

No terceiro parágrafo do discurso, a sequência de idéias se dá de forma semelhante, mas com uma das premissas negativas: *A Presidência da República não é apenas uma forma de exercício*



administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de tudo, um posto de comando moral. Assim a compreendo e assim quero exercê-la, com a suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou. Resumidamente temos, como 1ª premissa: A Presidência não é uma forma de exercício...; como 2ª premissa, a frase: A Presidência é um posto de comando moral, e como conclusão, temos: Assim a vejo e assim quero exercê-la.

A apresentação se dá, nesse terceiro parágrafo, como uma gradação de idéias. Na verdade, a frase apresentada como conclusão não retoma as premissas anteriores de forma a amarrar semanticamente o parágrafo. O argumento em que se baseia o entimema é o de natureza, pois trabalha com a definição de conceitos.

No último parágrafo do texto, temos um entimema abreviado: *Trago, pois, para o exercício da Presidência, uma larga lição de experiência – propiciada pela ação direta, pela observação e pela reflexão – do trato da coisa política, que requer paciência e tolerância contínuas, e do trato da coisa pública, que impõe esforço constante de inteligência, coragem e tenacidade. Acima de tudo, trago preparados espírito e coração. Confio em que não decairei, jamais, da confiança dos meus concidadãos e da rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência.* Ambas as premissas são, aqui, particulares, uma vez que trabalha com conceitos pessoais. O argumento usado para compor esse entimema parece ser o de “causa e efeito”, pois demonstra a sua experiência e dá indicações de onde ela vem. A 1ª premissa se apresenta como: Trago uma larga lição de experiência...; a 2ª premissa: Minha experiência é propiciada pela ação, observação e reflexão do trato político e público; como 3ª premissa temos: trago preparados espírito e coração.

Segundo Hughes e Duhamel, e de acordo também com Lausberg, o entimema é uma variedade do silogismo que amacia a mecânica da operação. O silogismo, como esquema lógico e organizacional, tem grande valor e é capaz de lidar com os argumentos mais substanciais (1962, p. 127). Em outras palavras, abreviando a apresentação do total de duas premissas e uma conclusão, o autor, muitas vezes, consegue evitar a dureza da forma silogística e reter, ao mesmo tempo, a validade do processo dedutivo existente no entimema.

O argumento, em retórica, merece ser distinto da asserção de um fato ou da simples expressão de uma opinião. O argumento, para Hughes e Duhamel, significa a expressão de um julgamento que possui probabilidades e abarca ambos: proposição e prova. O argumento pode ser ativo ou cognitivo, positivo ou negativo; pode variar em tipo e relação. No capítulo denominado *Topics*, Hughes e Duhamel exploram os argumentos de natureza, de causa e efeito, de analogia e de testemunho, como vimos anteriormente. Esses argumentos nos ajudam a



identificar, dentro do silogismo ou do entimema, um plano de inquirição que tem a intenção de produzir julgamentos claros, controlados e válidos. Esses esquemas de pensamentos desafiam, segundo os autores, todas as forças que impedem a comunicação, porque se comprometem com todos os assuntos internos ao julgamento (1962, p.132).

Os dois autores não nos deixam esquecer, ao analisar a invenção, que a persuasão não se dá, contudo, somente por razões lógicas, por argumentos baseados em intenções retóricas ou em esquemas argumentativos. A persuasão se dá tanto por vias do conteúdo da expressão, quanto pelo modo de se expressar do orador. A lógica continua importante para aqueles que podem transcender as várias técnicas de persuasão emocional, mas existe uma confiança crescente com relação ao desenvolvimento de uma imagem favorável, uma figura de alguém ou de um produto, a qual pode evocar uma resposta favorável automaticamente (1962, p.172).

O papel desempenhado pela imagem do orador como apelo ao seu público é de primordial importância para a sua aceitação. As pessoas tendem a votar para um candidato que transmite uma imagem daquilo que procuram: segurança, liderança ou identificação própria. Mesmo que essas qualidades jamais estejam presentes no candidato, o eleitor o escolherá pela imagem daquilo que almeja, pela representação feita pelo político. As pessoas tendem a comprar automóveis que são grandes demais para suas garagens, caros demais para seu orçamento, e completamente avessos às suas necessidades de transporte numa cidade congestionada, porque o carro é uma imagem do tipo de vida que gostam de pensar terem: imponentes, poderosas e com estilo (1962, p.164).

Como um fabricante, o político elabora seu discurso de acordo com o produto imagem que ele quer criar. Relembramos, então, aquela noção explorada anteriormente, em nosso trabalho, sobre a conveniência do governo militar em fazer uso do paternalismo numa época de dificuldades para a população.

3.3 A *INVENTIO* EM MÉDICI

O discurso de Médici, ainda que mais próximo do povo em relação a seus antecessores, apresenta, assim como os outros dois até o momento analisados, clichês conhecidos, como a



valorização própria por ter sido escolhido pelas Forças Armadas, as promessas de democracia e desenvolvimento, bem como o repúdio à esquerda, travestido pela noção de comunismo.

Uma das novidades aqui é a extensão do discurso, além da pormenorização de assuntos, até então apenas pincelados. Quando o orador fala sobre volta à democracia, o que por si só caracteriza um assunto não mencionado em relação aos discursos anteriores, ele faz concessões até então jamais admitidas pelas forças armadas: *Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram ou que dela decorrem. E estou disposto a pô-las em prática.*

A *inventio*, no discurso de Médici se dá pela utilização de tópicos de invenção de tipos mais variados em relação aos dois outros discursos. O primeiro deles é o de “comparação” e pertence à subdivisão dos tópicos chamados “comuns”, por Aristóteles. Segundo ele, o orador se compara, indiretamente, ao ex-presidente Costa e Silva. A constatação desse tópico se dá pela seguinte relação: fui escolhido para este cargo a fim de substituir o presidente Costa e Silva, tenho experiência para isso, pois fiz parte daquele governo, por isso estou preparado para assumir o encargo. A comparação entre Costa e Silva e o próprio orador é sutil, pois está apenas implícita na construção.

Delineia-se também no texto um tópico de invenção do tipo de relacionamentos baseados nos “contrários”, construído sobre determinado pensamento: *o meu governo se inicia numa fase que continua muito longe do ideal, reconheço essa realidade e lutarei para mudá-la e voltarmos à democracia.*

Logo em seguida o orador se exprime sobre a versão militar em relação à *revolução de 64*. Ele constrói essa versão partindo do seguinte entimema: *jamais voltaremos ao sistema político anterior, pois ele quase dividiu a nação entre uma minoria privilegiada e uma maioria marginalizada. Também não aceitamos a destruição das instituições, como pregam os extremistas, mas faremos a reforma das mesmas instituições, de modo a completar a verdadeira revolução da Democracia e do Desenvolvimento.* Aqui o orador trabalha com o tópico de “circunstância”, estabelecendo relações entre um fato passado e um futuro. O fato passado representa-se pelo governo anterior, o futuro, pelos projetos de reforma das instituições.

Para realizar a reforma das instituições o orador convoca todo o povo, consciente de que, para fazê-la, é necessário liberdade. Essa liberdade, esclarece o orador, é, antes de tudo,



liberdade em relação ao comunismo: *Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem. Na medida em que os estudantes, os políticos, os operários, os jornalistas e os religiosos conseguirem livrar-se dessas manipulações e manobras, assegurando autenticidade às manifestações de sua vida institucional, estarão conquistando a própria liberdade que — é bom deixar esclarecido — não cabe ao Governo outorgar, mas, apenas reconhecer. Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia do meu governo. Mas não me deixarei iludir, nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade.*

Na construção acima, podemos observar a predominância de idéias que se chocam. O orador realiza uma convocação e em seguida define o que será necessário para conseguí-la, mas declara que não fará as concessões apresentadas de início. Essa união de idéias contrárias é definida por Aristóteles como tópico de “contradição”.

Em sua maioria de construções, o discurso de Médici é trabalhado através do relacionamento de “contrários”. A seguir relatamos algumas construções que desenvolvem essa tendência: *Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo. E confesso, lealmente, que gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de compreensão do povo. Mas, não pretendo conquistá-la, senão com o inalterável cumprimento do dever./ Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência.*

Os “contrários” são utilizados com a finalidade de censurar. Para isso, o orador deve examinar se *há ou parece haver algo de repreensível no comportamento de quem se está censurando* (Aristóteles, 1964, p.160).

Os lugares da “qualidade” também se fazem presentes ao afirmar que sua administração não errará como a anterior: *Considero, também, que não podemos perder mais tempo, recordando os erros de administrações anteriores. Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro.*

O lugar da qualidade redundna na valorização do único que, assim como o normal, é um dos pivôs da argumentação. O único é ligado a um valor consciente: *o que consideramos um valor concreto nos parece único, mas é o que nos parece único que se nos torna precioso* (Perelman, 1996, p.101).



Da mesma forma, quando o orador fala das dificuldades que enfrentará em governar, ou do período difícil pelo qual atravessa o país, consegue valorizar seus argumentos, pois o difícil concerne, acima de tudo, ao sujeito enquanto agente da ação. Apresentar seu novo cargo como prova de sacrifício e coragem é engrandecê-lo como algo singular, porém voltando holofotes à sua pessoa, e não à ação de governar.

Uma das perguntas que fazemos ao analisar a *inventio* em Médici é sobre a importância do empenho de se argumentar pelo “sacrifício” (Perelman, p.274). Trata-se apenas de um expediente? Seu objetivo poderia ser o de despertar o *pathos* e tornar o público mais receptivo à mensagem?

A argumentação pelos “contrários” conduz o público a uma generalização, partindo de uma situação particular e exigindo aplicar-se o mesmo tratamento à situação simétrica.

A larga utilização da argumentação pelos “contrários” denuncia uma característica marcante no texto de Médici, a qual se assinala por conjunções adversativas implícitas nos raciocínios.

Essa maneira concessiva de se dirigir poderia denunciar atitudes governamentais de estrutura semelhante, por parte do orador e de sua equipe?

3.4 A *INVENTIO* EM ERNESTO GEISEL

Ainda que formulados por uma equipe de profissionais com todo o aparato de produção à sua disposição, o discurso político também fala entre as linhas. A escolha dos lugares comuns é um exercício que pode ajudar o pesquisador ou leitor a descobrir a essência do pensamento caracterizador de uma gestão.

Geisel utiliza-se de variados tópicos comuns, como o das “máximas” ou “provérbios”. Ao fazer uso desse tópico, o orador inicia o desenvolvimento de sua idéia exatamente a partir de uma máxima: *Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior.*



A máxima é uma maneira de se exprimir em termos de universalidade; as pessoas sentem prazer quando ouvem o que previamente já haviam concebido. Além dessa função as máximas também conferem ao discurso um caráter moral que se conhece quando as preferências do orador são expressas (Aristóteles, 1964, p.154).

Partindo de tal máxima, o orador complementa que voltará a atenção ao povo em geral, e não aos interesses de grupos variados. Dirá não a proposições ilegítimas e estará aberto a críticas construtivas.

O orador utiliza-se de pares como o “todo e as partes” para pedir confiança nele e em seus auxiliares governamentais: *Espero que confiem não só em mim, mas também nos que escolherei para auxiliar-me diretamente na pesada tarefa governamental que se me depara.* No mesmo parágrafo, o orador volta a utilizar o tópico ao conectar o seu governo aos outros governos militares dos últimos dez anos, para declarar que têm criado, conjuntamente, uma: *Graças, em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da Revolução, estamos realmente atingindo sólida e ampla base de partida - legado ímpar que receberei das mãos ímpolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici- Espero que confiem, não só em mim, mas também nos que escolherei para auxiliar-me diretamente na pesada tarefa governamental que se me depara, em continuação à extraordinária obra que, há um decênio, se vem realizando neste país, sem desfalecimentos, nem pausas, muito menos irreparáveis retrocessos.*

Continua a explorar esse mesmo lugar comum no parágrafo seguinte a este, quando diz que a crise brasileira faz parte de uma crise maior internacional: *Certo é, entretanto, que o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história da humanidade, seja pela crise generalizada no setor da energia, que se manifesta, grave, em termos de escassez e de custos desmedidamente acrescidos, com reações em cadeia, para um sem número de matérias-primas e de produtos essenciais, seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar, como no econômico-financeiro, seja, também, pela onda de violência indisciplinada, destruidora e mesmo irracional, que abala os alicerces da sociedade, nos mais variados quadrantes do globo./ O Brasil, evidentemente, não se pode furtar às danosas e múltiplas repercussões desses críticos acontecimentos, participe que é, dia a dia mais atuante, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da vida internacional.*

O próximo tópico utilizado é o de “causa e efeito”, estabelecido por Aristóteles. Esse tópico se apresenta aqui de forma inversa. Em primeiro lugar o orador apresenta o efeito: *Não obstante essa situação, sem dúvida difícil, acredito conseguirmos galhardamente transpô-la, já que não é de se lhe prever longa duração ...*, e em seguida, as causas: *graças ao sólido potencial de nossa terra e, principalmente, à capacidade, ora despertada de nossa gente, de um extremo ao outro dessa pátria imensa.*



O mesmo tópico de “causa e efeito” se estende até o final do discurso, quando o orador declara que a qualquer ação subversiva corresponderá uma resposta de contenção.

Através da classificação geral dos lugares dos três gêneros, Aristóteles admite o lugar do “possível e do impossível”, do “existente e do inexistente”, e o lugar da “amplificação e da depreciação”. Por meio dessa divisão ele delimita o *espaço do pensamento retórico ao nível da prática*. Pronunciado numa sociedade, em certas condições históricas, o discurso do orador, entendido como uma ação política, só deve procurar suas premissas naquilo que essa sociedade e as condições históricas lhe colocam à disposição, enquanto verdades válidas num dado momento. Portanto, o lugar não deve ser considerado como um definitivo moral (Osakabe, 1979, p.155).

Quando um orador elabora o seu discurso, não utiliza os lugares como ponto de partida para seu raciocínio. Na verdade, seu raciocínio se constrói a partir das categorias de que são formados os lugares, como aqueles mencionados até agora. *A logicidade das categorias de que são formados os lugares dos gêneros exige, portanto, da parte do orador, exercício de raciocínio, mais que de conhecimento efetivo do mundo* (1979, p.155).

Dois meses após pronunciar o primeiro discurso pela televisão, Geisel profere o discurso em que recebeu o poder, no Palácio do Planalto. Esse último discurso apresenta uma linguagem menos rebuscada, mais clara que o anterior, dirigido ao povo.

O segundo discurso trabalha, basicamente, com três tipos de lugares: “causa e efeito”, “todo e partes” e “antecedente e conseqüente”. Nele, o *projeto nacional* é visto como a causa da empolgação popular: *Um projeto nacional de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula a realizações cada vez mais admiráveis, mesmo que à custa de sacrifícios maiores que se façam acaso mister*. E ainda em: *Um sopro de modernização e dinamismo anima arrebatador o povo brasileiro...*a causa do ânimo popular defendido pelo orador tem como motivação a modernização e o dinamismo dos governos militares. Mais uma vez: *Eis aí o tónus revigorante que trouxe ao país esta Revolução de 64*.

Esses três encadeamentos de idéias esboçam pares de lugares do tipo “causa e efeito”. Juntos, formam construções um tanto artificiais, pois demonstram um contentamento inexistente entre o povo da época. O governo de Médici caracterizou-se pelo uso da força e o que mais se reivindicava durante aquele governo era a volta dos exilados e a abertura do regime. Por isso, falar em contentamento ou dinamismo arrebatador diante dos projetos nacionais do governo torna-se quase irreal.



O par “todo e partes” é utilizado para estabelecer a ligação do país com o compromisso internacional: *E a Nação, fiel sempre a quaisquer compromissos voluntariamente assumidos na esfera internacional, dá-se bem conta de suas responsabilidades acrescidas no contexto mundial – e nunca as defraudará.*

Mais à frente, o orador volta a utilizar esse mesmo par, quando se dirige ao ex-presidente Médici e se refere aos ex-presidentes Castello Branco e Costa e Silva como parte da história brasileira: *Na direção suprema do país, V.Exa., cuja estatura de governante sereno e firme, em sintonia sempre com os anseios populares, ora se incorpora em traços definitivos singulares à história de nossa Pátria, bem como os beneméritos Presidentes revolucionários que o antecederam -*

O par “antecedente e conseqüente” é usado para fundar o conceito de ser o momento do discurso, uma época de amenidades, ao contrário do início do regime: *Natural é, portanto, que ela, dramaticamente nascida, como tinha de ser, enfune agora velas de esperança a um futuro, mais promissor ainda, de generoso consenso nacional em torno do decidido e magnífico propósito da criação de uma grande nação, próspera, soberana e justa -*

O orador faz largo uso do encadeamento de idéias baseado nos pares “causa e efeito”, e um uso menor dos pares “antecedente e conseqüente”, pois ambos são subdivisões dos tópicos de “relacionamento”, segundo Aristóteles. Essa característica discursiva pode nos conduzir a entender melhor o raciocínio do orador e, talvez, denunciar o que procura esconder. Aristóteles nos orienta a fazer perguntas ao texto a fim de buscar os pensamentos escondidos nos *loci: quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando* (Lausberg, 1967, p.91) ?

Aplicando parte dessa teoria aos discursos de Geisel, podemos nos perguntar qual a causa do orador utilizar tão largamente os pares “causa e efeito” e “antecedente e conseqüente”? Os raciocínios criados sobre os pares citados apresentam indícios de serem apenas expedientes? Essa é a melhor abordagem para tal assunto?

Todas as vezes em que o orador utiliza os pares “antecedente e conseqüente”, ele o faz para conectar o Brasil de hoje ao Brasil dos primeiros dias de governo militar. A idéia presente, neste caso, é de que o povo já pode colher os frutos daquele período de dificuldades que foi a transição de regimes. Alude também a um contentamento das pessoas, uma satisfação diante das conquistas governamentais.

O par “causa e efeito” é utilizado com objetivos semelhantes nos dois discursos. É empregado para engrandecer os feitos do regime. Noutro de seus empregos, é utilizado para demonstrar a força do militarismo, no primeiro discurso.



A amplificação e a atenuação são entimemas cujo objetivo é mostrar que uma coisa é grande ou pequena, e também que é boa ou má, justa ou injusta, e assim das outras qualidades (Aristóteles, 1964, p. 185).

O par “todo e partes” é empregado para ligar o Brasil à esfera internacional e para conectar seu governo aos anteriores, classificando-os como base de partida para o regime. No primeiro discurso esse par também é utilizado para estabelecer uma correlação entre a crise pela qual atravessa o Brasil e uma crise maior que atinge todo o mundo.

Cabe lembrar que toda análise é direcional, mas o orador só consegue estabelecer essa direção se contar com a devida adesão de seu público. Uma análise não técnica, como é o caso deste discurso de Geisel, adaptar-se-á ao auditório, tomando direções com as quais esse auditório concorde, ao menos em termos mais gerais. Por exemplo, existem *lugares* do “bom” e do “preferível” que são indiscutíveis por serem óbvios, como a superioridade do belo sobre o feio, do bom sobre o ruim. São valores básicos presentes em nossos modelos conceituais, que servem de primeiro degrau para alguém estabelecer qualquer comunicação conosco.

Perelman classifica como argumentos quase-lógicos aqueles que se comparam a raciocínios formais, ou seja, que apresentam a estrutura de um raciocínio lógico ou matemático, porém são demonstrativos. O que caracteriza a argumentação quase-lógica é exatamente seu caráter não-formal. Caso o público não opere essa transposição entre níveis de argumentação, ele jamais perceberá essa característica intrínseca de construção discursiva. Vejamos alguns exemplos de construções argumentativas quase-lógicas no texto em análise: *Espero que confiem não só em mim, mas também nos que escolherei para auxiliar-me diretamente na pesada tarefa governamental que se me depara, em continuação à extraordinária obra que, há um decênio, se vem realizando neste país, sem desfalecimentos, nem pausas, muito menos irreparáveis retrocessos. / Por isso, também, nunca poderei dispensar a compreensão de todos os brasileiros, os quais, nas reservas profundas de seu civismo e de sua fé nos supremos valores ético-sociais, bem se dão conta do que estabilidade e ordem representam como penhor essencial do progresso e do bem-estar de todo o povo.*

Ainda seguindo a linha de argumentação quase-lógica, existe uma subdivisão entre tipos de argumentos utilizados para se conduzir uma argumentação quase-lógica. São eles os argumentos de reciprocidade, dos contrários, da transitividade, de comparação e outros. Através do argumento de transitividade, por exemplo, o interlocutor consegue *ordenar seres, acontecimentos, cuja confrontação direta não pode ser efetuada* (Perelman, 1996, p.299). A partir de



noções como X é maior que Y, ou Y é mais desenvolvido que X, estabelecem-se, entre os seres, relações de transitividade.

Parece-nos ser este um dos tipos de relações que o texto de Geisel estabelece. Entende-se que existe uma missão a ser *cumprida* pelo interlocutor (X) que se estenderá à frente da missão *cumprida* pelo ex-presidente (Y), cuja principal característica será a de lutar, com todas as forças, contra qualquer facção contrária aos seus valores (Z).

Baseando-nos sobre um raciocínio silogístico, teremos uma confrontação de X e Y contra Z. Isto jamais seria explorado de forma clara num discurso como o do Presidente Geisel, porque esse confronto é uma abordagem indesejada, mas o significado desse raciocínio transita pelos termos utilizados pelo interlocutor : a luta armada contra a esquerda.

Abordamos até então, dentro do texto do discurso de Geisel o uso dos argumentos quase-lógicos baseados em encadeamentos de idéias. Voltaremos nossa atenção, agora, para o emprego dos argumentos baseados na estrutura do real, ou seja, nas relações estabelecidas entre juízos admitidos e outros que se deseja promover. A válvula mestra desse tipo de argumentação é se valer de acordos suficientemente garantidos para que estes permitam o desenvolvimento da argumentação (Perelman, 1996, p.297).

Esses argumentos baseados na estrutura do real dividem-se em dois tipos: aqueles que estabelecem ligações de “sucessão”, cujo principal vínculo é o “causal”, e os que realizam ligações de “coexistência” e unem duas realidades de nível desigual.

Perelman estabelece como protótipo dessa construção teórica, as relações existentes entre uma pessoa e seus atos, lembrando que as noções de responsabilidade, mérito e culpabilidade são relativos à pessoa, e as noções de regra e norma referem-se propriamente aos seus atos.

A idéia de pessoa introduz então um elemento de estabilidade. Ela está, contudo, inteiramente ligada aos atos que a pessoa venha a efetuar, por menores que sejam. Jamais o orador é visto dissociadamente de seu discurso, pois quem argumenta expõe, constantemente seu prestígio.

É essa idéia abordada no segundo exemplo acima mencionado, quando o Presidente pede o apoio da população para dar continuidade à luta armada contra as facções de esquerda, alegando buscar estabilidade e ordem na proporção direta do progresso e bem-estar do povo.

Nesse parágrafo e, generalizadamente, por todo o texto, transpira-se o prestígio do estadista Ernesto Geisel, e não do governo como união de ministros e assessores.



Principalmente por razão do regime ao qual o país estava submetido, presidencialista e autoritário, o discurso do presidente Geisel enfoca, em único plano, a sua pessoa e as qualidades e defeitos próprios.

Será percebido como expediente (receita estereotipada que indica o artifício) o discurso cujas regras e técnicas *por causa de sua natureza uniforme ou rebuscada, não parecem naturalmente moldados no objeto* (Perelman, 1996, p.513).

Um exercício positivo na busca do expediente de um discurso é transferir os encadeamentos de idéias provocados pelos pares, para outros discursos. A simples presença de esquemas argumentativos transponíveis para outro discurso, ainda que teoricamente, podem sugerir a acusação de expediente (1996, p.513).

Bastaria acusar o aspecto mecânico, abstrato e formal do discurso de Geisel para percebê-lo como expediente. Tais aspectos sugerem que o orador buscou uma versão dissociada da realidade, uma pára-realidade.

3.5 A *INVENTIO* EM FIGUEIREDO

O discurso de Figueiredo segue o exemplo do discurso de Médici com relação à sua extensão. Discurso mais longo que os dois primeiros governos militares, porém caracterizado por um uso menos intenso dos lugares comuns.

O orador inicia o discurso correlacionando o lugar da “pessoa” com o lugar da “essência”, quando apresenta o ex-Presidente Ernesto Geisel como representante da essência do regime militar: *Os passos de Vossa Excelência, eu os acompanhei em toda a minha vida. Para mim, Ernesto Geisel foi exemplo de virtudes militares e cívicas a seguir e emular./ Deus me premiou ao fazer-me receber esta faixa, insígnia da mais alta magistratura de nossa Pátria, das mãos honradas de Vossa Excelência.*

Ao dirigir-se à pessoa do ex-presidente, o orador faz uso do lugar dos “correlativos” apresentado por Aristóteles (1964, p.164). A noção de correlação nas seguintes frases jaz na



idéia de que, como ministro de Geisel, o orador acompanhou os passos exemplares do ex-Presidente e, portanto, saberá conduzir o País da mesma forma: *Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do bem da Nação e do Povo./ Vi quando mudou convicções amadurecidas, diante de soluções mais adequadas./ Vi quando – entre tantas propostas conflitantes – ousou escolher a melhor, ainda que a menos popular./ Vi a serena e patriótica lucidez de Vossa Excelência quando – a despeito de duras crises, no âmbito nacional e internacional – soube conduzir o País a um real progresso social e político./ E peço a Deus que, ao sair deste Palácio, daqui a seis anos, tenha eu percorrido o caminho exemplar de Vossa Excelência: caminho que é a própria História da nossa Pátria.*

A exploração dos lugares da “ordem” determina a superioridade do sucessor, no sentido de que o posterior está acima e além daquele que o antecede, ou seja, o novo é superior ao velho também por questão de ordenação natural.

Ao dirigir-se à pessoa do ex-Vice-Presidente, o orador também se expressa através de valores vinculados à pessoa, fortalecendo sua imagem de dignidade e merecimento. De certa forma, o lugar da “pessoa” correlaciona-se também aqui com o de “natureza”, segundo classificação de Hughes e Duhamel, à medida que o orador define o significado do cargo da Vice-Presidência: *Ser Vice-Presidente da República – como tão bem demonstrou Vossa Excelência – é um constante exercício de humildade, modéstia e confiabilidade. A um passo do Poder, cabe-lhe sobretudo, estar pronto a servir.*

Através de uma relação de analogia, diz que seu governo seguirá os passos propostos pelo Barão de Rio Branco. A analogia torna-se aqui um fator de base para a apresentação do argumento de testemunho. O uso desse argumento fortalece as palavras do orador, porque confere às suas o peso das palavras da autoridade citada. Num mundo supostamente mais democrático e individualizado, como vivemos atualmente, esse costume do testemunho caiu em desuso: *A inalterável tradição de convivência harmoniosa, que caracteriza a diplomacia brasileira, inspira-me a reafirmar, neste momento, o roteiro proposto pelo Barão do Rio Branco, no começo do século, para a política externa brasileira. O Brasil do futuro, disse ele, há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito e no bom senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos.*



Nesse parágrafo, o emprego do par “causa e consequência” verifica-se pela relação entre a tradição de convivência harmoniosa do brasileiro e a inspiração que desperta no orador para reafirmar o roteiro do Barão do Rio Branco.

Posteriormente o orador inicia doze parágrafos usando a palavra *reafirmo* como abertura de cada um deles. Esse recurso parece reforçar a idéia de continuidade em relação aos governos anteriores, marca comum entre os discursos até agora analisados. O primeiro desses parágrafos ilustra com firmeza essa posição de continuidade através do argumento de “precedente, antecedente e consequente”, apresentado por Hughes e Duhamel: *Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel.*

Observamos a apresentação de precedentes nos exemplos dos Presidentes, cujo empenho em *assegurar uma sociedade livre e democrática* lhes era comum. Como sujeito continuador do sistema, o orador sugere, antecipadamente, como será seu governo e que ele atingirá as mesmas consequências dos governos anteriores, ou seja, liberdade e democracia.

Ainda trabalhando com a estrutura argumentativa de “precedente, antecedente e consequente”, no próximo parágrafo, a palavra *Reafirmo* transmite a idéia de precedente; a expressão da continuidade das reformas de Geisel fornece o fator antecedente; a consequência desse encadeamento de idéias parece estar na expressão da opinião pública: *Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.*

No parágrafo: *Reafirmo a prioridade ao desenvolvimento agropecuário. Como meio de prover rapidamente a elevação dos padrões alimentares do povo. Como forma de melhorar substancialmente a qualidade de vida nos campos* ao abordar o desenvolvimento agropecuário, o orador utiliza o argumento de “causa e efeito”, segundo a abordagem de Hughes e Duhamel, ou a relação de “analogia”, segundo a apresentação dos lugares, de Aristóteles. De qualquer forma, a prioridade ao desenvolvimento agropecuário apresenta-se como causa de seu empenho, a fim de conseguir a elevação dos padrões alimentares e de qualidade de vida (efeito). Observando-se por outro prisma, há analogia proporcional nas situações apresentadas pelo orador: a



prioridade agropecuária é um modo de prover rapidamente a melhora do padrão alimentar e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

O próximo parágrafo utiliza a estrutura de argumento “correlativo”, explorada por Aristóteles: *Reafirmo: o combate à inflação é condição preliminar do desenvolvimento. E será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos preços.* Assim, o combate à inflação terá como termômetro a elevação dos preços. Caso estes se elevem, as medidas de contenção deverão ser aplicadas na mesma proporção. Segundo a teoria de Hughes e Duhamel, essa apresentação casa-se com a argumentação de “causa e efeito”, sendo a causa o aumento de preços que pode provocar o efeito de combate, ou seja, que pode forçar o governo a impor medidas de combate à inflação.

Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos os custos do nosso desenvolvimento. Nesse parágrafo, mais uma vez o orador utiliza o argumento de “precedente, antecedente e conseqüente”. Continuar a promover o equilíbrio de contas é apresentado aqui como argumento precedente. A tradição firmada pelos governos anteriores (antecedente) prova que os recursos externos são condição primordial para o progresso do país, mas propõe o financiamento interno do desenvolvimento (conseqüência).

Em seguida, aborda a junção de contrários, segundo a subdivisão aristotélica e a classificação de Hughes e Duhamel: *Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra – tão mais cruel, porque mais próximos os bens da civilização.*

Mais uma vez o orador utiliza um testemunho, uma citação para valorizar o clichê político da justa remuneração salarial: *Reafirmo a minha determinação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa em relação ao trabalho produzido, às suas necessidades como chefe de família e à harmonia entre os vários segmentos da sociedade. Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações.*

Os últimos usos dos tópicos ou lugares-comuns se dão através do argumento de “causa e efeito”: *Vou entregar-me de corpo e alma às tarefas do Governo, para assegurar uma administração eficiente*



e proba. A causa, aqui, é a do Governo, e para ela o orador promete se entregar com o objetivo de *assegurar uma administração eficiente e proba* (efeito)./ *Numa nação jovem, como a nossa, é natural uma certa dose de impaciência na promoção dos anseios populares*. A causa é apresentada como a juventude da nação, a qual seria responsável por provocar a sua impaciência (efeito).

Conforme o orador conceba a sucessão causal sob o aspecto de “causa e efeito”, ou “fato e consequência”, ou ainda, “meio e fim”, a ênfase sobre o primeiro e o segundo dos termos pode revelar aspectos muito importantes dessa relação. *Caso se queira minimizar um efeito, basta apresentá-lo como uma consequência; se se quer aumentar-lhe a importância, cumpre apresentá-lo como um fim* (Perelman, 1996, p.308).

3.6 A INVENTIO EM SARNEY

Qualquer análise feita sobre o uso de argumentos dentro de um discurso pede atenção especial sobre o caráter arbitrário desses argumentos. Na verdade, o jogo entre argumentos tem sempre uma articulação proposital, seja entre eles próprios, seja entre os argumentos e a situação argumentativa que engloba fatores externos ao discurso, como a interação com o público, o momento de expectativas vividas por este público, etc.

Por mais imprecisas que sejam as condições em que se desenvolvem os fenômenos de interação, são elas, muitas vezes, que determinam a razão do uso de certos argumentos, a amplitude da argumentação e até a sua ordem (Perelman, 1996, p.524).

Assim, um orador pode diminuir a força dos argumentos adversários utilizando-se de algumas técnicas de inversão, bem como exagerando no uso da emoção e fazendo os argumentos do oponente se enfraquecerem com isso.

No discurso de José Sarney, parece haver uma utilização da emoção ou do *pathos* de forma muito bem calculada. O orador utiliza esse recurso sem se alongar ou discorrer sobre ele.

O uso da emoção opera, no discurso de Sarney, uma inversão dos valores retóricos, exatamente como o orador necessitava no momento de sua apresentação a um público que não o havia escolhido presidente. Apresenta-se emotivo, ardoroso e sensível, contrapondo sua imagem de político ligado à dureza da ditadura.



Esta apresentação ao público, logo de início, através de uma imagem contrária à que o mesmo público lhe atribuía, permite conquistar dele uma certa aceitação, e seguir seu discurso até completar a ordem de argumentos desejada: *O Deus de minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua história.* O orador estabelece aqui uma relação entre um fato passado – *O Deus de minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade* (primeira premissa) – e um fato presente, não apresentado no tempo verbal presente, mas carregado dessa idéia – *Ele não me teria trazido de tão longe...*(segunda premissa). As duas idéias subjacentes a esse parágrafo são: *Deus me guardou para esse momento e aqui estou por obra dele.* Elas formam a junção de duas proposições que, no entanto, não têm a estrutura de silogismo, mas são interdependentes.

Trata-se de um discurso muito breve, dadas as condições de posse do vice-presidente. Por isso, o uso dos lugares comuns também é limitado.

Em: *Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, desejo e vontade do povo brasileiro,* não conseguimos detectar o uso de nenhum lugar comum. O parágrafo encadeia-se, no entanto, como duas premissas, sem nenhuma conclusão. Primeira premissa: *assumi a Presidência segundo a Constituição e porque Tancredo está impossibilitado para isso.* Segunda premissa: *dentro de poucos dias entregarei a ele o Governo.*

O próximo encadeamento de idéias se dá quando o orador se refere ao seu compromisso e ao dos ministros: *Os nossos compromissos, meus e dos senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.*

Nesse parágrafo o autor desenvolve sua idéia baseada no par “todo e partes”. O mesmo encadeamento de idéias acontece no parágrafo seguinte, quando o orador inicia a mesma formação frasal do parágrafo anterior, apenas substituindo a palavra *deveres* pela palavra *compromissos*: *Exerceremos os nossos deveres, eu e os senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes, das mudanças e das transformações, os quais, com determinação, jamais abandonaremos.* Como primeira premissa temos: *exerceremos os nossos deveres como escravos...* Como segunda premissa: *os nossos compromissos são de*



transformação. E, como terceira premissa: se tivermos determinação, jamais os abandonaremos. Aqui também inexiste conclusão. O pensamento se encadeia através de três premissas.

O lugar comum aqui utilizado parece ser o de “pessoa”. Os derivados do valor de “pessoa” vinculam-se à sua dignidade, ao seu mérito e à sua autonomia (Perelman, 1996, p.107). Ainda que dirigindo-se ao povo, a proposta é, inicialmente, do orador. Ao expressar o sacrifício da entrega própria, ele se atribui, também, a dignidade do cargo, bem como o poder de exercê-lo.

A invenção está ligada, como dissemos, ao apelo retórico do logos, à razão, uma vez que os tópicos da invenção são considerados meios de se encontrar apoio lógico para os argumentos.

Após a preparação do auditório, o orador introduz sua tese principal, ou seja, o motivo por que fala ou escreve. Sobre isso Perelman examina três disposições de ordens: a ordem de força crescente, de força decrescente e a ordem homérica ou nestoriana, segundo a qual deve-se começar e terminar o discurso com os argumentos mais fortes. (1996, p.564)

O orador termina o discurso, no entanto, de forma sucinta, como se apenas cumprisse um protocolo. Ou, ainda, como se o pesar não o deixasse mais falar.

O emprego dos argumentos de força no início e no final do discurso destina-se a valorizar os argumentos mais sólidos, sendo que os outros argumentos são agrupados no meio da exposição, intercalados entre os de mais força. Essa é a chamada ordem homérica ou nestoriana, de emprego sempre muito sábio.

O caráter desse discurso de posse é bastante diferente de todos os outros, por causa da decepção do povo em torno da doença de Tancredo Neves. Por essa razão, os lugares utilizados pelo orador são bastante diferentes dos lugares de outros discursos de posse. Por exemplo, o uso do lugar do “irreparável” relacionado ao lugar da “qualidade”, logo no início do texto, confere ao acontecimento da doença uma noção de unicidade com relação a Tancredo. Irreparabilidade, porque a importância e a representatividade de Tancredo Neves para a nova fase política do país é única. Sua perda pela doença repentina revelaria essa irreparabilidade. O lugar da “qualidade” está implícito nas virtudes do político e da sua luta em torno do movimento das Diretas-já. Até mesmo o lugar de “pessoa” está envolvido nessa argumentação que tem como primeiro plano a figura do estadista: *Estou com os olhos de ontem. E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota.* O discurso transpira o pesar pela doença e um



sentimento de perda revelado pelo uso dos três lugares relacionados: o lugar do “irreparável”, o lugar da “qualidade” e o lugar da “pessoa”.

O lugar da “qualidade” continua a ser utilizado quando o orador revela, em meio a uma exploração do *pathos*, haver sido escolhido também por Deus: *O Deus de minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante a Nação e sua história.*

Nesse parágrafo o lugar da “qualidade” relaciona-se com o lugar do “sacrifício”. Essa noção é perpassada ao público pela disponibilidade do orador em atender à missão a que Deus o guia. Como se o destino assim o quisesse.

Perelman alerta para o argumento de “autoridade” ser inerente ao argumento de “prestígio”. A noção da escolha de *Deus* em relação ao orador é baseada no argumento de “prestígio”, mas com peso de autoridade delineada pelo *verniz lógico* da argumentação. Esse argumento ajuda a camuflar a irracionalidade de nossas crenças, as quais se sustentam pela autoridade da palavra do orador e pelo nosso consentimento diante delas. A autoridade, aqui, é a autoridade de *Deus*, da *fé*.

Pelo lugar da “qualidade”, percebemos que o orador se convence e convence o público sobre estar preparado para o cargo. Os termos *paciência, equilíbrio, coragem, idealismo, firmeza e visão de responsabilidade* conferem ao texto a qualidade desse preparo.

Ao exaltar Tancredo Neves o orador constrói uma gradação de imagens que, em termos de argumentação, definiríamos como argumentação de reciprocidade, segundo Perelman, ou como lugar dos correlativos, segundo Aristóteles. A idéia, nesses casos, é de que esses argumentos aplicam o mesmo tratamento a situações correspondentes. Há simetria de valores ao aproximar os compromissos do orador e seus ministros aos de Tancredo Neves. Ainda que óbvia demais, a perspicácia dessa correlação está na amplificação que o orador faz da figura de Tancredo Neves (líder, comandante, grande estadista) contribuindo para transferir a grandeza de seu líder, por correlação, a eles próprios, pessoal de governo.

O lugar dos “correlativos” relaciona-se, ainda nesse parágrafo, com o lugar da “pessoa” e da “qualidade”, pois o argumento é construído em torno dos valores pessoais de Tancredo Neves, marco de uma fase de mudanças políticas no país. Os comícios das Diretas-já e a liderança assumida por ele diante das mudanças políticas, foram responsáveis por construir a imagem de estadista atribuída a ele pelo orador: *Os nossos compromissos, meus e dos senhores agora*



empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.

O orador volta a utilizar a argumentação pelo sacrifício ao reforçar seu compromisso com as mudanças da democracia: *Exerceremos os nossos deveres, eu e os senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes, das mudanças e das transformações, os quais, com determinação, jamais abandonaremos.*

Para tecer esse argumento o orador usa também o lugar da “qualidade”. A democracia é preferível ao militarismo, por isso o parágrafo valoriza os compromissos da aliança democrática que, supostamente seriam marco das mudanças e das transformações almejadas naquele momento.

O lugar do “novo” e da “qualidade” relacionados ao novo sistema de governo formam a base argumentativa de fundo desse discurso de Sarney, o qual marca uma nova fase política do país.

3.7 A *INVENTIO* em COLLOR

A principal função da amplificação é o aumento vertical que pode se dar como resultado de um alargamento horizontal da expressão. Aumenta-se verticalmente a matéria do discurso ou os pensamentos, causando um alargamento da formulação lingüística. A amplificação dos pensamentos (*res*) *tem implicações sobre a formulação lingüística (verba)*. Especificamente, a amplificação dos pensamentos se dá pela aplicação dos *loci*. A amplificação das *verba singula* dá-se pela escolha de sinônimos amplificantes, que podem ter uma função mais agressiva ou mais defensiva, mais agravante ou mais atenuante.

A amplificação é um meio de parcialidade aplicado no interesse da *utilitas causae* do orador e pode se dar tanto no domínio intelectual, quanto no domínio afetivo.

Iniciaremos a análise da ocorrência dos *loci* no texto do discurso, a fim de detectarmos a amplificação de pensamentos.

De um modo geral, a argumentação, em Collor, baseia-se no lugar do “novo”, do “inédito”, servindo-se da noção de uma nova fase política inaugurada pelo seu governo. Em



conjunção com o valor do “novo”, do “inédito” está o valor da “qualidade” que, em sua essência, redundaria na valorização do único (Perelman, 1996, p. 101).

O primeiro dos lugares detectado como significativo retrata o passado de sua família, sua tradição política. A fim de atribuir apelo racional a esse componente emocional o orador estabelece relações entre “fatos passados e fatos futuros”: *Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia.* Segundo Hughes e Duhamel esse parágrafo expressa um lugar de “natureza”, pois a orador evoca a origem de sua tradição familiar e é exatamente ela que lhe dá suporte para a construção da argumentação.

O lugar dos “contrários” é utilizado, nesse parágrafo, para estabelecer limites entre os dois regimes, demarcando, assim, a distância entre um passado recente e o fato presente que almeja ser futuro: *Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo – é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte.*

A caça à corrupção do empreguismo, símbolo de sua campanha presidencial e tônica de seu discurso de posse, manipula o lugar da “qualidade” em conjunção freqüente com o lugar de “pessoa”: *Nada repugna mais ao espírito da cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha.*

Ao comentar sobre o propósito imediato de seu governo, o orador revela o uso do lugar da “ordem” que, correlacionado com o lugar da “qualidade” determina a originalidade do princípio como *modelo determinante das possibilidades extremas de um desenvolvimento* (Perelman, 1996, p.110): *O propósito imediato de meu governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la.* Ao usarmos o termo originalidade do princípio, queremos nos referir à idéia de princípio de mandato, bem como de princípio de regime. Assim, a idéia básica dessa argumentação é a idéia do novo, do original, do único, considerados por Perelman como lugares “românticos”: *Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim.*



Os valores românticos opõem-se às virtudes clássicas. Enquanto estes consideram superiores o pensamento e a contemplação, os românticos preferem apresentar ações eficazes, como contraposição. A teoria parece ser concordante em classificar o discurso de Collor como depositário de valores românticos, pois se fundamenta sobre valores como a distinção e o marcante na história, além daqueles mencionados anteriormente: o “novo”, o “único”, o “original”.

Ainda tomando o exemplo acima mencionado, o lugar dos contrários é utilizado para ilustrar que seu governo será inversamente proporcional aos anteriores. Para expressar semanticamente a junção dos contrários, o orador utiliza dois termos opostos: condicional e condicionante.

Logo em seguida, apresenta um argumento baseado no lugar de “causa e efeito”, abordado por Hughes e Duhamel. O lugar funda um argumento que se conduz através da idéia de oposição entre povo e alta sociedade: *Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei que contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua.*

Ainda abordando a inflação, o orador propõe certos passos a fim de conseguir seu extermínio. Apresentados de maneira ordenada, o lugar da ordem relaciona-se aqui com o lugar do “novo”, do “inédito”, melhor definido segundo o conceito mais geral de Reforma do Estado: *Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que logramos esse equilíbrio — o que ocorrerá com certeza — teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que logramos esse*



equilíbrio — o que ocorrerá com certeza — teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública./ Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa.

O discurso de Collor lança mão de um recurso muito comum nas composições de alguns grupos de *rock* atuais. Aproxima dois termos semanticamente parecidos, mas cujos significados são inversamente proporcionais: *Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem estar coletivo*. A oposição se dá, neste caso, em termos de responsabilidade. Antes agente, responsável por todo o processo da produção do bem estar, agora é considerado o mandatário desse processo. Essa atitude discursiva revela uma das pilastras do neoliberalismo, do qual o orador é o primeiro governante defensor. Afora o significado dessa nova ideologia político-organizacional, relembremos que a implantação de novas ideologias políticas se dá no nível textual pela exploração dos lugares. Neste caso, do lugar dos “correlativos” em conjunção com o lugar do “novo”, do “inaugural”.

A mesma correlação de termos, encontramos anteriormente na aproximação entre as palavras cínica e cívica: *Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa ao confundir o conflito social legítimo — inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é — com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo*.

Essa correlação de palavras tem no texto a função de prender a atenção do público pela originalidade da aproximação, o que nos leva a perceber que a novidade do governo Collor é, antes de tudo, textual, semântica.

Perelman afirma que os provérbios podem servir de ponto de partida para os raciocínios, conquanto sejam aceitos pelo auditório. São eles, *lugares com tendência prática* (1996, p.189). Collor faz uso desse recurso para elaborar um argumento que, para o país, naquele momento, era algo não totalmente assimilado: a privatização das empresas estatais.

O uso da máxima, ao final desse silogismo, atinge o clímax da persuasão, tornando difícil para o público discordar do ponto de vista do orador: *A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição. Permanece válido, ainda hoje o adágio medieval: O Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete*.



Mais um exemplo de argumentação fundada sobre o lugar do “novo” está na exploração do assunto ecologia: *O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que meu governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade e, particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.* O problema da ecologia merece especial atenção aqui, porque tudo o que está ameaçado ganha um valor latente. Mas essa preocupação é mais externa que interna. O orador buscou fundar sua argumentação, portanto, sobre uma demanda externa ao país.

Ao abordar o comportamento paternalista dos governos anteriores, o orador faz uso do entimema construído pela “definição por exemplos”: *Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do governo e das elites, um comportamento paternalista. Esse paternalismo, a seu turno, engendrava, alternativamente, dois turnos de conduta prática frente ao problema. Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem estar coletivo, o progresso social duradouro só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.*

Logo em seguida, aproxima termos opostos, para se referir à miséria do país: *Minha geração não admite mais viver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu governo é libertar o Brasil da vergonha, da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria. Gigante e pigmeu. Grande e pequeno ao mesmo tempo. O Brasil impressiona pelas contrariedades. O discurso de Collor surpreende pelo inesperado, o inédito. O mesmo parágrafo comporta o uso do lugar da pessoa: *Mas como sou um democrata...* Essa afirmação redime o orador de ser considerado o que se nega ser: demagogo. Mas a inocência da*



afirmação enfraquece o argumento e lança seu discurso para um terreno de maior vulnerabilidade.

Assim, a oposição entre os termos *gigante econômico* e *pigmeu social* apresenta-se como um indicador para o desenvolvimento do parágrafo pelos contrários. Dessa forma, a expressão *décima economia do globo* é contrária a *indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade*. A palavra *modernidade* é denunciada como inseparável do termo *sua componente de justiça*. *Progresso* se choca com *sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos*. E o parágrafo segue aproximando contrários: *democrata moderno* e *demagogo populista*.

O parágrafo seguinte é exemplo de um encadeamento de idéias muito bem construído. O uso de recursos estilísticos na sua elaboração permite obter o convencimento do público com maior eficácia: *Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconseqüente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país. Do binômio de Juscelino – democracia e desenvolvimento – queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social.*

O tópico utilizado para compor tal silogismo é o lugar dos “contrários”. Hughes e Duhamel estabelecem os quatro tipos de argumentos que nos guiam ao fazermos uso dos tópicos: os argumentos de “natureza”, de “causa e efeito”, de “analogia” e de “testemunho” (1962, p. 132).

O argumento dos “contrários” está estreita e diretamente ligado ao argumento da “analogia” que, apesar de apresentar um título diferente, é muito semelhante ao julgamento conduzido pelas similaridades. A estrutura do argumento de “contrários” se dá da seguinte forma, segundo Hughes e Duhamel: *A is unlike B; X is true of A; so X is probably not true of B* (p.153).

Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional. Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer – e com urgência – a modernização do

Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura.

Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais. O entimema acima é tirado, neste caso, de “correlativos”. Por correlação de idéias, o orador defende que, se o mundo ficou mais competitivo, é preciso também modernizar o Brasil.

Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança. A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas do conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, com o respeito à soberania, à não-intervenção, à auto-determinação, à solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos. Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, com o respeito à soberania, a não-intervenção, a auto-determinação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos. A argumentação, neste caso, advém, mais uma vez, do lugar de “correlações”, por isso sua construção se assemelha ao entimema citado anteriormente. O lugar da “qualidade” é explorado quando defende a participação ativa do Brasil nas decisões internacionais.

Um outro lugar consiste em tirar das faltas cometidas, argumentos para a acusação e defesa (Aristóteles, 1964, p.174). Constata-se o uso desse lugar por ocasião da conclusão no seguinte parágrafo: Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.



Ainda tratando da abertura do País ao Mundo, o orador utiliza o lugar do “novo”, assegurando que em seu governo as relações externas serão completamente diferentes das anteriores. *O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a nação dos tempos novos em que vivemos.* Essa argumentação é composta, também, por “correlação de idéias” quando afirma ser este um momento histórico para o Brasil e para o mundo e cuja ação diplomática poderá ajudar em sua integração ao mundo.

O primeiro alvo de integração econômica para o Brasil é a América Latina: *Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo serão reforçadas. A integração latino-americana deixa de ser um sonho para tornar realidade tão concreta quanto fecunda. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido. Daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial.* Esse silogismo se baseia no par “fato passado e fato futuro”, pois em sua conclusão estabelece que, sendo até então um sonho, o projeto passará, então, a ser real em seu governo. Percebemos ainda a utilização do lugar do “existente” apresentado pela tradição de amizade entre os países do Cone Sul. O orador, através do uso desse lugar, reforça a superioridade do que existe (a cooperação) sobre a eventual recusa em negociar conjuntamente.

Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo. Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. O lugar da “pessoa” é utilizado aqui com o objetivo de retomar a força argumentativa do início do



exórdio, ainda buscando o apoio do Congresso Nacional. O mesmo parágrafo revela, pelo uso do lugar dos “contrários”, as duas alas em que se divide o Congresso: *Há elites...*

O uso desse lugar objetiva facilitar o argumento de modernidade de seu projeto, exposto logo em seguida e amparado, mais uma vez pelo lugar da “pessoa”: *Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do país.* O objetivo desse lugar é fazer transitar os valores de outros membros de sua família para a pessoa do orador, a fim de afirmar seu empenho pela integração social.

Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre – no nível do Estado – é uma prática coerente com aquela. Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo. O uso do lugar de “correlativos” inicia aqui uma argumentação de peso. O orador certifica seu público de que a modernidade pregada ao longo de todo o discurso merecerá ligação com a prática.

DISPOSITIO

“Os homens que não conhecem sua história estão condenados a repeti-la”.

(Marcelo Ridenti, 1993)

A *dispositio* é constituída pela escolha e ordenação dos pensamentos, das formulações lingüísticas e das formas artísticas dentro de um discurso. Segundo a retórica antiga, a *dispositio* referia-se unicamente à ordem a ser observada num pronunciamento, mas o termo se estendeu para incluir todas as considerações da ordem do discurso, especialmente em grande escala. A ordem de seqüência das partes obedece a critérios lógicos ou psicológicos. O que, em última análise, determina a disposição é o objetivo final: persuadir (Tringali, 1988, p.81). A *dispositio* constitui-se pelo exórdio, *narração*, *divisão*, *prova*, *refutação* e *conclusão*.

Cícero anexou certos apelos retóricos às partes específicas dos pronunciamentos. No exórdio ou introdução, afirmou ser necessário estabelecer a autoridade do orador. Para isso este deve empregar apelos éticos (*ethos*). Nas outras quatro partes seguintes (*narração*, *divisão*, *prova* e *refutação*) deve-se empregar argumentos lógicos (*logos*) e, na conclusão, apelos emocionais (*pathos*).

A parte inicial do discurso (exordium, prooemium) deve atrair a atenção, a boa aceitação e a benevolência do juiz para a causa partidária defendida no discurso...Princípio e fim têm a função de contato com o público. O princípio estabelece tal contato e o fim assegura o efeito do discurso sobre o público (Lausberg, 1967, p.98).

O meio do discurso está dedicado à matéria propriamente dita, e subdivide-se entre uma parte instrutiva e uma probatória. A *propositio* ou a *narratio* compreendem a *parte central do discurso*, a qual engloba as proposições em conjunto com os pensamentos argumentantes



(1967, p.92). A *propositio* tem como função a comunicação do que se quer provar através do discurso, a qual Lausberg denomina *docere*. Caso o conteúdo da comunicação seja bastante pormenorizado, a partir da *propositio*, temos uma *partitio*, que é uma enumeração cuja função é a de introduzir a exposição de alguns pontos pelo orador. Se, por outro lado, o conteúdo da comunicação estiver relacionado com um dos pontos de uma seqüência de acontecimentos, o que se segue à *propositio* é uma *narratio*.

As provas são conduzidas durante a *argumentatio*, fase do discurso que se segue à *propositio* ou à *narratio*.

A parte final é chamada *peroratio* e corresponde à *conclusio*, onde o orador apresenta *como certo aquilo que foi provado na argumentatio* (1967, p.93).

Lausberg ilustra os fenômenos da *dispositio* através da imagem do bailarino que alterna a *pausa sem expressão e o movimento com arte*. A *dispositio* trata, respectivamente e concretamente, de uma *distribuição eficaz e favorável ao partido, do ordo naturalis e do ordo artificialis (figura) na totalidade do discurso, a fim de que, por um lado, se assegure a credibilidade e, por outro, se combata o tédio* (1967, p.96).

A *dispositio* divide-se entre a *dispositio* externa e interna à obra. A *dispositio* interna à obra refere-se à *escolha e ordenação das partes que formam a totalidade da obra (do discurso)*.

A *dispositio* externa à obra orienta-se pela causa e dirige-se para fora, num movimento de planificação, com vistas a obter a finalidade do discurso que é a persuasão, idêntica à vontade semântica. A *dispositio* externa à obra apresenta os fenômenos da parcialidade e do estranhamento. A parcialidade (*utilitas causae*) do discurso procura influenciar o árbitro da situação no sentido da própria opinião partidária, contra a opinião partidária adversa, para levá-lo a alterar a situação em favor do partido que o orador apresenta (1967, p.103).

O estranhamento é o efeito anímico exercido no indivíduo pelo inesperado, como fenômeno do mundo exterior. Este efeito é um choque psíquico, que pode se realizar de diferentes maneiras e graus. A vivência do estranhamento pode ser provocada pela própria matéria e pelos fenômenos da elaboração, especialmente pelos pensamentos, pela *elocutio*, pela *dispositio*, e pela *pronuntiatio*. O estranhamento funciona como um *remedium* contra a monotonia, quando usado comedidamente.

Com relação à ordenação das partes do discurso, Perelman defende que a *ordem natural ou racional* de um discurso adapta-se ao auditório universal e à racionalidade que lhe é atribuída: *As exigências da adaptação ao auditório é que devem guiar no estudo da ordem do discurso; essa adaptação atuará, quer diretamente, quer por intermédio das reflexões do ouvinte acerca da ordem* (1996, p.574).

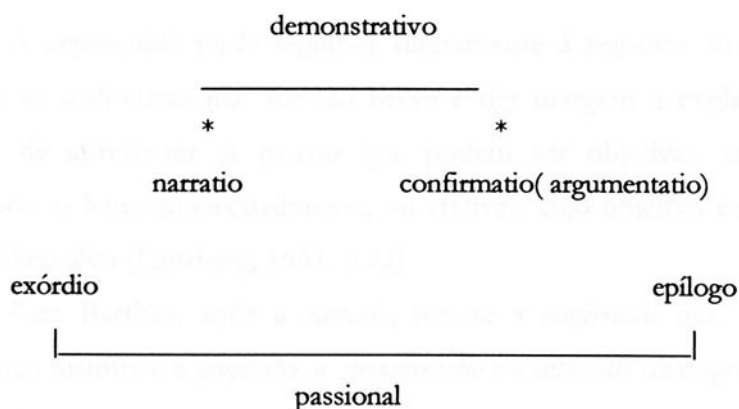


4.1 EXÓRDIO

Pelo exórdio ou introdução, o público é informado sobre a questão de que tratará o discurso e isso se dá através da apresentação de um plano, no caso dos discursos demonstrativos. Nos discursos epidícticos as fontes dos exórdios são o elogio, a censura, o conselho e as considerações sobre o ouvinte.

Segundo Barthes, o exórdio *compreende dois momentos*. O primeiro é a *captatio benevolentiae*, que visa seduzir os ouvintes e ganhar-lhes imediatamente as simpatias por uma prova de cumplicidade. Esse sistema era usado na Idade Média e seguia um modelo codificado pela classificação das causas. A sedução variaria de acordo com a relação entre a causa e a opinião corrente, normal. O segundo momento do exórdio, para Barthes, é a *partitio*, que *anuncia as divisões adotadas durante o discurso* (1975, p.208). A *partitio* é interpretada por Lausberg como análoga à *narratio* e faz parte do corpo central do texto, e não inicial, como em Barthes.

Ainda que a ordem dos elementos varie um pouco entre a exposição desses teóricos, há um ponto em comum entre todas essas teorias: *a ordem sintagmática não segue a ordem paradigmática, e é necessário proceder a uma construção em quiasmo: duas partes de passional enquadram um bloco demonstrativo* (Barthes, 1975, p.206).



O exórdio é útil para exprimir em resumidamente o assunto de que se irá tratar e para servir como *cabeça ao discurso*, visto, assim, como uma *espécie de corpo* (Aristóteles, 1964, p.231).

4.2 PROPOSITIO E RATIONES

O discurso apresenta uma tripartição no princípio, meio e fim, como analisamos anteriormente. Assim, após o exórdio ou introdução, temos o desenvolvimento da *peroratio* ou da *narratio*, segundo o que o orador queira destacar.

O *docere* faz parte da *propositio*. Através dele o orador comunica o que quer provar através de seu discurso. O *docere* é um recurso que, segundo Lausberg, é usado pelo ouvinte com o fim de influir intelectualmente sobre o público, convencendo-o de que sua opinião é justa (1967, p.107). Quando o orador pratica o *docere*, ele pode fazê-lo por meio da comunicação ou da prova. A comunicação se dá pelo recurso da *partitio* ou da *narratio*; a prova é uma função da *argumentatio*.

A narração não é uma história, mas uma *prótase argumentativa*. Tem duas características obrigatórias: nudez e funcionalidade. Deve ser *clara, verossímil e breve* (nudez), e deve preparar a argumentação, no sentido de conter as provas, mas sem revelá-las nessa fase do discurso (funcionalidade) (Barthes, 1975, p.209).

4.3 ARGUMENTATIO

A *argumentatio* pode seguir-se diretamente à *propositio* ou pode vir após a *partitio* ou a *narratio*, se o discurso não for tão breve e der margens a explicações. A *argumentatio* tem a função de apresentar as provas que podem ser objetivas, caso tenham a finalidade de convencer o leitor intelectualmente, ou afetivas, cujo objetivo é dirigirem-se ao emocional de seu público alvo (Lausberg, 1967, p.92).

Para Barthes, após a *narratio*, tem-se a *confirmatio* que, por sua vez, comporta três elementos distintos: a *propositio*, a *argumentatio* e a *altercatio* (diálogo que irrompe o monólogo do discurso)

O grau de certeza que a *peroratio* ou *conclusio*, terceira parte do discurso, procura demonstrar dá-se pela *constatação da concordância entre propositio e conclusio* e pela *repetição e acumulação* das provas formuladas na *argumentatio*.



4.4 A *DISPOSITIO* EM CASTELLO BRANCO

Em Castello Branco, o exórdio do primeiro discurso se dirige ao povo, de forma a reforçar o peso de sua escolha pelo Congresso Nacional, valorizando-a. Apenas os dois parágrafos iniciais do discurso são utilizados para o exórdio: *Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores de Estado./ O calor da opinião pública, através de autênticas manifestações populares e de numerosas entidades de classe, estimulou-me a essa atitude.*

O tom elogioso dessa introdução tem um caráter extensivo à sua própria pessoa, no sentido de que, neste caso, elogiar quem o escolheu é também elogiar a sua escolha.

Louvar por muito tempo fatos sem importância é um meio segundo Aristóteles que convém, particularmente, ao orador (Aristóteles, 1964, p.236). O auditório se interessa por assuntos que lhe dizem respeito, que lhe são importantes ou que lhe provocam admiração ou agrado. Mas, por maior respeito hierárquico que os ouvintes tivessem com relação aos governos militares, os discursos dessa época apresentam uma característica soporífera, o que nos faz identificá-los com a definição aristotélica que afirma que o exórdio, quando dirigido ao ouvinte, tem por fim *obter a benevolência e provocar a cólera do mesmo, por vezes chamar-lhe a atenção ou, pelo contrário, distraí-la, pois nem sempre é oportuno que o ouvinte esteja atento* (1964, p.231).

Acaso o objetivo do discurso seja realmente o de manter o ouvinte desatento ou distraído, o discurso poderia ser visto como o cumprimento de uma pró-forma.

Os meios citados por Aristóteles contribuem, no entanto, para alcançar a aceitação do ouvinte além de uma certa *aparência de honestidade que o orador se dá, pois é sobretudo às pessoas honestas que se presta atenção* (1964, p.231).

O uso da argumentação pelo sacrifício reveste o exórdio de um peso patético: *Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores de Estado.*

Este é um recurso retórico proposto por Perelman, que aproxima os termos cotejados, neste caso o Presidente eleito pelo Congresso e o povo que ele irá conduzir, e estabelece uma interação entre os dois, uma interação promovida pelo *pathos* (1996, p.289).



No caso do primeiro discurso, a exposição da *narratio* se dá de forma seqüencial simples, mas muito brevemente. O tempo verbal utilizado é o presente, mas com referência ao tempo futuro: *Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social./ Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento de gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual.*

Castello Branco faz uso da *propositio* no segundo e terceiro parágrafos de seu discurso: *Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País./Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. Sustentarei com todas as forças, a união e a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais. Não, apenas, a herança admirável da unidade nacional, mas a concórdia de todos os brasileiros. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção.*

O orador apresenta aqui um breve resumo do que propõe o seu discurso, daí o título *propositio*. Existe, em meio a esse texto de dois parágrafos, adicionalmente, um conteúdo de peso moral, um recurso de força expressiva que consegue através da linguagem figurada como em: *...serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília.../ Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País./ Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966.*



Sustentarei com todas as forças, a união e a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais.

Assim Castello Branco pratica o *docere* dentro da *propositio* que se transforma num impulso de força para o texto a seguir. A *propositio*, aqui, tem um papel doutrinador e reflete o pulso firme do discurso governamental daquele momento.

Existe um empenho em amplificar os pensamentos ou idéias durante a *narratio*. As expressões *elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, restaurar a legalidade, revigorar a democracia e restabelecer a paz, sentimento de gravidade da hora presente*, demonstram o quanto o orador se utiliza, durante a *narratio* do primeiro discurso, a figura de amplificação.

Essa primeira narrativa desenvolve-se com relação a fatos passados. Fala da tomada de poder pelos militares, apresentando o motivo pelo qual o *Movimento* se deu. O futuro é projetado de maneira distante. Aborda apenas o momento da passagem de seu cargo, dois anos à frente. Não existe no texto nenhum tom de conselho, o que seria, segundo Aristóteles, descaracterizador, dentro do discurso político.

De acordo com Aristóteles, *nos discursos políticos há muito pouco lugar para a narração, visto que nunca se conta o futuro; se, todavia, há narração, esta limitar-se-á somente aos fatos pretéritos e terá como objetivo lembrá-los para que os ouvintes possam deliberar sobre o porvir, quer critiquemos, quer louvemos. Mas em tal caso o orador não assume o papel de conselheiro* (1964, p.240).

O segundo discurso, no entanto, carrega-se de imagens projetadas para o amanhã. O tom aqui não é de conselho, mas de futurição, previsão: *Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País.*

A diferença na extensão dos dois discursos de Castello Branco merece especial atenção. Durante o segundo discurso podemos perceber um empenho do orador em engrandecer a linguagem através da *amplificatio*. Este recurso é considerado por Lausberg como um aumento gradual dos pensamentos e idéias, sejam eles de natureza intelectual ou afetiva. Ao lado desse



exagero na expressão das idéias e dos pensamentos, podemos observar um aumento vertical que pode ser visto como consequência de um *alargamento horizontal da expressão*. Assim, aumenta-se o conteúdo do texto para se conseguir um *alargamento da formulação lingüística*. Essa amplificação se dá pela utilização de sinônimos partidariamente amplificantes (1967, p.107), os quais podem ter uma função agressiva e agravante ou uma função defensiva e atenuante. A amplificação também se dá pelo uso dos *loci* ou lugares comuns, segundo Perelman (1996, p.94).

No segundo discurso, entre os lugares utilizados pelo orador, em primeiro plano está o lugar da “pessoa” que se destaca, primeiramente pela própria situação de posse de um regime presidencial, mas também pelo uso continuado dos possessivos de primeira pessoa do singular (meu, minhas) em lugar de demonstrativos ou possessivos de primeira pessoa do plural, como faz algumas vezes. *Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. Sustentarei com todas as forças, a união e a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais. Não, apenas, a herança admirável da unidade nacional, mas a concórdia de todos os brasileiros. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção. Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico na Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível.*

Principalmente pela extensão do segundo discurso em relação ao primeiro, podemos destacar a utilização dos lugares da quantidade, à medida que o orador faz do *docere* uma extensa exposição de argumentos. Perelman considera como lugares da “quantidade” a preferência concedida ao provável sobre o improvável, ao fácil sobre o difícil, ao que há menos risco de nos escapar. A maior parte dos lugares que tendem a mostrar a eficácia de um meio será lugar de “quantidade” (1996, p.99).

Sobre a apresentação das provas cabe, em primeiro lugar, observarmos se os dois discursos de Castello Branco exploram a *argumentatio*.

No primeiro deles parece não existir oportunidade para a *argumentatio*. Podemos perceber que, logo após a breve *narratio*, o discurso parte diretamente para a *peroratio* ou *conclusio*.

No segundo discurso, no entanto, a partir da *propositio*, o orador desenvolve os assuntos pormenorizadamente, segundo a apresentação de pontos, como quando aborda a *independência*



do Brasil como condição básica das relações externas, ou a *Revolução apoiada nas Forças Armadas*, o bem-estar do Brasil, e o desenvolvimento econômico, seguindo a ordem dos parágrafos.

Esse desenvolvimento a partir de pontos de discussão é matéria da *argumentatio*, que trabalha com a apresentação de provas. Vejamos como se apresentam algumas das provas presentes no texto: *A independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional. Todas as nações amigas contarão com a lealdade dos brasileiros, que honrarão os tratados e pactos celebrados. Todas as nações democráticas e livres serão os nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. As históricas alianças que nos ligam às nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas. Respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos nossos negócios internos e exigiremos igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por discreta e sutil que venha manifestar-se.*

A primeira frase do parágrafo acima apresenta-se como resumo do assunto que abordará: *A independência do Brasil...* As três frases que se seguem à primeira são explanatórias com relação a essa. E a última frase do parágrafo retoma o objetivo introduzido na primeira frase, amarrando o texto com coesão. O que imprime um peso probatório à apresentação das idéias do orador é a coerência textual responsável por convencer o juiz (o público) intelectualmente, pela maneira lógica de exposição das idéias.

Quando aborda o desenvolvimento econômico, o orador constrói uma *ratio* no sentido apresentado por Lausberg, ou seja, elabora um pensamento argumentante que se acrescenta ao pensamento principal e compreende as duas premissas representadas pelas duas primeiras frases e uma conclusão. Não se trata de um silogismo, uma vez que a conclusão não retoma as premissas dentro do esquema proposto por Aristóteles: *A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo* (primeira premissa). *Com esse objetivo, o Estado não será estorvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade* (segunda premissa). *Até porque, estou entre os que acreditam nos benefícios de uma constante evolução, capaz de integrar, em melhores condições de vida, o número, cada vez maior, de brasileiros, muitos deles infelizmente ainda afastados das conquistas da civilização* (conclusão).

Resumidamente, temos; o desenvolvimento econômico através da elevação moral, educacional, material e política será o objetivo governamental; o Estado terá tais objetivos, mas permitirá espaço à iniciativa privada sem prejuízo da justiça; o orador acredita na evolução capaz de integrar maior número de brasileiros.



Verifica-se aqui o desenvolvimento de uma *ratio* que, mais uma vez, objetiva convencer o leitor intelectualmente. Não há utilização, no texto, de provas afetivas, ou seja, de provas que procuram convencer o juiz emocionalmente. No entanto, o penúltimo parágrafo do texto, ainda dentro da apresentação da *argumentatio*, utiliza-se de uma *refutatio*, recurso que, segundo Lausberg, é usado para impugnar a argumentação do adversário (1967, p.92): *Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizeram necessárias. Creio, firmemente, na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna. E ninguém pode esperar destruí-los sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única donde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra nesta tarefa de soerguimento nacional.*

A extrema esquerda é apresentada como o adversário governamental em termos discursivos. O orador refere-se a esses adversários atribuindo a eles o substantivo *malefícios*. Na frase seguinte, parece se referir ao governo anterior como responsável por ter provocado uma situação insuportável ao povo: *Creio, firmemente, na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna.*

O leitor compreende a razão dos ataques à extrema esquerda a partir da terceira frase do parágrafo: *E ninguém pode esperar destruí-los sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única donde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra nesta tarefa de soerguimento nacional.* O orador refere-se aos inimigos e motiva o leitor a destruí-los através do trabalho e do sacrifício.

Trata-se de uma *refutatio* muito bem elaborada que adverte o inimigo, ao mesmo tempo que chama os cidadãos ao sacrifício do trabalho.

Até agora analisamos, dentro da *dispositio*, as várias partes de que se compõe um discurso, segundo Lausberg. A saber: o exórdio ou introdução, a *propositio*, a *narratio* ou a *partitio*, a *argumentatio*, a *refutatio* e a *peroratio*, que corresponde à *conclusio*.

Em Castello Branco a *peroratio* apresenta-se, como é comum, no último parágrafo do discurso ao Congresso e caracteriza-se pelo exercício do *pathos* que se dá pelo uso repetido de citações e pela suscitação de afetos. Para Lausberg a *peroratio* tem duas funções principais: constatar o grau de certeza obtida no desenvolvimento da argumentação e promover um impulso para que o juiz pronuncie uma sentença favorável segundo sua defesa (1967, p.93).



A comunicação faz parte da *propositio*. Por meio dela o orador comunica o que quer provar pelo discurso. Castello Branco faz uso da *propositio* no segundo e terceiro parágrafos de seu discurso: *Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País./ Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. Sustentarei com todas as forças, a união e a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais. Não, apenas, a herança admirável da unidade nacional, mas a concórdia de todos os brasileiros. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção.*

O orador apresenta um breve resumo do que propõe o seu discurso. Existe, em meio a esse texto de dois parágrafos, adicionalmente, um conteúdo de peso moral, um recurso de força expressiva que consegue através da linguagem figurada como em: *...serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília.../ Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País./ Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. Sustentarei com todas as forças, a união e a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais.*

Assim Castello Branco pratica o *docere* dentro da *propositio*, a qual se transforma num impulso de força para o texto a seguir. A *propositio* em Castello Branco tem um papel doutrinador e reflete o pulso firme do discurso governamental daquele momento.

Relembrando a nossa análise da *propositio* e as provas referentes à *argumentatio*, percebemos que a *propositio* imprime, através do uso de termos bélicos como *cruzada*, *convocar*, *jornada*, *chefe de Estado*, a força e a austeridade do novo governo. Tais termos servem também como chamamento da população, como recrutamento de soldados para uma batalha. Nesse ponto a *conclusio* retoma exatamente a mesma exposição feita na *propositio*, porque incita os



trabalhadores e os empresários a aderirem à *luta* proposta pelo governo: *Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá*, essa citação de Rui Barbosa completa a idéia da *revolução* que o governo propõe ao povo.

Com relação às provas, cabe dizer que as *rationes* por nós analisadas como alusivas do todo textual, não são repetidas durante a *peroratio* ou *conclusio*. No entanto, a *peroratio* desenvolve a idéia expressa na *refutatio*, que também faz parte da *argumentatio*. Ademais, a *peroratio* constitui-se no ponto final de uma seqüência de idéias que se encaixam num desenvolvimento contínuo. E, apesar de não retomar as provas da *argumentatio*, a *peroratio* apresenta-se como o desenvolvimento natural da cadeia de idéias da qual as provas também fazem parte.

4.5 A DISPOSITIO EM COSTA E SILVA

O exórdio, em Costa e Silva, dirige-se mais à emoção do público e o faz por meio de rodeios lingüísticos e pomposidades. O exórdio ou introdução encerra o plano do que se irá dizer. Baseia-se no elogio ou na censura dentro do gênero epidítico, como são classificados os discursos políticos segundo Aristóteles (1964, p.229).

Quer elogie, quer censure, o exórdio tem por fim *obter a benevolência* do público, ou então, provocar-lhe cólera, ou ainda, chamar a atenção ou distraí-lo, pois nem sempre interessa ao orador que seu ouvinte esteja atento ao que dirá. Note-se que o exórdio, como qualquer introdução, se elabora depois do discurso ou do trabalho pronto (Tringali, 1988, p.83).

O discurso de Costa e Silva se inicia por uma seqüência de elogios feitos ao ex-Presidente Castello Branco. Tais elogios tomam a extensão de dois longos parágrafos. Através do uso da figura de amplificação, forma que melhor se presta aos discursos demonstrativos, o orador toma os fatos por aceitos e só lhe resta, então, revesti-los positivamente, de forma que contribuam para alcançar seu objetivo maior, ou seja, a aceitação do público. *É com grave emoção que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República... Quem deixa um cargo desta altitude, nas condições em que Vossa Excelência o faz, não leva, apenas, a tranqüilidade de uma consciência alta e límpida, que se empenhou, dia por dia, no cumprimento dos*



deveres mais ásperos, que jamais pesaram sobre o espírito e o coração de um homem de Estado, em tempos dos mais tormentosos da vida nacional;

Sendo o Presidente Costa e Silva o escolhido pelas Forças Armadas a suceder um líder tão envolto em qualidades, deduzimos, logicamente, que o orador também é digno da confiança depositada no ex-presidente.

Com respeito ao estilo, relembremos, com Aristóteles, que sua virtude se encontra na clareza (1964, p.189). A linguagem empolada, pouco objetiva, dispersa o ouvinte ou o leitor do discurso. Os termos próprios, ao contrário, desviam a palavra de seu sentido ordinário e conferem ao estilo um ar estrangeiro, com personalidade própria. A metáfora também se presta a essa utilidade, quer o discurso objetive engrandecer ou rebaixar o adversário ou companheiro.

Costa e Silva não demonstra grande preocupação em formular um estilo com identidade marcante. Utiliza-se, em geral, de termos comuns como *grave emoção, mãos honradas, consciência alta e límpida* que, apesar de se constituírem em oxímoros, não influem persuasivamente como termos separados. Dentro do conjunto do discurso esses termos testemunham o uso de uma linguagem que não prima pela clareza e objetividade.

No exórdio, o orador procura passar uma imagem de honestidade, pois é, sobretudo, *às pessoas honestas que se presta atenção* (Aristóteles, 1964, p.231). Segundo Perelman: *O orador se empenhará sobretudo em valorizar as qualidades das quais se poderia duvidar e cuja ausência lhe prejudicaria o crédito; quem é comumente acusado de excessiva habilidade, tentará ganhar a confiança do público; quem por sua situação social, seus interesses, seus antecedentes, é dado como arrogante, alheio ou hostil a seu auditório, começará por desmentir tal suspeita insistindo em sua comunhão com o auditório. A alusão à amizade entre dois povos, a alusão a um fato cultural em comum, uma citação bem escolhida bastarão para suscitar a confiança, mostrando que há, entre orador e auditório, uma afinidade de valores* (1996, p.562).

O exórdio garante condições prévias para se prosseguir a argumentação. No caso de nosso objeto de análise, o orador necessitava dar a conhecer sua competência, sua honestidade, uma vez que foi nomeado sem a aprovação prévia da população. Ele assim o faz por meio do engrandecimento da figura de quem o escolheu: *Quem deixa um cargo desta altitude, nas condições em que Vossa Excelência o faz, não leva, apenas, a tranquilidade de uma consciência alta e límpida, que se empenhou, dia por dia, no cumprimento dos deveres mais ásperos, que jamais pesaram sobre o espírito e o coração de um homem de Estado, em tempos dos mais tormentosos da vida nacional; deixa também, como sinal de sua passagem, traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo.*



A grande defesa do orador parece ser sua própria credibilidade. Para isso, faz uso da ordem de força homérica ou nestoriana, que dispõe os argumentos de força logo no início e no final da exposição. Costa e Silva inicia e finaliza sua argumentação apoiando-se em dois fatos básicos: primeiro, ter sido escolhido pelo próprio Presidente que lhe entrega as honras; segundo, sua experiência na vida pública ao lado do ex-Presidente Castello Branco.

A parte central do discurso tem como modelo a *propositio* + *rationes*. A proposição parece se ater ao terceiro parágrafo, onde o orador define o que significa a Presidência da República e o modo como a conduzirá. Esse parágrafo se inicia por uma figura de amplidão de estilo: *A presidência da República não é apenas uma forma de exercício administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de tudo, um posto de comando moral.*

Por *rationes* (ou *premissae*) Lausberg define as frases que são colocadas antes da conclusão final e cujos sujeitos têm dois graus de amplitude: a premissa maior e a premissa menor. A primeira é introduzida como partícula conclusiva, é uma prova. A premissa menor também é uma prova, mas geralmente é introduzida como contrário da premissa maior (1967, p.19).

Entendemos que as *rationes* ou premissas, seguintes à proposição, atêm-se ao terceiro e quarto parágrafos, onde o orador apresenta, em primeiro lugar, as premissas maiores: *É, acima de tudo, um posto de comando moral. Assim a compreendo e assim quero exercê-la, com a suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou.*

Em seguida, apresenta a premissa menor: *Não me iludo com as provações e tropeços que me esperam, os fluxos e refluxos da opinião pública, a desconexão dos esforços, os emperramentos da máquina administrativa, as incertezas políticas, os choques de ambições, os desacordos, as divergências e as discórdias que caracterizam a vida pública. Conheci intimamente as vicissitudes que a paciência e a tolerância têm de afrontar para atingir o termo de cada dia de governo. Sei como se tentou e continuará tentando associar os inconciliáveis – inflação e prosperidade – e dissociar os que só conseguem marchar juntos – desenvolvimento e educação.*

O parágrafo seguinte faz uma pequena dissertação sobre a premissa maior, apresentada logo anteriormente: *Senti, acima de tudo, as dificuldades ingentes que as dimensões extraordinárias do nosso País levantam a qualquer ação do administrador. Posso afirmar que assisti, ao desdobrar-se dos atos mais penosos de um governo, que, sendo inicialmente de preparação, conseguiu ser muito mais do que isso e muito realizou. Nele tomei parte ao lado de Vossa Excelência.*

Essa pequena dissertação ou *narratio* aborda um dos fatos de uma seqüência: *a presidência é muito mais que um cargo executivo; assim irei exercê-la; conheço seus percalços; tenho experiência*



de governo e virtudes para suportar tais dificuldades, etc. Em outras palavras, a *narratio* que se segue, discorre sobre a experiência de governo do orador e ganha, com esse argumento, a credibilidade do público. Nela está implícito o seguinte entimema: uma vez que o orador tomou parte do governo, ele saberá conduzi-lo.

O epílogo ou peroração se presta a *recapitular as provas que serviram para a demonstração*. Em nosso texto de análise o epílogo parece se encontrar no último parágrafo. Nele o autor retoma os fatos afirmados desde o início do texto, ou seja, discorre sobre a sua capacidade e experiência em governar: A evolução do discurso se dá, ainda, através da valorização do caráter moral, da probidade do orador, o que ele consegue através da amplidão de estilo. *Trago, pois, para o exercício da Presidência, uma larga lição de experiência – propiciada pela ação direta, pela observação e pela reflexão – do trato da coisa política, que requer paciência e tolerância contínuas, e do trato da coisa pública, que impõe esforço constante de inteligência, coragem e tenacidade.*

Depois de estabelecer a natureza e a importância dos fatos, é mister levar o ouvinte a sentir paixões: compaixão, indignação, cólera, ódio, inveja, cobiça. O orador assim o faz quando invoca a confiança dos cidadãos e as graças de Deus: *Confio em que não decairei, jamais, da confiança dos meus concidadãos e da rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência. E peço a Deus que me conceda a graça de ser sempre justo e isento, firme na palavra empenhada e inflexível na ação necessária...*

Desse modo observamos que a peroração, no discurso de posse de Costa e Silva, abrange as seguintes partes abordadas por Tringali (1988, p.86): recapitulação, apelo ao ético e patético, amplificação. Na recapitulação, o orador resume os pontos mais contundentes e pertinentes do discurso, de maneira a fixar esses pontos na memória do público. A conclusão ou peroração é o momento mais adequado para se usar de comoção.

A peroração evidencia uma idéia, e os ornamentos e as figuras podem servir como seus instrumentos. Em Costa e Silva, a peroração ressalta as qualidades do político experiente e preparado para o cargo a que foi escolhido. Para promover esse raciocínio o orador faz uso de uma frase que, através de sua construção hiperbólica e de uma figura de antítese (*espírito e coração*), resume a idéia de seu preparo para o posto de Presidente: *Acima de tudo, trago preparados espírito e coração.*

Sobre a organização das partes do discurso de Costa e Silva temos, resumidamente, a introdução elogiosa ao ex-presidente Castello Branco, a apresentação das provas também na



forma de elogios, a narração marcada pela valorização dos próprios méritos, e o epílogo como retomada de tudo o que já havia dito repetidamente.

O discurso de posse de Costa e Silva não traz, portanto, novidades ao leitor ou ouvinte. É breve, sucinto e cumpre a formalidade da ocasião.

4.6 A *DISPOSITIO* EM MÉDICI

De modo a informar sobre o assunto de seu discurso, no exórdio, o orador apresenta alguns apelos éticos que, como dissemos anteriormente, têm como base a argumentação pelo sacrifício. Ainda que o grau de credibilidade no momento do pronunciamento do discurso fosse considerado baixo, as atribuições à Nação: *Recebo a indicação do meu nome para a Presidência da República consciente da responsabilidade excepcional dessa missão que me foi imposta pelo consenso das Forças Armadas e tornada irrecusável pelo confiante acolhimento da Nação...somadas ao pathos, por ocasião da doença de Costa e Silva: É, portanto, compreensível que, ao sentimento de pesar de todos os brasileiros pelo sofrimento que atingiu o Presidente, acrescente-se em seu íntimo, a tristeza maior do companheiro de mocidade, de vida militar e de serviço público*, estabelece uma atmosfera de comunicação com o público, maior do que os discursos dos presidentes militares anteriores.

Em Médici a *propositio* introduz, por meio do *docere*, os seguintes quatro parágrafos da exposição: *A Revolução de Março de 1964 deu um novo destino ao Brasil, e sua obra, começada com o Marechal Castello Branco – de saudosa memória – não pôde ser concluída pelo Marechal Costa e Silva, infelizmente enfermo e incapacitado para o cargo./ Cabe-me, portanto, por imposição de meus pares prosseguir no rumo traçado por esses dois eminentes brasileiros./ O meu Governo vai iniciar-se numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram ou que dela decorrem. E estou disposto a pô-las em prática. / Desse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser a obra exclusiva da administração pública, e sim, uma tarefa global da Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as*



classes e regiões. Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais.

Resumidamente, o orador aborda os seguintes assuntos: cabe a ele continuar a obra iniciada em 1964; sabe das dificuldades da hora e das expectativas da população; acredita em soluções e as porá em prática. Por isso, ao final de seu governo, pretende ter instaurado a democracia e fixadas as bases do desenvolvimento, razão por que necessita de ajuda coletiva.

A partir dessas considerações, o orador inicia um detalhamento sobre o que, até então, apresentou como objetivos gerais de seu governo. Em Médici a *argumentatio* apresenta, em sua quase totalidade, provas objetivas, e não afetivas, porque dirigem-se mais ao intelecto do que aos sentimentos do público.

O primeiro dos pontos observados pelo orador é, como dissemos, o de recusa à volta ao sistema de governo anterior. Para tornar essa idéia aceitável, o orador faz uso de parágrafos de explanações nos quais reelabora a realidade dos fatos provando porque é inaceitável, para ele, a volta ao regime anterior.

Através de uma estrutura de entimema o orador prova o que defende no primeiro parágrafo dessa sequência: *É preciso ficar claro que não vamos restabelecer as instituições que nos levaram à crise de 1964.* Eis, agora, as premissas desse entimema: 1ª) Não voltaremos ao regime que *subjugava a vontade popular*. 2ª) Não voltaremos aos impulsos de desenvolvimento mais intuitivos que racionais. 3ª) As Forças Armadas intervieram para salvar a unidade nacional e não para se aproveitarem das instituições. 4ª) A população já não dispunha de direitos e condições dignas de vida. A quinta *ratio* apresenta-se como conclusiva em relação às premissas anteriores: *Por tudo isso, é inaceitável o retorno à situação pré-revolucionária.* Novamente, a estrutura aqui não segue os moldes aristotélicos de premissa menor, premissa maior e conclusão, contudo apresenta as evidências para o que defende.

O texto segue abordando, agora, a reforma das instituições. Eis as premissas desse segundo entimema concludente: 1º) Repudiamos a destruição das instituições e o apelo das oligarquias. 2º) A reforma exige uma revolução, por isso a necessidade do movimento. 3º) Para isso ouviremos todo o povo brasileiro. A terceira *ratio* apresenta-se como conclusão.

Até o final da *argumentatio* desse discurso existem mais seis entimemas. O próximo deles liga-se ao entimema anterior e aborda o assunto liberdade: 1ª premissa) O diálogo (referente ao entimema anterior) será travado sobre os interesses do País. 2ª premissa) Esse entendimento requer liberdade. 3ª premissa) A liberdade maior que o Governo pode conceder é a liberdade



da corrupção, dos sistemas subversivos de ideologia. 4ª premissa) À medida que os grupos livrarem-se das manipulações e manobras, o Governo os reconhecerá. Há, nessa construção, um encadeamento de idéias acopladas numa construção bem arquitetada. Os argumentos têm força persuasiva e até ameaçadora, uma vez que impõem certas condições para conceder liberdade ao povo, e isso fica expresso de maneira bastante clara. Trata-se, no entanto, de um silogismo com quatro premissas e nenhuma conclusão.

O próximo silogismo apresenta a promessa de um futuro plano de Governo para a economia. Trabalha com a junção de opostos, da mesma forma como faz o anterior. O leitor passa a ter uma imagem concessiva, mas limitada em relação às medidas do governo: ele concede liberdade, contanto que seja uma determinada liberdade; ele concederá, futuramente, um plano econômico e administrativo, mas não o fará sem a população. Analisemos as premissas desse último silogismo: 1ª premissa) Apresentarei um novo plano econômico administrativo que segue o modelo revolucionário. 2ª premissa) Não acredito em plano de Governo sem a participação popular. 3ª) Assim completaremos o plano de ação desse Governo. Verificamos a presença de duas premissas e uma *ratio* que, no sentido empregado por Lausberg, significa um pensamento argumentante que se diferencia das *rationes* (premissas) ou provas.

O próximo entimema trabalha com a analogia proporcional das situações. O orador convida o País a buscar realizações em outras áreas, a exemplo das artes e do esporte, onde se destaca. Como primeira premissa temos: Precisamos reproduzir na vida político-administrativa o sucesso nas artes e no esporte. 2ª premissa) Não é possível ficarmos à margem das realizações históricas. 3ª premissa) O Brasil está exigindo de seus filhos uma atuação que corresponda à sua grandeza. Mais uma vez, não encontramos indício de conclusão nesse entimema, mas o emprego de três premissas.

Ao discorrer sobre as relações externas, apresenta o único silogismo do discurso porque dispõe a estrutura de premissa maior, premissa menor e conclusão, devidamente interdependentes: 1ª premissa) Manteremos os compromissos internacionais com reciprocidade de tratamento. 2ª) Não pretendemos aceitar ou impor lideranças. 3ª) A convivência internacional só pode ser mantida numa comunidade de nações livres e soberanas.

A *refutatio* se dá como advertência logo após a frase: *Desejo manter a paz e a ordem.*



A *refutatio* dirige-se ao inimigo, mas nesse discurso de Médici ela, surpreendentemente, é endereçada ao povo: *Por isso mesmo advirto que todo aquele que tentar contra a tranqüilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência.*

Tranqüilidade pública e segurança nacional apresentam-se como ideais de peso para o seu governo. O uso do verbo *advertir* revela o tom ameaçador da declaração.

A partir da exposição da *refutatio* o orador segue apresentando uma *narratio* de três parágrafos que discorre sobre a *refutatio*: *Quero transformar em dever de Chefe de Estado o desejo sincero de garantir a harmonia do empenho dos senhores juizes, legisladores e governantes, no âmbito federal como no estadual, para convergência de esforços e colaboração mútua na consecução de nossos objetivos comuns./ Considero também que não podemos perder tempo recordando os erros de administrações anteriores. Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro./ Interpreto os anseios de afirmação nacional do povo brasileiro como uma tendência irrecusável em nossa época.*

A *conclusio* demonstra retomar as provas da *argumentatio* e apresenta uma relação de concordância com a *propositio*.

A título de recordação, lembramos que a *propositio*, em Médici, promove a idéia de seu governo como continuação dos dois governos *revolucionários* anteriores. Reconhece que o Brasil está longe do desenvolvimento e mostra-se disposto a buscar soluções para esse problema maior. Para isso pede a ajuda de todos. Os termos *continuidade*, *subdesenvolvimento*, *empenho pessoal* e *pedido de ajuda* podem, então, resumir as principais idéias da *propositio*.

Durante a *conclusio* ou *peroratio* o orador retoma a expressão de seu desejo de contar com a ajuda dos brasileiros para governar. Revela, mais uma vez, o empenho em realizar um governo dedicado ao povo e confirma o valor da continuidade do regime ao condenar as críticas feitas aos governos anteriores. Reporta-se, portanto, às mesmas idéias exploradas durante a *argumentatio*.

Quanto à retomada das provas da *argumentatio*, propomos realizar o mesmo exercício. Dentre os seis entimemas analisados durante a *argumentatio*, o primeiro deles fornece como prova o fato de que os impulsos desregrados de desenvolvimento, anteriores ao regime, foram responsáveis pela inflação acentuada. O segundo afirma que a reforma das instituições exige uma revolução. No terceiro entimema o orador diz que o diálogo com a população requer liberdade com relação à corrupção e à subversão. Afirma não acreditar em plano de governo feito sem a participação popular, no quarto entimema. No quinto, revela não ser possível



ficarmos (brasileiros) à margem das realizações históricas mundiais. Não pretendemos aceitar ou impor lideranças, demonstra o sexto entimema.

O silogismo completo é raramente empregado. Ao invés, encontramos reduções de silogismo em termos de amplitude e de carência. Em termos de amplitude, essa redução significa a *conservação do pensamento principal e limitação de ambas as rationes a uma só ratio; que pode ser colocada antes ou depois do pensamento principal* ou, ainda, a *supressão do pensamento principal*, o que torna o entimema uma *ênfase do pensamento*. A redução de carência refere-se à carência de *acuidade das provas*, e pode resultar na *volatização* da sua função. O entimema constitui-se numa resolução de silogismo e tem como esquemas de ordenação a seqüência *propositio + rationes* ou *rationes + conclusio*.

Resta-nos saber: a *conclusio*, nesse discurso, retoma as provas da *argumentatio*? A fim de tornar essa análise menos dificultosa, faremos um resumo das principais idéias desenvolvidas durante a *conclusio*: desejo de popularidade, punição à violência, empenho dos juízes, recusa em criticar governos anteriores, fidelidade aos anseios do povo.

Verificamos que não há total correspondência de palavras entre as provas e a *conclusio*. No entanto, semanticamente, trata dos mesmos assuntos. O orador repete ou acumula, portanto, as provas idôneas formuladas na *argumentatio*. Essa confirmação das provas tem o objetivo de apresentá-las como certas e de conduzir o público a pronunciar-se favoravelmente sobre a defesa do orador (Lausberg, 1967, p.93).

4.7 A *DISPOSITIO* EM ERNESTO GEISEL

Relembramos que as fontes possíveis à matéria dos discursos epidícticos são o elogio e a censura, o conselho e as considerações sobre o ouvinte.

Geisel apresenta dois discursos de posse. O primeiro dirige-se ao povo e é pronunciado pela televisão logo após a decisão do Colégio Eleitoral, no dia 15 de janeiro de 1974. O segundo é proferido no dia 15 de março de 1974, na cerimônia de transmissão de poder.

O grande peso do exórdio no primeiro discurso está, mais uma vez, no fato do orador haver sido escolhido pelo Colégio Eleitoral. Há, no texto, preocupação em demonstrar a



validade do processo de escolha, legitimado pela Constituição Federal. Esse processo de demonstração de legitimidade de escolha já se delineia como ritual dentro dos discursos que até agora analisamos. Essas expressões tornadas comuns somente não se transformam em clichês por razão da obrigatoriedade dos pronunciamentos e do espírito de comunhão e submissão exigido do público. Se a fórmula estereotipada, aceita, favorece o bom andamento da discussão com a comunhão que permite estabelecer, recusada, pode servir para desqualificar certos raciocínios, para desacreditar certos oradores (Perelman, 1996, p.188).

O exórdio, no primeiro discurso, após reforçar, como dissemos, a legitimidade da escolha de sua pessoa pelo Colégio Eleitoral, apresenta a mesma argumentação pelo sacrifício presente no discurso de Médiçi, anteriormente analisado.

É difícil delinear etapas discursivas no primeiro discurso de Geisel, uma vez que não se presta a desenvolver idéias, pontos de explicação, mas apenas disserta sobre confiança, dificuldades, adversidades, as quais seu governo irá enfrentar. Não há compromisso em detalhar os objetivos e metas governamentais, como se não fosse necessário prover ao povo explicações dessa natureza.

O exórdio, no segundo discurso, carrega-se de um tom quase festivo, dirige-se ao ex-Presidente Médiçi, engrandecendo, através do uso demasiado de hipérboles, o seu mandato: *Ao receber das mãos dignas de V. Exa. Esta simbólica faixa presidencial, sinto-me duplamente honrado, não só pela insigne distinção que me é conferida, de exercer a suprema magistratura da Nação, mas ainda por me caber prosseguir a notável obra de governo que V.Exa., com aplauso geral dos brasileiros, vem de realizar nestes últimos quatro anos portentosos.*

A narrativa segue apresentando características de uma narração idílica, durante o próximo parágrafo, início da *partitio*. Ela aborda a *confiança* que a Nação teria depositado em si mesma. Aqui vemos, novamente, que as noções de País, Nação e povo misturam-se para formar um só conceito, apagando as diferenças entre Nação como governo e como reunião de cidadãos.

Como resumo do assunto a ser tratado durante o texto, o *exórdio* no primeiro discurso reúne a legitimidade de sua escolha e sua disponibilidade em servir como governante. O texto desenvolve exatamente estas idéias e outras que as circundam, ou que são pertinentes a elas.

No segundo discurso, o exórdio trata da honra em ser escolhido pelos poderes e em poder prosseguir a obra do governo de Médiçi. Os parágrafos seguintes enumeram as benfeitorias do governo Médiçi e o plano de continuidade do governo Geisel. Pela análise das



duas situações, podemos admitir que o exórdio em Geisel cumpre o papel de sumário, característica própria dessa subdivisão textual.

O primeiro discurso apresenta como *propositio* uma pequena exposição: *Repetindo pronunciamento anterior, em Deus que tudo pode, espero humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em mim depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças e reafirmo que não tenho quaisquer compromissos de ordem pessoal - meus deveres são todos com a Nação, e meu Governo prosseguirá na diretriz que norteia a Revolução de 64. À missão recebida dedicarei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, não permitindo que dela me desviem impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou do coração.*

Além de engrandecer a própria figura do orador, o *docere* apresenta uma servidão que pode ser interpretada como uma argumentação pelo sacrifício.

No segundo discurso, os pontos seguintes ao exórdio são: 1) confiança na popularidade do governo; 2) integração social; 3) projeto militar nacional; 4) responsabilidade da Nação; 5) um *decênio de Revolução*; 6) sucessão de boas lideranças dentro do *movimento*.

A partir do quinto parágrafo do primeiro discurso observamos que a exposição toma a forma natural de uma argumentação. As provas, apresentadas nesse segundo discurso, têm natureza objetiva, pois persuadem pela intelectualidade das proposições, e não pela emotividade: *Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior. Votado ao entendimento das aspirações do povo em geral, excluído o domínio de interesse de indivíduos, grupos, classes ou regiões, entendo mesmo que das maiores qualidades de um governante é saber dizer "não" a proposições que lhe pareçam intempestivas ou que, em justa análise, se lhe afigurem ilegítimas. Dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida, para exame imparcial e sereno da verdade que contenham.*

O parágrafo começa com a apresentação do primeiro entimema, cuja primeira premissa é: *Sei que nunca poderei agradar a todos*; segunda premissa: *e que, certamente, descontentarei a muitos*; e terceira premissa: *tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior*. Esse entimema é tirado do exame dos *móviles* que nos incitam a uma ação e nos desviam dela (Aristóteles, 1964, p.172).

Para se perceber a presença do segundo entimema é necessário desmembrar a frase, dada a complexidade e extensão de sua construção: *Espero que confiem, não só em mim* (primeira



premissa), *mas também nos que escolherei para auxiliar-me diretamente na pesada tarefa governamental que se me depara, em continuação à extraordinária obra que, há um decênio, se vem realizando neste país, sem desfalecimentos, nem pausas, muito menos irreparáveis retrocessos.*(segunda premissa) *Graças, em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da Revolução, estamos realmente atingindo sólida e ampla base de partida - legado ímpar que receberei das mãos impolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici -* (terceira premissa) *e que autoriza, sem devaneios vãos nem autoconvencimento irrealista, antever um porvir não distante, de grandeza, de paz e de justiça social* (quarta premissa).

Geisel também faz uso largo da amplificação, em ambos os discursos. Existe um empenho do orador em aumentar e estender o uso dos adjetivos e advérbios, tornando a explanação mais carregada, menos inteligível.

O terceiro parágrafo da argumentação apresenta um entimema baseado nas desinências casuais semelhantes: *Certo é, entretanto, que o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história da humanidade* (primeira premissa), *seja pela crise generalizada no setor da energia que se manifesta grave, em termos de escassez e de custos desmedidamente acrescidos, com reações em cadeia, para um sem-número de matérias-primas e de produtos essenciais* (segunda premissa), *seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar, como no econômico-financeiro* (terceira premissa), *seja também pela onda de violência indisciplinada, destruidora e mesmo irracional que abala os alicerces da sociedade, nos mais variados quadrantes do globo* (quarta premissa).

O quarto parágrafo baseia seu entimema em idéias correlativas: *O Brasil, evidentemente, não pode se furtar às danosas e múltiplas repercussões desses críticos acontecimentos, participe que é, dia a dia mais atuante, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da vida internacional.* Fica implícita a idéia do Brasil fazer parte da vida internacional. A crise que o atinge, também se deve a isso, ou seja, à crise internacional maior, como explica no parágrafo anterior.

O quinto e último parágrafo da *argumentatio* trabalha, em primeiro lugar, a junção de contrários: *Não obstante essa situação, sem dúvida difícil* (primeira premissa), *acredito conseguiremos galhardamente transpô-la* (segunda premissa), *já que não é de se lhe prever longa duração em todas aquelas dimensões e, também, graças ao sólido potencial de nossa terra e, principalmente, à capacidade, ora despertada, de nossa gente, de um extremo a outro desta pátria imensa* (conclusão). Ainda neste parágrafo, há um último entimema, agora baseado na relação causa e consequência, com apenas duas premissas: *Caberá apelar sem sacrifícios excessivos, a um atento e pragmático senso das mais justas prioridades de ação, de forma racional e coerente que não venha a prejudicar o amanhã em troca de benefícios imediatistas, à*

perseverança, continuidade e realismo na execução coordenada dos planos diretores e a uma conduta austera, inimiga da ostentação e dos desperdícios irresponsáveis (primeira premissa). Para tanto, devo confiar largamente nas virtudes nunca desmentidas do povo genuinamente patriota, paciente, trabalhador e tenaz de nossa terra (segunda premissa).

Dentre todos os entimemas aqui analisados, o único que apresenta uma forma conclusiva parece ser este último. Sua objetividade se furta à preocupação de convencer o público intelectualmente. Somamos a este fato a opção do orador por uma argumentação mais objetiva que emotiva e, então, perguntamo-nos sobre o que quereria provar tal argumentação? É objetiva, mas não conclusiva. Dirige-se à intelectualidade do público, mas sem se preocupar em convencê-los pelo peso das provas.

A *argumentatio*, nesse segundo discurso, caracteriza-se pelo que já abordamos anteriormente no exórdio, ou seja, enaltece as obras dos governos militares de maneira a tornar a exposição artificial, por razão da irrealidade dos fatos.

A *argumentatio*, no segundo discurso, não carrega a mesma força expressiva do primeiro. O tom elogioso torna o texto uma exposição de benemerências do regime. Não existe peso de prova na sucessão das idéias apresentadas. A causa dessa postura argumentativa pode estar no fato desse discurso ser dirigido ao ex-Presidente e, portanto, não necessitar arguição ou contestação

À *conclusio* ou *peroratio* precede a *refutatio* que no primeiro discurso é apresentada de forma resumida e limita-se a indicar quais são os indesejáveis para o orador: *reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos.*

Logo em seguida, inicia os dois parágrafos finais que compreendem a *conclusio*: *Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, resguardará - assim o creio - o ambiente de tranqüilidade, de estabilidade social e de ordem pública, indispensável à marcha ascensional do país e que cumpre às autoridades assegurar como um dos seus mais indeclináveis, se bem que penosos deveres. Por isso, também, nunca poderei dispensar a compreensão de todos os bons brasileiros, os quais nas reservas profundas de seu civismo e de sua fé nos supremos valores ético-sociais, bem se dão conta do que estabilidade e ordem representam como penhor essencial do progresso e do bem-estar de todo o povo. Pois, ordem e estabilidade espero garantir-vos, a par da dedicação integral com que me devotarei à missão que, para suprema honra minha, ora me é atribuída, de conduzir este Brasil, tão caro a todos nós, em mais um largo e seguro e decisivo avanço para seus elevados destinos de grande nação, próspera e coesa, generosa e justa.*

Retomaremos as idéias desenvolvidas durante a *argumentatio* a fim de verificar se são abordadas durante a *conclusio*. Para isso, faremos um resumo dos entimemas: O primeiro aborda a consciência do orador sobre a impossibilidade de agradar a todos, a virtude em saber dizer não como governador e o dever em estar receptivo às sugestões. No segundo, o orador pede confiança em si e nos seus auxiliares e afirma que os governos militares estão atingindo uma base sólida, antevendo um futuro promissor para o País. O terceiro entimema defende que a crise interna tem ligação com a crise internacional. O quarto prova essa ligação entre as crises nacional e internacional. No quinto anuncia o breve cessar da crise, uma vez que sua previsão de duração é curta e o potencial do Brasil, grande. No sexto e último entimema, o orador diz caber ao governo priorizar suas ações para não prejudicar o futuro do país; por isso conta com as virtudes do povo.

A *conclusio* fala da força do governo em conter o comunismo e pede a compreensão dos bons brasileiros. Prioriza os valores de ordem e estabilidade, e não retoma o desenvolvimento de idéias da *argumentatio*, apenas suscita afetos no público, objetivando seu pronunciamento favorável.

A *conclusio*, no segundo discurso, engloba os três últimos parágrafos e reforça o apelo ao *pathos*. Esses parágrafos não retomam as idéias desenvolvidas durante a *argumentatio*, porque aquelas consistem, como dissemos, em elogios, e não na apresentação de provas: *Que Deus me dê forças a mim, e clarividência e energia, para levar avante esse legado superior de consciência cívica e de pragmatismo criador, para o bem de nossa Pátria e bem-estar de nosso povo./Que este, nas reservas genuínas de sua robusta fé patriótica, encontre ânimo cada vez maior para enfrentar os duros embates que nunca faltarão, nesta luta incansável de todos os dias do erguimento de uma grande nação, tal a que esperamos legar às gerações futuras./ E que, entre governo e povo, na comunhão sempre renovada de confiança recíproca, constituída na verdade e na franqueza, se forje a mais perfeita sintonia do sentir, do pensar e do querer, essencial à plena concretização de nossos alevantados ideais comuns de brasileiros.*



4.8 A DISPOSITIO EM FIGUEIREDO

O exórdio de Figueiredo é, seguramente, o texto mais extenso entre todos os discursos analisados. O orador inicia-o dirigindo-se ao ex-Presidente em tom elogioso através da argumentação pelo sacrifício, atribuída à pessoa de Geisel: *Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do bem da Nação e do Povo./ Vi quando mudou convicções amadurecidas, diante de soluções mais adequadas./ Vi quando – entre tantas propostas conflitantes – ousou escolher a melhor, ainda que a menos popular./ Vi a serena e patriótica lucidez de Vossa Excelência quando – a despeito de duras crises, no âmbito nacional e internacional – soube conduzir o País a um real progresso social e político.*

O exórdio compõe-se de vários blocos de texto. O primeiro, como vimos, é dirigido ao ex-Presidente, o segundo é uma saudação feita ao ex-Vice-Presidente. No terceiro, o orador saúda as autoridades de outros países que vieram para a sua posse. O último bloco de saudações é voltado ao novo pessoal de Governo: Vice-Presidente, presidentes do Senado e Câmara dos Deputados, ministros e pessoas presentes.

Considerados separadamente, esses blocos apresentam uma estrutura bem definida com introdução, desenvolvimento e conclusão.

Qual seria a razão de compor um exórdio tão extenso?

É característico de alguns autores experientes prolongar a composição do exórdio ou dos parágrafos de abertura até haverem conseguido escrever a parte principal de seu discurso. Esse procedimento, em Figueiredo, permite desenvolver áreas de concordância entre ele e seu público, antes que se volte para alguns pontos mais delicados de sua fala, os quais talvez não fossem bem recebidos, se colocados logo no início.

O engrandecimento que o orador faz da figura do ex-presidente não se mostra como novidade textual, pois podemos verificar a freqüência desse costume em outros textos, dentro dessa análise. As considerações apresentadas pelo orador ao Vice-Presidente são um gesto de demonstração de cuidado, respeito.



O bloco mais extenso de parágrafos do exórdio compreende as saudações às autoridades presentes à sua posse. A abertura do regime, durante essa fase da história do Brasil, como vimos anteriormente, era um processo inevitável, sem retorno. Por isso, a acolhida demonstrada pelo orador em relação às Nações amigas, é de importância nuclear para a aceitação do público juiz. Ciente disso o orador provoca um alargamento da formulação lingüística de forma a manter a atenção do público por mais tempo, e ganhar dele a confiança durante um período de fraco grau de credibilidade para o Governo.

Essa característica deveras diferente dos discursos anteriores, no que diz respeito às relações com outros países, inaugura, em Figueiredo, a argumentação pelo novo, pelo inédito.

Após os quatro blocos, que compreendem a introdução ou exórdio o narrador inicia a *propositio* como uma continuidade de idéias, uma comunhão com o regime militar, engrandecendo as figuras que o representaram anteriormente: *Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel.*

Destacamos dessa *propositio* a figura de preterição, quando o orador utiliza os termos *livre e democrática*, referindo-se ao sistema societário que o movimento procura assegurar. A figura de preterição, logo no começo da *propositio*, confere ao texto um tom de refutação que ganha destaque exatamente por começar desmentindo o que o discurso não é.

Levando-se em consideração que, até agora, o exórdio trabalhou especialmente com os protocolos de abertura, essa afirmação soa como *ordo artificialis*.

A *partitio* segue-se pela articulação pormenorizada de pontos. Esses pontos se iniciam sempre com a palavra *Reafirmo*, a qual confere ao texto a continuidade de governo sugerida na *propositio*: *Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.*



Percebemos, pelo exemplo acima e por toda a extensão da *partitio*, um empenho de amplificação de pensamentos muito menor, em termos de ocorrências, que durante os outros discursos até agora analisados. Figueiredo é mais conciso e objetivo. Utiliza-se da *ordo artificialis* com moderação, apenas para conferir ao texto um movimento mais agradável.

A *partitio* em Figueiredo tem uma organização inusitada. Os pontos que defende não se apresentam como silogismos completos, ou sequer como entimemas, afora duas exceções. A maioria dos pontos esboçam argumentos que não podem ser considerados argumentações, porque são esparsos, sem estruturação lógica. Seriam denominados *ratios*, se acaso estivessem ligados ao pensamento principal, como vimos anteriormente. O total de pontos desenvolvidos ocorre em número de 9 contra apenas 1 entimema e 1 silogismo completo. Começemos por eles: *Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.*

Esse entimema trabalha com uma estrutura formada por duas proposições, mas nenhuma conclusão. Resumidamente aborda, em primeiro lugar, o propósito do orador em fazer do País uma democracia e, em segundo lugar, o prosseguimento das reformas. Percebemos que não há conclusão para as duas premissas apresentadas. O segundo exemplo trata do único silogismo presente na exposição da *partitio*: *Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos os custos do nosso desenvolvimento.* Como primeira proposição temos: *Reafirmo a decisão...*, como segunda premissa: *Muito do progresso...* e como conclusão: *...nós mesmos devemos...*

A escolha por essa forma tão irregular de apresentação pode sugerir ou justificar a ausência das provas da argumentação. Predomina no texto de Figueiredo o *docere* ou a comunicação, sem haver espaço para o item argumentação e, portanto, para a apresentação de provas.

Os pontos abordados durante a *partitio* se resumem assim: 1. a independência dos poderes do Estado; 2. segurança aos direitos do cidadão; 3. conciliação entre brasileiros; 4.



condições dignas de vida; 5. prioridade à agropecuária; 6. combate à inflação; 7. propósito de habitações justas; 8. justa remuneração salarial; 9. cuidados básicos de saúde.

A parte final, introduzida por um vocativo dirigido aos cidadãos, utiliza-se, naturalmente, do *pathos*, ao enfatizar sobre seu empenho futuro como Presidente: *Vou entregar-me de corpo e alma às tarefas do Governo, para assegurar uma administração eficiente e proba.*

Logo em seguida faz um resumo de suas principais preocupações como governante. Esse resumo acaba por retomar aqueles pontos apresentados durante a *partitio*, mas de forma bastante resumida: *Rápida nas decisões./ Simples nas relações com as pessoas e as entidades./ Preocupada com o bem comum./ Vigilante na preservação da ordem pública e dos direitos das pessoas e da sociedade./ Firme na segurança das instituições./ Prudente e serena na utilização dos instrumentos legais existentes para esse fim.*

Ora, a *peroratio* ou *conclusio* tem duas funções principais: a concordância entre *propositio* e *conclusio* e a suscitação de afetos que sejam favoráveis à sua defesa. A *peroratio* apresenta como certo aquilo que foi provado durante a *argumentatio*. Sobre este último aspecto, não nos podemos assegurar, pois inexistente a presença de provas em meio ou após a *partitio*.

Podemos perceber, no entanto, concordância de parte da *propositio* com a *conclusio*: ambas tratam da liberdade e da democracia como marcas a atingir.

A suscitação de afetos se dá por meio da argumentação pelo sacrifício, apresentada logo em seu início e pelo argumento do novo: *Numa nação jovem como a nossa, é natural uma certa dose de impaciência na promoção dos anseios populares. Ai de nós se nos faltasse o entusiasmo da juventude! Reafirmo meu desejo de encontrar os jovens; com eles confraternizar; e com eles avançar democraticamente na construção da Pátria de nossos filhos e netos.*

A invocação da ajuda de Deus e de seus próprios interlocutores é outra marca de suscitação de afetos, observada com frequência ao final de toda *peroratio* ou *conclusio*.



4.9 A *DISPOSITIO* EM SARNEY

Barthes defende que o exórdio é a fase discursiva de busca da simpatia do ouvinte ou do leitor através de uma *prova de cumplicidade*. O caminho da sedução do público *varia segundo a relação da causa à doxa, à opinião corrente, normal* (1975, p.208).

Dentre os vários tipos de relação entre a causa e a *doxa* gostaríamos de destacar aquela presente em Sarney. Diante de uma *causa complexa, obscura, é preciso levar o juiz a seguir o orador como guia, como esclarecedor da situação, torná-lo docilem, receptivo, maleável* (p.208). Não há como negarmos a complexidade da situação envolvendo o episódio de posse de Sarney. A decepção diante da grave doença do primeiro líder democrático após o fim do militarismo faz do discurso um exercício delicado para Sarney. Ele interpreta, então, o pesar do povo, assumindo-o para si e reconta os fatos sem deixar de impregná-los de um apelo ao sentimento (Barthes, 1975, p. 206).

À maneira como fez Cícero — Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência? — começar ex abrupto garante ao texto uma mensagem mais eficaz: *Estou com os olhos de ontem. E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota*.

O exórdio inicia-se após as duas frases citadas acima: *O Deus de minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante a Nação e sua história*.

O exórdio em Sarney ajuda a reforçar o seu lugar de presidente empossado por meio de uma escolha maior, a de Deus. Para consegui-lo, como vimos, o orador valoriza virtudes pessoais a fim de assegurar seu preparo ao cargo.

O tom usado pelo orador para expor a *propositio* transforma-se rapidamente de apelo ao sentimento para apelo ao fato, à razão: *Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, desejo e vontade do povo brasileiro*. Ela cumpre, contudo, sua função de *docere* à medida que explica a situação de sua posse.



Por ser um discurso bastante breve, a apresentação das partes também se revela muito resumida. A *narratio* seguinte à *propositio* inexistente aqui. O discurso parte imediatamente para a apresentação das provas afetivas e éticas, ou seja, que suscitam a simpatia do interlocutor através de graus suaves de afetos (Lausberg, 1967, p.92ss.): *Os nossos compromissos, meus e dos senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.*

Esse é o único parágrafo onde se revela o uso das provas da *argumentatio*, nesse discurso. Não podemos, no entanto, considerá-lo um entimema completo, pois caracteriza-se pela apresentação de um pensamento principal ou proposição e uma conclusão: Os nossos compromissos são os mesmos de Tancredo (pensamento principal ou proposição); Tancredo é a bandeira de união do país e, portanto, a causa de nossa união (conclusão).

Em Sarney a *conclusio* retoma as sugestões expostas na *propositio* quando relembra o amparo da lei para o fato de assumir a Presidência. Tanto o parágrafo que aborda a *propositio*, quanto o que expressa a *conclusio* tratam dos mesmos termos: *Constituição* e *Leis*. Isso significa dizer que a *conclusio* está ligada, em termos de argumentação à *propositio*, como determina Lausberg.

Uma segunda função da *conclusio* seria a de suscitar os afetos do público. Em Sarney, o grau de afetos durante a *conclusio* é menor do que a suscitação do exórdio. *O exórdio sempre será adaptado às circunstâncias do discurso, ao orador e ao auditório, ao assunto tratado, aos eventuais adversários* (Perelman, 1996, p.562). No entanto, o fim demasiadamente brusco do discurso pode também significar emoção. Aquela mesma emoção de quem pede para se calar como forma de evitar a tristeza.

4.10 A *DISPOSITIO* EM COLLOR

O discurso de Collor apresenta-se, por extensão, inversamente proporcional ao de Sarney, seu antecessor. O exórdio, por exemplo, toma a extensão de seis longos parágrafos. Nele o orador emoldura duas defesas principais: a tradição política familiar e a expressiva



quantidade de votos diretos que o elegeu. Como características próprias ao exórdio podemos destacar aqui o elogio e as considerações sobre o ouvinte. O orador dirige o elogio ao povo e ao Congresso, e tece considerações sobre o ouvinte, destacando seu papel na transmissão dos regimes: *Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso. A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.*

A *propositio* é o segundo momento desse discurso, e anuncia o plano de exposição que o orador irá seguir. Trata-se de apenas um parágrafo onde o orador resume os tópicos essenciais de seu programa de governo: democracia e cidadania; inflação; reforma do Estado; modernização econômica; preocupação ecológica; desafio da dívida social e posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Por razão da articulação discursiva se dar segundo pontos apresentados pelo orador, dizemos que à *propositio* segue-se uma *partitio*. Em Collor a *partitio* toma a extensão de vinte e seis parágrafos.

O orador inicia o discurso retomando o passado de sua família e da tradição política que a caracteriza, como havíamos constatado anteriormente. A fim de atribuir apelo racional a esse componente emocional, utiliza-se de um entimema de circunstância, estabelecendo relações entre fatos passados e fatos futuros: *Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada* (primeira premissa). *Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal* (segunda premissa). *Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia* (conclusão).

Collor se refere ao regime anterior utilizando-se de um silogismo construído sobre o par “fato passado e fato futuro”: *Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação como coletivo da cidadania. Não basta governar para o*



povo – é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte. Com essa repartição de tempo, consegue estabelecer que o novo governo se dará de forma totalmente inversa ao anterior, apresentado, por meio dessa técnica, como algo ultrapassado, arcaico. O silogismo se apresenta, aqui, na sua premissa maior, seguido da premissa menor e da conclusão.

O propósito imediato de meu governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Através de um choque entre os conceitos de não conter e liquidar, Collor prende a atenção do público para um assunto sobre o qual geralmente se fala muito para pouco significar, ou que já foi muito utilizado para ser levado seriamente. No entanto, esse argumento não se apresenta como um silogismo, mas como uma *ratio* que, apresentada assim, dissociada do resto do texto, toma o destaque que ele gostaria de dar.

Logo em seguida apresenta um fato que tem como consequência um bem e um mal, através de uma construção retórica alusiva à oposição entre povo e alta sociedade: *Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços* (primeira premissa). *Sei que, para eliminá-lo, terei que contrariar vários interesses poderosos* (segunda premissa). *Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua* (conclusão).

O Presidente constrói o seguinte silogismo, estabelecendo que as privatizações devem continuar por uma série de fatores encadeados – regramento da atividade econômica, incentivo da economia, receita, alívio do déficit governamental, luta antinflacionária, corrupção.

O uso da máxima, ao final, torna difícil a tarefa de discordar do ponto de vista do orador, por razão de peso retórico que as citações contêm: *A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica* (primeira premissa). *Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antinflacionária* (segunda premissa). *Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição. Permanece válido, ainda hoje o adágio medieval: O Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete* (conclusão).

A preocupação ecológica é tema da próxima construção silogística de Collor. A premissa menor inicia-se quando afirma que: *O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial*. Na premissa menor, envolve-se pessoalmente com a causa: *Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra*. A conclusão revela seu

comprometimento com a causa da ecologia: *A urgência que meu governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade e, particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converte numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.*

Ao abordar o comportamento paternalista dos governos anteriores, Collor faz uso do entimema construído pela definição por exemplos: *Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do governo e das elites, um comportamento paternalista (primeira premissa). Esse paternalismo, a seu turno, engendrava, alternativamente, dois turnos de conduta prática frente ao problema (segunda premissa). Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem estar coletivo, o progresso social duradouro só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral (conclusão).*

Logo em seguida, aproxima termos opostos, indicando que a construção será baseada no lugar dos contrários: *Minha geração não admite mais viver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade (primeira premissa). Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu governo é libertar o Brasil da vergonha, da miséria e da injustiça (segunda premissa). Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo (conclusão).*

O parágrafo seguinte é exemplo de um encadeamento de idéias muito bem construído. O uso de recursos estilísticos na sua elaboração permite que o público se convença da idéia mais eficazmente: *Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor (primeira premissa). Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconseqüente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país (segunda premissa). Do binômio de Juscelino – democracia e desenvolvimento – queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social (conclusão).*

O período se inicia com uma frase imperativa que constitui-se na própria conclusão do silogismo. A seriedade da imposição se desfaz quando o orador apresenta as duas premissas: O



mercado distribuidor... e Mas tampouco...Podemos observar aqui um jogo de perspicácia forjado pelo orador. O tom impositivo da primeira frase relembra as ordens dos governos militares. A explicação seguinte a ela, no entanto, produz um efeito de alívio no texto. O público entende, então, que o novo governo, ao invés de obrigar, está ao lado do eleitor, do cidadão, para o defender.

Os dois parágrafos seguintes se imbricam para formar um só silogismo. A premissa maior está no primeiro deles. Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu governo terá maior empenho não só em combater o analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior.

A segunda premissa se encontra no segundo parágrafo: Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do poder público.

A conclusão está expressa na última frase do segundo parágrafo, mas é antecedida por outra que a prepara: Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção educacional dos mais pobres e para a conquista duradoura de padrões de excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente indispensável de nosso futuro próximo.

Ao discorrer sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo o orador elabora um silogismo bastante extenso: Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional. Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer — e com urgência — a modernização do Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura.

Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais.

A premissa maior apresenta o novo perfil das relações internacionais inaugurada pelo governo Collor e é demonstrada nos primeiros dois parágrafos. A premissa menor se encontra no terceiro parágrafo, onde o orador liga a necessidade de ajuste da competitividade de cada país à necessidade de modernização do Brasil, tônica de seu governo.

Os parágrafos 4º e 5º apresentam-se como a conclusão da construção silogística, lembrando que a conclusão resulta da consideração da premissa menor em relação à premissa maior expressa pela necessidade de modernização do Brasil (Hughes & Duhamel, 1962, p.119).

Por essa correlação de idéias, o orador defende que, se o mundo ficou mais competitivo, é preciso também modernizar o Brasil.

Ainda abordando as relações externas, Collor apresenta em primeiro lugar, a premissa maior e, em seguida, a menor: *Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança. A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas do conflito.* O orador apresenta, então, a conclusão: *Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, com o respeito à soberania, a não-intervenção, a auto-determinação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos.*

Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.

Resumindo as premissas acima, teremos: 1. a paz só é conseguida através da justiça e da igualdade; 2. o dinamismo de mercado convive com a miséria e a estagnação, saldos do regime anterior; Conclusão: os erros do passado não nos farão desanimar porque os anseios de justiça sempre devem existir.

Ainda no que toca à integração política, o orador defende a competitividade, logo na premissa menor do silogismo seguinte: *O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva.*

A segunda premissa mostra o papel da diplomacia dentro do processo de busca de competitividade: *A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada*



momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político.

A conclusão condensa as duas premissas e as liga à noção de momento único para o País e o mundo: *O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a nação dos tempos novos em que vivemos.* Em outras palavras, esse é um momento histórico para o Brasil e para o mundo; o Brasil é parte dele e, por isso, a ação diplomática poderá ajudar em sua integração ao mundo.

O orador critica o discurso político retórico em seu sentido pejorativo, ao apresentar um silogismo baseado em contrários. A premissa menor fala do perigo em cairmos numa situação de marginalização em relação ao resto do mundo: *A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização.* A premissa maior fala da clareza do novo projeto de governo e defende a libertação de um discurso dissimulado, provavelmente referindo-se ao governo anterior: *A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudo-nacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência.* A conclusão, baseada nos contrários, defende a ação em contraposição às palavras. Essa ação objetiva mostrar ao mundo a pujança do Brasil: *Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abrirmos ao mundo.*

O primeiro alvo de integração econômica para o Brasil é a América Latina. Sobre esse assunto trata a primeira premissa desse parágrafo: *Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo serão reforçadas. A integração latino-americana deixa de ser um sonho para tornar realidade tão concreta quanto fecunda. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido.* A segunda premissa mostra a importância dessa integração: *Daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial.* A conclusão funda a possibilidade real desse processo e fala dos benefícios que ele trará. Esse silogismo se baseia no par “fato passado e fato futuro”, pois em sua conclusão estabelece que, sendo até então um sonho, o projeto passará a ser real em seu governo.



Sobre a relação com os EUA, o orador deixa clara a intenção de entendimento. Assim se apresenta a primeira premissa: *Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento. Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo divergentes.* A segunda premissa reforça a certeza da superação das diferenças entre os países de forma construtiva: *Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva, para benefício mútuo.* A conclusão retoma as duas premissas e apela para a tradição de parceria entre os dois países. Essa construção se baseia na comparação entre as duas nações. São as noções de similaridade e diferença que determinam a disposição das idéias neste parágrafo: *O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.*

Ao comentar sobre a União Européia o orador defende que nossas raízes têm origem naquele continente: *Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também européias.* A segunda premissa apela por um perfil não excludente dentro da Comunidade Européia: *Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente.* A conclusão expõe a sua parcela de compromisso com a Comunidade Européia e fala do acolhimento que o Brasil teve na Alemanha, França, Inglaterra e Itália: *De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da Comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália.* Esse parágrafo é construído sobre os lugares da “indução”, pois, de certa forma, a apresentação das premissas conduz à aceitação do Brasil como parceiro comercial do bloco europeu.

O orador fala sobre o Japão como país sobre o qual o Brasil terá especial atenção. Suas realizações em comum já constituem marcas de êxito. Essas são as duas premissas apresentadas. A conclusão defende que as bases são agora mais sólidas para se iniciar nova etapa de relações. *O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos bases suficientemente sólidas para nos lançarmos a uma nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano dos investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político.*



Com a África o Brasil pretende restituir o relacionamento. Para isso é necessário haver cooperação real. Desses assuntos tratam as respectivas primeira e segunda premissas. A conclusão apresenta o compromisso de aprofundar as noções de comunidade cultural e histórica e condenar o *apartheid*. Essa construção também se baseia sobre os fatos passados e futuros: *Com os países d'África deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento. É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que dêem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de "apartheid" da África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal.*

Declara como estreitos os laços de união entre os países do Oriente Médio e que o Brasil sofre ao assistir ao espetáculo diário da guerra. Essa é a primeira premissa: *Aos países do Oriente Médio, O Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região.* A segunda premissa sustenta a observação dos princípios essenciais do convívio: *Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: o direito dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos envolvidos.* A conclusão impõe a condição para a paz: *Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade internacional.* Essa construção retira entimemas dos pontos em que não se está de acordo com o adversário (Aristóteles, 1964, p.172).

O orador incita à luta em prol do crescimento econômico nos anos 90. O maior entrave para isso, segundo ele, é a dívida externa. Essa é a primeira premissa: *Temos de lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias – e muitas serão extremamente penosas a curto prazo – para desenterrar as energias econômicas de nosso país. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra.* Na segunda premissa o orador se diz aberto a negociações: *No marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas. Mas não aceitarei*



contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções. A conclusão se apresenta na forma de uma máxima: Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes. É essa máxima que caracteriza o tópico utilizado pelo orador e confere à idéia da negociação um caráter ético.

Collor resume seu plano de governo na área internacional ditando, para isso, sua palavra de ordem: *A palavra de ordem do meu governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial.* A segunda premissa aponta um caminho para se alcançar um lugar na transformação mundial: *O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico.* A conclusão estabelece ser essa a vocação do Brasil: *Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.*

A próxima construção apresenta-se como um silogismo bastante extenso, que trata, em sua primeira premissa, da vocação do orador para a política: *Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração.* A segunda premissa apela para ao Congresso Nacional a fim de que também trabalhe pela política, lembrando os dois tipos de elite existentes no momento. *É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembléia, o Congresso Nacional. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo.*

A conclusão revela que seu plano de modernização se postará contra essas elites: *Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil.*

O mesmo parágrafo que se inicia com a conclusão do silogismo acima abriga duas premissas e uma conclusão que, por sua vez, formam um outro silogismo, também baseado nos correlativos. A primeira chama a classe trabalhadora à responsabilidade pelo poder: *E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder.* Na segunda, cita um exemplo de uma ação semelhante praticada pelo avô: *Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho.* E apresenta como conclusão a simpatia provocada pelo seu chamamento da juventude brasileira: *Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de*



governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do país.

O penúltimo parágrafo do texto aborda a modernização que o orador alega não faltar: *Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização.* Como segunda premissa o orador critica a falta da prática coerente: *O que tem faltado, quase sempre – no nível do Estado – é uma prática coerente com aquela.* A conclusão é a sua proposta de eliminação do hiato entre discurso e prática: *Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.*

No último parágrafo do discurso, Collor retira entimemas da enumeração das partes: *Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria* (primeira premissa). *Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz* (segunda premissa). *Meu compromisso na Presidência da República é realizar um governo digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações* (conclusão). Na conclusão o orador retoma as qualidades do país, expostas na segunda premissa e simbolizadas, na primeira, pela bandeira, para dizer ao público que saberá fazer de seu governo outra das qualidades da nação.

A *refutatio* em Collor compreende apenas duas argumentações e se encontra exatamente antes da *conclusio*. A primeira delas revela o sentimento de política, sua herança familiar e um incentivo que o motiva a viver para a política e não da política. Ele faz desse argumento um apelo ao Congresso Nacional, dividido, como alega, entre dois tipos de elites: *Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo.*

A segunda argumentação expõe o projeto de modernização contra o egoísmo daquelas elites: *Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre – no nível do Estado – é uma prática coerente com aquela. Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.*

A *conclusio* é bastante curta se comparada à extensão da *argumentatio*. Ela compreende os três últimos parágrafos do texto e retoma parte dos assuntos propostos na *propositio*. Eis os tópicos essenciais apresentados na *propositio*: democracia e cidadania, inflação, reforma do



Estado, modernização econômica, preocupação ecológica, desafio da dívida social e posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Durante a *conclusio* o orador menciona a *estratégia de modernização do Brasil*, a *reforma do Estado* e a *recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social*. A *conclusio*, portanto, não retoma a *propositio* no seu todo. Resta saber se a *conclusio* repete ou acumula as provas apresentadas durante a *argumentatio*.

Para isso, faremos agora um resumo das provas da *argumentatio* que se apresentam na sua totalidade como provas objetivas. Seguindo a análise dos silogismos e entimemas da *argumentatio*, temos: 1. o orador afirma sua tradição política familiar; 2. lembra a necessidade de aproximar o governo do povo; 3. expõe sua meta de liquidar a inflação; 4. defende a implantação das privatizações; 5. compromete-se com a causa da ecologia; 6. condena o paternalismo dos governos militares; 7. promete não deixar o problema da pobreza à mercê do automatismo de mercado; 8. fala da necessidade de uma revolução educacional; 9. afirma que a política externa deverá responder ao ímpeto de modernização do Brasil; 10. defende que a paz só será conseguida através da justiça e da igualdade; 11. diz que a diplomacia buscará novas formas de cooperação; 12. aborda o perigo do país cair em situação de marginalização com relação ao resto do mundo; 13. a América Latina é vista como espaço imediato para o comércio externo; 14. expressa o desejo de estreitar os laços com os EUA; 15. pede que a Europa reconheça na América Latina suas raízes européias; 16. revela especial atenção sobre o Japão; 17. pretende restituir relações com a África; 18. pede que se observem, no Oriente Médio, os princípios de convívio internacional; 19. dispõe-se a renegociar a dívida externa; 20. defende integração gradual, mas constante e segura do Brasil ao resto do mundo.

Na *conclusio* o orador relembra as estratégias de modernização do Brasil, o plano de reforma do Estado, e a reestruturação das bases do desenvolvimento econômico e social, e a eliminação do hiato entre o discurso e a prática.

Em linhas gerais, a *conclusio* aborda, de forma resumida, a maioria das provas apresentadas na *argumentatio*. Não menciona, contudo, o perigo de o país cair em situação de marginalização quanto ao resto do mundo, e nem aborda o desejo de renegociar a dívida externa. Não retomar todos os itens probatórios, no entanto, não descaracteriza a eficiência da *peroratio*. Ao contrário, diríamos que o discurso de Collor cumpre a maioria das disposições de uma construção retórica eficiente.



ELOCUTIO

*"La palabra es un signo. Pero cada palabra
aislada, no es nunca simbólica. El uso político
de las palabras tiende a simbolizarlas"*
(Felipe Mellizo, 1968)

A *elocutio*, terceira categoria de subdivisão da retórica, é a expressão lingüística dos pensamentos encontrados pela *inventio* (Lausberg, 1967, p.115).

Na retórica clássica e renascentista a *elocutio* dizia respeito à ornamentação, mas no sentido original da palavra (*ornare* = suprir, equipar). Assim, ornamentação significa prover os pensamentos de alguém com as palavras e expressões apropriadas para se consumir alguma intenção persuasiva. Por isso, a *elocutio* engloba desde as mínimas escolhas de linguagem até a larga escala da mesma.

A *elocutio* está ligada ao *pathos*, uma vez que as figuras de linguagem são, freqüentemente, empregadas para persuadir por meio de apelos emocionais. Por outro lado, é impossível dissociá-la da noção de *ethos*, pois a *elocutio* freqüentemente se presta a revelar a autoridade e a credibilidade de seu orador. Não se deve considerar, contudo, que a *elocutio* simplesmente adicione um apelo patético ou ético ao conteúdo lógico. A *elocutio* não é um aspecto opcional do discurso. Ela é essencial à retórica, se analisarmos que os meios lingüísticos, através dos quais algo é comunicado, também fazem parte da mensagem, tanto quanto seu conteúdo. *O papel da invenção é vestir de linguagem o conteúdo. Na invenção se trata do que se vai dizer, na elocução, do modo de dizer* (Tringali, 1988, p.87).

Um método bastante satisfatório quando se analisa ou se critica o estilo de um texto é aquele que seja indutivo e objetivo ao mesmo tempo. Subjetividade e intuição devem ser evitadas. Qual é a intenção do escritor? Como os componentes do texto revelam que essa



intenção foi alcançada? Esse método de análise estilística é chamado autotélico. A palavra vem do grego *telos*, que significa final, e *autos*, si mesmo. Este tipo de análise tem a intenção de mostrar a relevância do estilo para a intenção do autor.

O método autotélico torna possível demonstrar não somente quais detalhes o autor usou, mas o porquê de havê-los usado. Como resultado, essa forma de análise permite, além de um entendimento mais profundo dos meios através dos quais o autor atingiu tais efeitos, um aprendizado sobre como qualquer outro escritor deve proceder para conseguir efeitos similares (Hughes & Duhamel, 1962, p.181 ss.).

Para Aristóteles *o estilo exprime as paixões*, e o que contribui para persuadir é o *estilo próprio do assunto* (1964, p.203).

Uma opção da qual alguns autores lançam mão é o recurso aos detalhes. O princípio que governa esse aspecto da escrita do autor, em poucas palavras, é o seguinte: inclua-se tudo, omita-se nada e permita-se ao leitor tirar suas próprias conclusões (Hughes & Duhamel, 1962, p.189).

O estilo pode ser definido pelo modo como um escritor usa os recursos da linguagem para conseguir seus propósitos. Dessa forma, afirmam os autores, toda análise do estilo deveria começar por estabelecer quais os propósitos, os objetivos do autor. Como segundo passo deveria proceder ao exame dos detalhes escolhidos pelo autor para atingir seus objetivos. Os objetivos do autor e os detalhes que o conduziram a atingi-los: esses respectivos passos devem guiar uma análise da *elocutio*, segundo a teoria proposta por Hughes & Duhamel (1962, p.190).

Lausberg defende ser o discurso dependente de duas artes: da gramática, a *ars bene loquendi* e da retórica, a *ars bene dicendi*. A gramática consiste, para ele, num *sistema de regras que regulamentam a pureza lingüística e idiomática*, a retórica consiste num *sistema de regras que garante o sucesso da persuasão*. Dentre as duas, a segunda é mais forte porque, para o orador, a obrigação de persuadir o público sobrepõe-se à de *observar a pureza lingüística e idiomática* (1967, p.116).

Hughes & Duhamel afirmam que a gramática está ligada à clareza; a retórica à eficiência. Para ser eficiente uma palavra deve estar correta, mas nem toda palavra correta é necessariamente uma palavra eficiente. Assim, o analista da *elocutio* necessita ser também um estudante de dicionários para absorver o que eles podem oferecer-lhe, bem como entender o que eles não são capazes de lhe transmitir (1962, p.192).

Quanto à sua organização, a *elocutio* diz respeito a dois domínios da formação lingüística segundo Lausberg: às *palavras isoladas (verba singula)* e às *palavras na construção frásica (verba conjuncta)*.

As *verba singula* apresentam, respectivamente, um corpo de palavras, ou seja, a *materialidade do signo lingüístico* incorporada pelos fonemas ou pela escrita, e um conteúdo, que é a *finalidade pretendida pelo sujeito falante* através da apresentação do corpo de palavra (1967, p.116).

Lausberg está considerando aqui o quarto aspecto da subdivisão aristotélica da análise de um discurso, a memória. Ele afirma ser na memória que o sujeito falante dispõe sua provisão de palavras, como um lugar de depósito, disponível para que realize suas obras de arte, ou seja, os discursos, através de uma seleção lingüística à qual denomina *electio verborum* (1967, p.117).

A *puritas* é denominada por Lausberg como uma virtude gramatical e consiste na correção idiomática do discurso, dentro do domínio das *verba singula* e das *verba conjuncta*. A *puritas* exige que os corpos de palavra apresentem suas totalidades idiomáticas inalteradas. Quando ocorre alguma alteração na composição fonética de um corpo de palavra, ele a considera um erro ou uma licença. Chama-o de barbarismo, no primeiro caso, e de metaplasmo, no segundo. O barbarismo é, contudo, um *fenômeno da evolução lingüística*, enquanto o metaplasmo é um *estranhamento parcial dos corpos de palavra* e é apresentado sob a classificação das figuras gramaticais.

Dentro do domínio dos *verba conjuncta* a *puritas* corresponde à sintaxe idiomáticamente correta. Qualquer desvio dessa sintaxe é conhecido como solecismo enquanto erro, e como figura gramatical, como licença. Não há nítida separação, contudo, entre figuras gramaticais e figuras de palavras propriamente retóricas (p.125).

Entre as figuras de retórica, Lausberg inclui as figuras da *adjectio*, da *detractio* e da *transmutatio*. As figuras de retórica da *immutatio* são representadas pelos sinônimos ou tropos.

A subdivisão entre *figurae sententiae* e *figurae dictionis* não é vista como pertinente por Hughes & Duhamel por razão de sugerirem uma valorização das figuras de sentido (*figurae sententiae*) em detrimento das figuras de som (*figurae dictionis*) (1962, p.230).

Os dois autores preferem afirmar que o segredo para o uso dos recursos estilísticos ou da *elocutio* está no efeito pertinente à intenção do autor em escrever ou falar. Da *anáfora* até a *prolepse*, os recursos estilísticos podem enriquecer um texto em muito, desde que tais recursos tenham relação com a intenção do autor ou orador: Não existe algo como um bom recurso



estilístico ou um recurso estilístico ruim, mas somente recursos funcionais ou não (1962, p.229).

Os recursos estilísticos, também chamados de *schema*, são modelos de palavras e de ritmos de frases, em contraste com os tropos, que são modelos de pensamento e lógica. Seguindo essa idéia, Hughes & Duhamel apresentam, através de exemplos, como os recursos devem ser combinados entre si para criarem os estilos básicos ou a elocução básica. Os autores desejam mostrar como os estilos ou elocuições podem desenvolver o apelo ético e ajudar a determinar a resposta pela qual o orador procura (p. 230).

Eles subdividem a *elocutio* em quatro diferentes formas de prosa: *elocutio* equilibrada, *elocutio* concisa, *elocutio* indefinida e *elocutio* familiar.

A *elocutio* equilibrada faz uso demasiado da subordinação e do paralelismo. Essa *elocutio* descreve a imagem de alguém que está apresentando um caso, e se dá pela combinação de anáfora, antítese, cadência métrica, equilíbrio e subordinação. Seu apelo ético é de autoridade, de prudência (p.237).

Na *elocutio* concisa, as frases, orações e modificadores são breves, curtos. Prima pela objetividade, pelo imediatismo e pela urgência, e utiliza-se de figuras de brevidade e condensação, como o parênteses, a prolepse e a subordinação. Sua intenção é antes anunciar, que confessar, antes apresentar provas, que apelar para as emoções, antes sugerir urgência, que averiguar calmamente.

Enquanto nas *elocutio* do tipo equilibrado e conciso, o orador deseja provar que sua comunicação é posterior à sua experiência, na *elocutio* do tipo indefinido o escritor quer mostrar que seu discurso é contemporâneo à sua experiência. Nesse tipo de *elocutio*, os elementos da oração são adicionados ao texto de maneira natural, como se estivessem acontecendo em tempo real. Esse estilo convida o público a ser colaborador do escritor ou orador na descoberta gradual de um julgamento.

A *elocutio* familiar modela-se sobre padrões da fala ordinária, comum, mas essa é uma estratégia própria desse tipo de prosa. Evita os artifícios com a intenção de mostrar objetividade, não artificialidade (p.242).

Os autores alertam, no entanto, que um escritor ou orador não utiliza apenas um estilo em determinada ocasião. Além disso, existe um grau de variação bastante extenso dentro de cada *elocutio*, a ponto de dois autores de mesmo estilo apresentarem características bem



diferentes de prosa.. O estilo é um dispositivo estratégico, não somente um índice de personalidade.

Algumas considerações devem guiar ou determinar o tipo de *elocutio* a ser usado, tais como a ocasião do discurso escrito, a escolha pelo autor entre um discurso racional ou sentimental, a determinação do grau de aceitação do público, a imagem que o orador deve projetar e, portanto, o estilo melhor adaptado a ele (1962, p.244).

Como havíamos mencionado anteriormente, Hughes & Duhamel apresentam os recursos mais comuns que têm um caráter estável, e mostram as combinações possíveis entre eles, capazes de criar os estilos básicos da *elocutio*. Os autores tencionam mostrar também, com sua exposição, como o emprego da *elocutio* pode: 1-ajudar a desenvolver o apelo ético; 2-ajudar a determinar a resposta procurada pelo escritor. Por exemplo, quando apresenta a definição de aliteração, definem-na, exemplificam-na e sugerem seu emprego e sua conexão com algum dos estilos. Eis aqui a sequência de figuras estilísticas apresentadas pelos autores: aliteração, anáfora, antítese, assíndeto, equilíbrio, cadência, clímax, epístrofe, inversão, paralelismo, parênteses, oração periódica, polissíndeto, prolepse, subordinação.

5.1 FIGURAS E TROPOS

Lausberg apresenta o *ornatus* como necessidade humana de agregar beleza às expressões da vida e à apresentação de si próprio em geral, atingindo assim o domínio das artes elevadas. Essa necessidade de beleza tanto pode referir-se ao pensamento quanto à palavra. A classificação se dará, então, como figuras de pensamento, fenômeno relacionado à *inventio*, à *dispositio* e à *elocutio*. O *ornatus* relativo ao conjunto de palavras diz respeito às figuras de palavra. Quando relacionado às palavras separadamente, o *ornatus* refere-se aos tropos.

As figuras de palavras, em Lausberg, ligam-se à formação lingüística e consistem na sua transformação em categorias da *adjectio* (oposição), *detractio* (detracção), *transmutatio* (transmutação) e *immutatio* (enálage).

Essas categorias de alteração referem-se a alterações na totalidade do discurso. Segundo o autor, a totalidade linear (princípio, meio e fim) de um discurso segue uma direção no espaço



e pode ser alterada de acordo com as quatro categorias citadas acima. *A alteração de uma totalidade linear chama-se figura* (Lausberg, 1967, p.60).

A *adjectio* (oposição) é o acréscimo à totalidade de, pelo menos, um elemento novo, que ainda não fez parte da totalidade. A categoria da *oposição* engloba a repetição do igual e acumulação do diferente. As figuras de repetição detêm o fluir da informação e dão tempo para que se *saboreie* efetivamente a informação apresentada como importante. Elas servem à *amplificatio* afetiva e dizem respeito ao corpo de palavra e ao conteúdo desta.

A *anáfora* consiste na repetição de uma parte da frase no início de grupos de palavras que se sucedem. O *polissíndeto* é considerado uma forma especial de *anáfora* e consiste na estrutura sindética de membros coordenados, e acompanhados por uma conjunção de significado igual. A *epífora* acontece pela repetição de uma parte da frase no fim de grupos de palavras que se seguem.

A *símploce* é a combinação da *anáfora* com a *epífora* (p.177). A *paronomásia* consiste num jogo de palavras relativas à significação da palavra, processo frequentemente correspondente a uma alteração mínima do corpo de palavra, mas que resulta numa surpreendente alteração do significado dela. O *políptoto* provoca uma alteração semelhante à da *paronomásia*, mas sem influir no significado das palavras.

A repetição do radical é chamada *figura etimológica* e intensifica a força semântica do enunciado.

Quando se repete o mesmo significado de uma palavra por meio de um sinônimo, tem-se a *sinonímia*. Na *diáfora* percebe-se a diferença de significado de membros da frase repetidos, por meio da ênfase da frase que vem em segundo lugar. A *antanáclase* consiste em várias interferências dentro de uma situação de diálogo sobre o mesmo corpo de palavra, cada uma delas com diferente significação.

Dentro, ainda, da categoria da *oposição*, temos as figuras de acumulação. Dentre elas destacamos o uso da *anamnese* como esquema somatório dentro da poesia; a *diérese* que consiste na pormenorização abstrata de um conceito superordenado (p.199) e a *diálage*, que implica em pelo menos um membro de uma acumulação coordenante se dissolver numa *sinonímia*.

A *enumeração* é uma acumulação coordenante do tipo de agrupamento de contato e a *distributio*, a acumulação coordenante do tipo de agrupamento à distância. O agrupamento de contato se dá quando os termos acumulados estão em contato entre si. O agrupamento à distância se dá quando os membros coordenados estão distanciados uns dos outros.



Até agora abordamos as figuras que se servem da coordenação de palavras e frases. Em termos de subordinação, Lausberg apresenta o conceito de *acumulação subordinante*, o qual consiste no acréscimo de *membros sintaticamente subordinados a membros de frase anteriormente empregados*. Tais membros podem ser acrescentados a verbos, advérbios e complementos de objeto (1), a substantivos e atributos (2) e a adjetivos e advérbios (3) (1967, p.192).

A *hipálage* e a *enálage* são figuras gramaticais que envolvem alterações gramaticais e semânticas na relação de um adjetivo: o adjetivo não está relacionado gramaticalmente com o substantivo que lhe devia estar ligado, do ponto de vista semântico, mas sim com um outro substantivo do contexto.

A *prolepse do adjetivo* é o emprego, junto de um substantivo, de um adjetivo ou um particípio desempenhando funções de nome predicativo, quando este adjetivo ou particípio exprime um resultado somente obtido pelo predicado da frase.

Até agora abordamos as figuras de linguagem por *oposição*. A segunda categoria delas é a *detractio* (*detracção*) e consiste na *omissão dos elementos da frase*, em geral, necessárias a ela. Essas figuras são denominadas, genericamente, como *elipse*. Elas aparecem 1. nas variantes de suspensão da frase onde se omitem elementos e 2. na compressão.

A *detracção* por omissão consiste no *emprego único de um membro da frase, o qual é comum a vários membros dessa mesma frase coordenados sintaticamente entre si, mas diferentes quanto ao corpo de palavra*. As figuras de omissão são denominadas, genericamente, *zeugma*. A omissão subdivide-se entre omissão *sem complicação* e *com complicação*. A primeira se dá quando o membro omitido é *comum a todos os membros da frase sintaticamente coordenados*. A *complicação* do *zeugma* consiste na *desigualdade da atribuição do membro da frase omitido aos membros da frase não omitidos ou na desigualdade entre aqueles membros não omitidos*. O *zeugma complicado sintaticamente*, ou que apresenta uma desigualdade sintática, é a *silepse*. O *zeugma complicado semanticamente* também é considerado por Lausberg uma *silepse* e *apresenta uma desigualdade semântica de formas* (p. 200).

A *detracção* por *compressão* consiste em reduzir a expressão do discurso por meio da *síncope* e da *aférese* sintáticas. Dentro dessa subdivisão da *detracção*, o *assíndeto* apresenta-se como figura cujo efeito *martelante* consiste em apresentar uma construção assindética de membros coordenados.



A *sínquise* é o caos da sequência vocabular na frase, o qual se provoca por meio do emprego da anástrofe e do hipérbato.

O *isócolo* consiste na *correspondência sintática da composição de várias partes de um todo sintático* representado por uma sequência frásica coordenada por um período ou por um ponto final (p.207).

A substituição (enálage) de uma palavra cujo conteúdo primitivo é transformado em outro conteúdo é o tropo. Sua função principal é provocar o estranhamento conveniente ao *ornatus*. O tropo subdivide-se entre *tropo de alteração de limite* e *tropo de salto*. No primeiro, o corpo de palavra empregado como tropo é *tirado de um domínio semântico* com o qual está *diretamente aparentado*. No tropo de salto, não existe essa ligação entre o corpo de palavra e a sua nova versão semântica.

Servem mais ao *ornatus* os tropos da *perífrase* e da *sinédoque*. A *perífrase* diz respeito ao *locus a re* e responde à pergunta *quid* (Lausberg, 1967, p.147). É uma *amplificação intensiva que exprime o caráter vário e compositório da realidade*, substituindo uma palavra por uma *série de dados que têm como conteúdo a substância e as características da coisa que se pretende referir*.

A *sinédoque* resulta de uma *alteração da designação da coisa que se pretende referir no plano do conteúdo conceptual*. Há uma *sinédoque* de maior alcance e outra de menor alcance.

A *antonomásia* é uma variante, aplicada aos nomes próprios, da *perífrase* e da *sinédoque*. A *antonomásia* propriamente dita consiste na substituição de um nome próprio por uma perífrase ou por um apelativo. A *antonomásia vossianica*, por sua vez, substitui um apelativo por um nome próprio, inversamente à *antonomásia* descrita anteriormente.

Os tropos relativos à amplificação por aumento apresentam duas variantes: a dissimulação, posta em prática pela *ênfase* e pela *litotes*. A *ênfase* designa uma característica por meio de um conceito, que também a contém, mas não a exprime. A *litotes* consiste em obter um grau superlativo pela negação do contrário (1967, p.158).

A sinceridade é posta em prática pela *hipérbole*, uma amplificação crescente aplicada às palavras separadamente, com a intenção de provocar estranhamento. Na retórica, a *hipérbole* serve para despertar, pateticamente, no público, afetos partidários.



As substituições, nos *tropos de alteração de limite*, podem se dar dentro ou fora do plano do conteúdo conceitual. Até agora abordamos a expressão dos tropos dentro do conteúdo conceitual. A *metonímia* consiste numa alteração ocorrida fora desse plano conceitual e *movimenta-se nos planos que correspondem implicação de um fenômeno da realidade com as realidades que o rodeiam* (Lausberg, 1967, p.159).

Entre os *tropos de salto* estão a *metáfora* e a *ironia*. A *metáfora* é a substituição de uma palavra por outra cujo significado se liga à outra numa relação de semelhança. A *ironia* ou *antífrase*, como *tropo de palavra*, consiste na *utilização do vocabulário que o partido contrário emprega para os fins partidários, com a firme convicção de que o público reconhecerá a incredibilidade desse vocabulário* (1967, p.163).

As figuras de pensamento são objeto da *inventio*, mas são tratadas também dentro do plano da *elocutio*, em razão do processo de pensamento e da formulação lingüística consistirem num todo indivisível. Elas se dão segundo quatro categorias de alteração: pela *oposição*, *detracção*, *transmutação* e *enálage*.

OPOSIÇÃO

A *adjectio* se apresenta como *amplificação alargante* de um pensamento e se subdivide entre os tipos *commoratio* e *expolitio*. A *amplificação alargante* realiza-se pela repetição do pensamento idêntico, pela *diérese* pormenorizante do pensamento, e pela realização argumentante da credibilidade do pensamento.

As figuras de repetição podem realizar-se na *repetição dos mesmos corpos de palavras* e na *repetição apenas do pensamento sem que os mesmos corpos de palavra sejam repetidos* (1967, p.216).

As figuras de acumulação expressam-se pela pormenorização e pela argumentação. Tal como a repetição, a acumulação pormenorizante e concretizante consiste na *diérese* do pensamento em pensamentos parciais coordenados apresentados como *enumeração*. A acumulação argumentante aplica os *loci* da argumentação aos pensamentos. Um pensamento argumentante, somado ao pensamento principal, como vimos anteriormente, quando abordamos os *entimemas*, chama-se *ratio*. O conjunto de estruturas de pensamentos principais com pensamentos argumentantes forma o *silogismo*, o qual subdivide-se entre *propositio* e *rationes*.



O *entimema* é, portanto, uma redução do *silogismo*, redução essa possível de ocorrer em nível de amplitude ou de carência. No primeiro caso, conserva-se o pensamento principal e apresenta-se somente uma das *ratios*, ou ainda, suprime-se o pensamento principal transformando o *entimema* numa ênfase do pensamento. No segundo caso, esta carência pode consistir na *volatização da função da prova*, ou seja, a estrutura do pensamento pode dizer respeito a outros conteúdos como *comparação, contrário, finalidade, condição, relação temporal* (p.221).

A acumulação por aditamento, chamada *epífrase*, é o acrescentamento de um complemento a uma frase já completa sintaticamente.

A segunda classe de figuras advindas da *oposição* (a primeira é de amplificação alargante) são as figuras da compreensibilidade semântica, cujo objeto é a ligação entre o signo lingüístico e a palavra. A *definição* é a primeira delas. Do ponto de vista literário, essa figura é empregada para provocar o estranhamento, mas pode ser usada para sentidos mais gerais ou partidários. Se a definição substituir a palavra a definir, surge então, como resultado, a *perífrase*.

A *conciliação enfraquecedora* consiste em *atenuar partidariamente as diferenças de significação entre palavras diversívocas, ou multívocas, e isto de tal sorte que fica enfraquecida uma palavra pronunciada pelo adversário e desfavorável ao partido do orador, dando-se esse enfraquecimento por meio de uma definição dessa palavra interpretada agora favoravelmente ao partido a que pertence o orador em questão, ou por meio de uma substituição, que corrige a palavra* (p.225).

A *distinção* ou *paradiástole fortalecedora* consiste em *desmascarar e em rejeitar uma conciliação proposta pelo partido contrário*, utilizando-se das mesmas formas da correção.

A *aporia* determina a possibilidade de escolha entre duas ou mais significações de uma mesma coisa. Determina, ainda, a designabilidade que o orador atribui a algo, ou ainda, num aspecto mais geral, como o discurso deve ser elaborado.

A correção é o *repúdio de uma palavra, a qual não é apropriada ao assunto*; ela compreende também a substituição dessa palavra por outra de interesse do orador (p. 226).

A terceira subdivisão da *oposição* de pensamento está nas figuras de alargamento semântico. Elas dizem respeito aos pensamentos adicionais colocados ao lado do que deve propriamente ser transmitido. Esse acréscimo de pensamentos se dá por *aditamentos de alteração de limite* e *aditamentos de salto*. Os primeiros englobam a *perífrase*, a *sinédoque* e a *hipérbole* de pensamento. Os *aditamentos de salto* podem ocorrer em forma de *simile* e de *antítese*.



A antítese consiste na contraposição de dois pensamentos de volume sintático variável e subdivide-se em antítese de frase, antítese de grupos de palavras e a antítese de palavras isoladas.

Ainda abordando as figuras de alargamento semântico temos, além da *antítese*, o *locus communis* e o *símile*. O *locus communis* é um pensamento infinito que é aplicado como ornamento ou argumento e subdivide-se segundo os três gêneros aristotélicos como respostas às questões formuladas nos domínios judicial, deliberativo e epidítico.

O *símile* é empregado como *locus comprovativo* e como *ornatus* e consiste numa qualidade comum a duas ou várias coisas (1967, p. 238).

O *paradigma* compreende um domínio mais finito do *símile* e consiste na comparação entre um fato *fixado historicamente* e um pensamento (p.241).

DETRACÇÃO

A *detracção* no domínio do pensamento é denominada *brevidade* e consiste na omissão de pensamentos, em princípio necessários para a finalidade da comunicação. As figuras da *detracção* lingüística aparecem como expressão de comando, como *percursão enumerante*, como pretérito, como *aposiopese* (interrupção de um pensamento já começado) e como ênfase alusiva.

TRANSMUTAÇÃO

As *figuras de ordenação de pensamento* abrangem, no domínio dos pensamentos, não só as figuras por transmutação, que correspondem ao *ordo artificialis* (1.infração à lei dos membros crescentes; 2. sobrepujamento da tensão ou da integridade da totalidade.), mas à *subnexio em geral*, entendida como um fenômeno cuja propriedade característica reside na ordenação dos pensamentos.

Dentre as *figuras por transmutação*, temos: a *histerologia* que corresponde à *anástrofe* e é o *ordo artificialis* de uma sucessão de acontecimentos (1967, p.245).

O *parêntese* corresponde ao *hipérbato* e consiste na intercalação, estranha à construção, de uma proposição dentro de uma frase.



A *prosopódose* é o acrescentamento de um ou vários pensamentos a outro(s) anteriormente formulado(s).

ENÁLAGE

A *enálage* dos pensamentos pode dizer respeito: 1. ao conteúdo dos pensamentos ; 2. aos elementos da situação do discurso e; 3. à forma gramatical.

O *tropo de pensamento*, afirma Lausberg, *é análogo ao tropo de palavra na medida em que é a substituição(enálage) de um pensamento por outro pensamento.* (p. 246) Aqui também cabe fazer a distinção entre *tropo de alteração de limite* e *tropo de salto*. A diferença entre os dois empregos é que entre os *tropos de pensamento* não existe clara distinção com respeito aos *tropos de alteração de limite*. Os *tropos dissimulantes* e os de *ênfase* e da *perífrase* ficam compreendidos sob o termo “*maneira florida de falar*” ou como figura. A essas noções, Lausberg acrescenta o tropo exagerante da *hipérbole*.

Nos *tropos* da *ênfase* *esconde-se a expressão de um pensamento importante e perigoso no que respeita a situação, atrás de uma expressão aparentemente inofensiva.* Essa inofensibilidade é conseguida pela *substituição do pensamento que se pretende e que para a situação é perigoso*, ou ainda através de uma *sinédoque de pensamento*. Essa figura é empregada com o objetivo de *impedir a compreensão por parte do ouvinte do pensamento que se pretende*, ou ainda, com a intenção lúdica, chamada *alusão*, de exigir do ouvinte um raciocínio próprio. A *preparação*, envolvendo a *preparação dissimulada de um pensamento a conhecer*, é uma figura da *ênfase*.

A *perífrase do pensamento*, dentro dos *tropos* de alteração de limite, *substitui a expressão de um pensamento pelo emprego das características de conteúdo desse mesmo pensamento.* A função da *perífrase* de pensamento e da *sinédoque de pensamento* é o *ornatus* que tenta provocar o *estranhamento*. A *hipérbole de pensamento* serve-se da *amplificação gradual*, da *similitudo* e da *comparatio amplificante*.

Dentro dos *tropos de salto*, Lausberg distingue a *alegoria* e a *ironia*. A *alegoria* é a metáfora dos *tropos de pensamento* e consiste na substituição do pensamento em causa, por outro que tem relação de semelhança com esse. A *alegoria* pode tornar-se, também, princípio de interpretação, quando se atribui um novo sentido ao discurso de uso repetido, por razão da modificação da situação. A *personificação* ou *prosopopéia* é uma variante de realização da *alegoria* e consiste na *introdução de coisas concretas, noções abstratas e coletivas*, ou ainda, *pessoas ou animais que aparecem para falar e agir.* (1967, p. 251)



A *ironia*, como *tropo de pensamento* consiste na substituição do pensamento em causa por outro pensamento, ligado ao primeiro por uma relação de contrários. Esse outro pensamento caracteriza-se como correspondente ao *pensamento do adversário*. A ironia distingue-se entre a *dissimulação* e a *simulação*. A *dissimulação* consiste em esconder a opinião do partido a que se pertence através da: 1. *enálage gramatical*; 2. *tropos de ênfase e da litotes*; 3. e *figuras da detracção do pensamento*. A *enálage gramatical* é um processo pelo qual uma afirmação que se pretende fazer é transformada numa pergunta, na qual se *simula incerteza ou falta de convicção*. Os *tropos de ênfase* e a *litotes* são um recurso a fim de esconder sua opinião. As figuras de *detracção* são responsáveis por *esconder, em geral, a riqueza de palavra e a capacidade de dominar a situação*, ou por simular, *minimizando o valor do assunto que interessa ao partido que se defende* (p. 252).

A *simulação* consiste na representação positiva da opinião do adversário, a qual, na maioria das vezes, provoca efeitos afetivos. A *simulação* apresenta-se na forma de afirmação e de conselho.

Há ainda dois outros tipos de ironia que merecem distinção : a *ironia retórica* e a *ironia que emprega a tática da ação*. A primeira deseja ser compreendida pelo ouvinte como ironia e, portanto, como *sentido contrário*. A *ironia que emprega a tática da ação* usa a dissimulação e a simulação como armas do engano objetivando manter, em estado definitivo, o mal entendido.

O primeiro tipo de figura de *enálage*, como dissemos, é o *tropo*. A *aversão* ou *metabase* é o segundo tipo de *enálage* e consiste numa modificação da perspectiva do processo do discurso no que diz respeito: 1. ao orador; 2. ao objeto do discurso; 3. ao ouvinte.

A *etopéia* caracteriza aquela fala do orador que, imitando, pelo discurso direto, a maneira de falar de outra pessoa, fala pelo outro, coloca o seu discurso na boca dessa outra pessoa. O afastamento do orador quanto ao objeto do discurso chama-se *digressão*. Por meio dela o orador trata de um outro assunto, fugindo daquele que realmente interessa na situação de discurso. O *afastamento quanto aos ouvintes* chama-se *apóstrofe* e se dá quando o orador se dirige ao *seu adversário*, às *pessoas ausentes*, a *coisas* (como *fenômenos meteorológicos, geográficos*), e a *noções coletivas*.

O terceiro e último tipo de figura de *enálage* é a *enálage sintática* e caracteriza a *alteração da forma frásica*. Pertencem a ela: a *interrogação*, a *exclamação* e a *sintaxe oblíqua*. A transformação da afirmação em *interrogação* aparece em duas relações de afetos: quando o afeto é reprimido na *interrogação* retórica e quando a pergunta retórica fustiga os afetos por meio da evidência de que



é desnecessária uma formulação interrogativa. Nesse caso, não se espera resposta à pergunta, pois esta já é uma formulação próxima da afirmação. A *exclamação* consiste na transformação de uma frase afirmativa numa exclamação, a qual, na maioria das vezes, é acompanhada por *vocativos* ou *construções análogas*. A *sintaxe oblíqua* é um fenômeno gramatical de ênfase dissimulante e consiste na expressão de uma idéia semanticamente importante através de *uma forma que aparece sintaticamente em segundo plano* (1967, p.259).

Duas características parecem indispensáveis a fim de se considerar uma figura: uma forma sintática, semântica ou pragmática, independente do conteúdo, e um emprego que, por ser diferente do modo normal de expressão, chama-nos a atenção (Perelman, 1996, p.190).

Mosca defende que o retorno vigoroso da retórica à nossa época não se dá somente pela *inventio*, *dispositio* e *elocutio*, desenvolvidas pela via lógica e pela análise lingüístico-estilística. A *memória* e a *praesentatio* também retornam como formas de apresentação das palavras, do discurso, na maneira de gesticular e de fazer a interação com o espaço (1997, p.17).

A grande reformulação na maneira de abordar as figuras de linguagem reside no fato de que passam a ser examinadas como figuras de discurso, e não como figuras de palavras ou construções. São figuras de texto participando de um procedimento discursivo de produção de sentido.

O exame das figuras de retórica presentes num texto possibilita a produção de novos sentidos, de outras leituras provocadas pelo novo recorte. Tais releituras permitem uma reorganização cognitiva e sensorial que tornam sensíveis um conteúdo ausente e propiciam uma *ilusão referencial* (Mosca, 1997, p.38).

Erich Auerbach, no ensaio denominado *Figura*, percorre a significação desse termo entre autores como Quintiliano, Varrão, Lucrécio, Ovídio, Tertuliano até a Idade Média, traçando uma brilhante conexão entre as prefigurações do Velho e do Novo Testamento (1997, p.7 ss.).

O termo evolui entre significados como: forma plástica, imagem, cópia, forma em mutação. Em Quintiliano a figura é considerada *uma forma de discurso que se desvia do seu uso normal e mais óbvio*, diferenciando-a da noção de tropo, visto como *um conceito mais restrito, referindo-se ao uso das palavras e frases num sentido que não é o literal* (1997, p.24).

Enquanto nos tropos pode-se substituir as palavras por outras, as figuras podem ser formadas a partir de palavras que tenham sentido próprio e estejam em determinada ordem.



Nesse sentido, todo discurso é o protótipo de uma figura, uma ordenação de palavras desenvolvidas com objetivos poéticos ou retóricos.

Segundo Auerbach, Quintiliano determina como tropos: a metáfora, a sinédoque, a metonímia, a antonomásia e outras, enquanto as figuras são divididas entre aquelas que *envolvem conteúdos* e as que *envolvem palavras*. São figuras de palavras os *solecismos intencionais*, as *repetições retóricas*, as *antíteses*, as *semelhanças fonéticas*, as *omissões de palavras*, o *assíndeto*, o *clímax*, etc. (1997, p.25ss.).

Entre as figuras classificadas por Perelman, segundo o valor que trazem à argumentação, estão as *figuras de escolha*, da *presença* e da *comunhão*. Longe de designar os gêneros dos quais certas figuras tradicionais seriam as espécies, a classificação perelmaniana engloba as figuras cujos efeitos sejam os de impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório (1996, p.195).

A *Retórica Geral* formulada pelo Grupo de Liège, reduz a retórica às figuras, e define a função poética da linguagem exatamente pelo uso das figuras, por isso é chamada geral. Para o grupo, a função poética da linguagem pode ser vista como a função retórica da linguagem: *uma vez liquidada a idéia segundo a qual a arte é uma diversão supérflua, tornar-se-á possível encarar a retórica não mais como uma arma da dialética, mas como o instrumento da poética* (Dubois, 1970, p.21).

Metaplasmos, metataxes e metassememas dividem entre si o campo dos desvios do código. Os metalogismos abrangem os fatos mais de imediato determináveis no domínio das transformações do conteúdo referencial. De acordo com a *Retórica Geral*, uma figura verifica-se no plano da expressão ou do conteúdo, no plano da palavra ou da frase e opera por acréscimo, subtração ou permuta (Dubois, 1970, p.39).

Não há dúvida sobre a validade da proposta de classificação apresentada pelo Grupo de Liège, na *Retórica Geral*. Até então, o número considerável de figuras existentes tornava sua classificação um desafio. Por essa razão adotaremos aqui essa forma de classificação. Ao longo da abordagem incluiremos também o esquema exposto anteriormente com base na teoria de Lausberg, em conjunto com o esquema exposto na *Retórica Geral*.

Metassememas são figuras definidas como aquelas onde se substitui uma palavra por outra, modificando o conteúdo de uma palavra (Dubois, 1970, p.132).

Metataxes compreendem todas as figuras responsáveis por alterarem a estrutura da frase e são chamadas figuras gramaticais, porque remetem a uma sintaxe. As metataxes ocorrem em razão de quatro fenômenos, segundo a *Retórica Geral*: a supressão, a adjunção, a



supressão-adjunção e a permutação. Como metataxes de supressão temos a elipse, o zeugma, o assíndeto ou disjunção, e a parataxe. Caso seja permitido multiplicar os constituintes principais de uma frase e agregar a ela *sintagmas e morfemas secundários*, estes serão tidos como desvios adicionais (Dubois, 1970, p.109).

As figuras advindas desse fenômeno são a concatenação, a expleção, a enumeração ou a acumulação, o polissíndeto e a anáfora. O fenômeno da supressão-adjunção ou substituição se dá quando *um elemento de uma classe se substitui por um de outra; a marca de uma categoria é substituída por outra marca (não adequada) tomada da mesma categoria* (Dubois, 1970, p.113).

Para expressar esse fenômeno, a silepse é a primeira figura abordada na *Retórica Geral*. A silepse pode resultar de uma ruptura de construção conhecida por anacoluto. O quiasma é tido como uma *simetria em cruz, que pode valer tanto para o sentido quanto para a gramática*.

Entende-se a permutação como uma modificação da *ordem dos sintagmas na frase e dos morfemas no sintagma* (Dubois, 1970, p.120). A inserção é a forma mais elementar de permutação. Acrescida de um incidente, a frase sofre uma adjunção e, concomitantemente, seus principais constituintes se deslocam. A imese é a figura mais característica da inserção. Mas, o hipérbato e a inversão apóiam-se sobre a presença de sintagmas secundários.

Tringali classifica as figuras de linguagem segundo a subdivisão apresentada pela *Retórica Geral*, acrescentando outras que o Grupo de Liège não menciona, como por exemplo, a *anadiplose*, a *anáfora*, a *diácope*, a *epanadiplose*, a *epanalepse*, a *epístrofe*, a *epizeuxxe*, a *simploce*, a *políptoto*, a *epanástrofe*, o *epánodo*, o *paralelismo*, o *pleonasmo*, a *sínquise*, a *hendíades*, a *enálage*, a *hipáloge*, a *perífrase*, a *figura etimológica*, o *epíteto* e a *simetria* (1988, p.128).

Os metassememas são figuras definidas como aquelas que substituem uma palavra por outra. São também chamadas figuras semânticas ou tropos. Metassememas tratam, portanto, de como modificar o conteúdo de uma palavra. Veremos que, necessariamente, persiste uma parcela do sentido inicial, uma vez que é a manipulação dos arranjos de semas responsável por produzir as figuras. É sabido que não existe uma ordem linear de semas, portanto não faz sentido *visar uma operação que subverta a ordem dos semas*. Somente são possíveis dois tipos de operações: a supressão e a adjunção de semas ou partes (Dubois, 1970, p.135).

Existem diferentes categorias de metassememas que seguem os operadores de supressão e adjunção, como abordamos ao discorrer sobre as metataxes.

A sinédoque ou antonomásia, primeira categoria de metassememas, é uma figura que aborda do particular ao geral, da parte ao todo, do menos ao mais, da espécie ao gênero e se divide entre sinédoque generalizante de andamento mais abstrato, e sinédoque particularizante.

A metáfora, segunda categoria de metassememas, não é uma substituição de sentido, mas uma modificação do conteúdo semântico de um termo. Essa modificação resulta de duas operações básicas: adição e supressão de semas. Em outros termos, a metáfora é o produto de duas *sinédoques*, pois se liga a um sintagma, onde aparecem, contraditoriamente, a identidade de dois significantes e a não-identidade de dois significados correspondentes (Dubois, 1970, p.151).

A comparação, terceira figura dentre os metassememas, divide-se entre comparações metalógicas e comparações metafóricas. As primeiras referem-se às figuras de retórica, ou seja, à falsidade de afirmações como: *ele é forte como o pai*, querendo dizer que é um fracote. Fala-se por ironia e isso constitui um metalogismo (Dubois, 1970, p.160).

As comparações metafóricas se diferenciam da metáfora propriamente dita porque a metáfora não manifesta a assimilação. Enquanto a metáfora se baseia na intersecção sêmica de duas classes, a metonímia, quarta categoria de metassememas, repousa sobre o vazio. *A metáfora faz intervir semas denotativos, semas nucleares, incluídos na definição dos termos. A metonímia, ao contrário, faz intervir semas conotativos, isto é, contíguos, no interior de um conjunto mais amplo e concorrendo, ao mesmo tempo, para a definição desse conjunto* (Dubois, 1970, 167ss.).

O oxímoro é uma variante especial da antítese de palavras isoladas e constitui, entre os membros antitéticos, um paradoxo intelectual (Lausberg, 1967, p.230). Na parelha, na antimetábole e na antanáclase, sexta categoria de metassememas, existe, como elemento comum entre as três figuras, dois sentidos assumidos ao mesmo tempo pela mesma palavra (Dubois, 1970, p.170 ss.).

O metalogismo compreende as figuras modificadoras da semântica da frase, e que têm por critério a referência necessária a um dado extralingüístico.

Respeitando-se a subdivisão mencionada anteriormente entre supressão e adjunção de semas, temos as seguintes figuras de metalogismo: a litotes, figura pela qual se diz menos para dizer mais, pertence à primeira subdivisão, a supressão.

O silêncio é tido pelo Grupo de Liège como figura pertencente a qualquer das quatro categorias: metaplasmos, metataxes, metassememas e metalogismos. Quando coincide com uma quebra ou interrupção do discurso, o silêncio toma o nome de reticências.



A hipérbole é a terceira figura de metalogismo e, para expressá-la, aumentam-se ou modificam-se os temas intensivos. A repetição ou pleonasmo trata de um acréscimo inútil, uma vez que os significantes por eles evocados são vazios; por isso o Grupo aceita ser contestado sobre ser essa figura um metalogismo ou não (Dubois, 1970, p.190). A antítese, quinta figura de metalogismo, apresenta a junção de termos opostos, mas que devem apresentar um *elemento em comum*, uma *isotopia aceitável* a fim de não caírem no cômico (Dubois, 1974, p.191).

Um eufemismo pode variar entre uma litotes e uma hipérbole. O eufemismo suprime de um enunciado os semas julgados embaraçosos ou supérfluos, substituindo-os por novos semas. Na alegoria, sétima figura dos metalogismos, tem-se a idéia de uma substituição total. A alegoria, tal como a parábola e a fábula, é freqüentemente constituída de metáforas. Parábolas e fábulas oferecem um *sentido insuficiente*, manipulam *domínios semânticos restritos* e parcialmente codificados (Dubois, 1970, p.194).

A ironia ocorre quando se diz o *contrário do que se pensa ou sente*, mas deixando entender isso, *sem mentira*. A antífrase *mal se distingue da ironia*. Diz-se o *contrário do que se pensa*, mas com repulsa ou *esconjuro*, e não ironicamente (Tringali, 1988, p.138 ss.).

Pela preterição ou ateísmo ou epanortose, *nega-se expressamente que as coisas sejam o que são*. Pela denegação um sujeito *reconhece que está confessando aquilo que não é*. Próxima da denegação está a recusa, figura que torna fácil para um destinatário qualquer, perceber a realidade que ele pretendia contestar.

O paradoxo mostra que *a operação lingüística que se apresenta não diz respeito à linguagem*, pois ela *cancela a realidade* (Dubois, 1970, p.200). Essas são as quatorze figuras da classe de metalogismos.

Tringali apresenta uma abordagem um pouco mais extensa que o Grupo de Liège ao discorrer sobre os metalogismos. Além das figuras citadas acima, inclui a interrogação retórica, a personificação, a prosopopéia, a apóstrofe, a paráfrase, a alusão e o trocadilho ou calembur. Os discursos de posse, no entanto, não aparentam conter nenhuma dessas figuras.

A alteração metaplástica dos corpos de palavra divide-se em quatro categorias de alteração: 1. a *oposição* metaplástica (prótese, epêntese e paragoge); 2. a *detracção* metaplástica (aférese, síncope e apócope); 3. a *transmutação* metaplástica e; 4. a *enálage* metaplástica, que é um dialetismo tradicionalmente presente no gênero literário e favorável à rima.

Hughes & Duhamel alertam sobre o perigo do uso da *linguagem de massa*, ou seja, das palavras que, apesar de apresentarem um referente determinado, são utilizadas para aludir a



uma área geral e vaga da experiência. Podemos observar esse uso largamente empregado nos discursos políticos. Falar de melhores condições de vida para a população, veremos mais à frente, pode ser um exemplo de disseminação de um uso impreciso da linguagem, pois, geralmente, esse tipo de linguagem é empregada como uma experiência geral que pode colocar em perigo a objetividade das palavras do orador.

Os autores vão além, a ponto de afirmar que a *linguagem de massa* contribui para bloquear o desenvolvimento do pensamento ou do estilo originais. Assim, os clichês, jargões, as frases pretensiosas, os eufemismos e as metáforas largamente utilizadas podem apresentar-se como sintomas da *linguagem de massa* que têm como denominador comum a imprecisão na linguagem (Hughes & Duhamel, 1962, p.197).

5.2 A ELOCUTIO EM CASTELLO BRANCO

Quando analisamos a primeira das figuras apresentadas no discurso de Castello Branco aos Congressistas, percebemos, logo na primeira linha, a presença marcante de uma longa aliteração. O orador repete por seis vezes, somente na primeira linha do texto, o uso do fonema /s/ : *Na singular significação desta solenidade cívica e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas esperanças, desejo assegurar que o juramento agora proferido...*

Teria o orador aqui o desejo de buscar a atenção dos ouvintes através do uso de um recurso de *harmonia imitativa* (Tringali, 1988, p.126)? Caso isto fosse apenas coincidência, como poderia o orador ter descuidado de um detalhe assim, dentro de um texto previamente estudado para ser pronunciado ?

Harmonia imitativa ou coincidência, sob a luz de nossas perspectivas argumentativas e retóricas, esse metaplasmo não expressa uma estrutura discernível do conteúdo, um destaque em meio ao texto.

O mesmo acontece com a próxima figura encontrada no texto, no começo do segundo parágrafo. Trata-se de uma metataxe, uma figura gramatical que trabalha a ordem, a estrutura das frases: *Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação...*



Este tipo de inversão da ordem na frase chama a atenção do público pela surpresa da repetição, mas não cria movimento no texto. Apenas sugere insistência na promessa enfática.

Quando falamos em movimento do discurso, queremos dizer dos picos de exaltação, de emoção que ele pode e deve criar. Um discurso político sem figuras, sem movimento argumentativo, dificilmente prenderá a atenção do público. O movimento se caracteriza, assim, pela troca entre orador e público.

Em Lausberg, a *repetição de uma parte da frase em início de grupos que se sucedem*, é apresentada como a figura de oposição denominada anáfora. Como forma essencial de anáfora ou de epífora o autor apresenta o polissíndeto, *estrutura sindética de membros coordenados e acompanhados por uma conjunção de significado igual*, neste caso, a conjunção aditiva *e*, ligando os corpos de palavra geralmente semelhantes (p. 175).

Logo em seguida, a presença de duas *metáforas* acende um sentido argumentativo no texto: *Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo*.

As *metáforas* têm o poder de nos revelar a importância do movimento de um discurso. Essas duas imagens emparelhadas nos convencem, através de seu valor argumentativo, pela idéia de sacrifício que expressam. Por isso podem ser consideradas figuras.

Em Lausberg, as *metáforas* são consideradas tropos de salto e relacionam-se com a palavra que substituem por relação de semelhança. Ser *escravo das leis do País* equivale a dizer que as cumprirá como ordem. *Permanecer em vigília para que todos as observem...* significa ser exigidor incontestado da ordem.

Na próxima frase do mesmo parágrafo, o orador elabora um *entimema* com aproximações de elementos bastante diferentes. Neste caso, o peso maior está sobre as duas premissas, transformando o *entimema* numa *ênfase do pensamento*. Essa redução ocorre em nível de amplitude (p. 221). Note-se, no entanto, que a excentricidade da construção só é percebida quando analisada. Como argumento verbal, o raciocínio se acopla à evolução de idéias apresentadas pelo orador de forma normal: *Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticas que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um Governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social*.

Seguindo o raciocínio do *entimema* no parágrafo acima, temos: *um Governo de leis, tradições e princípios morais e políticos* = *alma brasileira*; *um Governo de leis, tradições e princípios morais e políticos* = *caminhada futurista*.

A conclusão ao pensamento acima é de que as *leis, tradições e princípios morais*, termos marcadamente conservadores, aqui são considerados marcas futuristas, marcas de progresso.

As próximas duas frases dentro deste mesmo parágrafo caracterizam-se pelo uso do recurso de símbolos de guerra, como *a paixão de uma cruzada, convocar brasileiros, jornada. Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País*.

Logo em seguida, o texto volta a utilizar o recurso de representar fatos ocorridos segundo nova versão atribuída pelo orador. Reitera a *vontade* da Nação pelo Movimento, como instrumento para a sua libertação do jugo anárquico.

A negação em se usar o termo Golpe de Estado pode ser reconhecida aqui como um recurso retórico que consiste em utilizar a figura de *eufemismo*, evitando dizer o que, na verdade, diz: *Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares ...*

O raciocínio se fecha ao atribuir a escolha de Revolução ao povo (*nascida nos lares*) e a sua realização pelo Congresso Nacional, o qual, por sua vez, é o representante do povo, que primeiro aspirou a ela.

Trata-se de um raciocínio concluído, lógico. Ou, segundo Perelman, quase-lógico (1996, p.219). Argumentos quase-lógicos apresentam-se como se fossem raciocínios matemáticos. À luz de qualquer análise percebe-se, no entanto, diferenças entre essas argumentações e as demonstrações formais. Por isso, são chamados argumentos quase-lógicos.

Os argumentos quase-lógicos resultam de um processo de simplificação que só ocorre em condições particulares, como acontece neste discurso do Presidente eleito, Castello Branco, a um auditório ainda desinformado sobre todos os detalhes do processo que acontecia no país, naquele exato momento, após o início do período militar.

A força persuasiva dos argumentos quase-lógicos está na sua proximidade do raciocínio formal, tão valorizado ainda, entre nós.

A condução sobre esse entendimento da nova situação do País pode ser vista como uma figura de pensamento denominada definição, pertencente ao grupo das figuras de compreensibilidade semântica e cujo objeto é a ligação entre o signo lingüístico e a palavra.



Assim, a tomada do poder pelo governo militar como aspiração do povo, apresenta-se como substituição de uma outra noção: a do cerceamento da liberdade das pessoas pelo novo regime de governo.

Em seguida a esse período, o orador faz uso de uma *apóstrofe*, de forma a explicar a frase anterior: *Nossa vocação é a da liberdade democrática – Governo da maioria com a colaboração e o respeito das minorias*. A *apóstrofe* é definida por Lausberg como *afastamento do orador em relação aos ouvintes*. Esse afastamento pode se dar em relação a *seu adversário*, a *pessoas ausentes*, a *coisas* e a *noções coletivas* e pertence ao grupo das *figuras de pensamento* (1967, p. 258). No exemplo citado acima, o afastamento parece se dar em relação à *noção coletiva* de liberdade democrática.

Ironicamente, a *apóstrofe* parece pedir para ser invertida. E, se acaso fosse, seria um espelho da situação real do país naquele momento.

No terceiro parágrafo o orador constrói uma metáfora que faz alusão a um país doente: *Caminhamos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias*.

Dentro dessa comparação, a doença do país é interpretada como sendo a extrema-esquerda, e o remédio para curá-la, a extrema-direita. A negação é usada aqui como alerta à população. Em outras palavras: não desejamos massacrar a oposição ao regime, mas se assim for preciso, não hesitaremos em aplicar o remédio, seguindo o raciocínio de toda ação corresponder a uma reação. A afirmação soa como doutrinação.

Mais uma vez, utilizando-se de um raciocínio quase-lógico, o orador diz: *remédio para a esquerda* ⇒ *não será a direita, serão as reformas; democracia = desenvolvimento*.

Não conseguimos estabelecer um sentido claro para a organização de idéias acima, pois se a noção de democracia, para o orador, é compatível com a exclusão de manifestações de esquerda, não vemos onde esse raciocínio possa se encaixar com a outra noção de desenvolvimento econômico do País.

Observemos o seguinte exemplo: *Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico na Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras. Foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado. Gostaríamos de*



chamar a atenção para o uso da *litotes* no início da segunda frase. A *litotes* é um tropo de alteração de limite, e é uma figura denominada, por Lausberg, como ironia da dissimulação que busca obter um *grau superlativo pela negação do contrário* (1967, p.158). Se analisarmos essa figura segundo a *Retórica Geral* ela se assemelha mais à antífrase, pois, por meio dela, diz-se o contrário do que se pensa, mas com repulsa, e não ironia.

Decisão ingênua ou opção enfática, o uso desse tropo acarreta ao texto uma desconfiança do leitor. Talvez a omissão da referência a *golpe de Estado*, em meio a uma negação, permitisse ao texto não se engalfinhar por vias duvidosas, colocando a confiança do orador em questionamento.

Ao afirmar: *Creio firmemente na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos...*, o orador impõe condições para a melhora do Brasil. O país só se desenvolverá se as vozes contrárias ao poder governamental também se calarem.

Segue-se a isso um conhecido clichê político sobre a velha inimiga inflação:....*mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna.*

Assim pensando, a inflação é um inimigo que invade as ruas, mas nunca pisou os palácios. A maior parte na tarefa de destruí-lo é, mais uma vez, da população, que necessita *carregar sua pedra* para erguer o País.

Dentro da subdivisão da *adjectio* (*oposição*) de pensamento, Lausberg apresenta as figuras de alargamento semântico, englobando a adição de pensamentos por aditamentos. No caso da antítese, essa figura está contida nos aditamentos de salto e consiste na contraposição de dois pensamentos de volume sintático variável. Nesse exemplo acima temos a ocorrência de uma antítese de frase, onde o orador opõe dois pensamentos em duas frases distintas.

O último parágrafo do texto traz uma citação de Rui Barbosa: *É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá.*

A expressão *agitações regeneradoras* traduz aqui, de uma outra maneira, a versão sobre o movimento de 31 de março, o que podemos entender como uma manobra argumentativa, cujo objetivo é o de criar uma pára-realidade, uma nova versão sobre os fatos ocorridos naquela data. Dentre as figuras de pensamento, os tropos de salto apresentam uma subdivisão que engloba a situação do exemplo acima: é o afastamento do orador em relação a si próprio e é denominado *etopéia* (p. 254). Pela *etopéia* o orador utiliza-se de outra pessoa que fale em seu



lugar. A citação de Rui Barbosa imprime força às palavras do orador, como se fosse o próprio catedrático a falar por ele.

O parágrafo termina de maneira interessante, pois nos remete diretamente a uma analogia entre a frase do orador e uma passagem da Bíblia, dita por Jesus Cristo. Orador: *Venham a mim os brasileiros, e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro. Essa frase guarda grande semelhança com o Evangelho segundo S. Lucas (capítulo 18, versículo 16)¹ : *Deixai vir a mim os pequeninos e não os embaraceis, porque dos tais é o reino de Deus.**

A analogia entre as citações nos leva a realizar duas aproximações. A primeira delas, entre a figura de Jesus Cristo e a do orador, transferindo, automaticamente, o carisma do primeiro para o segundo. A segunda, é a ligação entre as crianças e o povo brasileiro. Quando fazemos isso também transferimos, inevitavelmente, a pureza e ingenuidade delas ao povo.

Fica clara a intenção do orador em acolher os brasileiros com carinho de quem ensina, uma vez que se coloca no lugar do mestre, mas não é menos explícita a intenção de representar os cidadãos como pequeninos que buscam ser acolhidos.

A maneira de julgar, de tratar as classes, pode ser fundamental para a sua caracterização. Dizer que alguém cometeu um erro, por exemplo, é também determinar-lhe as penas (Perelman, 1996, p.144).

Trata-se do uso de uma paráfrase. Importa entender, agora, o motivo em querer usá-la. Todo pensamento conceitual se insere em contextos totalmente formados, os quais é preciso utilizar e organizar em função das necessidades de ação sobre outrem (Perelman, 1996, p.144). Cumpre analisar o texto que deu origem à paráfrase do orador como depositário de um grande peso retórico, na medida em que convence por apelar à sensibilidade humana. Além disso, é óbvia a sua concretude, sua solidez e popularidade. O efeito de uma citação de José Saramago, certamente não seria o mesmo se usado nesta situação, dado o seu desconhecimento entre as camadas populares.

Através do convencimento e da identificação despertada por essa paráfrase, atribui-se valores, qualificações ao povo brasileiro, como outra figura talvez não conseguisse. Persuade, convence, porque confirma sua validade, utilizando de uma figura tão popular e respeitada como a de Jesus Cristo.

¹ As mesmas citações podem ser encontradas nos evangelhos segundo Marcos (10,14) e segundo Mateus (19,14)



Em geral, o discurso do general Castello Branco não se apóia em virtudes pessoais e atribuições ao homem ideal como presidente eleito, mas, certamente, deixa de fazer qualquer alusão a seu passado como general ou político.

O uso contínuo do pronome possessivo (*minha eleição, minha candidatura, espero...corresponder às esperanças de meus compatriotas*) pode ser revelador do fenômeno verificado por Forget sobre os discursos militares anteriores à distensão: eles apresentam um jogo de pronomes que revela posições ideológicas assumidas pelos dirigentes. No caso do discurso analisando, o excesso de possessivos sugere o quão autoritário poderia vir a ser o seu governo.

Podemos observar, também, que o uso continuado de possessivos no primeiro discurso (discurso ao povo), não se repete no segundo (discurso aos membros do Congresso Nacional). Neste segundo discurso, o orador mescla o uso do pronome possessivo usado na primeira pessoa do singular com o pronome possessivo da primeira pessoa do plural, o que pode ser uma reiteração da necessidade em ter mais cuidado ao se pronunciar.

Em grande parte, é através dos *discursos que se estabelecem os novos intercâmbios entre dirigentes e sociedade civil* (Forget, 1994, p.192). É provável que a distância imposta no primeiro discurso entre orador e ouvinte seja, propriamente, a distância que o orador queira estabelecer entre governo e civis.

Em seu conteúdo, esse discurso apresenta-se como porta-voz de valores morais um tanto esvaziados de sentido (como o bem da Nação, o progresso, etc.). É incontestável, mas egocêntrico e sua argumentação se baseia na ideologia de segurança nacional.

5.3 A ELOCUTIO EM COSTA E SILVA

Podemos verificar o uso, no texto de Costa e Silva, de definição oratória, na ocasião em que o orador define o cargo presidencial como *as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República*, logo no início do discurso, como também ao final: *...rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência*. Essas expressões funcionam como substitutas do termo que representam; por isso, além de vermos nelas as figuras de escolha, denominadas definições oratórias, podemos perceber sua proximidade com a perífrase, também considerada por



Perelman como uma figura de escolha, pois não é empregada como definição de algum termo, mas como substituta dele.

Dentre as figuras de escolha perelmanianas, o texto parece fazer uso da *prolepse* ou *antecipação* (*praesumptio*) em meio ao segundo parágrafo: *Quem deixa um cargo desta altitude, nas condições em que Vossa Excelência o faz, não leva, apenas, a tranquilidade de uma consciência alta e límpida, que se empenhou, dia por dia, no cumprimento dos deveres mais ásperos, que jamais pesaram sobre o espírito e o coração de um homem de Estado, em tempos dos mais tormentosos da vida nacional.*

A *prolepse* ou *antecipação* é usada com o sentido de insinuar que há motivo de substituir uma qualificação, passível de levantar objeções, por outra (Perelman, 1996, p.197). No texto de Costa e Silva, o seu emprego se dá numa ocasião em que o orador discorre sobre a posição do governo à frente do regime, quase em tom de justificativa.

Observamos também o emprego de uma figura de presença, segundo a classificação de Perelman, denominada sinonímia ou *metábole*: *deixa também, como sinal de sua passagem, traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo. Em verdade, o Governo de Vossa Excelência constitui-se em diretriz de decisão, de firmeza e constância numa hora espessa, de inquietudes, incertezas e vacilações; lição de austeridade e espírito público, exemplo de coragem e honradez.*

A sinonímia ou *metábole*, descrita como a *repetição de uma mesma idéia mediante termos diferentes*, utiliza, para proporcionar a presença, uma forma que sugere a correção progressiva. No discurso, o orador faz uso de uma sucessão de termos que parecem se encaixar cada vez melhor no texto. A sinonímia se apresenta como uma *correção abreviada* ou uma *prolepse abreviada*, ou seja, proporciona a presença mediante uma forma destinada essencialmente à escolha. Há dois momentos, durante a citação acima, nos quais essa sucessão de empregos se dá: *...sinal de passagem, traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo. Em verdade...diretriz de decisão, de firmeza e constância numa hora espessa, de inquietudes, incertezas e vacilações.*

Analisando o texto do discurso de Costa e Silva à luz da Retórica Geral, verificamos o emprego de *metaplasmos*, *metataxes*, *metassememas* e *metalogismos*.

Em *deixa também como sinal de sua passagem, traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo*, os adjetivos *luminoso* e *vivo* acrescentam ao substantivo *traço*, um tom quase genesiaco, valorizando-o, engrandecendo-o.

Segundo a abordagem de figuras apresentada por Tringali, no texto de Costa e Silva, temos a ocorrência de duas delas: a *diácope* e a *perífrase*. A *diácope* se dá no início do discurso *...que é diretriz, lição, exemplo. Em verdade, o Governo de Vossa Excelência constitui-se em diretriz de*



decisão. A repetição da mesma palavra a certa distância de um texto caracteriza essa primeira figura, a *diácope*. Observamos, também, duas ocorrências de perífrases. Por razão de havermos citado anteriormente a idéia de Perelman sobre o uso da perífrase como figura de escolha, dentro do discurso de Costa e Silva, deixaremos de repetir aqui os exemplos.

A expressão *posto de comando moral*, usada pelo orador para descrever o significado da Presidência da República apresenta, juntamente com outra expressão, *rica herança*, as duas ocorrências de *metáfora* no texto do discurso.

Segundo a descrição da própria *Retórica Geral*, a *metáfora* se liga a um sintagma onde aparecem, contraditoriamente, a identidade de dois significantes e a não-identidade de dois significados correspondentes. Em nosso texto de análise, a expressão *posto de comando moral* remete a dois significantes: à própria expressão, como primeiro significante, e ao cargo da Presidência da República, como segundo significante. Como representante da não identidade de dois significados correspondentes, temos: a expressão *posto de comando moral*, que remete o leitor a uma visão de superioridade, de isolamento num posto superior. O sintagma *moral* também é responsável por imprimir à expressão um caráter conservador. Para ser Presidente, infere a frase, é preciso merecer sê-lo, ter retidão para isso. Podemos nos assegurar, no entanto, que essa retidão não se refere às características pessoais do Presidente, mas ao seu não envolvimento com quaisquer idéias ditas revolucionárias, na época.

Em *emperramentos da máquina administrativa*, subsiste a idéia da lentidão do processo de administrar, cuja causa repousa sobre a burocracia. Quando o leitor realiza a redução dessa idéia, ele procura validar a identidade dos dois significados aos quais os dois significantes nos remetem. Essa identidade se dá pela reunião de duas idéias: *emperramentos da máquina*, e *difficuldade em governar*. Dessa reunião de significados resulta uma propriedade pertencente apenas à sua intersecção (Dubois, 1970, p.151ss.), ou seja, administrar depende também do sistema.

As metonímias se apresentam no discurso de Costa e Silva, nas seguintes situações: *...suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou* e *...fazer pelo Brasil o que ele espera e merece*. Lembrando que na metonímia transferimos os nomes por contigüidade de sentidos (Dubois, 1970, p.166), na primeira expressão, o sintagma *País* é contíguo à idéia de população brasileira. Na segunda expressão, repete-se a mesma idéia, apenas substituindo-se o sintagma *Brasil* por população brasileira.



Perelman aborda a importância do uso do singular pelo plural como uma ação de presença pela transformação do grupo em uma pessoa, a unificação do ponto de vista e a impossibilidade de distinguir entre os bons e os maus acarretada por tal transformação (1996, p.184). Substituir o grupo de pessoas que caracterizam a população pelo sintagma singular que o unifica (*Brasil e País*) pode significar massificá-lo, torná-lo amorfo.

A sinédoque, terceira figura de *metassememas*, pode ser encontrada nas seguintes situações de discurso:....*recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República*. Nos dois casos trata-se do uso de *sinédoques* generalizantes, pois se usa a parte (*mãos, insígnias*) para caracterizar o todo (pessoa, cargo).

Uma reunião de antíteses assinala contrastes de idéias no discurso de Costa e Silva. Nos exemplos: *grave emoção, sentimento caloroso da terra, consciência alta e límpida, hora espessa, fluxos e refluxos da opinião pública, desconexão de esforços, emperramento da máquina administrativa e choques de ambições*, observa-se a opção do orador em utilizar termos que, por serem obtusos, prendem a atenção do público.

Parece existir a presença da figura de eufemismo quando o orador se refere à sua participação no governo de Castello Branco: *Foi uma das fases mais dificultosas do nosso regime republicano, em que o Governo teve de desdobrar-se entre as imposições imperativas da ordem e da autoridade, sem deixar de acudir os anseios de liberdade e, de mistura com eles, enfrentar as incompreensões, a má fé e a cobiça do poder*. O orador faz, portanto, um resumo dos primeiros anos do regime militar usando palavras suaves, comedidas, que contrastam com a dureza do regime.

5.4 A ELOCUTIO EM MÉDICI

Como temos feito com as outras análises, prosseguiremos verificando as ocorrências de figuras de palavra (com respeito às categorias da *adjectio*, *detractio* e *transmutatio*, expostas em Lausberg), de figuras de pensamento e tropos.



As figuras de palavra compostas pela *adjectio* (repetição do igual e acumulação do diferente) são aquelas que *detém o fluir da informação e dão tempo para que se saboreie afetivamente a informação apresentada como importante* (Lausberg, 1967, p.166).

Verificamos a ocorrência de *epífora* e *paronomasia* conjuntamente, nas vezes em que o orador usa da repetição de palavras no fim de grupos de palavras seguidas, e ainda faz um jogo de palavras, alterando o adjetivo *livre* para *livres* acompanhado de complemento nominal (*daqueles grupos minoritários...*), e para os substantivos *liberdade* e *libertação*. Ex.: *Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem.*

As figuras de repetição podem, segundo Perelman, ter um efeito argumentativo muito mais complexo que o de simplesmente *proporcionar a presença*. Elas visam *sugerir distinções* (1996, p.198).

Sei de minhas dificuldades, mas procurarei ultrapassá-las pela escolha de auxiliares capazes, dignos e patriotas que, em qualquer circunstância, tenham os interesses nacionais acima, e muito acima, de seus próprios. Neste exemplo de repetição do corpo de palavra *acima*, o orador parece querer valorizar sua opção pela coletividade por meio da repetição do advérbio de lugar.

Seguindo o esquema de Lausberg para figuras de palavras, dentro da subdivisão das figuras por *adjectio*, podemos notar, em Médici, uma utilização da acumulação coordenante ou *congrégie*, o que se denomina, modernamente, *clímax*. *Nesse sentido, iremos ouvir os homens de empresa, os operários, os jovens, os professores, os intelectuais, as donas de casa, enfim, todo o povo brasileiro.*

O orador pratica uma *diérese* dos conceitos de País e o superordena em grau cumulativo até resumi-lo pela sua totalidade. Esse tipo de construção é comumente encontrada nos discursos que estamos analisando, e nos discursos políticos em geral, por sugerir um efeito argumentativo que vai além da simples presença.

A frase seguinte a essa, faz uso de uma figura muito próxima da *congrégie*. *Será um diálogo travado sobre o nosso País, os nossos problemas, os nossos interesses e o nosso destino.* Trata-se de uma *enumeração*, figura que faz parte do grupo das figuras de acumulação coordenante e compreende o tipo de *agrupamento de contato* por *esquema somatório* (Lausberg, 1967, p.189).

No parágrafo posterior a este, temos nova ocorrência de *enumeração*: *Apresentarei à Nação, oportunamente, um plano econômico e administrativo, resguardando basicamente os resultados já obtidos*



pela Revolução, fixando as novas metas de incremento da produção e de expansão do mercado, tendo em vista a prioridade dos setores da educação, da saúde e da alimentação, o atendimento das regiões menos desenvolvidas, a estabilidade monetária, a correção dos desequilíbrios regionais de renda, a redução das desigualdades na distribuição das rendas individuais, os salários justos e a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento e, bem assim, os critérios das reformas institucionais. A enumeração também se dá, aqui, por esquema somatório.

Perelman classifica a definição oratória como figura de escolha, pelo seu aspecto funcional de ação sobre o auditório. Essa figura *utiliza-se da estrutura de definição, não para fornecer o sentido de uma palavra, mas para pôr em destaque certos aspectos de uma realidade que correriam o risco de ficar no último plano da consciência*. Quando Médici define *democracia e desenvolvimento* ele não o faz para assim classificá-las, mas para delimitar os graus de atuação que deseja obter de seu público e dividir com ele a responsabilidade de governar.

A figura seguinte mantém a idéia de comunhão entre governo e sociedade: a *enálage do número de pessoa*, figura de comunhão através da qual permuta-se o *eu* ou o *tu* pelo *nós*, convida o público a participar da deliberação por ele conduzida, tomando a frente ou, ainda, confundindo-se com o auditório (Perelman, 1996, p. 202): *É preciso ficar claro que não vamos restabelecer as instituições que nos levaram à crise de 1964. Jamais voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações da cúpula*.

Dentre a subdivisão dos tropos de palavras, o texto apresenta algumas metáforas consideradas, por Lausberg, como tropos de salto: *Mas aprendi com o próprio Marechal Costa e Silva, que o destino do soldado não lhe pertence. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim uma tarefa global da Nação.../ Quem semeia a violência, colherá fatalmente a violência/ Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro*.

Destino é um tropo geralmente empregado para abordar futurição. *Destino do soldado* pode aqui também ser visto como uma metonímia para o futuro do País.

No segundo exemplo, a oposição entre *obra* e *tarefa* caracteriza exatamente o tipo de atividade correspondente a cada grupo. À administração pública cabe realizar *obras*, ao povo cabe a tarefa de ajudá-la. O uso da palavra tarefa pode, ainda, remeter à analogia com o termo força-tarefa, substantivo empregado no meio militar e alusivo a uma manobra de guerra. Tal analogia denunciaria, assim pensando, uma mobilização também do povo para a luta armada. Tomada apenas no seu significado comum, a tarefa global da Nação abrandar-se como dever,



mas agiganta-se na hipérbole da abrangência territorial, denunciando que a democracia deve fazer parte de todos os países, incluindo o Brasil.

Como característica própria ao orador, sua fala revela termos ligados à rotina dos quartéis. Alguns desses termos destacam-se como metáforas, como é o caso das expressões: *direito de fuga*, *destino de soldado*, *plano de ação*, responsáveis por atribuir ao texto características bélicas.

Retomaremos o parágrafo onde há a utilização da palavra *pedra*, mencionado, em parte, acima: *Considero, também, que não podemos perder mais tempo, recordando os erros de administrações anteriores. Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro*. O orador consegue realizar aqui uma manobra retórica de beleza literária. A construção convence pela logicidade da análise e surpreende pela plasticidade da imagem. O orador convida a população a participar da “construção do país” e, ao mesmo tempo, questiona a posição dos que criticam o plano do governo.

Pedras são, aqui, chamamentos, críticas, dirigidas ao governo pelos que dele discordam. O orador transforma a idéia de pedras como instrumento de ataque, em base de construção. É necessário, ao invés de destruir, construir juntos o país.

Dentre as figuras de pensamento, Lausberg delimita uma subdivisão denominada figuras de amplificação alargante que, por sua vez se subdivide, pela terceira vez, como figura de *epímone*. Essa figura se faz presente no início do discurso de Médici: *Há 45 anos sirvo ao exército e a ele, somente a ele e à Nação, consagrei todo o meu preparo profissional*. Trata-se da repetição dos mesmos corpos de palavras cujo tom é enfático no sentido de mostrar que seu objetivo governamental é tão reto quanto a sua dedicação militar.

Outra ocorrência de *epímone* em Médici é usada para demonstrar a incompreensão do orador em relação à falta de expressão do Brasil com relação aos seus valores de Nação: *No entanto, não é possível que, no século das conquistas espaciais, no momento em que os modernos sistemas de computação e informação marcam o fim das soluções meramente ideológicas, no instante em que a extraordinária revolução da técnica possibilita o arranco de tantas nações para o desenvolvimento, não é possível, repito, que um país como o nosso não venha a registrar, também, realizações e êxitos marcantes na história da civilização*.

A última ocorrência de *epímone* se dá durante a *peroratio*. *E procurarei ser fiel aos seus imperativos simplesmente realizando um governo do Brasil, pelo Brasil e para o Brasil, dentro do concerto das nações livres da América e do mundo*. A intenção do orador, neste caso, parece ser de enfatizar as



prioridades do governo. Ao repetir enfaticamente a palavra Brasil, o orador deseja demonstrar que o País é sua prioridade máxima e somente a ele irá servir.

Durante a *argumentatio* o orador trabalha as idéias expostas, marcadamente, pela junção de opostos. Quer sejam palavras, frases ou idéias opostas, as antíteses acompanham o texto até o seu desfecho, como vimos durante a análise da *inventio*.

Seguindo a idéia de que o discurso militar era o discurso da racionalidade, da superioridade da técnica sobre a sensibilidade, a emoção, o orador opõe os valores de *impulsos de desenvolvimento intuitivos* a impulsos de desenvolvimento *racionais*: *Nem àqueles desregrados impulsos de desenvolvimento, mais intuitivos que racionais, e que acabaram na torrente inflacionária.* A antítese, neste caso, reforça a idéia da superioridade do discurso tecnocrático porque trabalha somente com valores extremos, como o bem e o mal. Algo é completamente bom ou marcadamente reprovado.

A oposição prossegue aproximando, agora, classes sociais: *Temos viva a lembrança de que, por efeito daquele sistema, foram-se distinguindo, no País, uma minoria integrada nas instituições e uma grande maioria marginalizada. Desse modo, as instituições não foram assaltadas pelos militares, como pretendem apregoar os inimigos da Revolução, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, no auge da crise, que ameaçou cindir a Nação, entre uma minoria com participação na ordem econômica e política e, de outro lado, uma maioria não dispendo de qualquer renda e, conseqüentemente, sem meios práticos de poder exercer ou exigir os seus próprios direitos, vivendo em condições que, como observou o Papa Paulo VI, na sua histórica visita ao nosso Continente, não se coadunam com a dignidade espiritual do homem.*

Repudiamos a pregação dos extremistas, que exigem, e de forma primária, a destruição das instituições./ E também o apelo das oligarquias que recomendam a sua inalterável manutenção. Nosso dever é impor-lhes uma profunda transformação pela qual deixem de servir aos privilégios de minorias, para atender aos supremos interesses do País.

No curso do governo, jamais procurarei impor o meu programa administrativo, mediante efeitos de propaganda ou a simples divulgação de resultados estatísticos. A última palavra será dada, de acordo com os reflexos que efetivamente se verifiquem nas condições de vida. Outrossim, qualquer sacrifício a ser imposto nos setores privados corresponderá, previamente, a um ato ou reforma do próprio Governo.

No capítulo sobre os argumentos quase-lógicos, Perelman afirma que, ao apresentarmos proposições como contraditórias tratamo-las como se, *sendo a negação uma da outra, elas fizeram parte de um sistema formalizado. Mostrar a incompatibilidade de dois enunciados é mostrar a existência de circunstâncias que tornam inevitável a escolha entre as duas teses em presença* (1996, p.228).



Há um ponto a se ressaltar sobre os discursos de Presidentes militares, e que, por tantos anos foi base de formulação para os discursos de posse: a aproximação entre os termos democracia e comunismo. Jamais contrários entre si, estes termos não pertencem a uma mesma categoria semântica e, portanto, não guardam relação de contrariedade. O contrário de democracia é, na verdade, ditadura. Neste caso estamos falando de um regime político. O contrário de comunismo, que é um sistema econômico, é o capitalismo. Percebemos aqui uma escolha semântica errônea que era a bandeira do regime militar.

5.5 A ELOCUTIO EM ERNESTO GEISEL

Ainda falando sobre escolha de termos, a maior incidência de determinada classe de palavras, a adjetivação, por exemplo, deve ser avaliada como significativa, pois atribuir uma qualidade a determinado objeto já implica em escolhê-la entre muitas outras.

Dentro do discurso do presidente Geisel, podemos observar, em primeiro lugar, que quase a totalidade dos adjetivos utilizados são adjetivos de força, ou seja, referem qualidades que imprimem ao texto um caráter quase bélico, tenazmente impositivo, como era comum a um orador militar : *A missão recebida dedicarei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, não permitindo que dela se desviem impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou do coração./Não temo que a desejada eficiência a alcançar pelo meu Governo, contando com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros, possam-na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos.Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao desconhecimento do Governo, resguardará - assim o creio - o ambiente de tranqüilidade, de estabilidade social e de ordem pública, indispensável à marcha ascensional do país e que cumpre às autoridades assegurar como um dos seus mais indeclináveis, se bem que penosos deveres.*

Há, por todo o discurso do presidente, uma exploração tenaz de valores abstratos como *fidelidade* e *confiança*, ligados a valores concretos, o que costuma caracterizar o tipo de argumentação conservadora (Perelman, 1986, pgs.88,89). Como acontece nos parágrafos



seguintes: *Repetindo pronunciamento anterior, em Deus que tudo pode, espero humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em mim depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças e reafirmo que não tenho quaisquer compromissos de ordem pessoal - meus deveres são todos com a Nação, e meu Governo prosseguirá na diretriz que norteia a Revolução de 64./ Pois ordem e estabilidade espero poder garantir-vos, a par da dedicação integral com que me devotarei à missão que, para suprema honra minha, ora me é atribuída, de conduzir este Brasil, tão caro a todos nós, em mais um largo e seguro e decisivo avanço para seus elevados destinos de grande nação, próspera e coesa, generosa e justa.*

Significativo é também o fato dos adjetivos, em sua maioria polissílabos, expressarem uma tentativa de manter elevado o tom do discurso, prendendo, assim, a atenção do público, como acontece nos seguintes trechos do discurso de Geisel: *honrosa* confiança, *generosos* anseios, proposições... *ilegítimas*, críticas *construtivas*.

Adjetivos curtos e rápidos imprimem menos voz, menos peso às frases. Ao contrário, adjetivos longos, associados a substantivos de peso retórico como, por exemplo, *missão*, *veleidade*, *penhor*, *marcha ascensional*, etc., transmitem uma idéia de totalidade, de ausência de lacunas.

Como é comum acontecer com um texto previamente preparado e apenas lido, e assim eram os pronunciamentos militares durante a época do regime, dificilmente encontram-se repetições de palavras denunciando uma tendência maior sobre o que o orador quer dizer. Os discursos eram, como dissemos, apenas monotonamente lidos deixando ao público uma impressão fria e distante.

Tivemos, inicialmente, a idéia de listar todas as frases com adjetivos polissílabos e substantivos quase bélicos. Estaríamos, neste caso, reescrevendo o texto do discurso, uma vez que as frases do Presidente são muito semelhantes do começo ao fim do texto. O leitor, em poucos minutos, é captado pelo ritmo intermitente e sonífero de orações que, apesar de possuírem um peso retórico, não soam verdadeiras, e por isso, não prendem a atenção do leitor.

É necessário notar, no entanto, a organização de valores, a hierarquia de valores abordada pelo orador e responsável por caracterizar cada auditório. O orador falará, assim, daqueles valores aceitos pelo auditório e por ele hierarquizados. Verificamos, nesse discurso, uma utilização maior de hierarquias abstratas que concretas, reforçando o nosso pensamento acima sobre a exploração de valores abstratos caracterizando uma argumentação conservadora. Vejamos alguns exemplos do texto: *capacidade de julgamento e decisão* está acima dos *impulsos de*



amizade e do coração; a eficiência a alcançar pelo Governo é superior às minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos; estabilidade e ordem é o penhor essencial do progresso e do bem-estar de todo o povo.

A sistematização operada pelo orador em relação à hierarquização dos *lugares*, confere-lhes aspectos variáveis, podendo resultar numa visão diferente do real. Quando o presidente menciona a superioridade dos valores *estabilidade e ordem*, e essa parece ser a principal hierarquia traçada no texto, ele define os objetivos primeiros de seu governo.

Ao leitor fica clara a idéia de continuidade. Seu governo manterá a mesma política do governo anterior de Emílio G. Médici e sua principal preocupação será a ordem, o controle militar sobre a política, fronteiras, movimentos, discussões.

Citando um estudo sobre o alemão falado pelos nazistas, Perelman assinala algumas diferenças entre a gramática das sociedades igualitárias e das sociedades hierárquicas. As primeiras, diz ele, *ênfatizam os predicados, a linguagem pertence a todo mundo e evolui livremente*. Nas segundas, os símbolos verbais são coisas que se representam por si só, onde a linguagem se congela e as expressões *são executadas dentro de um espírito de comunhão e submissão total* (1996, p.186ss.).

Parece-nos mais segura a distinção estabelecida pelo autor entre o estilo de transmissão de pensamento nas sociedades democráticas e nas sociedades hierárquicas. Ele afirma que nas sociedades hierárquicas o caráter é de proclamação de um ritual como pró-forma, expediente.

A imitação de estilos diferentes de falar, como o estilo bíblico ou o estilo imitativo de versos, no entanto, são clichês comuns em qualquer tipo de sociedade. Existem clichês de poesia, de política, clichês próprios aos banquetes e palavras-clichê como *democracia, direito, liberdade*, ao quais permitem ao orador assegurar sua comunhão com o público e promover um bom andamento da interpretação.

Como dissemos anteriormente, ao público desse tipo de discurso exige-se percepção, distância, para perceber suas armadilhas, entender o significado de seus clichês. Sabemos que se trata de um discurso-clichê quando percebemos nele meios para se dizer aquilo de outro modo, e até com mais especificidade ou eficiência.

Da mesma forma, o que nos faz perceber a presença de uma figura de linguagem em meio a um texto é, em primeiro lugar, a estranheza que ela nos provoca como forma e como emprego. Como forma ela se apresenta da maneira de uma estrutura independente do



conteúdo, seja esse enfoque sintático, semântico ou pragmático. Como emprego, chama-nos a atenção por se tratar de um uso anormal, uma maneira não usual de se expressar.

Dentre as figuras destacamos o uso da alusão no texto do Presidente Geisel, quando ele faz menção à excelência do governo anterior de E. G. Médici: *Graças em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da Revolução, estamos realmente atingindo sólida e ampla base de partida - legado ímpar que receberei das mãos impolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici - e que autoriza, sem devaneios vãos nem autoconvencimento irrealista, antever um porvir, não distante, de grandeza, de paz e de justiça social.*

A alusão, como figura de comunhão, aumenta o prestígio do orador, o qual utiliza, em geral, de uma afetividade particular para buscar aceitação e prestígio da comunidade para a qual se dirige. Através da alusão o orador evoca um fato, um conhecimento comum aos membros do grupo com o qual se comunica.

É por meio do uso da definição oratória que o orador utiliza a estrutura de definição, para por em destaque certos aspectos de uma realidade que correriam o risco de ficar no último plano. Assim se dá logo no início do texto de Geisel, quando legitima o cargo, para o qual foi escolhido, através da legitimidade do processo de eleição indireta: *Ao ser eleito para o exercício da Presidência da República no próximo período governamental, pelo voto de expressiva maioria dos representantes do povo brasileiro que integram o colégio eleitoral, hoje reunido aqui em Brasília, segundo o legítimo processo de eleição indireta - que a Constituição Federal, em sua alta sabedoria, instituiu - sejam minhas primeiras palavras, as de uma mensagem cordial, impregnada de verdade e franqueza, à Nação.*

A presença da figura de amplificação pode ser percebida quando o orador utiliza de formas cujo objetivo se diferencia da simples presença. A amplificação busca também o convencimento, por insistência nas idéias sinônimas que muitas vezes enumera. Por exemplo: *Não obstante essa situação, sem dúvida difícil, acredito conseguiremos galhardamente transpô-la, já que não é de se lhe prever longa duração em todas aquelas dimensões e, também, graças ao sólido potencial de nossa terra e, principalmente, à capacidade, ora despertada, de nossa gente, de um extremo a outro desta pátria imensa.*

Na maior parte das vezes o orador tende a atribuir o maior valor possível aos estatutos nos quais ele se apóia. Pelas regras de oratória, os estatutos de valor são atribuídos aos sentimentos pessoais, e os estatutos de fatos, aos valores. Perante auditórios desconfiados, muitas vezes, o orador faz uso de termos que normalmente servem para a descrição de fatos, com o objetivo de introduzir juízos de valor (Perelman, 1986, pg.204). Notoriamente, essa estratégia argumentativa de transferência de responsabilidades, não é anunciada explicitamente. Assim se



dá ao final do discurso do Presidente Geisel. Após enumerar todas as dificuldades pelas quais passava o mundo e o Brasil, o Presidente se junta à massa de brasileiros, dividindo com eles a responsabilidade do enfrentamento: transforma fato em sentimento, dividindo a responsabilidade que lhe pesa, com todo o público.

O primeiro discurso de Geisel faz largo uso da anáfora, ou seja, *repetição de uma parte da frase no início de grupos de palavras* (Lausberg, 1967, p. 174). Vejamos um dos exemplos: *Certo é, entretanto, que o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história da humanidade, seja pela crise generalizada no setor da energia que se manifesta, grave, em termos de escassez e de custos desmedidamente acrescidos, com reações em cadeia, para um cem-número de matérias-primas e de produtos essenciais, seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar, como no econômico-financeiro, seja, também, pela onda de violência indisciplinada, destruidora e mesmo irracional, que abala os alicerces da sociedade, nos mais variados quadrantes do globo.* A anáfora é utilizada aqui para promover o retorno do leitor ao texto, pois as digressões do orador podem desviar sua atenção. A anáfora retoma a estrutura principal da frase, permitindo que o expectador não se perca em meio a ela.

A marca estilística mais forte no discurso nos parece ser a anástrofe e o hipérbato, figuras de inversão da ordem natural das palavras ou das orações. A finalidade desse posicionamento parece estar no desejo de se promover uma obscuridade nas palavras, um amortecimento vocabular. Existe a obrigatoriedade do pronunciamento, mas inexiste o desejo de torná-lo específico, facilmente inteligível.

No segundo discurso, entre as figuras de palavras destacamos também o uso da definição oratória, figura de escolha classificada por Perelman: *Natural é, portanto que ela, dramaticamente nascida, como tinha de ser, de um dissenso dilacerador e profundo, enfune agora velas de esperança a um futuro mais promissor...* Há um aspecto funcional em utilizar-se da figura de definição neste ponto do discurso, pois permite que o orador consiga agir sobre o auditório não para esclarecer conceitos, mas para impor a idéia da *revolução* como inevitável.

Vejamos um outro exemplo de definição oratória: *Na direção suprema do país, V. Exa., cuja estatura de governante sereno e firme, em sintonia sempre com os anseios populares, ora se incorpora em traços definitivos singulares à história de nossa Pátria, bem como os beneméritos Presidentes revolucionários que o antecederam – Castello Branco na sua exemplaridade austera de estadista, Costa e Silva no seu autêntico perfil de líder humano, resoluto e bom – lançaram as bases sólidas dessa grande renovação nacional que é realmente obra, ingente e dignificante, de nosso povo, mas também é, substancialmente, inspiração demiúrgica*



dos três grandes líderes revolucionários que tão bem souberam encarnar, em sucessão, o ideário todo, mais ou menos indefinido antes, da Revolução de 64. A figura, aqui, constrói estereótipos, imagens positivas reavaliando posições até então envoltas por características negativas.

Perelman atenta para o uso da figura de repetição com o objetivo de sugerir distinções (p. 198): *Que Deus me dê forças a mim, e clarividência e energia, para levar avante esse legado superior de consciência cívica e de pragmatismo criador, para o bem de nossa Pátria e bem-estar de nosso povo./ Que este, nas reservas genuínas de sua robusta fé patriótica, encontre ânimo cada vez maior para enfrentar os duros embates que nunca faltarão, nesta luta incansável de todos os dias do erguimento de uma grande nação, tal a que esperamos legar às gerações futuras./ E que, entre governo e povo, na comunhão sempre renovada de confiança recíproca, construída na verdade e na franqueza, se forje a mais perfeita sintonia do sentir, do pensar e do querer, essencial à plena concretização de nossos alevantados ideais comuns de brasileiros.*

Lausberg define a repetição como fenômeno proveniente da *adjectio*. No caso deste exemplo percebemos uma gradação de vocativos que conduzem a um clímax, o qual *cada vez começa de novo*. A figura em uso neste exemplo é a anáfora, ou seja, a repetição de uma parte da frase no início de grupos de palavras que se sucedem.

A amplificação é designada como figura por Perelman, nas situações em que ocorre um desenvolvimento oratório do assunto e alega não ter ela nenhuma relação com o exagero com o qual é geralmente associada (1996, p.199).

As figuras de amplificação alargante pertencem ao grupo das figuras de pensamento e realizam-se de três maneiras, segundo Lausberg: na repetição do pensamento idêntico, na diérese pormenorizante do pensamento e na realização argumentante da credibilidade do pensamento (1996, p.216). No exemplo acima, a amplificação demonstra ocorrer a partir da diérese pormenorizante do pensamento do orador sobre os votos que faz a si mesmo como governante, ao povo e à comunhão entre os dois.

Dentre as figuras de compreensibilidade semântica destacamos, em Geisel, o uso da definição, figura mais facilmente encontrável no *discurso partidário ao serviço da utilitas causae*. *Graças, em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da Revolução, estamos realmente atingindo sólida e ampla base de partida - legado ímpar que receberei das mãos ímpolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici - e que autoriza, sem devaneios vãos nem autoconvencimento irrealista, antever um porvir não distante, de grandeza, de paz e de justiça social.*

A causa utilitária pode ser vista aqui como a defesa apresentada pelo orador em relação aos governos anteriores, utilizando-se de um adjetivo que esboça justamente a idéia contrária



àquela do militarismo ser responsável pelo atraso intelectual no Brasil, em razão do grande número de sansões por ele impostas. Como afirmação contrária à crença geral, essa causa pode também ser entendida como um paradoxo.

Atendo-nos, agora, às figuras de alargamento semântico, destacamos o uso da antítese frásica no início do primeiro discurso de Geisel: *Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior*. Essa antítese marca o início da *argumentatio* e apresenta-se entre frases relacionadas pela coordenação. A correspondência lexical de antagonismo, neste caso, é sublinhada pela repetição dos termos: *Sei que... e (sei) que...*

Através das figuras da *immutatio* (substituição) presentes entre as figuras de pensamento, Lausberg apresenta a *immutatio syntactica* que consiste na alteração da forma frásica e subdivide-se em *interrogatio*, *exclamatio* e *syntaxis obliqua*. Esta última figura é encontrada em Geisel. Lembramos que a *syntaxis obliqua* é um fenômeno gramatical de ênfase dissimulante e consiste na expressão de algo importante semanticamente, mas cuja forma de representação sintática aparece em segundo plano: *Não temo que a desejada eficiência a alcançar pelo meu Governo, contando com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros, possam-na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos*. Temos, neste exemplo, a representação sintática oblíqua de um assunto deveras importante, porém delicado, do discurso de posse de Geisel. A frase carrega-se de um tom de ameaça, mas sua apresentação entrecortada dificulta o entendimento e, portanto, maquia o peso dessa ameaças.

De maneira geral, o discurso de Geisel apresenta um uso demasiado da hipérbole, tida por Lausberg como um tipo de amplificação. A hipérbole de pensamento é, para ele, no entanto, uma amplificação paradoxal do pensamento, à medida que a defesa da opinião do orador não coincide com a opinião do juiz. O paradoxo intelectual pode se apresentar como fenômeno de estranhamento, encontrado na *inventio* como figura de pensamento ou de palavra e pode servir-se da amplificação gradual, da similitude ou parábola e da comparação amplificante. Vejamos um exemplo de ocorrência da hipérbole como figura de pensamento no texto do discurso: *Um sopro de modernização e dinamismo anima arrebatador o povo brasileiro, certo este de que superará, por seu esforço próprio, incansável, por seu patriotismo muitas vezes comprovado e pelo trabalho dignificante e germinador, os desafios da hora presente, as insatisfações que ainda o assaltam, as frustrações que ainda restam do passado*.



A amplificação que o orador atribui à interpretação da situação atual do Brasil já havia sido esboçada durante a *inventio* quando abordamos a amplificação vista a partir da relação de causa e efeito. A amplificação, dentro da *elocutio*, apresenta-se como um pensamento auxiliar na elaboração do discurso, através do qual o orador consegue transmutar a visão da situação do país naquele momento, dando sobre ela uma interpretação muito mais positiva do que a realidade.

A constatação da hipérbole do pensamento durante a *elocutio* entende-se pela indivisibilidade dos dois processos: *inventio* e *elocutio*.

O tropo metonímia é utilizado no segundo discurso de Geisel para se referir ao povo brasileiro: *Um projeto nacional de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular.* Alma popular é uma expressão metonímica utilizada aqui na implicação de continente e conteúdo, uma vez que a palavra alma tem relação de parte com o todo da palavra povo.

5.6 A ELOCUTIO EM FIGUEIREDO

A *elocutio* pode ser definida como a maneira pela qual o escritor usa os recursos da linguagem para conseguir seus objetivos. Julgar a eficiência da *elocutio* é julgar se ela foi bem adaptada para implementar esses objetivos do orador.

E quais são os objetivos do discurso de Figueiredo? O que quer provar o viés de seu discurso, e que talvez o orador não possa expressar no nível primeiro de suas palavras?

Retomando algumas conclusões às quais nos conduziram as análises da *inventio* e da *dispositio* em Figueiredo, verificamos que existe uma preponderância na utilização da argumentação de precedente, antecedente e conseqüente, o que se mostra como um indicador de amarração de seu discurso à experiência e credibilidade dos governos anteriores. Uma preponderância da continuidade sobre o novo.



O alargamento da extensão do exórdio permite ao orador, como vimos, *tomar terreno* até sentir segurança em manifestar certas idéias que, postas logo no início do texto, poderiam não ser bem-vindas. E quais são essas idéias?

A parte significativa do que o orador tem a dizer encontra-se na *argumentatio*. Em Figueiredo, pela ausência de provas, essa etapa discursiva confere-se à *partitio*, onde o orador expõe os objetivos de seu governo. Ora, se havia uma atmosfera de esperança com relação a mudanças de plano de governo em Figueiredo, essa expectativa se frustra exatamente pela apresentação da *partitio*. Nela verificamos, logo na apresentação da *propositio*, o caráter de continuidade de seu governo.

Analisaremos, agora, quais foram os recursos utilizados para expressar a idéia de continuidade. A repercussão de seu discurso, na época, foi bastante positiva diante de uma sociedade que ansiava pelo retorno da liberdade. A noção provavelmente impressa no público a partir do pronunciamento de posse, deve ter sido aquela verificada no exórdio, e não na *partitio*.

A primeira figura de palavra encontrada em Figueiredo é a epanalepse ou repetição, figura de repetição de uma parte da frase: *O elogio de seu governo, melhor do que eu, toda a Nação o faz. Toda a Nação aí está...* O orador utiliza-se, logo em seguida, de mais uma figura de repetição, o polissíndeto multívoco, que admite a repetição de membros ou corpos de palavra diferentes, mas de *res* ou assuntos iguais: *Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem.*

O uso da repetição se estende ao nível frásico de repetição. A anáfora consiste na *repetição de uma parte da frase no início de grupos de palavras que se sucedem* (Lausberg, 1967, p.174): *Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do bem da Nação e do Povo./ Vi quando mudou convicções amadurecidas, diante de soluções mais adequadas./ Vi quando – entre tantas propostas conflitantes – ousou escolher a melhor, ainda que a menos popular./ Vi a serena e patriótica lucidez de Vossa Excelência quando – a despeito de duras crises, no âmbito nacional e internacional – soube conduzir o País a um real progresso social e político.*

Perelmam defende o aumento do sentimento de presença como efeito da repetição. Mas vai além. A repetição tem um efeito argumentativo mais complexo, pois sugere distinções.



A presença subordina-se, portanto, a outras intenções textuais (1996, p.199). Parece-nos, em Figueiredo, que a intenção primeira é de amplificação através do desenvolvimento oratório da figura do ex-Presidente e dos méritos de seu Governo.

Ao referir-se ao ex-Vice-Presidente o orador utiliza duas metáforas: *Ao deixar a Vice-Presidência, sai Vossa Excelência cercado do respeito dos brasileiros e agasalhado na estima de todos, que tanto o apreciamos*. As imagens evocadas pelo texto são comparáveis a dizer que o ex-Vice-Presidente foi acolhido com carinho pelo povo.

A comunhão entre o orador e seu público cresce toda vez que, com a utilização de algumas figuras, promove uma participação maior do público em relação a sua exposição. A citação é uma delas: *A inalterável tradição de convivência harmoniosa, que caracteriza a diplomacia brasileira, inspira-me a reafirmar, neste momento, o roteiro proposto pelo Barão de Rio Branco, no começo do século para a política externa brasileira. "O Brasil do futuro, disse ele, há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito e no bom senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor pela justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos"*.

A citação do Barão de Rio Branco permite assegurar aos visitantes de sua posse, principalmente de outros países, que, em seu Governo, os direitos de justiça serão resguardados. É provável que a citação tenha sido usada para promover a idéia da justiça prevalecendo sobre a repressão.

Ao dirigir-se ao novo pessoal de Governo e ao povo do Brasil, utiliza a figura de preterição: *Para o Vice-Presidente Aureliano Chaves e para mim as palavras do nosso juramento, perante o Congresso Nacional, não são expressões rituais ou protocolares*. Essa figura denuncia, certamente, o seu contrário. A negação aqui pode ser entendida como um juízo de apreciação, à medida que o orador espera ser louvado por não proceder de forma contrária.

A repetição volta a ser utilizada no início de frases que se sucedem. A palavra *reafirmo* é intercalada com a expressão *para que* no começo das orações que compõem a *partitio*. Essa figura é a anáfora, que aqui parece acentuar o fracionamento do discurso em episódios detalhados, mais uma vez objetivando favorecer a presença. Pela repetição, os enunciados, em Figueiredo, revestem-se de valor quando conferem ao texto um caráter verbal, um caráter de ação, que traz embutida a chancela do governo anterior.



Na seqüência do discurso, o orador faz uso de uma metáfora: *Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação*. Esta metáfora inicia um parágrafo no qual o orador irá discursar sobre a abertura à esquerda brasileira. A figura sugere a relação de contigüidade entre o gesto anunciado pela figura e a disposição do orador ao diálogo. Ela é, portanto, explanatória sobre como o orador deseja as relações entre as diferentes facções. A concretude da imagem e o tônus de *pathos* nela presente tornam a imagem forte e reforçam a amplificação.

Duas figuras se acoplam para tratar do problema habitacional, um tropo e uma figura de pensamento: *Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra – tão mais cruel, porque mais próximos os bens da civilização*. São a metonímia e a preterição. Pela metonímia o orador resume as reformas habitacionais. Através da preterição estabelece o que não quer para as cidades. Há, no entanto, uma retórica pejorativa na evidência de que a realidade se dá exatamente daquela forma e assim continuará em seu Governo.

Como exemplo de uso de paráfrase, temos a citação que o orador faz a respeito de sua promessa de garantir justas remunerações aos trabalhadores: *Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII : Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações*.

As paráfrases têm o poder de assegurar as opiniões, reforçar os pontos de vista do orador e, neste caso, reafirmar um objetivo retórico um tanto vazio, presente na maioria dos discursos políticos. A citação do Papa Leão XIII tenciona dar força a um jargão político desgastado pelo tempo: o da justiça social.

Com respeito ao uso de operações de substituição, podemos citar a freqüência do uso da palavra *Nação*. Forget (1994, p.79) defende que, em meio a enunciados conflituosos, o termo *Nação* serve como distanciador entre o orador e seu público. Acrescentaríamos a este termo, um outro muito semelhante: a palavra *Pátria* que, neste texto de Figueiredo, é encontrada quatro vezes, ao lado do termo *Nação*, encontrada em dez situações.

Nossa idéia é de que a operação de substituição do termo *País*, pelos termos *Nação* e *Pátria*, acompanhados ou não de sua forma plural, se dá quando existe certa arbitrariedade em se tratar da realidade envolvendo o assunto, onde essas palavras se inserem.



Nosso levantamento implica o aparecimento desses termos em quaisquer situações do discurso, mas podemos verificar esse uso arbitrário, mais claramente expresso em algumas passagens: *Numa nação jovem como a nossa, é natural uma certa dose de impaciência na promoção dos anseios populares. Ai de nós se nos faltasse o entusiasmo da juventude! Reafirmo meu desejo de encontrar os jovens; com eles confraternizar; e com eles avançar democraticamente na construção da Pátria de nossos filhos e netos.*

Deste parágrafo ressaltamos, ainda, a exploração do tema juventude: *nação jovem*, *entusiasmo da juventude*, *encontrar os jovens*, *Pátria de nossos filhos e netos*; bem como de um substantivo nuclear à idéia de juventude: *impaciência*.

O orador aproxima a juventude do continente à impaciência dos cidadãos em vislumbrar mudanças políticas significativas. Essa relação de analogia compreende uma estrutura de argumentação quase-lógica, segundo Perelman. Não há destaque para o parágrafo, em termos de figura.

Percebemos, após a análise das figuras e tropos da *elocutio*, que existe uma exploração acentuada das figuras de repetição. A repetição não é a figura que mais se destaca em suscitar ênfase discursiva. Acima dela está, por exemplo, a amplificação. No entanto, a repetição, além de despertar a atenção do ouvinte, visa sugerir diferenças, demarcar territórios de interesse através da linguagem.

5.7 A ELOCUTIO EM SARNEY

Toda linguagem é linguagem de uma comunidade cuja união, além de ser biológica, contém traços comuns em sua origem. Assim, os termos comumente utilizados entre seus membros somente podem ser entendidos dentro do contexto sócio-histórico-cultural próprio a eles.

Um desvio de seu uso comum merece atenção especial e justificativa plausível. De outra forma, as transformações lingüísticas se dão de maneira lenta, como são lentas as transformações sociais.



O que o povo brasileiro presenciou durante os vinte e um anos do regime militar foi a tessitura de discursos áridos, formais e inatingíveis pela população de classes inferiores. Apesar dos últimos discursos de Figueiredo apresentarem uma maior proximidade com o público, a ponto de o orador inaugurar a troca do uso dos pronomes eu ou eles pelo nós, incluindo-se e incluindo o povo em seu discurso, as mudanças discursivas levaram duas décadas para acontecer.

Quando Sarney toma posse como Vice-Presidente e Presidente interino, havia um mar de expectativas em relação ao novo governo, do qual ele era representante temporário.

Afora toda a emotividade expressa por Sarney com relação à doença do Presidente Tancredo, o resto de seu discurso apresenta-se como um desfile formal de seus direitos e deveres perante o Congresso. Não há referências ao povo.

A doença de Tancredo Neves pode ter sido vista como justificativa para o pronunciamento de um discurso com esse peso de formalidade, mas examinando o momento sem o envolvimento emocional que havia, permanece a sensação de uma continuidade discursiva ao período militar. A proximidade tão almejada pelo público para este novo passo da Nova República, na verdade, não se deu. A linguagem *só se modifica de um modo revolucionário em caso de inadaptação radical a uma nova situação* (Perelman, 1996, p.580). De outra forma a sua transformação é quase imperceptível.

O orador desperta o *pathos* em seus ouvintes e leitores através de uma bela metáfora utilizada logo no início do texto: *Eu estou com os olhos de ontem.*

Logo a seguir utiliza a figura de personificação para compor outra bela imagem de angústia: *E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota.* A figura de palavra enumeração é usada para apresentar o agrupamento de contatos em termos coordenantes no terceiro parágrafo: *O Deus de minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua história.* Aqui não existe gradação de pensamentos, como vemos presente no quinto parágrafo: *Os nossos compromissos, meus e dos senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.* A figura de palavra aqui utilizada é a diálage, porque coordena membros muito semelhantes e, dos quais, um deles se dissolve numa sinonímia de um dos outros. A diálage é a mistura da acumulação e da sinonímia (Lausberg, 1967, p.188).



Como figura de pensamento esse parágrafo aborda a *evidentia*, figura de acumulação pormenorizante, aqui constituída de grupos de palavras sintaticamente não independentes, no penúltimo exemplo citado acima.

A mesma figura de pensamento aplica-se ao último exemplo acima mencionado.

Quando alude à pessoa do Presidente, fá-lo por meio do uso de uma figura de retórica: a amplificação, que contribui para trazer presença aos argumentos: *...compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do país.*

Além de simples repetição de conceitos, o orador opera um desenvolvimento oratório de trajetória ascensorial: comandante é superior a líder. E estadista, a comandante. Esta pequena lista de juízos de valor quando atribuídos à pessoa do presidente, transformam-se em expressão de fatos.

Mas como se beneficia o orador em relação a esses valores de fato?

Certamente, o que todos esperavam para aquele dia 15 de janeiro era ver Tancredo empossado presidente, e não Sarney. Perelman lembra que a construção de uma pessoa se vincula aos seus atos (1996, p.333), ou seja, a imagem de determinada pessoa se faz pela junção do que ela acredita, e é natural a ela, e do que expressa exteriormente, dos seus atos.

Podemos dizer que a popularidade de Sarney dependia em muito de seu desempenho como orador, de sua retórica de político, pois os seus atos anteriores não primavam pelo empenho popular, pela dedicação à causa popular.

Nada mais natural que o orador apoiar-se na figura do Presidente e nos valores que o elegeram. Ele assim o faz através das essências de líder, comandante e estadista.

A personificação realizada por Sarney, logo após, reforça sua importância, seus valores, e suportam ainda melhor a figura do Vice-Presidente que, implicitamente, comunga das mesmas características de seu superior, exatamente por ser da confiança daquele: *...nome que constitui a bandeira de união do país.*

A evocação do *pathos* continua a se desenvolver durante o terceiro parágrafo. Agora, verifica-se a inserção da imagem de Deus como dono do destino e, portanto, desejoso de que ele, José Sarney, estivesse presidindo tal solenidade: *Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, desejo e vontade do povo brasileiro.*



As mudanças lingüísticas decorrentes desses processos, no entanto, acompanhavam uma necessidade outra que não aquelas que seus oradores anunciavam. Mudar termos do discurso e a própria maneira de se dirigir ao povo significava atender, em parte, à reivindicação dos vários setores da população. Essa estratégia pode funcionar como maquiagem. Satisfaz superficialmente às mudanças reivindicadas pela sociedade, o que não implica em assumirem verdadeiramente as promessas apregoadas pelos oradores.

Ao fazer do termo *distensão* um *aperfeiçoamento democrático* o governo interpreta o *status quo* como já tendo alcançado o estágio democrático, reservando-se, assim, uma grande margem de manobra (Forget, 1994, p.124 ss.).

Estudar as produções discursivas significa tomar o pulso de uma situação política, prevendo os seus jogos de aliança e as suas contradições.

Os discursos, a partir de 84, revelam interação entre dirigentes e oposição quanto à estrutura dialógica. Isto se faz notar no uso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do plural e seus possessivos, na maioria das vezes acompanhados por qualificativos.

Observava até então, nos discursos militares, a tomada de posições ideológicas pessoais assumidas pelos oradores, através, por exemplo, do uso do pronome pessoal na primeira pessoa do singular para se referirem ao governo, e do uso da terceira pessoa do plural para se reportarem às forças de oposição.

Além disso, o uso do genérico e do qualificador demonstravam claramente, durante o período militar, o quanto os pronunciamentos eram protocolares e taxativos com relação ao uso dessa última categoria lingüística. Quando o orador faz uso de noções abstratas como equilíbrio, coragem, firmeza, ele estabelece uma conexão entre elas e os valores concretos. Ou seja, quando utiliza-se de adjetivos, ele o faz em relação a si mesmo e à pessoa do Presidente Tancredo Neves.

Inversamente à Campanha das Diretas Já, da qual fez parte juntamente com Tancredo Neves, não existe aqui exploração de valores abstratos, tais como democracia, igualdade, participação, ou tantos outros bordões que marcaram a busca por mudanças verdadeiras naquele período, e que, por serem abstratos, caracterizam o tipo de argumentação democrática.

As noções de valores ligados à pessoa do Presidente e do Presidente interino sugerem, no discurso de José Sarney, traços marcantes de conservadorismo, pois sequer menciona os valores abstratos, carro-chefe de sua campanha para a Vice-Presidência.



É bem verdade que aquele era um momento de pesar para todos, frustrados pela doença repentina daquele que foi eleito com força de estadista. Esse pesar era ainda maior para a população, ávida por mudanças no sistema político, pelas melhorias que a quebra do regime militar poderia lhes trazer.

5.8 A ELOCUTIO EM COLLOR

Qualquer palavra, num dado contexto, ou qualquer figura convenientemente colocada provocam, justamente em razão do desvio que então se manifesta entre o discurso literário e o discurso cotidiano, uma reação. Para apreciar a eficácia representativa de uma figura, é preciso, sem dúvida, fazer intervir toda uma série de elementos: o contexto, a oportunidade do processo, a sua eficácia conotativa, a natureza dessas conotações e o conjunto mais ou menos harmonioso que elas formam (Lefebvre, 1975, p.147ss.).

O discurso de posse do Presidente Collor trabalha com o emprego da linguagem figurada e de recursos estilísticos, mas são as figuras de linguagem que representam o número mais expressivo de *desvios*, no sentido empregado por Lefebvre.

Gostaríamos de lembrar, juntamente com Perelman, que nem todas as figuras de linguagem são representativas dentro de uma análise da persuasão presente num discurso (1196, p.194).

Antes de abordá-las, pensamos que as figuras devem nos responder às seguintes questões: existe algum efeito argumentativo provocado por elas? Se existe, qual será o seu significado argumentativo na apresentação dos dados? Essas figuras impõem ou sugerem alguma escolha ao leitor ou ouvinte? Aumentam a presença? Realizam alguma comunhão com o auditório?

Cumprе salientar que, para ser considerada argumentativa, uma figura não necessita aderir às conclusões do discurso, mas deixar perceber o seu valor, o peso argumentativo presente nela. Caso seu efeito argumentativo não seja considerado, essa figura tende a ser vista como uma figura de estilo.

Assim que o orador realiza aquela retomada do passado, destacando os papéis de seu avô e de seu pai como políticos, ele faz uso de um tropo de alteração de limites, uma



metonímia: *Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal.*

O motivo de considerá-la uma figura de persuasão está no contexto da construção elaborada pelo orador. *Memória dos anos fecundos* parece-nos uma tentativa de convencer o leitor sobre a vocação política que traz de sua família e sobre os anos de progresso conseguidos pelo Senado com a ajuda do pai, e pelo Congresso, com a do avô, o que repetir-se-á no seu governo, como se o orador fosse parte do todo maior assim vocacionado, sua família.

Logo em seguida, refere-se ao Congresso como *berço da lei* e *espelho da opinião*. A expressão *berço da lei* é um clichê de uso já desgastado, enquanto que *espelho da opinião* funciona como um lembrete ao Congresso, sobre ser ele representante da vontade popular. A mesma vontade popular colocou-o como Presidente da República: *Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis.*

Através do tropo de salto ou metáfora, *fábrica de cisões*, o orador faz uma asserção negativa sobre o que não gostaria de ver acontecer em seu governo.

Ao apresentar o resumo de suas propostas, o orador refere-se à inflação através de uma figura de pensamento denominada figura de compreensibilidade semântica: *São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior.* O sentido do emprego dessa figura aqui parece ser o de provocar estranhamento, além de caracterizar o discurso como partidário da *utilitas causae*.

Tratar a inflação como inimiga, ou vilã responsável pelo sofrimento brasileiro, é uma tática argumentativa praticada desde o início do militarismo. Ao discorrer sobre a democracia o orador faz uso da alegoria sobre as palavras *autoritarismos* e *liberdades*: *Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades.* Essa construção alegórica torna-se aqui princípio de interpretação, à medida que modifica a situação, dando um novo sentido ao fato da queda do muro de Berlim, marco da ruína comunista. A construção interpenetra o sentido do verbo *ruir*, utilizado pelo orador, estabelecendo uma relação entre o antigo e o novo.

No próximo parágrafo, uma sucessão de “nãos” chama-nos a atenção. O orador estabelece, neste parágrafo, uma relação entre o princípio democrático, sobre o qual discorre no parágrafo anterior, e a noção de cidadania. Segundo ele, a democracia é inerente à idéia republicana de se praticar um socialismo ético e humanitário: *Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a*



miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária.

Perelman discorre, no capítulo IV do Tratado da Argumentação, sobre a importância da dissociação das noções como um remanejamento profundo *provocado pelo desejo de se remover uma incompatibilidade* (1996, p.467). As dissociações acontecem quando um orador coteja uma tese com outras, reestruturando a concepção que o público tem sobre o real.

Um orador também pode se aproveitar das dissociações já aceitas pelo auditório, ou de dissociações aceitas por outros auditórios, ou ainda, de alguma dissociação esquecida pelo público, e da qual ele relembra para poder beneficiar-se dela.

Quer retome antigas dissociações, quer introduza novas interpretações, as dissociações de noções conduzem a uma solução que impede o reaparecimento da mesma incompatibilidade, contra a qual se está manejando.

No caso do exemplo citado acima, o orador provoca uma dissociação entre o socialismo praticado durante o período militar e o novo socialismo republicano, que pretende inaugurar. Para isso apresenta o antigo socialismo como utópico e irreal, e o contrapõe ao socialismo mais participativo e preocupado com o cidadão.

A seguir, a hipérbole *compromisso sagrado* mostra-se como uma imagem de peso, que contribui para fortalecer o compromisso assumido pelo orador nas linhas anteriores: *Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo – é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte.* Há na hipérbole uma função evidente de estranhamento que vai além da credibilidade.

Sobre a recepção do público, Perelman lembra-nos que *quando os ouvintes comungam com o orador no respeito ou na admiração dos valores glorificados, por ocasião de um discurso epidítico, este será raramente percebido como expediente; mas não se dará o mesmo com terceiros não interessados nesses valores* (1996, p. 512).

Quando, ao ouvir uma exaltação de valores sobre os quais não comungamos, dizemos que são *meras palavras* porque, para nós, quedam vazias. Ou, além disso, muitas vezes percebemos nelas as ciladas armadas da persuasão contra o público.



A expressão da emoção é o que, na maioria das vezes, arrebatava o público. Sem ter consciência, não percebe que o despertar de seus sentimentos faz parte de uma simulação, um expediente discursivo.

No exemplo acima a palavra *sagrado* atinge o público no âmago de sua fé. E a religião, sobre o que está ciente o orador, é fator característico da classe mais humilde pela qual foi eleito.

O discurso percebido como expediente é aquele que denuncia não ser derivado de seu objeto, ou moldado para ele. Isso se dá quando o orador adota regras por demais uniformes ou, ao contrário, rebuscadas demais.

A simples presença de técnicas de persuasão, cujo emprego possa ser transferido a algum outro discurso e aplicado naturalmente em outras ocasiões, denota um expediente.

E como a conhecida técnica discursiva reza, a partir do próximo parágrafo, o orador começa a se referir à inflação como inimigo externo ao governo. E, como um inimigo personificado, a palavra ganha personalidade, adjetivos: *Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.*

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo.

A idéia de inflação personifica-se com a ajuda de termos como *cultura da inflação*, principalmente quando a ela são atribuídas ações: *nutrir-se do egoísmo*, do *individualismo* e *imediatismo*. O orador também aproxima à palavra inflação adjetivos como *cínica*, *impermeável*, *gananciosa* e *desencorajadora*.

A inflação, segundo ele, *desorganiza* e *desmoraliza*, por isso é o *imposto mais cruel*, uma *agressão*, uma *desmoralização*, contra a qual é preciso *defender-se*. Admiti-la é fracassar. O leitor tem,



assim, a exata medida de estar em contato com uma descrição pessoal. Trata-se de uma personificação, figura de alargamento semântico, uma variante da alegoria.

Isolando-a como um problema criado por outros governos, o orador se desobriga da responsabilidade sobre ela. Consegue-o mais efetivamente quando, através da personificação, transforma-a em alvo de ataque, em inimiga.

A persuasão, contudo, atinge-nos melhor pelas razões que nós mesmos encontramos com relação a determinado assunto, do que por aquelas lembradas a nós por outros.

Talvez todo o discurso do candidato Fernando Collor não tenha valido tanto quanto sua imagem na mídia. O desejo de mudança de regime, a possibilidade de ter um presidente jovem e ativo, contra toda a estagnação que se costuma atribuir ao regime militar, podem ter sido fatores de grande significação para o público votante.

O seu discurso de posse segue a linha da campanha presidencial: adjetivos fortes, substantivos atualizados e inteligentes, como *ciranda inflacionária*, *sociedade cínica*, *sociedade cívica*, *drama ecológico*, e uma prudente distância dos assuntos mais delicados envolvendo o poder.

A famosa imagem de “caçador de marajás”, termo lançado pela reportagem da revista VEJA em 1989, tem continuidade em seu discurso de posse. O termo que nos chama a atenção ao abordar a política de enxugamento do quadro público é: *...fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar*.

Trata-se de uma catacrese muito bem construída e oportuna, inserida numa sucessão de aliterações do fonema /f/ e que muito nos lembra uma seqüência de xingamentos: *funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar*.

Na seqüência do discurso, ao referir-se aos ditos *marajás*, o orador utiliza outra seqüência de aliterações, agora destacando os fonemas *c* e *m*: *não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social*.

A expressão acima passa a ser, assim, a substituição da palavra ladrão, pois esse é o adjetivo usado para quem comete um ato de roubo. Através do uso da figura de eufemismo reprova-se, assim, o objeto, mas não deixa clara essa reprovação. Tal asserção sobre o objeto “funcionário público” insiste sobre as condições de verificação. Essa nova versão evita a não-aceitação do auditório pela não menção da palavra que poderia chocar a opinião pública negativamente e, por sua insistência, convence em ser aceita como juízo de fato.



Os próximos três parágrafos fazem uma apologia ao fantasma da inflação. A primeira frase, do primeiro parágrafo, inicia-se com o uso de uma figura de metalogismo ou figura de pensamento: *O propósito imediato de meu governo, senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la.*

O orador consegue chocar o leitor ou espectador com o uso do paradoxo de negação: *não é conter a inflação*. Qual governo não teria a meta de conter a inflação? E logo em seguida, encerra a frase com uma oração imperativa e hiperbólica: *É liquidá-la.*

O imperativo faz aumentar o sentimento de presença. Esse tipo de técnica é bem conhecido entre locutores esportivos. A hipérbole choca, por isso impressiona o público. O orador opta por quebrar a monotonia do assunto inflação, logo em seu início. Em meio ao texto ele utilizará algumas expressões de certo peso estilístico, como *câncer social*, *praga inflacionária* e *frenesi de emissões*.

Os próximos cinco parágrafos abordam a necessidade de se realizar uma reforma fiscal aliada à privatização, como solução para o problema da produtividade. O orador termina este bloco de parágrafos com um adágio medieval: *o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete...*

O uso de um provérbio tornado popular pode funcionar como ponto de partida para os raciocínios que se seguem. No caso desse discurso, o orador parece lançar esse provérbio como forma de amarração de todos os cinco parágrafos anteriores.

Além dessa função, a citação lhe confere, muito além do apoio sobre o que diz com peso de autoridade, uma certa comunhão com o auditório, a qual cresce através do uso das figuras e de todos os recursos que proporcionam a participação do público em sua exposição. A partir disso torna-se mais fácil, para ele, atacar o mesmo auditório, solicitar-lhe ajuda, assimilar-se a ele (Perelman, 1996, p.202).

Seguindo a subdivisão do texto em blocos de assuntos, o próximo deles é composto por quatro parágrafos alusivos ao assunto ecologia. Expressões atualizadas sobre este tópico como: *drama ecológico do planeta*, *pedras angulares de minha campanha presidencial*, *limpeza da terra*, são estruturas que conferem atualidade ao discurso. Funcionam como *slogans* elaborados para determinadas ações particulares. São, a um só tempo, *fundo e forma*, ou seja, são expressões estereotipadas que se repetem e, caso sejam percebidas pela sua inadequação, entender-se-á que elas poderiam ser ditas de outra forma, sem tanto artificialismo (Perelman, 1996, p.187).



de que Todo este bloco dedica-se à questão ecológica, colocando o Brasil como participante na busca de soluções para o drama ecológico de maneira a resgatar, com isso, o país da pobreza. O uso da hipérbole como figura de palavra, neste caso, soa como pavoneamento. Observemos a expressão: *Pertenço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra.*

Trata-se de um período composto por imagens extremadas, por estruturas de forte apelo emocional: *grito de alerta, modelo que caminha às cegas, extermínio da vida sobre a Terra.* Chamam a atenção pelo exagero e apelam para a sensibilidade do público.

O próximo bloco, formado por quatro parágrafos, aborda a injustiça social como consequência da lentidão da máquina do Estado. Observemos a frase: *Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade.*

O recurso da antítese, aplicado nesta etapa do discurso tira sua força de persuasão da incompatibilidade que desperta. E segue enumerando uma lista de outras antíteses alusivas ao assunto: *décima economia do globo/ indicadores registrando penúria, doença e desigualdade, modernidade/ sem justiça, progresso/ sem benefício de seus frutos.*

As antíteses continuam a se suceder até o final do bloco de quatro parágrafos. A dualidade apresenta-se como característica desse bloco de parágrafos no qual o orador aborda a injustiça social. Inicia-se com as duas considerações que o orador classifica como qualificadoras do impulso de retomada do desenvolvimento: *cuidado ecológico e empenho de justiça social.*

A seguir listamos as noções dualistas que acompanham certos substantivos desse bloco sobre a injustiça social: 1. dívida social = gritante e vergonhosa; 2. mudança de mentalidade = reclamada pela ética e pelo interesse nacional; 3. paternalismo engendra duas condutas = relegar as carências básicas a um plano secundário / enfrentar a pobreza com políticas distributivas irresponsáveis. 4. a geração do orador não admite = país gigante econômico e pigmeu social; 5. finalidade do governo Collor = libertar o Brasil da vergonha e da injustiça; 6. Collor = democrata moderno/ não demagogo populista; 7. o orador afirma contar com = compreensão e apoio das lideranças; 8. binômio de Juscelino = democracia e desenvolvimento.

Após enumerar tal série de binômios, Collor anuncia que passará ao trinômio: democracia, desenvolvimento e justiça social. A comparação com o governo Juscelino, ao final



de quatro parágrafos, sugere que seu governo será superior ao de Juscelino, no sentido de ultrapassar as metas do antigo governante, de ir além daquelas.

Percebemos uma clara separação entre os assuntos, da forma como são abordados, por todo o texto. Além disso, os blocos de cada um deles são articulados de maneira diferente, com recursos estilísticos próprios, como exemplifica o bloco de parágrafos citado acima, o qual trabalha com dualidades e binômios desde seu início e se encerra com a meta triádica do orador.

Ora, se analisarmos a simbologia numérica desse uso, veremos que o orador talvez possa ter desejado indicar que todos os dualismos anteriores agora serão substituídos por um número representante da perfeição, do equilíbrio. É como se nos pedisse que esquecêssemos tudo o que vimos anteriormente, pois o seu governo nos surpreenderia pela harmonia, pela perfeição das medidas, representada pelo número 3.

O próximo bloco, de apenas dois parágrafos, trata dos compromissos assumidos pelo presidente em relação à educação. O orador se refere ao assunto reclamando a necessidade de uma *revolução* no setor.

A reorientação do poder público parece ser o ingrediente principal da proposta do orador. Reorientação nos remete à idéia, anteriormente defendida pelo orador, de privatização, tema que será explorado a seguir, quando abordará, sobretudo, a necessidade de adequação do país à globalização.

Mais uma vez, são os recursos estilísticos que tomam destaque neste bloco de sete parágrafos, responsáveis por estabelecer a subdivisão entre o velho e o novo, já abordada anteriormente neste texto.

O orador utiliza mais uma vez episódio da queda do muro de Berlim, na Europa Oriental, para estabelecer, com seu governo, uma analogia de posições.

Tanto quanto o fim da guerra fria faz a Europa repensar as relações com o resto do mundo, no Brasil, é urgente, segundo o orador, a necessidade de abertura e adequação do mercado à política externa. Expressões como: *Fica definitivamente sepultada a guerra-fria. Em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva*, servem de arrimo à idéia de passado na política européia mundial.

E continua: *Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico...* A expressão em destaque dentro da frase revela a atualidade dos estudos históricos na época em que foi escrito o discurso. Toda a teoria sobre a Nova História e os assuntos correlativos a ela tomaram a



atenção do mundo durante os anos 80, apesar de seu surgimento ter se dado na década anterior.

O orador expõe a necessidade de atualização do país à modernidade do mundo. Analogamente, apresenta o seu governo como fórmula nova, renovada e clara: *Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo. A riqueza e complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.*

A identificação entre a modernidade do mundo e a atualidade de seu governo é indireta, pois requer a intervenção da noção de simetria. É necessário, então, um exercício mental de identificação de determinado aspecto essencial entre as situações, para entender o seu mecanismo de articulação.

Os próximos sete parágrafos dedicam-se à exploração do tópico “política externa”. O texto deste bloco se apoia na noção de paz que, segundo o orador, só se *constrói sobre regras sólidas de boa convivência.*

O parágrafo mais caracterizado pelo uso de um recurso estilístico, neste bloco, é o quarto parágrafo. Ao fazer referência às mudanças internacionais na política e economia, critica o antigo discurso isolacionista ao qual o de seu governo se opõe: *É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudo-nacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo.* As expressões em destaque caracterizam-se aqui como catacrese.

A idéia de medição está subjacente nos enunciados que trabalham com comparações, ainda que quase imperceptíveis. Essa é a razão de serem considerados argumentos quase-lógicos, pois geralmente são apresentados como constatações de fatos.

Tais comparações podem ser classificadas por oposição, ordenamento e ordenação quantitativa. No caso do discurso de Fernando Collor, foi trabalhada a noção de oposição, pois apresenta seu discurso como algo contrário ao discurso pseudo-nacionalista ao qual o Brasil estava, até então, exposto, segundo o orador.

Seguem-se a este, os parágrafos que abordam as relações com EUA, Europa, Japão, Leste Europeu, África, Oriente Médio, China, Ásia e com a Organização das Nações Unidas.



Na sequência do discurso o orador faz referência à relação do Brasil com países credores e reforça sua proposta de renegociação da dívida externa. Neste bloco de parágrafos o orador faz uma retrospectiva do processo de crescimento do Brasil no último século:

Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades. O orador compara o país a uma árvore, aquela que mais se desenvolveu durante o século, apesar de *eivado de distorções e fragilidades*.

O adjetivo *terríveis*, usado para se referir aos anos oitenta, agrava a imagem negativa de uma situação próxima passada. Essa técnica retórica facilita a recepção às propostas do novo governo.

O orador mostra-se hábil conhecedor das técnicas argumentativas porque coloca a desqualificação do adversário, o governo Sarney, no final de seu discurso, na acusação.

O parágrafo seguinte a este busca a força de adesão do ouvinte para as medidas duras de retomada da *trajetória de crescimento...para desentruar as energias econômicas do nosso país*. Vemos, então, que a metáfora da árvore em crescimento continua. O verbo *desentruar* proporciona o tom da violência das medidas que viriam a ser tomadas.

Início e fim são amarrados através da mesma menção: o passado familiar político do orador que fortalece o peso das palavras, no começo de seu pronunciamento e reforça o tom do discurso, ao seu final: *Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão*.

A esse argumento se junta um outro de semelhante força persuasiva: *a chancela das urnas*. O orador pede, então, o apoio do Congresso, baseado exatamente na grande votação que obtivera nas eleições para Presidente da República: *Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação*

O uso de argumentos de força no início e no final das exposições, como vimos anteriormente, caracteriza o tipo de ordem chamada nestoriana de organização de um discurso.

A evocação da bandeira nacional desperta o recurso do *pathos*. Através de uma imagem de hasteamento da bandeira, o orador estabelece uma analogia condensada com a elevação da Pátria, caracterizada pelo símbolo em todas as suas diversidades: *Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na*



Presidência da República é realizar um governo digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

Antes de Górgias codificou-se a prosa em código retórico. Antes, portanto, da retórica, e a partir de Górgias começou-se a trabalhar as figuras. Os ataques fustigados ao estilo compostos em versos passaram à prosa cônica e oratória. Nesse ponto nasce também o gênero epilógico que caracteriza a *prosa decorativa*, a *prosa-apelativa*.

A retórica de Aristóteles deve ser definida pela oposição entre os aspectos técnico e poético, expressos nos seus dois tratados sobre os temas do discurso.

A fusão da retórica e da poética converte-se, verdadeiramente, pelo vocabulário da *Isagore Média* em que as artes poéticas são também artes retóricas, e os grandes retóricos são poetas. Essa fusão está na origem da ideia de literatura. Na verdade, a partir da retórica aristotélica, temos a mesma atribuição naturalmente ao próprio Aristóteles, a política e Cícero, a pedagogia e Quintiliano e a transformação por penetração entre Cícero e Placêncio, Placêncio e o Anônimo do Tratado *De Jure e Juris* (Barthes, 1971, p. 156).

A retórica de Aristóteles é, antes de tudo, uma retórica da prova, do convencimento, do entusiasmo, e adaptada ao *gênero da política*. Como seu campo original de produção, ela implicava mais uma ciência do público do que uma ciência de obra.

Barthes afirma que, guardadas as devidas proporções, a retórica de Aristóteles converte-se aos produtos de nossa época, à nossa cultura de massa, na qual reina o *entusiasmo industrial*, uma retórica submetida *aquele que a política seja possível*, à sua *política*.

A mesma transformação pela qual passou a retórica aristotélica foi sua diluição por acrescentamento. Ela deturpa de se opor à poética em proveito da arte de escrever, aquilo que chamaremos hoje literatura. Tal mudança pode ser verificada em cinco grandes nomes da retórica: 1. Ovídio e Floriano postulam o parentesco entre poética e arte oratória; 2. Quintiliano abandona a *negotiorum orationes*, elemento importante de sua retórica aristotélica para dedicar-se ao movimento das frases. Assim surge o estilo; 3. Placêncio aproxima poética e retórica, afirmando que a *retórica* é a *ciência que permite escrever a que antes era arte que basta*, podemos ler os poetas como cientificamente como movimentos; 4. o mito da *entusiasmo* começa a se manifestar através de *Jure e Juris*, cuja retórica trágicaidental apresenta uma elevação de estilo; 5. Tácito, no

CONCLUSÃO

Através de Górgias codificou-se a prosa em código retórico. Antes puramente sintagmática, a partir de Górgias começou-se a trabalhar as figuras. Os elogios fúnebres até então compostos em versos passam à prosa escrita e oratória. Neste ponto nasce também o gênero epidítico que caracteriza a *prosa decorativa*, a *prosa-espetáculo*.

A retórica de Aristóteles deve ser definida pela oposição entre os sistemas retórico e poético, expressos nos seus dois tratados sobre os fatos do discurso.

A fusão da retórica e da poética consagra-se, verdadeiramente, pelo vocabulário da Idade Média em que as artes poéticas são também artes retóricas, e os grandes retóricos são poetas. Esta fusão está na origem da idéia de literatura. Na verdade, a partir da retórica aristotélica, temos a teoria atribuída naturalmente ao próprio Aristóteles, a prática a Cícero, a pedagogia a Quintiliano e a transformação por generalização com Dionísio de Halicarnasso, Plutarco e o Anônimo do Tratado *Sobre o Sublime* (Barthes, 1975, p. 156).

A retórica de Aristóteles é, acima de tudo, uma retórica da prova, do raciocínio, do entimema, e adaptada ao *nível do público*. Como seu campo original, as produções literárias implicavam mais uma estética do público do que uma estética da obra.

Barthes afirma que, guardadas as devidas proporções, a retórica de Aristóteles conviria aos produtos de nossa época, à nossa cultura de massa, na qual reina o *verossímil aristotélico*, isto é, uma retórica submissa *àquilo que o público julga possível*, à sua *psicologia*.

A última transformação pela qual passou a retórica aristotélica foi sua diluição por sincretismo. Ela deixou de se opor à poética em proveito da arte de escrever, noção que chamaríamos hoje literatura. Tal mudança pode ser verificada em cinco grandes nomes da retórica: 1. Ovídio e Horácio postulam o parentesco entre poesia e arte oratória; 2. Dionísio abandona a *compositione verborum*, elemento importante da retórica aristotélica para dedicar-se ao movimento das frases. Assim surge o estilo; 3. Plutarco aproxima poética e retórica, afirmando que a *retórica é o caminho que permite libertar a ação imitada da arte que imita*, podemos ler os poetas tanto esteticamente como moralmente; 4. o mito da criatividade começa a se manifestar através de *Sobre o Sublime*, cuja retórica transcendental apresenta uma elevação de estilo; 5. Tácito, no



Diálogo dos Oradores politiza as causas da decadência da eloquência e anuncia seu rumo em direção à literatura, o seu nascimento. A eloquência passa, então, a significar literatura.

A lógica domina o século XII e XIII, absorvendo a gramática e repelindo a retórica.

Certamente, o cartesianismo como evidência racional e o empirismo como evidência sensível assinalam o declínio da retórica, mas sua morte somente poderia ser anunciada caso houvesse sido colocada uma outra disciplina em seu lugar.

Por isso Barthes defende que a retórica deve sempre ser lida no conjunto estrutural de suas vizinhas (gramática, lógica, poética, filosofia). É o jogo do sistema e não cada uma de suas partes, separadamente, que têm um significado histórico (1975, p.177). Mas, se ela não morreu, onde se encontra viva? Ela continua a receber conteúdos originais, não mais de retores, é verdade, mas de escritores. Poderíamos citar Baudelaire, Valéry ou Paulhan, apenas entre os franceses. Há, no entanto, uma ambigüidade atual em torno do fenômeno retórico: *objeto prestigioso de inteligência e de penetração, sistema grandioso que uma civilização inteira, em sua amplitude extrema aperfeiçoou para classificar, ou melhor, para pensar a sua linguagem, instrumento de poder, lugar de conflitos históricos, cuja leitura se torna apaixonante se recolocarmos tal objeto na história múltipla em que ele se desenvolveu; mas também objeto ideológico, que cai na ideologia pelo avanço dessa outra coisa que lhe tomou o lugar e hoje o obriga a manter uma indispensável distância crítica* (p. 178).

Barthes afirma que existe uma *vulgata aristotélica* entre nós, entre a *civilização da endoxa*. Nossa cultura de massa possui uma grade analítica completa, uma narrativa, uma argumentação e uma prática cultural ocidental que partem do verossímil.

Em outras palavras, ele afirma que a nossa literatura tem origem nas práticas político-judiciárias onde se regulamentava a *palavra falsa* e se *codificava todo recurso ao significante*. Por isso, é válido dizer que a retórica é um objeto histórico, mas tanto quanto isso, é possível reivindicá-la à categoria de uma nova prática da linguagem com o nome de *texto* ou de *estilo* (p. 221).

A princípio, a retórica escolar concentrava-se no discurso partidário, pois sua finalidade era a formação de advogados e políticos; era, portanto, social. A noção de discurso passou a incorporar essa mesma finalidade da retórica, ou seja, concentrou-se no discurso partidário. Como objeto de ensino, a retórica escolar dividia os discursos nos três gêneros já citados aqui anteriormente e regulamentava a produção discursiva por meio de preceitos técnicos.

Os preceitos técnicos dividem-se numa teoria da matéria e numa teoria da elaboração. A teoria da matéria, também chamada tema, é uma habilidade ou uma *potencialidade* universal do orador, para mencionar o termo usado por Lausberg. O orador deve compreendê-la a ponto



de dominá-la. Essa potencialidade do orador constitui uma das causas que deram azo à entrada da retórica na literatura. A teoria da elaboração da matéria ou *tratactio*, engloba as fases que compreendem a análise por nós desenvolvida sobre os textos de posse, ou seja, a *inventio*, a *dispositio* e a *elocutio*, além da memória e da *pronuntiatio*.

Tal subdivisão dos gêneros, bem como a classificação dos preceitos técnicos, constituíram-se no início da retórica literária e foram incorporadas imediatamente à poesia.

A retórica escolar cultivou especialmente o gênero epidítico, por este se aproximar mais da poesia, em razão de seu tom elevado e generalizante. Além dessas características, o gênero epidítico tem como marco a repetição dos exercícios e a sua generalização em lugares comuns. Isso o colocava na posição de discurso modelar, no sentido de que eles são *testemunhos do domínio típico de situações humanas*.

A influência mais ou menos forte da retórica escolar sobre a literatura e a poesia desde a sua origem grega até as literaturas modernas passa, deste modo, pelo gênero epidítico e pela exercitação. Nesse processo o gênero judicial contribuiu com a compreensão de muitos objetos literários, como fenômenos análogos a assuntos jurídicos (Lausberg, 1967, p.85).

A aplicação de um discurso de uso repetido não esgota, contudo, a potencialidade desse mesmo discurso, visto que *não é possível repetir-se o mesmo ato concreto*. Cada discurso engloba uma situação histórica diferente que o condiciona, engloba interlocutores distintos relacionando-se de maneiras variadas em cada situação (1967, p.82).

O discurso de posse de Castello Branco envolve-se, certamente, de pressupostos situacionais diferentes do discurso de Figueiredo, por exemplo. Enquanto Castello Branco funda um discurso retórico que dá uma nova interpretação ao início do novo regime, Figueiredo trabalha a esperança da abertura. Ainda que, estruturalmente, esses discursos e os outros de nossa análise, assemelhem-se pela teoria da elaboração.

No discurso de Castello Branco, a distância que o discurso impõe entre civis e militares faz-se notar por símbolos, como o uso do termo *cruzada*, lembrando o aparato de força do regime; por escolhas semânticas como a aliteração do fonema *s* no início de seu segundo discurso (*Na singular significação desta solenidade cívica...*), o que pode ser um indício literário de uma ordem sutil de silenciamento por parte do orador ao Congresso; e por valores, como se percebe através do uso da expressão *Independência do Brasil*, uma das características do movimento.



O uso de certos lugares em favor de outros são, para nós, escolhas jamais gratuitas do discurso político. Eles revelam o uso do simbólico como elemento fundamental do exercício da política. A política se insere no domínio do simbólico que é substitutivo da força, mas representante do poder como rememoração (Barreira, 1988, p.42).

A valorização do lugar da ordem em colocar a *revolução* como melhor regime que a democracia, o engrandecimento do início do novo período pelo lugar da “qualidade”, a exaltação do soldado Castello Branco como representante escolhido pelo Congresso Nacional, todos esses valores fundamentam a base simbólica sobre a qual se constrói o discurso. A ousadia do orador está em fundar valores cujas premissas radicalizam a visão da realidade. Elas criam uma ilusão do real, um campo de símbolos que inaugura novos lugares de identificação, os quais, pela repetição contínua, acabarão sendo processados como o próprio real: *Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizeram necessárias.*

Em Costa e Silva os lugares ainda se baseiam nos valores pessoais do presidente estadista, aquele que representa a essência do novo regime. O discurso não aborda os termos comumente explorados nos discursos políticos, não especifica os planos futuros do governo, não inclui a participação popular, ainda que apenas como medida enfática. A simbologia do discurso de Costa e Silva prende-se ao passado, ao engrandecer a figura do ex-presidente, e quando aborda sua participação no governo de Castello Branco para justificar seu preparo ao cargo.

Os discursos de posse podem ser pensados, de uma maneira geral, como espaços nos quais se procura articular, conjuntamente, o campo social e o campo político de forma a fazer parecer que sociedade e política não são instâncias autônomas, mas esferas que se alimentam (Barreira, 1998, p. 203). Os discursos de posse impõem, assim, uma teatralidade, a construção de uma representação que se dá através da exposição dos lugares. Pela *inventio* o discurso político se desnuda. Pela *elocutio* ele se fantasia para o espetáculo dessa teatralidade. *A elocução é exatamente o ponto em que a retórica encontra a literatura* (Reboul, 1998, p.61).

À medida que a retórica se ocupa de buscar palavras que evitem os arcaísmos e os neologismos, que busca as figuras de modo claro evitando frases arrítmicas, mas procurando um ritmo flexível que esteja a serviço do sentido, ela cria uma estética da prosa, uma estética funcional. Nela, deve excluir-se tudo o que há de inútil; qualquer efeito de estilo deve justificar-se pela exigência de persuadir.



Em Costa e Silva, no entanto, não há preocupação com o apagamento de qualquer lacuna entre o social e o político. Trata-se de um discurso que verbaliza exatamente as prioridades primeiras do regime naquela fase: manutenção daquela forma de poder e o seu preparo para fazê-lo. O mesmo podemos dizer do discurso de Castello Branco.

Em Médici prevalecem os valores da qualidade, da ordem e da pessoa à medida que se compara aos governos anteriores e propõe mudanças. Valoriza-os, mas sobrevaloriza o novo, o inédito, ressaltando o seu ideário de renovação.

Médici inaugura o discurso racionalista que passou a ser uma das características do regime militar. Para tudo havia uma solução matemática, equacionável. E se considerarmos a emoção e a dialética como opostas ao racionalismo, à razão, podemos entender a exatidão dos silogismos de uma linguagem que lembra a telegrafia e se põe em posição distante de seu destinatário: *Nem àqueles desregrados impulsos de desenvolvimento, mais intuitivos que racionais e que acabaram redundando na torrente inflacionária.* A argumentação baseada nos contrários, em Médici inclui o povo na marcha do governo: *Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador.*

Talvez pela característica racional desse discurso o orador não se ocupe em vestir os lugares do discurso com uma roupagem festiva. Por isso, o texto opta por quase não utilizar a linguagem figurada. O discurso imprime no leitor a noção de sinceridade, de racionalidade do orador, o que implica a construção de um texto com características morfológicas e semânticas reveladoras de tal escolha.

Em Ernesto Geisel existe uma perpetuação do paternalismo verificado em Castello Branco. Adjetivos de força imprimem no texto de posse de Ernesto Geisel esse caráter: *A missão recebida dedicarei o máximo de minhas forças e toda minha capacidade de julgamento... Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, resguardará —assim o creio— o ambiente de tranqüilidade, de estabilidade social e de ordem pública, indispensável à marcha ascensional do país e que cumpre às autoridades assegurar como um dos mais indeclináveis, se bem que penosos deveres.*

Uma das características que os difere parece ser um certo endurecimento do discurso militar em Ernesto Geisel. Enquanto Castello Branco faz uso de um apelo emocional e da exposição da própria imagem como mártir que se sacrifica por governar seu país, Ernesto Geisel apresenta um discurso mais distante, forte e, ainda que fazendo uso de pronomes possessivos e pessoais, deixa transparecer a auto-suficiência de seu governo.



Essa constatação pode parecer contraditória se considerarmos que foi em seu governo que termos como distensão e abertura começaram a ser veiculados.

Vale lembrar, contudo, que o governo de Ernesto Geisel foi o quarto governo militar e que, nele, as manifestações populares já eram sentidas com mais insistência. A mudança no discurso de Ernesto Geisel, nesse sentido, pode ter sido uma estratégia de discurso, uma vez que a estrutura total nos denuncia, ao contrário, um maior endurecimento em suas concessões.

Verificamos que seu discurso utiliza valores abstratos e valores concretos, agrupados em períodos longos e frases entrecortadas, de forma a denunciar um tipo de argumentação conservadora. Além disso, a escolha de termos pomposos como *proposições intempestivas*, *veleidades subversivas* ou *inspiração demiúrgica* revela-se, em conjunto com a hierarquização de valores ou *lugares*, dentro de seu discurso de posse, as prioridades de seu governo.

Em resumo, esses valores são explorados por três principais tipos de lugares: “causa e efeito”, “todo e partes” e “antecedente e conseqüente”.

Os valores de “causa e efeito” e “antecedente e conseqüente” são lugares que guardam uma certa analogia entre si, uma vez que denotam uma articulação de idéias em sua própria definição. Isso pode revelar certo desenvolvimento do discurso, certo trabalho mais apurado de argumentação.

Percebemos, ainda, que o adversário e o ouvinte são inseridos no discurso de Geisel. Ao adversário o orador guarda o tom da ameaça. Ao ouvinte, que pode ser também seu adversário, pede compreensão e não participação, o que se mostra como uma característica paternalista do discurso e, por conseqüência, do governo.

Os lugares da “pessoa” em conjunção com os da “qualidade” também estão presentes em Geisel, amarrando seu governo aos anteriores, porém, qualificando-o diferentemente. Existe, no segundo discurso, um contentamento que parece nos remeter ao imaginário, ao campo da ficção. Antes árido, agora florido por figuras de linguagem. Antes ameaçador, agora concessivo.

É interessante notar como se elabora a *elocutio* em ambos os discursos de Geisel. No primeiro ela se limita à exploração de uma linguagem coberta de termos pomposos, de uma coesão dificultosa ao entendimento. No segundo discurso a *elocutio* revela períodos mais curtos e de qualidade de coesão e coerência muito maior, facilitando a assimilação das idéias. As figuras se apresentam mais ricas, ainda que comuns.



A preocupação do orador em representar a não existência de hiatos entre o campo social e o campo político é muito menor no primeiro discurso e bastante acentuada quando se dirige ao ex-governo.

Em Figueiredo prevalecem os valores de “pessoa”, de “essência”, quando engrandece a figura de Geisel, além de lugares “correlativos”, de “ordem”, de “natureza”, de “causa e efeito”, de “testemunho” e de “precedente, antecedente e conseqüente”.

Os lugares de “correlativos”, de “ordem”, de “natureza”, de “testemunho” e de “precedente, antecedente e conseqüente”, enfatizam a característica presente também em Costa e Silva. O governo passado é tomado aqui, de maneira mais veemente que nos outros discursos, como modelo a repetir, como proposta a dar continuidade. Essa característica pode ser vista como marco de conservadorismo, ainda que o clima físico, a pose do Presidente e o ritual de posse revelassem o contrário.

Figueiredo é grandiloqüente em termos de estilo. A *elocutio* apresenta-se rica em figuras e tropos e eles contribuem para engrossar o caldo mitológico defendido pelo discurso. Segundo Barthes, *a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade* (1993, p.163). O mito serve de instrumento para a inversão ideológica que o define; ele transforma a intenção histórica em natureza, a *anti-physis* em *pseudo-physis*. Ele elabora uma imagem natural do real histórico e despolitizado, inocentando as imagens através da metalinguagem *domesticada para cantar as coisas, e não mais para agi-las* (p.164).

O mito pertence à direita, à burguesia, mas omite esse nome negando o parecer burguês. A sua fala é *intransitiva, gestual, teatral* e tem como objeto conservar o mundo e não mudá-lo (p.169).

A metalinguagem de que Barthes fala, e que é instrumento da transformação do real em natural, traduz-se, para nós, na composição da *elocutio*. Quando o mito fala sobre algo, ele o despoja de sua história e dá-lhe uma versão de dominador sobre o dominado.

Em Sarney, a *elocutio* encerra o maior peso oratório. A forma de dizer é, naquela hora, mais importante do que aquilo que se tem para dizer pois, na verdade, o caminhar dos fatos já falava por si. Fadado à tautologia, no entanto, o orador transforma o discurso numa peça agradável e harmoniosa.

Impedido de traçar um roteiro discursivo semelhante aos seus antecessores por razão da gravidade do momento, o orador ornamenta-o com uma metalinguagem mágica que se



protege por trás do argumento de autoridade. *A tautologia fundamenta o mundo novo, o mundo imóvel* (Barthes, p.173).

O discurso de Sarney é quase um discurso fúnebre, um prenúncio da morte de Tancredo. O silêncio do orador significa o seu respeito pelo líder à beira da morte. Esse respeito é exatamente o pedido de aceitação do orador aos cidadãos. Carrega-se de emotividade, por razão da doença do Presidente eleito, Tancredo Neves. Sugere poesia e é sucinto. E, como analisamos anteriormente, não trabalha com os conhecidos clichês políticos de democracia, igualdade social ou participação.

Esse discurso representa uma cisão perante os discursos de posse dos governos anteriores. Vários fatores expressam essa diferença. O mais forte, no entanto, parece ser a tristeza com relação à doença de Tancredo. Outra característica indiscernível a ele é o fato de ser este o primeiro discurso civil após o fim do regime militar.

O mito é expresso em Sarney naquilo que o discurso deixa de dizer, naquilo que apenas intui pela construção da *elocutio* formulada a partir de lugares como o do irreparável, do sacrifício, da pessoa e do novo.

Collor inaugura, em primeiro lugar, a nova estética de uma época, a começar por sua postura física, seus gestos interpelativos, até o uso de termos que despertavam o espectador de sua passividade naturalmente condicionada pela tradição política anterior.

Alusões a Deus, aos valores religiosos, à fé popular, são estratégias retóricas das quais o orador lança mão no momento oportuno, a fim de conseguir manter a adesão popular que as urnas lhe atribuíram.

Além disso, o tom imperativo de suas afirmações, aliado a uma maestria quanto à atualidade dos termos, confere ao discurso um paternalismo diferente daquele veiculado pelos militares. Collor convence o espectador ou leitor por ser um governante diferente: jovem, espirituoso e moderno em seu discurso. Ao mesmo tempo se mostra consciente com relação à tradição política presente em sua família.

Casadas todas essas qualidades ideais, que em muito aparentam diferir dos governos anteriores, o orador lança seu apelo. A aceitação dos leitores é a prova de confiança de que o orador necessita.

Bellenger afirma: *a miséria psicológica das massas tem como remédio o chefe, sob a condição que ele afaste o perigo do pânico*. Utilitário do mito do chefe ou do pai, o governante é um condutor de multidões, e por isso, foge às normas, apresenta-se como um estrategista nato, que pensa



conduzir, mas que está, ele também, hipnotizado pela idéia, pela missão que defende cegamente. O condutor *transporta a multidão de um universo de razão para um universo de imaginação, onde o grande poderio das idéias desperta recordações em cascata, inspira sentimentos fortes*. A resposta das multidões é a submissão voluntária a esse prestígio (1987, p.57 ss.).

O cerne da mensagem que Collor traz resume-se, principalmente, a dois termos em princípio opostos: juventude e experiência, aliados ao fato de peso inconfundível: a sua escolha pelo voto direto. O texto quer fazer crer ao leitor que a experiência e a juventude, substantivos que se completam e se compensam, compreendem o todo de que ele necessita lançar mão no momento. Esses substantivos se abrandam à medida que a negatividade de um se equilibra pela positividade do outro.

A *inventio* é composta, primordialmente, a partir de lugares duais, como o de “comparação entre fato passado e fato futuro”, de “contrários”, de “argumentos de acusação e defesa”. A incidência das dualidades é tão freqüente que nos leva a concluir que, de maneira geral, o discurso de Collor busca unir opostos, amenizar diferenças, acobertar certos hiatos. Ele é utilitário daquela característica por nós abordada em Figueiredo: a teatralidade mítica. E o momento de Collor é ainda mais propício de que o de Figueiredo. Sobre Collor o país coloca a esperança de melhoria de vida, condicionada pelas mudanças de regimes.

O orador constrói o mito pela metalinguagem, através de um ritual conduzido sob a lógica da organização e do paternalismo. Sob suas linhas se lê: Eu sei o que é melhor para o país no momento, e assim o farei. Valoriza-se nesse momento, muito mais o porta-voz do que o indivíduo orador. A suposta transparência a que o orador se expõe age como algo *capaz de repor o circuito dos trânsitos institucionais interrompidos pela situação de ditadura* (Barreira, p.124).

As escolhas morfológicas e semânticas constituem-se num recurso dessa teatralidade mítica, por isso a *elocutio* se apresenta de forma variada e repleta de valores de estilo.

Na citação de Barthes adiante, ele expressa o seu impasse ante à vontade de escrever a um amigo que acabara de perder um ente querido. Seu primeiro ímpeto é escrever apenas a palavra *condolências*, uma vez que ela é exatamente o resumo do que sente naquele momento. Mas, se o fizesse, ele não estaria transmitindo o calor de seus sentimentos e sim uma mensagem fria. *Como minha carta de pêsames, todo escrito só se torna obra quando pode variar em certas condições, uma primeira mensagem* (1970, p. 19ss.).



Essas condições de variações são o ser da literatura e só podem ter relação com a originalidade da segunda mensagem, que é o fundamento da literatura. A originalidade é também o preço que se paga pela esperança de ser bem acolhido por quem nos lê.

As várias escolas literárias têm o papel de fixar, ao longo do tempo, uma zona vigiada para a comunicação literária, a qual tem como fronteiras uma linguagem variada e um corpo de figuras previamente reconhecido. Barthes chama essa zona vital de retórica, cujas funções são evitar que a literatura se transforme em *signo da banalidade* e em *signo da originalidade*. A retórica não se liga apenas a toda literatura, mas a toda comunicação quando quer *fazer entender ao outro que o reconhecemos: a retórica é a dimensão amorosa da escritura* (1970, p. 21).

Essa afetividade de que fala Barthes, e que está presente na literatura, é o partido que o orador, no caso dos discursos políticos de posse, toma ao escrever. É a afetividade, paixão pelo partido que o orador defende, que o motiva a produzir a segunda linguagem, a metalinguagem, e que se guia por força da retórica.

O desafio maior que nos motivou a iniciar esse trabalho de análise foi exatamente o de acreditar na literariedade dos discursos políticos de posse. Vemo-los como peças literárias cuja função retórica ou persuasiva se apresenta como matéria essencial de sua *inventio*.

Este epílogo tem a intenção de mostrar que a conclusão deste trabalho mergulha na retomada de alguns pontos de análise desenvolvidos ao longo do texto e serve a ele, ao mesmo tempo, como arremate.

Faz parte de nossa análise concluir que as estruturas semânticas e mesmo sintáticas evoluíram com os tempos ou com os regimes. Mudanças no uso de adjetivos: os militares trabalhavam com adjetivos polissílabos, em sua maioria, geralmente ligados a valores concretos, o que era fator caracterizador do discurso conservador. Verificamos essas características nos seus discursos.

Em Sarney, os adjetivos são escassos, quase inexistentes. Em Collor, eles não aparecem com abundância durante o texto mas, quando os encontramos, eles, dificilmente, contêm menos que três sílabas, exatamente como acontece com os discursos de posse dos militares por nós analisados. A diferença entre o emprego desses adjetivos nos dois tipos de discursos é que em Castello Branco e Geisel, por exemplo, os adjetivos, como dissemos, faziam-se acompanhar de valores concretos e, em Collor, eles se ligam, em sua maioria, a valores abstratos.



Quando menciona valores concretos, no entanto, Collor utiliza termos especiais, de um vocabulário novo, inusitado, o que torna mais viva a imagem do que evoca.

Em Costa e Silva os adjetivos se equilibram entre substantivos concretos e abstratos. Em Figueiredo, os adjetivos revelam um amaciamento discursivo pela tendência em atribuir qualidades a valores que, em sua maioria, são abstratos.

A essência da persuasão de multidões, afirma Bellenger, está ligada a um *mecanismo do inconsciente* que é mais forte que as ideologias e crenças, porque relaciona-se com as duas libidos: a libido erótica e a libido narcísica. A primeira fase da sociabilidade é motivada pela libido erótica, enquanto a libido narcísica compreende a segunda fase de identificação buscada por alguém. *Amor e identificação; ter e ser; Eros e Mimesis*, que na multidão promovem um retorno, devido à sugestão, a uma fase mais primitiva da vida psíquica (1987, p.59).

Dirigir-se à afetividade de seu público é, portanto, uma estratégia política de sucesso. O apelo aos *pathos* pode ser verificado em todos os discursos, mas destacamos a sua exploração nos discursos de posse dos Presidentes Castello Branco, Geisel, Sarney e Collor.

Os dois primeiros trabalham-na através de um paternalismo mais sisudo, assim como faziam os pais de épocas anteriores em relação à educação de seus filhos. A resposta da população era a aceitação baseada na necessidade básica de segurança, inerente ao ser humano.

Em Sarney, a afetividade já está desperta em seu público. Ele só faz conduzi-lo pela mão da esperança na recuperação da saúde de Tancredo Neves. O tom poético é o seu meio de completar o ato de persuasão presente no texto.

Collor consegue trabalhar esse *mecanismo inconsciente* sobre o qual aborda Bellenger, de forma a atingir a multidão de eleitores nas suas duas libidos. Sua imagem de jovem apresentável por nós analisada funciona como um antídoto primeiro, um soro inicial que fortalece a *identificação*, segunda fase do despertar da libido. Essa idéia reforça a constatação do primado do psíquico e das forças que a afetividade inconsciente podem conter dentro da comunicação de massa (Bellenger, 1987, p.56).

Resta ao orador, libertadas tais forças inconscientes, conduzir a multidão através de frases de caráter geral, vazias de engajamento e previamente escolhidas a fim de provocarem o chamado *fenômeno de aquário* (Bellenger, 1987, p.61), ou seja, uma reunião de frases bonitas e bem construídas que facilitarão, por meio do anestesiamento que provocam, a administração das informações principais do orador.



Podemos verificar dentro da trajetória de discursos aqui analisados que um fator primordial de mudança, de desenvolvimento entre eles, medindo-os pela sua ordem crescente de tempo, é a atualidade de seus temas.

Os novos discursos políticos têm a função de reciclar as idéias dos discursos anteriores, atualizar as opiniões, como numa vitrine de *shopping-center*, sempre modernizada para não cansar os olhos dos transeuntes. A persuasão, portanto, opera como reciclagem de opiniões.

Vimos pela teoria tão bem conduzida de Perelman o que a prática da análise dos discursos comprova: *Na verdade, existe uma vontade de tutela, todos querem alguém que cuide de nós*. Ao dizer algo como *eu farei por vocês o que é melhor para vocês*, Collor agia *como os pais fazem aos filhos* (Polli, 03.09.92).

Este tipo de fenômeno comumente ocorre em meio a populações carentes, maltratadas, onde a idéia de coletividade inexiste na decisão do voto. O grande descaso dos poderes públicos já faz parte da história brasileira, por isso as pessoas não se sentem também consideradas e respeitadas. Daí o ímpeto que expressamos em procurar uma saída para os nossos problemas mais imediatos e particulares.

Não há como delinear, portanto, uma linha demarcatória entre um período e outro, em termos de discurso. Onde termina o autoritarismo brasileiro? Onde se inicia o processo democrático? Considerando que a montagem do discurso político associa o condicionamento psicolingüístico aos estratagemas abordados durante este trabalho, o que vemos acontecer é um direcionamento das massas, uma readaptação de antigas maneiras de se governar orientados pelas tendências de identificação do momento vivido por aquela população.

De Castello Branco e Geisel, símbolos da polícia armada, havia, por parte do público, somente a expectativa da força e não do diálogo. Por isso seus discursos são empedernidos e áridos, ainda que em Geisel podemos verificar uma ligeira mudança discursiva, como analisamos anteriormente.

Sarney nos brinda com o seu quinhão de poeta, mas na essência, ele também devolve à população o que ela queria: a esperança de ter Tancredo em seu lugar. E o seu discurso de posse trabalha basicamente essa esperança.

Geisel e Figueiredo deram início ao processo de transição de regimes, ou seja, iniciaram o processo de *distensão* e de *política de abertura*, respectivamente, por uma única razão: a economia, após o período do milagre econômico de 1968 a 1974 começava a perder terreno e entrar numa profunda depressão.



Collor, através de uma linguagem atualizada promove no leitor um retorno à casa paterna, acolhe os eleitores com o respeito que não existia no discurso militar. É soporífero em suas longas linhas e diferencia-se dos discursos anteriores pela atualidade e pela promessa de um respeito há muito almejado pelos brasileiros.

Os discursos de posse dos presidentes brasileiros têm um grande papel motivacional dentro da história do País. Eles são responsáveis pela tentativa de reacender a chama em todo recomeço de mandato. Talvez por ser a nossa uma nação jovem e muito carente cultural e institucionalmente, os discursos de posse aqui funcionem com uma importância muitas vezes superior ao racionalismo das eleições. Em outras palavras, nas vezes em que teve a oportunidade de escolher seus Presidentes, a população não se mostrou tão motivada a fazê-lo, revelando até um certo desprezo pela adesão à política. Depois de determinados os nomes sucessórios, no entanto, os discursos de posse é que foram uma das válvulas mestras do levante do País.

Se há implicações sociológicas para esse comportamento, aqui não nos cabe analisá-las. O que nos prende o interesse é o valor que a palavra inaugural de um Presidente pôde e pode despertar na população de um país inteiro. Em todos os discursos de posse havia uma característica oportuna para ser explorada no momento, como força de palavra. E a maioria dos presidentes soube utilizá-las muito bem.

Sarney sabia, por exemplo, que o momento de sua posse era digno de silêncio e, sendo um homem das letras, soube calar-se.

A modernidade literária caracteriza-se pela apropriação, por parte da literatura, de linguagens variadas do cotidiano. Sem se enrubescer, a literatura apodera-se da linguagem jornalística, da linguagem informal das ruas, da linguagem burocrática, etc., criando para si um espaço novo a partir do qual elas podem ser relidas (Sant' Anna, 2001, p.66).

Delimitando a trajetória de nossa análise dos textos de posse, temos que os sete textos analisados percorrem um período de 27 anos de pronunciamentos de posse e englobam a transição do regime militar para o regime democrático. Para a surpresa da constatação, os textos apresentam muito poucas alterações ao longo do tempo e dos regimes.

No que diz respeito ao uso dos valores abstratos e concretos, por exemplo, vemos que há uma tendência para o uso dos valores concretos no primeiro discurso dirigido ao povo, e de



valores abstratos, no segundo, dirigido ao Congresso Nacional. Os períodos são relativamente curtos e não existe abuso quanto à adjetivação.

Em Costa e Silva há predominância de valores abstratos sobre os concretos, da mesma forma como ocorre em Médici, o que já se denuncia a partir do título dado a seu discurso de posse. O uso dos termos abstratos permanece em Geisel. Os períodos, agora, são mais extensos que nos discursos anteriores e há uma ênfase maior sobre a adjetivação.

Na tarefa de fazer crer, os oradores dos discursos de posse apoderam-se de outros discursos, utilizando-se de elementos lingüísticos que provocam certo desvio do *objeto aparente* e que conduzem o público a um *objeto real, porém escondido* (Barros & Fiorin, 1999, p.46), como podemos perceber no discurso do soldado, presente nos textos dos presidentes militares.

Num primeiro plano enfoca-se a ação militar, o uso da força como solução para os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil. Num segundo plano, porém, a estrutura revelada esconde a essência do eu presidencial. Fala-se do movimento, dos ideais da revolução, vários termos bélicos são usados e várias estruturas são agrupadas em torno dos “lugares”, mas, em última análise, o *referente profundo* absorvido inconscientemente pelo destinatário é a individualidade presidencial (Barros & Fiorin, 1999, p. 46). Trata-se de um discurso unívoco, totalitário, cuja linguagem pretende demonstrar uma harmonia entre a classe militar e desta com o povo, provocando uma ilusão que se materializa através do vocabulário próprio do soldado. O político e o soldado se irmanam no discurso militar, sugerindo que o uso da força trará melhores dias aos brasileiros.

O apoio que os militares conseguem entre os vários setores da sociedade, como a igreja e boa parte da classe média, é decisivo para determinar a queda da política populista anteriormente vigente (Forget, 1994, p.63).

O discurso serve-se, para isso, de formas cujos efeitos de sentido traduzem uma batalha, expressa através da adjetivação abstrata e hiperbólica e, algumas vezes, da metáfora, mas sempre baseada no princípio da antítese ou da exclusão do adversário: *Um sopro de modernização e dinamismo anima arrebatador o povo brasileiro, certo este de que superará, por seu esforço próprio, incansável, por seu patriotismo muitas vezes comprovado e pelo trabalho dignificante e germinador, os desafios da hora presente, as insatisfações que ainda o assaltam, as frustrações que ainda restam do passado.*

Nesse processo de elaboração do real, certos substantivos perdem seus significados originais e são reforçados por processos de adjetivação esvaziadores de seus significados, como é o caso da noção de liberdade transmutada pelo discurso de Médici: *Naturalmente, esse*

entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem. Na medida em que os estudantes, os políticos, os operários, os jornalistas e os religiosos conseguirem livrar-se dessas manipulações e manobras, assegurando autenticidade às manifestações de sua vida institucional, estarão conquistando a própria liberdade que — é bom deixar esclarecido — não cabe ao Governo outorgar, mas, apenas, reconhecer. Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia de meu governo. Mas não me deixarei iludir, nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade.

A presença do soldado é latente em todos os discursos militares. E o que dizer dos discursos civis? Seus oradores se apoderam de algum discurso alheio, ou falam com originalidade, com significação própria?

Sarney, à sombra da figura de Tancredo Neves, inicia o discurso como poeta. Todos sabem que essa é uma de suas atribuições, mas o orador apodera-se de um discurso outro para atribuir significância ao seu discurso de presidente eleito.

Em Collor entrecruzam-se várias vozes diferentes da voz do político, do presidente eleito. Uma combinação do discurso do biólogo, do agricultor, do economista, etc., como nos seguintes exemplos: *A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva./ Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa ao confundir o conflito social legítimo — inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é — com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.*

Essa polifonia de vozes nos textos de posse é responsável por reforçar a autoridade, a verticalidade da imagem presidencial. Trata-se de uma estratégia de *marketing* que, no fundo, demonstra ao público que a pessoa do presidente possui um trânsito superior ao de simples político.

A fuga para o campo da linguagem figurada, da metáfora pode expressar, nestes casos, um certo desconforto no uso da pura linguagem política. O orador tenta desviar o imaginário coletivo para um contexto ilusório de batalha, de cultivo, etc, que revela um fortalecimento de sua imagem (Barros & Fiorin, 1999, p.48).



Desvendar a trama da polifonia existente num discurso significa detectar a ilusão referencial que as relações de intertextualidade podem proporcionar a esse texto. Pela intertextualidade percebemos a incorporação de um texto em outro ou outros, a fim de produzir o sentido incorporado, ou a fim de transformá-lo. Podemos perceber entre os discursos do período militar uma homogeneidade de tratamento quanto à noção de revolução ou à idéia de segurança nacional e de desenvolvimento, por exemplo.

Tal homogeneidade revela uma malha intertextual que se fabrica a partir da situação sócio-política e econômica brasileira em vigor nos anos 60. *A existência de uma elite de tecnocratas no Brasil pode ser detectada bem antes de 1964: antes do golpe de Estado são eles que encarnam a reação burguesa contra a crescente influência das forças populares. Sob a gestão de Kubitschek, formam uma verdadeira administração paralela. A associação dos militares e tecnocratas após 1964 se faz a partir de uma maximização do desempenho econômico e da centralização da tomada de decisão dentro do aparelho estatal* (Forget, 1994, p.66). Desenvolver o país economicamente e manter a segurança nacional passam a significar dois pontos de argumentação comuns aos discursos de posse dos militares, além de sintetizarem os principais objetivos desses governos.

Aproximando os sete textos pelas subdivisões das diferentes partes do discurso segundo Aristóteles, constatamos que o exórdio caracteriza-se, marcadamente, pela valorização do governante anterior e pela ênfase em haver sido escolhido para o cargo da presidência. As únicas exceções a essa afirmação estão em Castello Branco e em Collor. No primeiro, por não haver referência a governos anteriores, o que se entende pela oposição ao regime que o precedia. Em Collor, as cisões políticas marcariam sua objeção em se referir ao governo de Sarney. A segunda constatação, no entanto, a valorização da escolha como presidente eleito, é também matéria do exórdio em Collor.

Analisando a segunda subdivisão das partes do discurso, a *propositio*, temos uma composição textual baseada no sacrifício, nos textos de Castello Branco e Geisel. Costa e Silva utiliza a *propositio* para continuar a engrandecer a figura do ex-presidente. Sarney, revelando esse mesmo receio de exposição, volta-se, ainda na *propositio*, para a reiteração da idéia de ser apenas um substituto temporário no cargo.

O próximo item, por nós intitulado como *argumentatio*, *partitio* ou *narratio*, revela uma progressão gradual ao se permitir exteriorizar objetivos, metas governamentais. Em Castello Branco esse item fixa o significado da *revolução* e essa característica passará a se tornar uma tendência nos textos de Costa e Silva, Médici e Geisel. A partir de Figueiredo temos um



desenvolvimento argumentativo que se preocupa em desenvolver os pontos apresentados na *propositio*, sem receio de comprometer-se, ao se abrir mais que os outros governos. Collor é o presidente que melhor encarna essa característica. Ainda que a evolução temporal tenha facilitado a abertura dos regimes, cumpre avaliar que esse processo se inicia por reivindicação do público e que tem suas primeiras manifestações no governo de Ernesto Geisel.

Analisando os textos pela subdivisão da *refutatio* constatamos que os inimigos governamentais se alteram com o decorrer do tempo. Durante os quatro primeiros discursos podemos identificá-los como sendo os agentes reacionários, contra os quais a violência era usada como resposta e como forma de combate. Esse aspecto discursivo faz-se muito claro no discurso de Médici, mas está presente também em Castello Branco, Costa e Silva e Geisel. Figueiredo e Sarney não apresentam tal subdivisão. Em Collor, o chamado inimigo, toma a roupagem da classe na qual o seu governo não é aceito. O objetivo de modernização é a arma, é o argumento mais forte na luta contra essa classe. A força física transmuta-se em força argumentativa.

Essa evolução das atitudes semânticas revela uma rede de intertextualidade entre os discursos presidenciais de posse. Collor é, definitivamente, o político ligado ao *marketing*. A retórica coroa-se nas linhas de seu discurso, que convence à medida que oculta a força bruta e ganha aceitação do público pelo argumento do novo, da renovação.

Percorrendo a subdivisão intitulada *conclusio*, percebemos uma tendência dos oradores em reiterar o seu preparo para o cargo. Assim acontece com Castello Branco e Costa e Silva e se repete em Collor. Em Médici e Geisel essa tendência toma o rumo da ameaça e a *conclusio*, nestes discursos, vem como a última mensagem a favor da contenção das manifestações de oposição.

Figueiredo conclui seu discurso da maneira mais despojada possível. Dirige-se ao jovem com o objetivo de se juntar a ele, e não de ignorá-lo, como nos discursos anteriores. Os advérbios com os quais inicia as frases revelam posições opostas às atitudes mais comuns aos governos militares e denotam um dinamismo que já se fazia necessário: *rápida, simples e preocupada com o bem comum*. O advérbio *vigilante* refere-se, agora, à *ordem* e também aos *direitos das pessoas e da sociedade*.

É certo que as mudanças discursivas estão, em Figueiredo, ainda em andamento, mas notamos que a força coerciva perde terreno para ceder lugar a termos brandos como: *prudente e serena*, quando se refere ao uso da força.



O conceito de intertextualidade concerne ao processo de construção, reprodução ou transformação do sentido (Barros & Fiorin, 1999, p.29) e pode se dar através de três variações: pela citação, pela alusão e pela estilização. *A citação ocorre quando um discurso repete idéias, isto é, percursos temáticos e/ou figurativos de outros* (Barros & Fiorin, p. 32).

O caminho comparativo até aqui traçado entre os textos de posse esboça algumas tendências discursivas que se repetem, e outras que se transformam, entre as falas dos oradores ao longo de 27 anos de governos. Destacamos entre elas a ênfase nos percursos temáticos de moralização, de manutenção da ordem e de modernização.

À medida que os discursos aqui analisados determinam a distância e a oposição em relação aos discursos de seus adversários, como vimos quando da análise da *refutatio*, eles demarcam, por meio de variados recursos, a sua identidade com relação aos discursos que os antecedem. E, ainda que pertencentes a diferentes regimes de governo, guardam entre si, relações de interdiscursividade.

O corte temporal, por nós estabelecido sobre os discursos de posse, revela a progressão de uma narrativa modelar que se adapta à evolução dos tempos e das mentalidades à medida que esses fatores, em conjunto com as técnicas retóricas das quais os discursos lançam mão, contribuem para alcançar o seu objetivo primeiro: a persuasão.

Como peças literárias nós os vemos, como metáforas da história na sua missão de transportar para o ser o que somente seria possível encontrar no fazer.

Por fim, o testemunho daquele orador que, dentro deste trabalho, resume a fusão dos da literatura e da política, José Sarney: *Que incompatibilidade tem a política com a literatura? São dois rios, duas faces, dois mundos não antagônicos. Um, o mundo pragmático, da realidade, do cimento. Outro, do abstrato, da criação, da cor, dos sons, da palavra. Mas política "tem muito de realidade e de sonho" e acrescento: de ficção* (Discurso de posse da ABL).



DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES BRASILEIROS: 1964 - 1990

1964 Castello Branco	1967 Costa e Silva	1969 E. G. Médici	1974 Ernesto Geisel	1979 J. B. Figueiredo	1984 José Sarney	1990 Fernando Collor
A 11 DE ABRIL <i>Através do rádio e da TV, saudando o povo brasileiro, após ter sido eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional.</i> B 15 DE ABRIL <i>Perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo de Presidente da República.</i>	15 DE MARÇO <i>Discurso proferido no Palácio do Planalto, em Brasília, a 15 de março de 1967, depois de receber a faixa presidencial das mãos do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.</i>	7 DE OUTUBRO <i>O JOGO DA VERDADE. Mensagem lida no rádio e na televisão a 7 de outubro de 1969.</i>	A 15 DE JANEIRO <i>Saudação ao povo brasileiro, pela televisão, após a decisão do Colégio Eleitoral.</i> B 15 MARÇO <i>Discurso proferido na transmissão do poder, no Palácio do Planalto</i>	15 DE MARÇO <i>Discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do Presidente Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto.</i>	15 DE MARÇO DISCURSO INAUGURAL, PALÁCIO DO PLANALTO. <i>Ao empossar o Ministério, em nome de Tancredo Neves, o Presidente em exercício reafirma o compromisso das mudanças e transformações.</i>	15 DE MARÇO <i>O PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL.</i> <i>Discurso pronunciado por Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no Congresso Nacional.</i>

EXÓRDIO

A Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores de Estado. B Na singular significação desta solenidade cívica e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas	É com grave emoção que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República. Tenho consciência nítida e profunda da significação deste ato e deste momento. Para eles vêm confluir as esperanças e as incertezas, as aspirações e as realidades de um povo simples e bom, sofredor e paciente, tocado do sentimento	Recebo a indicação do meu nome para a Presidência da República consciente da responsabilidade excepcional dessa missão que me foi imposta pelo consenso das Forças Armadas e tomada irrecusável pelo confiante acolhimento da Nação. Fiz tudo o que estava ao meu alcance para que meu nome não fosse cogitado. Não consegui, porém, demover meus pares, que tomaram a seu cargo a tarefa de resolver o problema sucessório, nem mesmo os três	A Brasileiros, Ao ser eleito para o exercício da Presidência da República no próximo período governamental, pelo voto de expressiva maioria dos representantes do povo brasileiro que integram o colégio eleitoral, hoje reunido aqui em Brasília, segundo o legítimo processo de eleição indireta — que a Constituição Federal, em sua alta sabedoria, instituiu — sejam minhas primeiras palavras, as de uma	Os passos de Vossa Excelência, eu os acompanhei em toda a minha vida. Para mim, Ernesto Geisel foi exemplo de virtudes militares e cívicas a seguir e emular. Deus me premiou ao fazer-me receber esta faixa, insígnia da mais alta magistratura de nossa Pátria, das mãos honradas de Vossa Excelência. O elogio de seu governo, melhor do que eu, toda a Nação o faz. Toda a Nação aí está para dar testemunho da história real dos cinco anos que hoje	Estou com os olhos de ontem. E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota. O Deus de minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades	Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo. Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem. Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da nação brasileira. Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia. A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior
---	---	---	--	--	--	---

esperanças, desejo assegurar que o juramento agora proferido perante os augustos representantes da Nação encerra muito mais do que a fórmula ritual: contém a reiteração de sentimentos e ideais que nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude.	caloroso da terra em que nasceu e da sua vocação para a grandeza.	Ministros Militares foram sensíveis ao meu apelo. Não valeram e nem foram consideradas as razões que me levaram a declarar, mais de uma vez, meu veemente desejo de não ocupar tão elevado cargo. Há 45 anos sirvo ao exército e a ele, somente a ele e à Nação, consagrei todo o meu preparo profissional	mensagem cordial, impregnada de verdade e franqueza, à Nação. B Exmo. Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici. Ao receber das mãos dignas de V. Exa. esta simbólica faixa presidencial, sinto-me duplamente honrado, não só pela insigne distinção que me é conferida, de exercer a suprema magistratura da Nação, mas ainda por me caber prosseguir a notável obra de governo que V. Exa., com aplauso geral dos brasileiros, vem de realizar nestes últimos quatro anos portentosos.	se encerram. Como seu antigo ministro, tudo o que diga será pouco. Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do bem da Nação e do Povo. Vi quando mudou convicções amadurecidas, diante de soluções mais adequadas. Vi quando – entre tantas propostas conflitantes – ousou escolher a melhor, ainda que a menos popular. Vi a serena e patriótica lucidez de Vossa Excelência quando – a despeito de duras crises, no âmbito nacional e internacional – soube conduzir o País a um real progresso social e político. E peço a Deus que, ao sair deste Palácio, daqui a seis anos, tenha eu percorrido o caminho exemplar de Vossa Excelência: caminho que é a própria História da nossa Pátria. Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos:	perante esta Nação e sua história.	Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional. Meu respeito, e minha consideração a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia. Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso. Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.
---	--	---	--	---	---	---



Dos cargos e funções públicas, poucos serão tão nobilitantes quanto aquele que é o próprio símbolo da continuidade constitucional.

Ser Vice-Presidente da República – como tão bem demonstrou Vossa Excelência – é um constante exercício de humildade, modéstia e confiabilidade. A um passo do Poder, cabe-lhe, sobretudo, estar pronto a servir.

Ao deixar a Vice-Presidência, sai Vossa Excelência cercado do respeito dos brasileiros e agasalhado na estima de todos, que tanto o apreciamos.

Excelentíssimo

Senhor

General-de-Exército

Alfredo Stroessner,

Presidente da

República do

Paraguai,

Excelentíssimo

Senhor

General-de-Divisão

David Padilha

Arancibia,

Presidente da

República da Bolívia,

Excelentíssimo

Senhor

Doutor Carlos

Alberto da Mota

Pinho,

Primeiro-Ministro da

República

				Portuguesa, Excelentíssimo Senhor Doutor Henck Alphonsus Arron, Ministro-Presidente e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros da República do Suriname, Excelentíssimas Senhoras e Senhores, Chefes e Membros das Missões Especiais que aqui vieram para assistir à minha posse: Honra-me especialmente a presença, nesta cerimônia, dos altos Representantes de um número tão expressivo de nações, com as quais mantém o Brasil as melhores relações de amizade e de cooperação. A inalterável tradição de convivência harmoniosa, que caracteriza a diplomacia brasileira, inspira-me a reafirmar, neste momento, o roteiro proposto pelo Barão do Rio Branco, no começo do século, para a política externa brasileira. O Brasil do futuro, disse ele, há de continuar invariavelmente a confiar, acima de	
--	--	--	--	--	--



				tudo, na força do Direito e no bom senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos. Saúdo, com fraterno sentimento, os representantes das Nações de nossa comunidade latino-americana. Ao expressar o apreço pela presença de Vossas Excelências, ressalto a convicção de que os laços que nos unem serão ainda mais reforçados e enriquecidos. Vejo com satisfação a presença dos representantes de nações que, como o Brasil, se empenham na luta pela superação do subdesenvolvimento e pela construção de uma sociedade justa, nos planos nacional e internacional. Rogo que levem de volta a seus povos, na América Latina, África e Ásia, a expressão da solidariedade, em tão nobre causa, do Governo e do povo brasileiros. Recebo com especial contentamento a		
--	--	--	--	---	--	--



presença de representantes de nações africanas de recente independência. Toca-me profundamente o significado histórico de tal fato. Considero-o marco importante de um relacionamento, cujas perspectivas são tão amplas quanto entrelaçadas nossas raízes étnicas, lingüísticas e culturais.

Aos Senhores representantes de todas as nações irmãs da África, transmito a certeza do continuado apoio do Brasil às aspirações do povo daquele Continente.

Aos países desenvolvidos da Europa Ocidental, das Américas e do Pacífico, aos quais nos ligam um precioso acervo de laços históricos e tantas identidades culturais, desejo expressar o constante empenho do Brasil numa aproximação crescente, para ainda maior benefício de nossos povos, e engrandecimento dos valores comuns.

Às Nações com sistemas diferentes do nosso, reitero a



				disposição de manter um relacionamento profícuo e dinâmico. Desejamos aproveitar construtivamente todas as oportunidades de cooperação, com resguardo das singularidades sociais e políticas, na esperança de um caminho de paz. Senhoras e Senhores: de regresso a seus países, a todos peço transmitir a seus governos a afirmação de que o Brasil será sempre um interlocutor amistoso, um parceiro leal. A mensagem deste Brasil generoso e hospitaleiro – que peço levar de volta a seus povos – é de otimismo e confiança em nosso futuro comum. Os meus votos pessoais são de prosperidade e de paz. Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. Excelentíssimo Senhor Senador Luiz Vianna Filho, Presidente do Senado. Excelentíssimo Senhor Deputado	
--	--	--	--	--	--

				Homero Santos, Presidente em Exercício da Câmara dos Deputados. Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Excelentíssimos Senhores Ministros do Estado do Governo Geisel, Meus Ministros de Estado, Minhas Senhoras, meus Senhores: Para o Vice-Presidente Aureliano Chaves e para mim, as palavras do nosso juramento, perante o Congresso Nacional, não são expressões rituais ou protocolares. São o penhor de dedicarmos ao bem do povo brasileiro todas as nossas forças, todo o nosso caráter. Nele empenhamos honra e vida.		
--	--	--	--	---	--	--

PROPOSITIO

A O calor da opinião pública, através de autênticas manifestações populares e de numerosas entidades de classe, estimulou-me a essa atitude. B	Quem deixa um cargo desta altitude, nas condições em que Vossa Excelência o faz, não leva, apenas, a tranquilidade de uma consciência alta e	A Revolução de Março de 1964 deu um novo destino ao Brasil, e sua obra, começada com o Marechal Castelo Branco – de saudosa memória – não pôde ser concluída pelo Marechal Costa e	A Declaro-me, desde logo, seu servidor número um, em termos de responsabilidade tão ampla quanto árdua que, em plena consciência, assumo.	Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu	Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a	Senhores Membros do Congresso Nacional, É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no
--	---	---	---	--	---	---



Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País. Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição	límpida, que se empenhou, dia por dia, no cumprimento dos deveres mais áspers, que jamais pesaram sobre o espírito e o coração de um homem de Estado, em tempos dos mais tormentosos da vida nacional; deixa também, como sinal de sua passagem, um traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo. Em verdade, o Governo de Vossa Excelência constitui-se em diretriz de decisão, de firmeza e constância numa hora espessa, de inquietudes, incertezas e vacilações; lição de austeridade e espírito público, exemplo de coragem e honradez. Eis aí virtudes que me parecem pertencer à própria essência do exercício do cargo que Vossa Excelência ilustrou tão vivamente.	Silva, infelizmente enfermo e incapacitado para o cargo. Cabe-me, portanto, por imposição de meus pares prosseguir no rumo traçado por esses dois eminentes brasileiros. O meu Governo vai iniciar-se numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não podemos negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram ou que dela decorrem. E estou disposto a pô-las em prática. Desse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não	Repetindo o pronunciamento anterior, em Deus que tudo pode, espero humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em mim depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças e reafirmo que não tenho quaisquer compromissos de ordem pessoal - meus deveres são todos com a Nação, e meu Governo prosseguirá na diretriz que norteia a Revolução de 64. À missão recebida dedicarei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, não permitindo que dela me desviem impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou do coração.	tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel.	quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, desejo e vontade do povo brasileiro.	mundo contemporâneo.
---	--	--	--	---	--	----------------------

de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. Sustentarei com todas as forças, a união e a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais. Não, apenas, a herança admirável da unidade nacional, mas a concórdia de todos os brasileiros. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção.		poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim, uma tarefa global da Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as classes e regiões. Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais.			
--	--	--	--	--	--

ARGUMENTATIO, PARTITIO OU NARRATIO

A Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social. Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento de	<i>(após a refutatio)</i> Senti, acima de tudo, as dificuldades ingentes que as dimensões extraordinárias do nosso País levantam a qualquer ação do administrador. Posso afirmar que assisti, ao desdobrar-se dos fatos mais penosos de um governo, que, sendo inicialmente de preparação, conseguiu ser muito mais do que isso e muito realizou. Nele tomei parte ao lado de Vossa	É preciso ficar claro que não vamos restabelecer as instituições que nos levaram à crise de 1964. Jamais voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações de cúpula. Nem àqueles desregrados impulsos de desenvolvimento, mais intuitivos que racionais, e que acabaram na torrente inflacionária. Temos viva a lembrança de que, por efeito daquele sistema, foram-se distinguindo, no País,	A Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior. Votado ao entendimento das aspirações do povo em geral, excluído o domínio de interesse de indivíduos, grupos, classes ou regiões,	Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade. Reafirmo: sustentarei a independência dos poderes do Estado e sua harmonia, fortalecendo para que atinja sua	Os nossos compromissos, meus e dos senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso comandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.	Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, tratamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos. Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade <i>cívica</i>, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa ao confundir o conflito social legítimo – inevitável na sociedade moderna,
---	---	---	--	---	---	--



gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual. B A independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional. Todas as nações amigas contarão com a lealdade dos brasileiros, que honrarão os tratados e pactos celebrados. Todas as nações democráticas e livres serão os nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. As históricas alianças que nos ligam às nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas. Respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos nossos negócios internos e exigiremos igual	Excelência. Foi uma das fases mais dificultosas do nosso regime republicano, em que o Governo teve de desdobrar-se entre as imposições imperativas da ordem e da autoridade, sem deixar de acudir aos anseios de liberdade e, de mistura com eles, enfrentar incompreensões, a má-fé e a cobiça do poder.	uma minoria integrada nas instituições e uma grande maioria marginalizada. Com o tempo, passamos a enfrentar o risco de uma cisão interna, chegando ao ponto que obrigou as Forças Armadas a intervirem para salvar a unidade nacional, evitando a desagregação e o caos. Desse modo, as instituições não foram assaltadas pelos militares, como pretendem apregoar os inimigos da Revolução, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, no auge da crise, que ameaçou cindir a Nação, entre uma minoria com participação na ordem econômica e política e, de outro lado, uma maioria não dispondo de qualquer renda e, conseqüentemente, sem meios práticos de poder exercer ou exigir os seus próprios direitos, vivendo em condições que, como observou o Papa Paulo VI, na sua histórica visita ao nosso Continente, não se coadunam com a dignidade espiritual do homem.	entendo que das mesmas qualidades de um governante é saber dizer "não" a proposições que lhe pareçam intempestivas ou que, em justa análise, se lhe afigurem ilegítimas. Dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida, para exame imparcial e sereno da verdade que contenham. Espero que confiem, não só em mim, mas também nos que escolherei para auxiliar-me diretamente na pesada tarefa governamental que se me depara, em continuação à extraordinária obra que, há um decênio, se vem realizando neste país, sem desfalecimentos, nem pausas, muito menos irreparáveis retrocessos. Graças, em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da	plenitude, a Federação sonhada pelos fundadores desta Pátria. Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado – sem sobressaltos – o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição. Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente. Reafirmo a dedicação total, minha e de meu Governo, ao ideal – plenamente atingível em nossos dias – de propiciar condições dignas de vida a cada cidadão. Para que melhor se distribuam, entre todos, os frutos do trabalho de todos. Para que a riqueza nacional não seja meio de ostentação de uns e de opróbrio de outros. Para que não sobre a uns poucos o que a muitos falta.	heterogênea e complexa como é – com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo. A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo – é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte. Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva. A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca pelo seu desempenho efetivo. Nada repugna mais ao espírito da cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar. Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritariamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser
--	--	---	---	--	---



respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por discreta e sutil que venha manifestar-se. Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico na Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras. Foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado. Vimos, assim, a Nação, de pé, reivindicar a sua liberdade e a sua vontade que, afinal, e nos termos previstos	Por tudo isso, é inaceitável o retorno à situação pré-revolucionária. Repudiamos a pregação dos extremistas, que exigem, e de forma primária, a destruição das instituições. E também o apelo de oligarquias que recomendam a sua inalterável manutenção. Nosso dever é impor-lhes uma profunda transformação pela qual deixem de servir aos privilégios de minorias, para atender aos supremos interesses do País. Essa reforma das instituições econômicas, sociais e políticas não será obtida com simples medidas corretivas ou repressivas, adotadas ao sabor dos acontecimentos. Exige, na verdade, uma revolução. Foi isso o que as Forças Armadas se decidiram a fazer: completar o movimento de 1964, transformando-o em uma autêntica Revolução da Democracia e do Desenvolvimento, em consonância com as mais lídimas aspirações nacionais. Vamos dar	Revolução, estamos realmente atingindo sólida e ampla base de partida - legado ímpar que receberei das mãos ímpolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici - e que autoriza, sem devaneios vãos nem autoconvencimento irrealista, antever um porvir não distante, de grandeza, de paz e de justiça social. Certo é, entretanto, que o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história da humanidade, seja pela crise generalizada no setor da energia que se manifesta grave, em termos de escassez e de custos desmedidamente acrescidos, com reações em cadeia, para um sem-número de matérias-primas e de produtos essenciais, seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico	Para que as regiões e estados se diferenciem uns dos outros pela personalidade e pela tradição cultural. Não pelo contraste entre a opulência e a privação injusta e inumana. Reafirmo a prioridade ao desenvolvimento agropecuário. Como meio de prover rapidamente à elevação dos padrões alimentares do povo. Como forma de melhorar substancialmente a qualidade de vida nos campos. Reafirmo: o combate à inflação é condição preliminar do desenvolvimento. E será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos preços. Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós	confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado, e um motivo de orgulho do funcionalismo federal. O propósito imediato de meu governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira, a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil. Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que logramos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública. Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior
--	---	--	---	---



pela Constituição, se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspiração do nosso povo. Nossa vocação é a da liberdade democrática – Governo da maioria com a colaboração e o respeito das minorias. Os cidadãos, dentre eles, também em expressiva atitude, as mulheres brasileiras, todos, civis e soldados, ergueram-se num dos mais belos e unânimes impulsos da nossa História contra a desvirtuação do regime. Promoverei, sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que esse bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros e, particularmente, àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do País. A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo. Com esse objetivo, o Estado não será estorvo à	efetividade a esses objetivos revolucionários. Nesse sentido, iremos ouvir os homens de empresa, os operários, os jovens, os professores, os intelectuais, as donas de casa, enfim, todo o povo brasileiro. Será um diálogo travado sobre o nosso País, os nossos problemas, os nossos interesses e o nosso destino. Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem. Na medida em que os estudantes, os políticos, os operários, os jornalistas e os religiosos	e militar, como no econômico-financeiro, seja também pela onda de violência indiscriminada, destruidora e mesmo irracional que abala os alicerces da sociedade, nos mais variados quadrantes do globo. O Brasil, evidentemente, não pode se furtar às danosas e múltiplas repercussões desses críticos acontecimentos, participe que é, dia a dia mais atuante, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da vida internacional. Não obstante essa situação, sem dúvida difícil, acredito conseguiremos galhardamente transpô-la, já que não é de se lhe prever longa duração em todas aquelas dimensões e, também, graças ao sólido potencial de nossa terra e, principalmente, à capacidade, ora despertada, de nossa gente, de um extremo a outro desta pátria imensa. Caberá apelar sem	mesmos os custos do nosso desenvolvimento. Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra – tão mais cruel, porque mais próximos os bens da civilização. Reafirmo a minha determinação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa em relação ao trabalho produzido, às suas necessidades como chefe de família e à harmonia entre os vários segmentos da sociedade. Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações. Reafirmo: cada brasileiro tem direito de receber do Estado os cuidados básicos com sua saúde, com a própria educação e a dos filhos; assistência médico-social na enfermidade, no desemprego e na velhice;	uma estratégia global de <u>reforma do Estado</u>. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir, como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro. Essa perversão das funções estatais – agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado – exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar e manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades – pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos. Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil. Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de <u>completar a liberdade política</u> reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva <u>liberdade econômica</u>. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta anti-inflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição. Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que
--	--	--	--	---



iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade. Até porque, estou entre os que acreditam nos benefícios de uma constante evolução, capaz de integrar, em melhores condições de vida, o número, cada vez maior, de brasileiros, muitos deles infelizmente ainda afastados das conquistas da civilização.	conseguirem livrar-se dessas manipulações e manobras, assegurando autenticidade às manifestações de sua vida institucional, estarão conquistando a própria liberdade que – é bom deixar esclarecido – não cabe ao Governo outorgar, mas, apenas, reconhecer. Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia de meu governo. Mas não me deixarei iludir, nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade. Apresentarei à Nação, oportunamente, um plano econômico e administrativo, resguardando, basicamente, os resultados já obtidos pela Revolução, fixando as novas metas de incremento da produção e de expansão do mercado, tendo em vista a prioridade dos setores da educação, da saúde e da alimentação, o atendimento das regiões menos desenvolvidas, a estabilidade monetária, a correção dos desequilíbrios regionais de renda, a	sacrifícios excessivos, a um atento e pragmático senso das mais justas prioridades de ação, de forma racional e coerente que não venha a prejudicar o amanhã em troca de benefícios imediatistas, à perseverança, continuidade e realismo na execução coordenada dos planos diretores e a uma conduta austera, inimiga da ostentação e dos desperdícios irresponsáveis. Para tanto, devo confiar largamente nas virtudes nunca desmentidas do povo genuinamente patriota, paciente, trabalhador e tenaz de nossa terra. B A Nação ganhou inabalável confiança em si mesma, avançando a largos passos para seu grande destino que nada mais deterá. A integração territorial, velho sonho intermitente de séculos, afirmou-se definitivamente através de milhares de quilômetros de	habitabilidade nas casas; meios de transporte que não sacrifiquem, nas filas e nas conduções, o tempo destinado ao lazer e ao convívio.	ele mesmo comete... Na realidade, diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que o meu governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial. Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressaltei que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. Indiquei que somente o volume dos gastos militares das nações do Norte já seria suficiente para realizar a mais ampla limpeza da Terra. Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento – único meio de resgatar nossa gente da pobreza – com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e conseqüente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto. Marquei a sinceridade de nossos propósitos precisando que, no caso brasileiro, não só a Amazônia, mas também o Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques integram um temário conservacionista norteador pela deliberação de desenvolver sem depredar. Finalmente, para vincar a nova importância que o Brasil confere ao problema ecológico, relancei minha proposta de um imposto internacional sobre poluição e convidei pessoalmente os Chefes de Estado e de Governo com que me avistei a comparecer à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992. Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas. A outra, Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social, a decisão – que incorporei às prioridades absolutas de meu governo – de criar condições para o resgate de nossa gritante e vergonhosa dívida social. Tanto a ética quanto o interesse nacional reclamam uma completa mudança de mentalidade nesse terreno. Até aqui, nossa atitude básica, frente às carências sociais
--	---	--	--	--

	redução das desigualdades na distribuição das rendas individuais, os salários justos participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento e, bem assim, os critérios das reformas institucionais. Entretanto, insisto em afirmar que não acredito em nenhum plano de governo que não corresponda a um plano de ação nacional. Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser expectador. Tem que ser o protagonista principal. Daí, o apelo que, nesta oportunidade, dirijo ao País: que todos os indivíduos, classes, organizações sociais e políticas e centros culturais, em todos os recantos do território nacional, formulem os seus programas e reivindicações para o momento presente. Asseguro que nenhuma sugestão deixará de ser devidamente apreciada. Mobilizarei, para esse estudo e análise, não só os órgãos de planejamento, mas, inclusive, as diversas instituições de	estradas que rasgaram a hinterlândia quase deserta e demandaram afoitas, os confins mais longínquos desta pátria imensa. Laços mais fortes de integração social objetivando aplinar desníveis regionais e injustas disparidades entre grupos sociais diversos, reforçam cada dia mais a solidariedade nacional, das cidades aos campos, desde o Amapá ao Chui e das barreiras atlânticas ao vasto arco fronteiriço do interior distante. Um projeto de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula as realizações cada vez mais admiráveis, mesmo que à custa de sacrifícios maiores que se façam acaso mister. Um sopro de modernização e dinamismo anima arrebatador o povo		brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do governo e das elites, um comportamento <i>paternalista</i>. Esse paternalismo, a seu turno, engendrava alternativamente dois tipos de conduta prática frente ao problema. Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas, deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem estar coletivo, o progresso social duradouro só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral. Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico, mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria. Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como <i>produtor</i> de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu <i>distribuidor</i>. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconseqüente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país. Do binômio de Juscelino – democracia e desenvolvimento – queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: <i>democracia, desenvolvimento e justiça social</i>. Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu governo terá maior empenho não só em combater o analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior. Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do poder público. Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção
--	--	---	--	---



	pesquisas – civis e militares – a fim de realizar o levantamento global das sugestões e a adequada formulação da sua síntese. Com isso, poderemos completar o plano de ação a ser executado nos próximos anos. Precisamos reproduzir, na vida político-administrativa, aquilo que conseguimos, até hoje, nas atividades esportivas ou artísticas. De fato, é significativo que tenhamos obtido expressivos triunfos, exatamente naqueles setores em que ocorre uma entusiástica e comovida participação do povo. No entanto, não é possível que, no século das conquistas espaciais, no momento em que os modernos sistemas de computação e informação marcam o fim das soluções meramente ideológicas, no instante em que a extraordinária revolução da técnica possibilita o arranco de tantas nações para o desenvolvimento, não é possível, repito, que um país como o nosso não venha a	brasileiro, certo este de que superará, por seu esforço próprio, incansável, por seu patriotismo muitas vezes comprovado e pelo trabalho dignificante e germinador, os desafios da hora presente, as insatisfações que ainda o assaltam, as frustrações que ainda restam do passado. E a Nação, fiel sempre a quaisquer compromissos voluntariamente assumidos na esfera internacional, dá-se bem conta de suas responsabilidades acrescidas no contexto mundial – e nunca as defraudará. Eis aí o tônus revigorante que trouxe ao país esta Revolução de 64 que breve completará um decênio criador e que não se esvaiu em promessas vãs, antes demonstrou, com realidades e com números, a que veio realmente, através da obra fecunda que ora ostenta aos olhos todos do mundo. Natural é, portanto, que ela,		educacional dos mais pobres e para a conquista duradoura de padrões de excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente indispensável de nosso futuro próximo. Senhores Congressistas, Direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo. Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional. O perfil de uma nova Europa Oriental faz ver como encerrada uma fase na história das relações internacionais, dominada pelo conforto ideológico Leste-Oeste. Fica definitivamente sepultada a guerra fria. Repensam-se alianças. Cancelam-se alinhamentos. Enquanto isso, novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais. Em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva. Nesse quadro dinâmico, tão diferente daquele de apenas dez anos atrás, propendem a emergir grandes espaços econômicos. Não se trata necessariamente de blocos fechados, mas de novas configurações econômicas e políticas, às quais terá de ajustar-se o potencial competitivo de cada país. Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tomem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional. Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer – e com urgência – a modernização do Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura. Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais. São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira. Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da
--	---	---	--	--



	registrar, também, realizações e êxitos marcantes na história da civilização. O Brasil é grande demais, para tão poucas ambições. E está a exigir dos seus filhos uma atuação que realmente corresponda à magnitude do seu território, bem como aos alevantados ideais das gerações que nos legaram todo esse imenso patrimônio. Uma atuação, enfim, que se eleve à altura dos incontidos sonhos da mocidade que se prepara para dirigi-lo e cuja meta não pode ser outra, senão o triunfo final na arrancada para o desenvolvimento econômico e social. No curso do governo, jamais procurarei impor o meu programa administrativo, mediante efeitos de propaganda ou a simples divulgação de resultados estatísticos. A última palavra será dada, de acordo com os reflexos que efetivamente se verifiquem nas condições de vida. Outrossim, qualquer sacrifício a ser imposto nos setores privados	dramaticamente nascida, como tinha de ser, enfunde agora velas de esperança a um futuro, mais promissor ainda, de generoso consenso nacional em torno do decidido e magnífico propósito da criação de uma grande nação, próspera, soberana e justa – o Brasil de nossos filhos, o Brasil de nossos netos. Na direção suprema do país, V. Exa., cuja estatura de governante sereno e firme, em sintonia sempre com os anseios populares, ora se incorpora em traços definitivos singulares à história de nossa Pátria, bem como os beneméritos Presidentes revolucionários que o antecederam – Castello Branco na sua exemplaridade austera de estadista, Costa e Silva no seu autêntico perfil de líder humano, resoluto e bom – lançaram as bases sólidas dessa grande renovação nacional que é realmente obra,	segurança. A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas do conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, com o respeito à soberania, a não-intervenção, a auto-determinação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos. Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história. O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a nação dos tempos novos em que vivemos. A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudo-nacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo. Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a todos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança. A política externa de meu governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. A contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da República. Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional,
--	---	--	---

		corresponderá, previamente, a um ato ou reforma do próprio Governo. Simultaneamente, ficarão fixados os limites em que o Estado atuará e aqueles dentro dos quais terão atuação, em maioria, os setores particulares nacionais e, bem assim, os investidores estrangeiros que nos tragam a sua indispensável colaboração de técnica e de capital. Manteremos os nossos compromissos internacionais, deixando claro que os mesmos implicam em reciprocidade de tratamento. Vamos cumprir o que nos cabe e exigir o que nos é devido. Não pretendemos aceitar e, muito menos, impor lideranças de qualquer tipo, respeitando a lição da história contemporânea que nos ensina que a convivência internacional só pode ser mantida nos termos de uma comunidade de nações livres e soberanas. Permaneceremos unidos com os países do Hemisfério na luta	ingente e dignificante, de nosso povo, mas também é, substancialmente, inspiração demiúrgica dos três grandes líderes revolucionários que tão bem souberam encarnar, em sucessão, o ideário todo, mais ou menos indefinido antes, da Revolução de 64.		por Ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre Estados Unidos e União Soviética. A distensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz. Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo serão reforçadas. Daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. A integração latino-americana deixa de ser um sonho para tornar realidade tão concreta quanto fecunda. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido. Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento. Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo divergentes. Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva, para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo. Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também européias. Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente. De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da Comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália. Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como nação e como Estado. A Espanha, por sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal como por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo
--	--	---	--	--	--



		em prol do nosso desenvolvimento e sempre no sentido da plena efetivação dos princípios cristãos da cultura ocidental e continuaremos identificados com todas as demais nações, no esforço comum pela paz e pela mais justa distribuição das conquistas do nosso tempo, por todos os povos da terra.			entre a América Latina e a Europa. Espero de ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Européia. O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos bases suficientemente sólidas para nos lançarmos a uma nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano dos investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político. A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda nossa sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência da abertura de sua economia. Meu governo acompanhará com atenção redobrada o curso da transformação do Leste Europeu: o Itamaraty terá instruções específicas para dar prioridade ao exame e interpretação dos temas daquela área. Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia, mas também porque se trata de um processo que terá grandes consequências nas relações internacionais. Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz e na forma a que aspiram os povos europeus. Darei ênfase especial à modernização do relacionamento com a União Soviética, tanto no plano do diálogo político como no intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural. Com os países d'África deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento. É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que dêem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de "apartheid" da África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal. O Brasil buscará aproveitar ao máximo o potencial de diálogo e colaboração inexistente no seio da comunidade de expressão portuguesa, à qual estamos ligados por estreitos laços, cujas origens remontam a quase cinco séculos. No período seguinte ao processo de descolonização dos anos setenta, o Brasil e seus irmãos de além mar souberam demonstrar que, longe de se limitarem à fraternidade retórica, são capazes de ajudar-se mutuamente na construção do progresso e do bem estar. Aos países do Oriente Médio, O Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados
--	--	---	--	--	---

					pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofreremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: o direito dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos envolvidos. Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade internacional. Com a República Popular da China e com a Índia, dois grandes atores do cenário internacional, o Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação. Temos consciência plena do peso desses Estados, de suas semelhanças conosco – em termos de dimensão, estágio de desenvolvimento e potencial – e, sobretudo, da necessidade de que tais semelhanças sirvam de base ao maior benefício de nossos povos. O mesmo ânimo valerá também para os demais países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico, que se encontram agora inseridos num dos espaços de maior dinamismo econômico do planeta. O Brasil não deixará de enriquecer-se com o exemplo dessas experiências e cuidará de abrir com essas nações novas frentes de cooperação. Considero decisiva a ação dos organismos multilaterais, políticos e econômicos. Cabe a eles, de fato, através do diálogo e da cooperação, permitir que as transformações extraordinárias que vivemos sejam retratadas em instituições e regras estáveis. Por isto, darei atenção especial ao novo papel das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, como instrumentos de paz e segurança, e também aos organismos econômicos, como GATT e a ALADI, que procuram estabelecer formas novas de convivência entre as nações. Com os países credores, trarei de reequacionar o problema da dívida externa. Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental: não se trata, para nós, de saber quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em níveis consentâneos com a taxa histórica e com o projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro. Ao longo de todo um século, até a década de oitenta, o Brasil foi, na opinião de historiadores econômicos abalizados, o país que mais cresceu. Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades.
--	--	--	--	--	---



					Temos de lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias – e muitas serão extremamente penosas a curto prazo – para desenterrar as energias econômicas de nosso país. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra. No marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas. Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções. Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes. As perspectivas de aproximação são claras e tenho certeza de que, ao esforço brasileiro de sanear finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional. A palavra de ordem do meu governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.
--	--	--	--	--	---

REFUTATIO

B Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizeram necessárias. Creio, firmemente, na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos	Não me iludo com as provações e tropeços que me esperam, os fluxos e refluxos da opinião pública, a desconexão dos esforços, os emperramentos da máquina administrativa, as incertezas políticas, os choques de ambições, os desacordos, as divergências e as discórdias que caracterizam a	Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência.	B Não temo que a desejada eficiência a alcançar pelo meu Governo, contando com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros, possam na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos.	Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo. Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil.
--	--	--	--	---

favorecidos pela fortuna. E ninguém pode esperar destruí-los sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única sonde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra nesta tarefa de soerguimento nacional.	vida pública. Conheci intimamente as vicissitudes que a paciência e a tolerância têm de afrontar para atingir o termo de cada dia de governo. Sei como se tentou e se continuará tentando associar os inconciliáveis – inflação e prosperidade – e dissociar os que só conseguem marchar juntos – desenvolvimento e educação.				
--	---	--	--	--	--

CONCLUSIO

A Ao Congresso Nacional, com todo o meu respeito de brasileiro e de Presidente eleito da República, apresento nesta oportunidade, de modo muito especial, as minhas saudações. B Cada operário e cada homem de empresa, estes principalmente, pois a eles lembrarei esta sentença de Rui Barbosa: "É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos	Trago, pois, para o exercício da Presidência, uma larga lição de experiência – propiciada pela ação direta, pela observação e pela reflexão- do trato da coisa política, que requer paciência e tolerância continuas, e do trato da coisa pública, que impõe esforço constante de inteligência, coragem e tenacidade. Acima de tudo,	Com base indiscutível no mais amplo respeito à disciplina, na fiel observância da cadeia hierárquica e sob o manto de inquebrantável coesão estarão garantidas as condições primordiais do preparo profissional militar e da disposição para manter o ímpeto revolucionário, marcado na alma e na vontade de cada soldado do Brasil. São esses os meus propósitos. Que Deus, atendendo às	A Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, resguardará - assim o creio - o ambiente de tranqüilidade, de estabilidade social e de ordem pública, indispensável à marcha ascensional do país e que cumpre às autoridades assegurar como um	Vou entregar-me de corpo e alma às tarefas do Governo, para assegurar uma administração eficiente e proba. Rápida nas decisões. Simples nas relações com as pessoas e as entidades. Preocupada com o bem comum. Vigilante na preservação da ordem pública e dos direitos das pessoas e da sociedade. Firme na segurança das instituições. Desejo a todos os Prudente e serena na utilização dos instrumentos legais	Exerceremos os nossos deveres, eu e os senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do povo e dos compromissos da Aliança Democrática, comprometidos estes, das mudanças e das transformações, os quais, com determinação, jamais abandonaremos. Desejo a todos os senhores ministros êxito em suas tarefas.	Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração./ É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do país. Ai têm os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. Creio sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. O Congresso receberá a partir de amanhã, 16 de março de 1990, as primeiras propostas específicas corporificando essa visão e essa estratégia de modernização do Brasil, de reforma
---	---	--	---	--	---	--



ao povo o exemplo e ele nos seguirá". Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta pátria privilegiada. Os votos dos representantes da Nação, na escolha para governar em hora difícil, valem por certo pela maior honra que o cidadão poderia receber. A mim, entretanto, proporciona também nítida idéia da grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade. Direi mesmo que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro.	trago preparados espírito e coração. Confio em que não decairei, jamais, da confiança dos meus concidadãos e da rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência. E peço a Deus que me conceda a graça de ser sempre justo e isento, firme na palavra empenhada e inflexível na ação necessária, e consagre a minha esperança de fazer pelo Brasil o que ele espera e merece.	minhas orações, me dê a força, a coragem e a firmeza de cumpri-las.	dos seus mais indeclináveis, se bem que penosos deveres. Por isso, também, nunca poderei dispensar a compreensão de todos os bons brasileiros, os quais nas reservas profundas de seu civismo e de sua fé nos supremos valores ético-sociais, bem se dão conta do que estabilidade e ordem representam como penhor essencial do progresso e do bem-estar de todo o povo. Pois ordem e estabilidade espero garantir-vos, a par da dedicação integral com que me devotarei à missão que, para suprema honra minha, ora me é atribuída, de conduzir este Brasil, tão caro a todos nós, em mais um largo e seguro e decisivo avanço para seus elevados destinos de grande nação, próspera e coesa, generosa e justa. B Que Deus me dê forças a mim, e clarividência e energia, para levar	existentes para esse fim. Numa nação jovem, como a nossa, é natural uma certa dose de impaciência na promoção dos anseios populares. Ai de nós se nos faltasse o entusiasmo da juventude! Reafirmo meu desejo de encontrar os jovens; com eles confraternizar; e com eles avançar democraticamente na construção da Pátria de nossos filhos e netos. É o que espero fazer, com a ajuda de Deus e dos brasileiros. Muito obrigado	Declaro empossado o Ministério e encerrada esta solenidade.	do Estado, de recriação das bases, do nosso desenvolvimento econômico e social. Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui, toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação. Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre – no nível do Estado – é uma prática coerente com aquela. Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo. Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da República é realizar um governo digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.
---	---	--	--	---	--	---



Bibliografia

1. FONTE PRIMÁRIA

BRANCO, H. A. C. *Discursos*. Brasília: Secretaria da Imprensa, 1964.

SILVA, A. C. da. *Pronunciamentos do presidente*. Brasília: Secretaria de Imprensa e divulgação. Tomo I.

MÉDICI, E. G. *O jogo da verdade*. Brasília: Secretaria da Imprensa, 1969.

GEISEL, E. *Saudação ao povo brasileiro*. Brasília: Secretaria de Imprensa, 1974.

FIGUEIREDO, J. B. *Discurso Presidente João Figueiredo*. Brasília: Secretaria da Imprensa, 1979. V. 1.

SARNEY, J. *Discurso inaugural*. Brasília, 1985.

COLLOR, F. *O projeto de reconstrução nacional*. Brasília, 1990.

2. FONTE SECUNDÁRIA

ABREU, A. S. *A arte de argumentar*. Cotia: Ateliê Editorial, 1999.

ABREU, H. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ADORNO, et al. *Teoria da cultura de massa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 4. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- AMORA, A. S. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Clássico-Científico, 1964.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução: Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- AUERBACH, E. *Mimesis : a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. *Figura*. Tradução: Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997.
- AUGÉ, M. *Não-lugares*. Tradução: Maria L. Pereira. Campinas: Papirus, 1994.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. 3.ed. Tradução: Aurora F. Bernardini. São Paulo: Unesp, 1993.
- BALDWIN, C. S. *Ancient rhetoric and poetic*. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1959.
- BARBOSA, J. A. *A metáfora crítica*. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- BARREIRA, I. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARTHES, R. A retórica antiga. In: Cohen, J. (Org.). *Pesquisas de retórica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975, p.147-221.
- _____. *Crítica e verdade*. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- _____. *Elementos da semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- _____. *Mitologias*. Tradução: Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.



_____. *O grau zero da escritura*. Tradução: Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. *O rumor da língua*. Tradução: M. Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BELLENGER, L. *La persuasión*. México: Fondo de Cultura Economica, 1989.

_____. *A persuasão*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Tradução: Sérgio P. Rouanet. São Paulo : Brasiliense, 1994.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOOTH, W. *A retórica da ficção*. Tradução: Maria T. H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980.

_____. *The rethoric of fiction*. 9. ed. Chicago : The University of Chicago Press, 1970.

BLANCHOT, M. *O espaço literário*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CALINESCU, M. Literature and politics (in: *Interrelation of Literature*). New York: The Modern Language Association of America, 1982.

CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARVALHAL, T. F. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Tradução: Enid A. Dobránszky. Campinas: Papiрус, 1995.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Contemporânea, 1980.



CIONARESCU, A. *Princípios de la literatura comparada*. Tenerife : Universidade de la Laguna, 1964.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1985.

COHEN, J. *Pesquisas de retórica*. Tradução: L. P. M. Iruzum. Rio de Janeiro : Vozes , 1975.

COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional – O poder militar na América Latina*. 2.ed. Tradução: A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

DAGHLIAN, C. *Os discursos americanos de Joaquim Nabuco*. Recife: Editora Massangana, 1988.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução: João C.Costa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

DUBOIS, J. *Retórica Geral*. Tradução: Carlos F. Moisés, Duílio Colombini e Elenir de Barros. São Paulo: Cultrix/USP, 1970

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Princípios da semântica geral: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

EAGLETON, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FILHO, D. P. *A linguagem literária*. São Paulo: Ática, 1990.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

FISCHER, E. *A necessidade da arte*. 9. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.

FORGET, D. *Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)*. Tradução: Lucimar de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1994.

FRYE, N. *O caminho crítico*. São Paulo : Perspectiva, 1973.



_____. *Anatomia da Crítica*. São Paulo : Cultrix, 1973.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GENETTE, G. *Discurso da narrativa*. Lisboa : Arcádia, 1979.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUIMARÃES, E. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Argumentação e pressuposição*. In: ENCONTRO NACIONAL de LINGÜÍSTICA, 5., 1981. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: PUC, 1981. p. 325-348.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. 8. ed. New York: Studies in interactional sociolinguistics 1, 1992.

HALLIDAY, T. L. (Org). *Atos retóricos - mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: Summus, 1988.

HAROCHE, C. *Da palavra ao gesto*. Tradução: Ana Montoia e Jaci Seixas. Campinas: Papirus, 1998.

HUGHES, R.; DUHAMEL, A. *Principles of rhetoric*. New Jersey: Prentice-Hall, 1962.

JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. Tradução: Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.

JAMESON, F. *O inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. Tradução: Lúcia H.F. Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.



_____. *O texto do romance*. Tradução: Manuel Ruas. Lisboa: Horizonte Universitário, 1984.

LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica*. Tradução: E. Brandão. São Paulo: Pontes, 1992.

LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

LEFEBVE, M. J. *Estrutura do discurso, da poesia e da narrativa*. Tradução: J.Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Almedina, 1975.

LONGINUS, C. C. Sobre o sublime. In: *Crítica e teoria literária na antiguidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1989.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967.

MAHONY, P. *Psicanálise e discurso*. Rio de Janeiro : [s.ed.], 1990.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução: Márcio V. Barbosa, Maria E. A. T. Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MELLIZO, F. *El lenguaje de los políticos*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1968.

MOISÉS, M. *A literatura brasileira através dos textos*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

MORAES, J. Quartim. O colapso da resistência ao golpe de 1964. *Revista História*, São Paulo, v. 14, p. 49-59, abr., 1995.

MORAIS, R. *As razões do mito*. Campinas, SP. : Papirus, 1988.

MOSCA, L. L. S. (Org.) *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997.



NEVES, L.F.B. A ideologia da seriedade. *Revista Vozes*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 35-40, jan./fev. 1974.

NILO, A.T.L. *A retórica e a razão no discurso político: a argumentação nas eleições presidenciais de 1989*. 1994, Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 160f.

ORLANDI, E. P.(Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

_____. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994.

_____. *O discurso - estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP. : Pontes, 1990.

_____. *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. Campinas:Kairós, 1979.

PAZ, O. *Os signos em rotação*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço C. J. Filho, Manoel L. G. Corrêa e Silvana M. Serrani. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. *O discurso - estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. O. *Tratado da argumentação - A nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina G. Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLEBE, A. *Breve história da retórica antiga*. Tradução: G. N. M. de Barros. São Paulo: EPU/EDUSP, 1978.

POLLI, L.C. Psicóloga analisa imagem e discurso dos políticos em campanha eleitoral. *AVN*, [s.l.], ano 25, n. 15, 03 set. 1992.

POSSENTI, S. *Eleições presidenciais: aspectos dos discursos*. São Paulo: Mimeo, 1989.



- _____. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *O slogan*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- REGO, F. G. T. *Marketing político e governamental*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- RIBEIRO, D. *Aos trancos e barrancos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.
- RIBEIRO, R. J. *A marca do leviatã*. São Paulo: Ática, 1978.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tradução: Constança M. Cesar. Campinas: Papirus, 1994.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1993.
- ROSENFELD, A. *Texto/Contexto*. São Paulo : Perspectiva, 1969.
- SÁBATO, E. *Homens e engrenagens*. Campinas: Papirus, 1993.
- SACKS, S. (Org.). *Da metáfora*. São Paulo : Pontes, 1992.
- SANT'ANNA, A. R. *Paródia, paráfrase e cia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- SCHÜLLER, D. *Teoria do romance*. São Paulo: Ática, 1989.
- SENGER, J. *A arte oratória*. 2. ed. Tradução: C. Ortiz. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- SILVA, J. T. O paraíso perdido: descrição e negação da terra descoberta. *Revista USP*, n. 12, dez./fev., 1991 - 1992.
- SODRÉ, N. W. *Tudo é política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SOUZA, J. Os anos de chumbo revisitados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago.1996. Mais, caderno5,p.4-7.



STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TAVARES, H. *Teoria Literária*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

TODOROV, T. *A vida em comum*. Tradução: Denise Bottman e Eleonora Bottmann. Campinas: Papirus, 1996.

TRINGALI, D. *Introdução à retórica*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987.



